

Letras

d i g i t a i s

Teses e Dissertações originais em formato digital

Expressões Indiciais em
Contextos de Uso: por uma
caracterização dos
dêiticos discursivos

Mônica Magalhães Cavalcante

2000

PPGL
UFPE

Programa de
Pós-Graduação
em Letras



UNIVERSIDADE
FEDERAL
DE PERNAMBUCO

F i c h a T é c n i c a



C o o r d e n a ç ã o d o P r o j e t o L e t r a s D i g i t a i s
Angela Paiva Dionísio e Anco Márcio Tenório Vieira (orgs.)

C o n s u l t o r i a T é c n i c a
Augusto Noronha e Karla Vidal (Pipa Comunicação)

P r o j e t o G r á f i c o e F i n a l i z a ç ã o
Karla Vidal e Augusto Noronha (Pipa Comunicação)

D i g i t a l i z a ç ã o d o s O r i g i n a i s
Maria Cândida Paiva Dionísio

R e v i s ã o
Angela Paiva Dionísio, Anco Márcio Tenório Vieira e Michelle Leonor da Silva

P r o d u ç ã o
Pipa Comunicação

A p o i o T é c n i c o
Michelle Leonor da Silva e Rebeca Fernandes Penha

A p o i o I n s t i t u c i o n a l
Universidade Federal de Pernambuco
Programa de Pós-Graduação em Letras

Apresentação



Criar um acervo é registrar uma história. Criar um acervo digital é dinamizar a história. É com essa perspectiva que a Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Letras, representada nas pessoas dos professores Angela Paiva Dionisio e Anco Márcio Tenório Vieira, criou, em novembro de 2006, o projeto *Letras Digitais: 30 anos de teses e dissertações*. Esse projeto surgiu dentre as ações comemorativas dos 30 anos do PG Letras, programa que teve início com cursos de Especialização em 1975. No segundo semestre de 1976, surgiu o Mestrado em Linguística e Teoria da Literatura, que obteve credenciamento em 1980. Os cursos de Doutorado em Linguística e Teoria da Literatura iniciaram, respectivamente, em 1990 e 1996. É relevante frisar que o Programa de Pós-Graduação em Letras da UFPE, de longa tradição em pesquisa, foi o primeiro a ser instalado no Nordeste e Norte do País. Em dezembro de 2008, contava com 455 dissertações e 110 teses defendidas.

Diante de tão grandioso acervo e do fato de apenas as pesquisas defendidas a partir de 2005 possuírem uma versão digital para consulta, os professores Angela Paiva Dionisio e Anco Márcio Tenório Vieira, autores do referido projeto, decidiram oferecer para a comunidade acadêmica uma versão digital das teses e dissertações produzidas ao longo destes 30 anos de história. Criaram, então, o projeto Letras Digitais: 30 anos de teses e dissertações com os seguintes objetivos:

- (i) produzir um CD-ROM com as informações fundamentais das 469 teses/dissertações defendidas até dezembro de 2006 (autor, orientador, resumo, palavras-chave, data da defesa, área de concentração e nível de titulação);

Letras

DIGITAIS

Teses e Dissertações originais em formato digital

- (ii) criar um Acervo Digital de Teses e Dissertações do PG Letras, digitalizando todo o acervo originalmente constituído apenas da versão impressa;
- (iii) criar o *hotsite* Letras Digitais: Teses e Dissertações originais em formato digital, para publicização das teses e dissertações mediante autorização dos autores;
- (iv) transportar para mídia eletrônica *off-line* as teses e dissertações digitalizadas, para integrar o Acervo Digital de Teses e Dissertações do PG Letras, disponível para consulta na Sala de Leitura César Leal;
- (v) publicar em DVD coletâneas com as teses e dissertações digitalizados, organizadas por área concentração, por nível de titulação, por orientação etc.

O desenvolvimento do projeto prevê ações de diversas ordens, tais como:

- (i) desencadernação das obras para procedimento alimentação automática de escaner;
- (ii) tratamento técnico descritivo em metadados;
- (iii) produção de *Portable Document File* (PDF);
- (iv) revisão do material digitalizado
- (v) procedimentos de reencadernação das obras após digitalização;
- (vi) diagramação e finalização dos e-books;
- (vii) *backup* dos e-books em mídia externa (CD-ROM e DVD);
- (viii) desenvolvimento de rotinas para regularização e/ou cessão de registro de Direitos Autorais.

Os organizadores

Letras

DIGITAIS

Teses e Dissertações originais em formato digital

Expressões Indiciais em
Contextos de Uso: por uma
caracterização dos
dêiticos discursivos
Mônica Magalhães Cavalcante

2000

Copyright © Mônica Magalhães Cavalcante, 2000

Reservados todos os direitos desta edição. Reprodução proibida, mesmo parcialmente, sem autorização expressa do autor.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
Programa de Pós-Graduação em Letras
Doutorado em Lingüística

EXPRESSÕES INDICIAIS EM CONTEXTOS DE USO:
por uma caracterização dos dêiticos discursivos

Mônica Magalhães Cavalcante

Recife
fevereiro de 2000

Mônica Magalhães Cavalcante

**EXPRESSÕES INDICIAIS EM CONTEXTOS DE USO:
por uma caracterização dos dêiticos discursivos**

**Tese submetida à Coordenação do
Programa de Pós-Graduação em Letras
da Universidade Federal de Pernambuco,
como requisito parcial para obtenção do
título de Doutor em Lingüística.**

Orientador: Prof. Dr. Luiz Antônio Marcuschi

Recife
fevereiro de 2000

EXPRESSÕES INDICIAIS EM CONTEXTOS DE USO:
por uma caracterização dos dêiticos discursivos

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Luiz Antônio Marcuschi
(Orientador)

Profa. Dra. Abuêndia Padilha Peixoto Pinto

Profa. Dra. Maria da Piedade Moreira de Sá

Profa. Dra. Maria Elias Soares

Profa. Dra. Ingedore Grunfeld Villaça Koch

Data da Defesa: ____/____/____

Recife

RESUMO

Costuma-se distinguir anáfora e dêixis discursiva apenas em termos de referencialidade, afirmando-se que, enquanto os anafóricos retomam, no contexto, entidades pontuais, os dêíticos discursivos recuperam conteúdos difusos. Tal separação deixa de contemplar, no entanto, o princípio da subjetividade pelo qual se definem todos os fenômenos dêíticos. Este trabalho tem o objetivo de caracterizar os dêíticos discursivos, propondo um conjunto de traços capazes de diferenciá-los dos anafóricos contendo elementos indiciais. Sob a hipótese de que a dêixis discursiva pertence, por legitimidade, ao quadro da dêixis em geral, analisa-se seu caráter intersubjetivo, que se revela não apenas no procedimento dêítico de refocalizar os objetos de discurso, conduzindo a atenção do destinatário para um item específico do campo dêítico, quanto na capacidade de reconhecer, em certos casos, as coordenadas do falante no âmbito dos espaços físicos textuais. Além disso, acrescenta-se, ao parâmetro da abrangência referencial das expressões indiciais, a discriminação de quatro subtipos de anafóricos e dêíticos discursivos definidos de acordo com os seguintes critérios: a relação entre aspectos formais e tipo de motivação do elemento indicial; a descrição da (re)categorização lexical empreendida; a espécie de retomada (total ou parcial); a direção do movimento remissivo; e o status informacional.

ABSTRACT

Anaphor and discursive deixis have been distinguished only by means of referentiality taking into consideration that, while anaphoric elements retake punctual entities in the context, discursive deictics recover diffuse information. However, such a distinction does not contemplate the principle of subjectivity by which all the deictic phenomena are defined. The purpose of this work is to characterize the discursive deictics and to propose a group of features capable of differentiating them from the anaphorics containing deictic elements. Under the hypothesis that discursive deixis belongs legitimately to the scheme of general deixis, it is analyzed its intersubjective character, which is revealed not only in the deictic procedure of refocusing discursive objects, which leads the addressee's attentiveness towards a specific item of the deictic field, but also in the capacity to recognize, in certain cases, the speaker's coordinates in the textual physical spaces. To complement the scope of deictic expressions of referentiality, four anaphoric and deictic discursive subclasses were added. They were defined according to the following criteria: the relationship between formal aspects and the kind of motivation of the deictic element; the description of the lexical (re)categorization; the kind of retake (total or partial); the direction of the remissive movement; and the informational status.

AGRADECIMENTOS

Ao PICDT, pelo amparo financeiro, indispensável a qualquer pesquisa.

Ao Prof. Dr. Luiz Antônio Marcuschi, principalmente pelas valiosas recomendações de leitura.

Ao Prof. Dr. José Lemos Monteiro, pela crítica pormenorizada e atenta a este trabalho.

À Francisca Marta Jaguaribe de Lima e família, pela acolhida, pelo carinho, pelos pequenos cuidados que reconfortam e alentam.

Dedicatória

À ciência, por tudo o que ela engendra.

SUMÁRIO

LISTA DE QUADROS.....	10
LISTA DE GRÁFICOS.....	11
INTRODUÇÃO.....	13
CAPÍTULO 1 - DÊIXIS E SUBJETIVIDADE.....	22
1.1 Os dêiticos e a dêixis.....	22
1.2 O sujeito no discurso.....	25
1.2.1 A noção fundamental de pessoa em Benveniste.....	26
1.2.2 A intersubjetividade em outro sentido.....	29
1.3 Dêiticos vs. anafóricos e o critério da pessoalidade.....	33
1.4 Dêiticos vs. anafóricos e o critério da referencialidade.....	34
1.5 Tipos de dêixis e o pressuposto do egocentrismo.....	36
1.5.1 Dêixis de pessoa.....	37
1.5.2 Dêixis de tempo.....	42
1.5.3 Dêixis de lugar.....	48
1.5.4 Dêixis do discurso.....	53
CAPÍTULO 2 - REFERÊNCIA E ANÁFORA.....	66
2.1 Anáfora na visão clássica.....	66
2.2 Anáfora redefinida.....	75
CAPÍTULO 3 - ANÁFORA vs. DÊIXIS DISCURSIVA E AS DUAS FACES DA MOEDA.....	83
CAPÍTULO 4 - EXPRESSÕES INDICIAIS.....	98
4.1 Referência e pressuposição.....	98
4.2 Relação forma-função-significado nos elementos indiciais.....	104

4.3 Restrições formais.....	110
4.3.1 <i>Motivação dos elementos indiciais no discurso</i>	122
4.3.1.1 <i>Remissão ao espaço extralingüístico</i>	126
4.3.1.2 <i>Remissão ao conhecimento partilhado</i>	127
4.3.1.3 <i>Remissão ao espaço físico do texto</i>	131
4.3.1.4 <i>Remissão ao contexto</i>	135
4.4 Por uma classificação das expressões indiciais.....	140
4.4.1 <i>Expressões indiciais motivadas pelo espaço extralingüístico</i>	140
4.4.2 <i>Expressões indiciais motivadas pelo espaço físico do texto</i>	142
4.4.3 <i>Expressões indiciais motivadas pelo conhecimento partilhado</i> .	144
4.4.4 <i>Expressões indiciais motivadas pelo contexto</i>	146
CAPÍTULO 5 - PROCESSOS DE DESIGNAÇÃO NAS EXPRESSÕES CONTEXTUALMENTE MOTIVADAS	149
5.1 (Re)categorização de anafóricos e dêiticos discursivos.....	150
5.1.1 <i>Transformação operada ou marcada pela expressão indicial</i>	150
5.1.2 <i>Homologação de atributos explicitamente predicados</i>	153
5.2 Estratégia de rotulação.....	159
5.3 Rótulos metalingüísticos nos dêiticos discursivos.....	168
5.4 Status informacional dos dêiticos discursivos.....	172
5.4.1 <i>Perspectiva do ouvinte</i>	173
5.4.2 <i>Perspectiva do discurso</i>	177
5.5 Remissões catafóricas e sua relação com o status informacional.....	179
CAPÍTULO 6 - EXPRESSÕES INDICIAIS NA FALA E NA ESCRITA	186
CONCLUSÕES	191
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	197
ANEXO 1 – NORMAS DE TRANSCRIÇÃO DO NURC/PORCUFORT	205
ANEXO 2 – NORMAS DE TRANSCRIÇÃO DO NELFE	206
ANEXO 3 – LISTA DE TEXTOS DA AMOSTRA	209

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - Pronomes de valor demonstrativo e circunstancial.....	106
QUADRO 2 - Relação entre classes e valores semânticos nas expressões indiciais.....	111
QUADRO 3 - Relação entre forma, função e tipo de motivação nos anafóricos	124
QUADRO 4 - Relação entre forma, função e tipo de motivação nos dêiticos discursivos	124
QUADRO 5 - Dêiticos discursivos com nomes rotuladores.....	171

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 - Distribuição de dêiticos discursivos e anafóricos na amostra.....	110
GRÁFICO 2 - Distribuição dos valores semânticos dos elementos indiciais.....	111
GRÁFICO 3 - Distribuição dos valores semânticos em relação às classes formais.....	112
GRÁFICO 4 - Frequência de SNs e pronomes nas expressões indiciais.....	114
GRÁFICO 5 - Relação entre forma, valor semântico e tipo de motivação nos anafóricos.....	125
GRÁFICO 6 - Relação entre forma, valor semântico e tipo de motivação nos dêiticos discursivos.....	125
GRÁFICO 7 - Relação entre condicionamento e modo de designação nos anafóricos.....	156
GRÁFICO 8 - Relação entre condicionamento e modo de designação nos dêiticos discursivos.....	157
GRÁFICO 9 - Distribuição dos referentes novos para o discurso.....	179
GRÁFICO 10 - Distribuição das catáforas	180
GRÁFICO 11 - Distribuição das expressões indiciais em relação às modalidades de discurso.....	188
GRÁFICO 12 - Distribuição das expressões indiciais segundo o grau de espontaneidade.....	188
GRÁFICO 13 - Relação entre modalidade discursiva e grau de espontaneidade nas expressões indiciais.....	189

Quando compreendemos um enunciado, não estamos entendendo apenas o que as palavras dizem; as palavras, por si, não diriam nada, não fosse nosso conhecimento ricamente detalhado e os poderosos processos cognitivos que são acionados por nós. (Turner)

INTRODUÇÃO

A dêixis pode ser descrita não somente como um processo que reflete o condicionamento mútuo entre o sujeito em seu contexto sócio-cultural e a linguagem, mas também como uma relação de referencialidade. As duas maneiras de considerar o mesmo fenômeno têm revertido em certa confusão terminológica, originando definições ora equivalentes à noção de anáfora, ora um tanto quanto à margem dos modos de referenciação, em privilégio de aspectos essencialmente intersubjetivos.

Com o propósito de descrever alguns traços que distinguem e aproximam anáfora e dêixis discursiva, o presente trabalho caracteriza as expressões fôricas¹ contendo elementos indiciais, que, no âmbito das pesquisas sobre referenciação, costumam figurar como “anafóricas”, mas que, por se constituírem de formas dêíticas, podem ser reapreciadas dentro de um esquema geral da dêixis e de suas propriedades subjetivas.

A idéia de pesquisar os dêíticos discursivos nasceu, na verdade, de uma intuição sintática, por ocasião de um estudo, que iniciamos no Mestrado, sobre a omissão de complementos verbais. Mas a observação dos dados foi encontrando amparo, gradativamente, no campo da Análise do Discurso, particularmente em pesquisas sobre referência, anáfora, enunciação e tipos de dêixis.

Constatamos, no momento, que um forte condicionamento discursivo era responsável pela não-manifestação de certos complementos verbais no enunciado, mesmo quando exerciam função sintática e papel semântico formalmente obrigatórios (ler, sobre este assunto, Cavalcante, 1996; 1997b; 1997c), conforme se observa no seguinte uso: “Alegaram que ela está entrando no jogo e eu concordo Ø”. Tratava-se de uma referenciação que, em muitas ocorrências, se estendia a amplos conteúdos discursivos, representáveis por pro-formas demonstrativas, ou por sintagmas nominais correspondentes, que o falante apresentava ao destinatário² como pragmaticamente irrelevantes, razão por que ele optava pelo nulo. O complemento verbal omissivo fazia as vezes, portanto, de uma espécie de dêítico apontando para

¹ Entende-se *fórico* (no sentido do grego *phéro*, “levar”, “trazer”) como o elemento que propicia a busca ou a recuperação de informação, por remissão a um ponto do enunciado, ou à situação de enunciação. (Neves, 1993:265)

² Tomamos, em todo o trabalho, o termo *falante* simplesmente na acepção de “emissor”, ou de “destinador”, sem opô-lo à noção de “fonte” (como lugar de codificação da mensagem). Do mesmo modo, o termo *destinatário* foi empregado apenas com o valor de “receptor” (mas não um receptor passivo), para evitar o uso de *ouvinte*, que poderia ser interpretado como o recebedor de mensagens faladas.

elementos do contexto, e desempenhava no discurso uma função peculiar, mas, a nosso ver, condicionada por restrições semântico-sintáticas e pragmáticas ainda pouco especificadas.

No campo da Linguística de Texto, formações como “este desabafo, isso, essa coisa” etc. – às quais equivale esse tipo de complemento omissivo – são classificadas como dêitico-discursivas, ou, às vezes, como anafóricas, ainda que sempre restritas às formas manifestas. Não demos seguimento, porém, à averiguação do que poderia influenciar as diferentes realizações de complementos verbais, porque ela esbarrava no problema anterior e mais complexo de caracterizar melhor os próprios dêiticos discursivos; de explicar em que se distinguiam dos anafóricos que também portavam elementos dêiticos; e de descrever-lhes a estrutura interna relacionando-a com seu desempenho no discurso.

Compreendendo a dificuldade em conciliar justificativas sintáticas e estritamente semânticas, circunscritas ao entorno da frase, com explicações que ultrapassam o nível frástico e se esgotam no discurso, decidimos pela ruptura teórica com uma linguística que visa meramente a identificar e a descrever unidades estruturais, e passamos a adotar uma perspectiva discursiva segundo a qual estas unidades linguísticas resultam de um conjunto de operações dentro de um ato enunciativo.

Semelhante abordagem que vê o discurso como construído e realizado em um contexto empírico não implica, necessariamente, uma renúncia aos aspectos estruturais e, sim, a alternativa de reconsiderar como o nível estritamente “linguístico” se organiza na prática discursiva. Começamos a examinar, assim, como o discurso em situação, e instável por natureza, reestrutura os recursos que o viabilizam, dentre eles as expressões referenciais com dêiticos, a que denominamos **expressões indiciais**.

Por apostarmos numa estreitíssima ligação entre restrições formais, funcionais e cognitivo-interacionais, indissociáveis do contexto de uso, verificamos, ao longo do desenvolvimento, a hipótese geral de que os dêiticos discursivos não sofrem as mesmas determinações dos anafóricos e de que a pesquisa destes condicionamentos poderia revelar diferentes subtipos de expressões indiciais.

Guiando-nos por tal suposição, abrimos o capítulo 1 refletindo sobre a definição do fenômeno geral da dêixis, dimensionado, em Benveniste (1988) e Lahud (1979), como uma expressão da presença do sujeito no discurso, de sua subjetividade e “pessoalidade”, noções básicas que separam os dêiticos do caráter mais representativo dos anafóricos.

Com apoio na indicação de subjetividade revelada pelas relações dêiticas, defendemos, já neste capítulo, que os cinco tipos de dêixis, primeiramente classificados por Fillmore (1971), não têm o mesmo status no discurso, conforme se poderia acreditar pelo conjunto

aparentemente homogêneo em que costumam ser apresentadas. A dêixis discursiva – e, analogamente, as anáforas indiciais – devem situar-se num nível inferior, não só por se afastarem, às vezes, do referencial de posicionamento do falante, como também por representarem sempre uma metáfora do espaço dêitico da situação enunciativa canônica.

O capítulo 2 deixa patente o inevitável entrecruzamento da dêixis com as noções de referência, anáfora e correferência – já que toda expressão dêitica é necessariamente referencial; mas, ao criticar a visão tradicional desses conceitos, reavalia-os segundo um ponto de vista interacional cognitivo-discursivo, que encara os referentes como construtos culturais, e não como elementos do mundo extralingüístico. Optando, então, por uma concepção redefinida de anáfora, estabelecemos alguns dos parâmetros pelos quais também os dêiticos discursivos deveriam ser revistos.

O capítulo 3, reconsiderando os estudos sobre dêixis e anáfora como fenômenos amplos, problematiza os critérios pelos quais dêiticos discursivos e anafóricos indiciais têm sido descritos até o momento, aguçando o olhar sobre os princípios de referencialidade e subjetividade que subjazem à caracterização de ambos e que lançam em terreno movediço todas as tentativas de definição até então empreendidas. Daí argumentamos em favor da função refocalizadora da dêixis discursiva, que empresta às entidades uma proeminência discursiva quase nunca encontrada na anáfora, mas que, por si só, também não é capaz de diferenciar os dois fenômenos.

Deste ponto em diante, começam a ser interpretados os resultados das freqüências obtidas, por meio de que analisamos as variáveis relacionadas à forma, à motivação dos dêiticos, aos diversos modos de designar as entidades referenciais e ao status informacional, bem como às modalidades de discurso e ao grau de espontaneidade – aspectos ainda bastante inexplorados nos estudos sobre o assunto.

O capítulo 4 é respaldado pela redefinição de pressuposição, proposta por Ducrot³ (1977), a partir da qual ponderamos sobre as peculiaridades estruturais dos pronomes de valor demonstrativo e circunstancial, em comparação com o definido das expressões anafóricas não-indiciais. Atribuímos, com base nesses critérios, quatro tipos de condicionamento aos elementos indiciais que marcam dêiticos discursivos e anafóricos, e discutimos sua relação com os aspectos formais, funcionais e semânticos.

Sugerimos, ao final do capítulo, uma subclassificação de dêiticos discursivos e anafóricos indiciais que contemple os traços básicos e consensuais de cada um, mas que não descuide de

³ É de 1972 a edição original.

suas especificidades de referenciação e subjetividade, por que se identificam, simultaneamente, com os fenômenos da dêixis e da anáfora.

O capítulo 5 se dedica à análise dos processos de (re)categorização lexical construídos pelas expressões de forma nominal, e caracteriza especialmente os dêiticos discursivos realizados por SNs com demonstrativos como estando associados a estratégias de rotulação. Classificamos três subconjuntos de dêiticos discursivos rotuladores, consoante o tipo de metalinguagem de que se valem e o grau de generalidade de que se revestem. Em seguida, examinamos o status informacional das expressões indiciais, unindo os resultados a diferentes condicionamentos, assim como à direção do movimento remissivo, momento em que voltamos atenção aos empregos catafóricos.

O capítulo final faz breves reflexões sobre como o tipo de modalidade, falada e escrita, e o grau de espontaneidade dos discursos influenciam a seleção dos elementos em estudo, abrindo caminho, assim, a novas investigações quanto à utilização de dêiticos discursivos e anafóricos indiciais nos mais variados contextos de uso.

No que toca aos aspectos metodológicos, construímos o objeto desta pesquisa por meio do método qualitativo, para entender os diferentes sentidos em que se empregam os dêiticos discursivos e os anafóricos indiciais em diversas situações comunicativas. A partir desses dados empíricos, aplicamos um procedimento indutivo pelo qual todas as hipóteses do estudo⁴ foram, então, geradas.

Como auxílio à interpretação qualitativa dos dados de acordo com o modelo teórico escolhido, acrescentamos um estudo quantitativo baseado em cálculos percentuais, a fim de verificar e comparar a frequência das categorias examinadas. Nossa preocupação se ateve muito menos aos resultados de porcentagem do que à avaliação dos conceitos teóricos que fundamentariam a pesquisa e à compreensão das operações cognitivo-discursivas e interacionais que orientam o funcionamento de dêiticos discursivos e anafóricos.

Não se identificará, no trabalho, uma separação entre embasamento teórico e análise dos resultados, pois todas as definições e caracterizações são revistas e discutidas em concomitância

⁴ Sobre a utilidade de aplicação do método qualitativo, leia-se o que afirma Marcuschi: “O convite à investigação qualitativa, no caso da Análise da Interação Verbal, tem a ver com algumas relações específicas na montagem dos materiais de investigação, tais como:

- a) relação entre linguagem, experiência pessoal e social;
- b) relação entre propriedades da língua e propriedades do uso da língua;
- c) relação entre atividades lingüísticas e atividades cognitivas;
- d) relação entre a realidade e sua apropriação discursiva;
- e) relação entre a realidade social e a realidade psicológica;
- f) relação entre identidades e projeções de identidades.” (Marcuschi, 1999b:18)

com a evidência dos dados empíricos, fartamente exemplificados em todo o percurso do desenvolvimento.

Selecionamos uma amostra que combinasse métodos de análise de textos escritos e de transcrições, para compreender como funcionam as categorias em estudo, e como os participantes da comunicação conseguem arranjá-las em seu discurso.

A investigação tomou por base 73 discursos, com uma distribuição propositalmente díspar: 54 escritos, mas somente 19 orais. A desigualdade entre o número de textos das duas modalidades discursivas se deveu à tentativa de equilibrar, tanto quanto possível, a amostra eleita, pois as conversas ou narrativas espontâneas e as aulas e conferências apresentaram um maior volume textual em relação aos demais gêneros escritos, tais como cartas pessoais, notícias, instruções etc. Pela irrelevância de um controle rigoroso para os objetivos pretendidos, procuramos simplesmente contrabalançar o número de palavras e as restrições conjugadas do grau de espontaneidade e da modalidade discursiva. Assim, de acordo com este último parâmetro, agrupamos os discursos em dois blocos, cada um deles, por sua vez, subdividido em fala e escrita:

GRAU DE ESPONTANEIDADE - MODALIDADE DISCURSIVA		
Mais espontâneo	Fala	Escrita
Menos espontâneo	Fala	Escrita

Sabemos, contudo, que tal subdivisão é meramente convencional, de vez que estamos lidando com um *continuum*. Eis por que certos gêneros havidos como menos espontâneos se enquadrariam perfeitamente na classe dos mais espontâneos, ao passo que outros já assumiriam as características esperadas.

Em seguida, os blocos foram arrumados de modo a comportar um número não muito desigual de palavras, quando postos em cotejo os grupos de fala e escrita dentro de cada conjunto. Desprezando as oscilações inevitáveis, mas, para nós, de pouca relevância, os discursos alcançaram uma média aproximada de 73.000 palavras, distribuídas do seguinte modo: os menos espontâneos perfizeram um total de 76.897 palavras, enquanto os mais espontâneos chegaram a 69.657.

Do total de discursos, 43 fazem parte do Núcleo de Estudos Lingüísticos de Fala e Escrita (NELFE), da Universidade Federal de Pernambuco⁵. Outros 7 (em língua falada) pertencem ao PORCUFORT (Português Oral Culto de Fortaleza), fruto de um antigo projeto correspondente ao NURC, em Fortaleza, organizado pelo professor José Lemos Monteiro, na Universidade Federal do Ceará⁶. Os 23 restantes (todos na modalidade escrita) foram por nós coletados com o intuito não só de harmonizar a amostra, mas também de diversificá-la, acrescentando diferentes gêneros.

As normas de transcrição utilizadas pelo Núcleo de Estudos Lingüísticos de Fala e Escrita coincidem, em grande parte, com as do Projeto NURC, mas se constituem de mais algumas convenções que atendem a outras especificidades, como as da análise da conversação. Damos a conhecer, nos anexos 1 e 2, ainda que minimamente, os sinais de maior ocorrência e a maneira como foram dispostos, por cada projeto de que se originaram, na reprodução gráfica da fala.

Constam dos gêneros comunicativos utilizados: conversa e narrativa espontânea, entrevista, carta pessoal, bilhete, conversa on-line, artigo de jornal assumidamente popular, propaganda, entrevista formal, aula, conferência, editorial, crônica, carta ao editor, notícia de jornal, instrução, ensaio, conto, ata de reunião, ata de julgamento, projeto e artigo científico. Listamos, no anexo 3, cada um dos textos observados e sua respectiva descrição.

Identificamos, classificamos e codificamos, a princípio, 2397 ocorrências de expressões fônicas apresentando elementos dêiticos. Numa segunda consideração, porém, eliminamos 397 expressões que apontavam exclusivamente para a situação enunciativa, ou para elementos do conhecimento partilhado, sem qualquer tipo de retomada contextual. Limitamo-nos, assim, a 2000 ocorrências que propiciavam a busca de referentes presentes no discurso, ou que eram inferidos a partir dele, pela ativação de *frames*.

Num plano geral, o estudo quer atender ao objetivo amplo de distinguir os dêiticos discursivos dos anafóricos indiciais, caracterizando-os e definindo-lhes possíveis subgrupos, de acordo com o conjunto de variáveis escolhidas.

Para evitar pré-julgamentos, tomamos como dêiticos discursivos apenas os que são reconhecidamente aceitos como tais, isto é, os que se referem, em função metalingüística, às

⁵ O projeto desenvolvido pelo Núcleo de Estudos Lingüísticos de Fala e Escrita (NELFE) como *Projeto Integrado Fala e Escrita* é financiado pelo CNPq e vem sendo coordenado, atualmente, pelo Prof. Dr. Luiz Antônio Marcuschi, com a participação dos seguintes pesquisadores da Pós-Graduação em Lingüística da UFPE: Doris Carneiro da Cunha, Judith Chambliss Hoffnagel, além de Kazuê S. de Barros, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Colaboram no projeto dez bolsistas de IC e AP.

⁶ O acervo desse projeto se encontra à disposição de todos na UFC e na *homepage* de José Lemos Monteiro: <http://www.geocities.com/Paris/Cathedral/1036/>.

próprias formas de texto, ou às seqüências ordenadas de texto, bem como aqueles que retomam conteúdos proposicionais, ou seja, os que abrangem informações difusas.

Excluimos os anafóricos manifestados por sintagmas nominais constituídos por pronomes pessoais de terceira pessoa e aqueles formados por artigo definido determinando o nome, ou mesmo sem determinação. Restringimo-nos às expressões referenciais com pronomes de natureza demonstrativa, circunstancial, e às vezes numeral, e com outras formas dêiticas equivalentes, sempre que recuperavam entidades pontualmente localizáveis. Esta decisão teve a vantagem de permitir a melhor observação dos traços característicos de cada uma, favorecendo uma comparação mais “neutra” em relação à separação dos dois fenômenos.

Os anafóricos indiciais e os dêiticos discursivos foram, então, primeiramente, avaliados em relação às seguintes variáveis formais:

1) Descrição do sintagma:

- sintagma nominal;
- pronome.

2) Aspecto semântico do elemento indicial:

- valor demonstrativo;
- valor circunstancial;
- valor numeral.

3) Função do elemento indicial

- substantiva;
- adjetiva;
- adverbial.

4) Pessoa gramatical do dêitico:

- primeira pessoa;
- segunda pessoa;
- terceira pessoa;
- nenhuma pessoa (ou seja, os que, a rigor, se constituiriam como não-pessoa, mas que não apresentam uma forma “pessoal” antagônica; ficam, neste caso, os numerais e certos demonstrativos como *tal*, *semelhante* etc.).

Em seguida, juntamos as variáveis da forma com a do tipo de remissão:

5) Motivação do elemento indicial:

- conhecimento partilhado;
- espaço físico real da comunicação;
- espaço físico do texto;
- contexto.

Por fim, passamos a cotejá-las com as variáveis relativas aos processos de referenciação e designação lexical, bem como com o status informacional das entidades retomadas:

6) Tipo de (re)categorização lexical:

- co-significação;
- recategorização
- categorização

(obs: Foram ainda subclassificados os tipos de (re)categorização e, no caso dos dêiticos discursivos, os tipos de rotulação.)

- nenhuma (re)categorização (os que não são co-significativos, mas também não (re)categorizam).

7) Tipo de retomada:

- total (correferencial);
- parcial (não-correferencial)

8) Sentido do movimento remissivo:

- para frente;
- para trás;
- para frente e para trás;
- nenhum sentido (quando o elemento dêitico, por si só, não remete a outra entidade do contexto).

9) Status informacional:

a) Sob a perspectiva do ouvinte:

- Velho para o ouvinte;
- Novo para o ouvinte.

b) Sob a perspectiva do discurso:

- Velho para o discurso;
- Novo para o discurso.

Como se pode notar, por vezes foi necessário considerar isoladamente o subgrupo dos dêiticos discursivos e o dos anafóricos, a fim de examinar diversas variáveis independentes em relação a alguma outra, alçada à categoria de dependente.

CAPÍTULO 1 - DÊIXIS E SUBJETIVIDADE

[A linguagem] é tão profundamente marcada pela expressão da subjetividade que nós nos perguntamos se, construída de outro modo, poderia ainda funcionar e chamar-se linguagem. (E. Benveniste)

1.1 Os dêíticos e a dêixis

A palavra “*deixis*”⁷ passou ao latim com o valor “mostrar, indicar, assinalar”, e este significado etimológico foi parcialmente preservado, mesmo com a especialização lingüística do termo. A maioria dos lingüistas e filósofos da linguagem, de fato, considera os dêíticos como os elementos da língua que, diferentemente dos outros signos lingüísticos, remetem à situação enunciativa construída em torno do emissor. Em parte assentados nessa base comum (embora divergindo em princípios importantes), foram definidos primeiramente os “*indexical symbols*” (*signos indicadores*, ou *símbolos-índices*), de Peirce; os “*shifters*”, de Jespersen⁸, os “*embrayeurs*”, de Jakobson⁹; os “indicadores de subjetividade”, de Benveniste (ver, sobre isto, Lahud, 1979), dentre outros.

Foi Bühler¹⁰ (1982) quem primeiro traçou uma distinção lingüística geral entre palavras ostensivas e palavras designadoras. Às primeiras, chamou de “sinais”; às últimas, de “símbolos”. A tese principal de Bühler, montada sobre a natureza expressiva e subjetiva da dêixis, é de que as expressões indiciais só referem dentro de um campo dêítico, orientado por um sistema de coordenadas cuja origem, ou ponto zero, é estabelecida pelo *eu* e pelo *aqui-e-agora* (por sua vez, também referenciados pelo *eu*). Ao campo dêítico da linguagem, Bühler

⁷ Cf. em Ferreira, 1986:531 o verbete “*dêixis*: (cs)[Do gr. *deixis*, eos.] S. f. Ling. 1. Faculdade que tem a linguagem de designar demonstrando e não conceituando.”

⁸ Ler, em Lahud (1979), a crítica à definição dos *shifters*, de Jespersen, em que se confunde a noção de significado com a de referência. Transcrevemos, aqui, a conceituação: “Uma classe de palavras que apresenta enorme dificuldade para as crianças são aquelas cujo significado difere de acordo com a situação, de modo que a criança as percebe como aplicadas ora a uma coisa, ora a outra (...). Tais palavras podem ser chamadas de *shifters*”. (Jespersen, 1964:123).

⁹ A descrição dos embreantes (“*embrayeurs*”), em Jakobson (1963), está inserida na abordagem das funções da linguagem. Os embreantes seriam as unidades do código que remeteriam obrigatoriamente à mensagem e poderiam ser simbolizados pela fórmula *eu-qui-agora*. Acumulariam as funções de símbolo, por se associarem ao referente por uma convenção, e de índice, por estabelecerem com ele uma relação existencial.

¹⁰ A edição original deste trabalho de Bühler data de 1934.

opôs o campo simbólico, aquele que reflete a representação convencional de objetos, propriedades e eventos.

Enquanto que no campo simbólico, para Bühler (1982), as palavras designadoras recebem seu significado completo, específico e preciso, sem recorrer a aspectos da situação enunciativa, no campo dêitico o significado depende das pistas situacionais, não requerendo uma representação convencional, senão apenas uma **indicação** que permita identificar o objeto.

Como afirma Lahud, na mesma rota de Frege:

As **circunstâncias discursivas** tornam-se uma parte da expressão do sentido completo (...). O conhecimento das circunstâncias que acompanham as palavras torna-se, então, uma condição necessária para a “exata compreensão” do pensamento expresso por um enunciado contendo dêiticos. (Lahud, 1979:67-8)

O autor observa que o significado de um dêitico não pode restringir-se a sua descrição propriamente dita. E propõe, para as palavras dêiticas, um significado constante e uma referência variável:

A caracterização dos dêiticos a que chegamos, seguindo a esteira de Frege, é, pois, idêntica àquela que propõe Alston dos *Indexical words*: trata-se, diz Alston, de palavras que, embora tenham uma *significação constante*, mudam, sistematicamente, de referência conforme as mudanças nas “condições de sua elocução”. (Lahud, 1979:68).

A análise aqui em desenvolvimento não se utiliza de um significado meramente ostensivo da dêixis, como se se tratasse de uma simples indicação sem nenhuma correspondência de sentido. Seguindo a proposta de Lahud (1979:81-2, com apoio em Peirce¹¹), concebemos os dêiticos como símbolos-índices. Na qualidade de índices¹², são termos referenciais que individualizam um objeto discursivo, embora seu caráter indicial seja, ao contrário dos outros, de natureza dinâmica, pela remissão simultânea ao objeto e à situação discursiva. Na qualidade de símbolos, assumem um significado convencional, estabilizado, codificado na língua sob a forma de pronomes pessoais e pronomes circunstanciais ou demonstrativos, além de terem registro em dicionário, designando “a pessoa que fala”, ou “o lugar/tempo que está próximo à pessoa que fala” etc. (ver também Cervoni, 1989).

¹¹ Foi Peirce quem descreveu, pela primeira vez, a natureza ambígua dos dêiticos: são, ao mesmo tempo, **símbolos**, enquanto signos pertencentes ao código da língua, e **índices**, enquanto signos que contêm um elemento da situação enunciativa (Ducrot; Todorov, 1988).

¹² Adotamos a concepção de Peirce de que os dêiticos só indicam, de modo particular, na presença do objeto que representam, mas não partilhamos da mesma visão existencialista da teoria peirciana, pois os referentes não são encarados aqui como objetos mundanos, e sim, como construções do próprio ato de enunciação.

Palavras como *eu, você, aqui, ali, hoje, ontem, aquilo* etc. mudam de referente em função da perspectiva que o falante toma no ato de comunicação. O enunciador se fixa, dessa forma, como o ponto zero do sistema dêitico, o *origo* (ver Bühler, 1982), por isso Lyons (1979) afirma que a situação típica do enunciado é egocêntrica, porque o falante tende a colocar-se em seu próprio ponto de vista, estabelecendo-se como referencial para as coordenadas de espaço e tempo.

Como fenômeno amplo, a dêixis pode ser abordada por dois ângulos, conforme observa Fillmore: primeiro, partindo do modo como a ancoragem social, espacial e temporal de uma enunciação motiva a forma, ou permite a interpretação do enunciado; segundo, guiando-se pela perspectiva oposta de como a forma dos sistemas gramatical e lexical marca essa ancoragem. E explicita:

É neste [primeiro] sentido que podemos falar do Emissor em um ato de comunicação como constituindo o centro de um sistema de coordenadas, e da orientação do corpo do Emissor como determinando um conjunto relevante de eixos, bem como do momento da realização do ato comunicativo como estabelecendo o ponto zero em uma escala de referência temporal. No segundo sentido de dêixis, ao contrário, estamos interessados nas classes de palavras e categorias gramaticais cuja função primária é de indiciar aspectos específicos do cenário do ato comunicativo. Os tipos mais comuns de subsistemas estruturais que cumprem esta função são os pronomes, os tempos [verbais] e os demonstrativos. (Fillmore, 1982:35)¹³

A diferença entre os dois modos de tratamento pode estar simplesmente nos objetivos almejados: se concentrados, respectivamente, na descrição da dêixis ou se voltados para a caracterização dos dêiticos que a expressam. Impossível analisar um sem, necessariamente, invadir o outro, pois constituem as duas facetas de um único objeto.

Os estudos de Fillmore, desde as primeiras incursões do autor no terreno da dêixis, costumam dedicar-se ao segundo tipo de abordagem, como indicam as citações abaixo:

Dêixis é o nome dado às propriedades formais dos enunciados que são determinadas (...) por certos aspectos do ato comunicativo de que fazem parte os enunciados em questão. (Fillmore, 1971: 39)

O presente estudo diz respeito à classificação e descrição dos tipos de recurso lingüístico que têm prototipicamente função dêitica, ou aos quais pode ser atribuída tal função. (Fillmore, 1982:35)

¹³ A fim de aumentar a legibilidade do texto, havemos por bem traduzir todas as citações e exemplos em língua estrangeira. Assumimos inteira responsabilidade pelas pequenas adaptações, em benefício da clareza do texto.

Mas já quando intenta definir as diferentes espécies de dêixis, o autor caminha em sentido oposto: da enunciação para a forma. Levinson (1983) segue roteiro semelhante, apenas enriquecendo, com observações pertinentes, a classificação básica de Fillmore. Lyons opta, porém, pela primeira abordagem, como se percebe pela definição a seguir:

a localização e identificação de pessoas, objetos, eventos, processos e atividades sendo mencionadas, ou referidas, em relação ao contexto espaço-temporal criado e mantido pelo ato de fala, e a participação, nele, tipicamente, de um único falante e de pelo menos um destinatário (Lyons, 1977:637).

Assim também se conduzem as pesquisas de Benveniste (1988), a cujas idéias Lahud (1979) termina aderindo¹⁴, e, sobretudo, o trabalho pioneiro de Bühler (1982).

Sem dúvida que os dois modos de consideração do fenômeno são contemplados neste trabalho, entretanto nossos propósitos, uma vez recaindo sobre o comportamento das expressões contendo dêiticos, pendem para a segunda maneira de estudar o tema. Não estamos operando reformulações sobre a noção de dêixis, e sim, investigando por que formas se expressa a dêixis discursiva em língua portuguesa; o que motiva o emprego de uma forma em detrimento de outra; que conseqüências as relações morfossemânticas trazem para o movimento remissivo das expressões indiciais e como isso repercute nos modos de referência e nas manifestações de subjetividade no discurso.

1.2 O sujeito no discurso

Falar sobre o modo como a ancoragem sócio-espaço-temporal motiva a forma dêítica é situar o ponto de referência do enunciador no centro desse sistema de coordenadas; é admitir o fundamento da subjetividade na prática da língua.

A referência ao sujeito da enunciação alicerça todo o pensamento de Benveniste, para quem a subjetividade é uma unidade psíquica que mantém permanente a consciência. É ela que faz emergir, no homem, a propriedade da linguagem, e, por sua vez, é a linguagem que determina a subjetividade pela instância lingüística da categoria de pessoa. Esse jogo dialético firma, assim, a base lingüística da subjetividade.

¹⁴ Lahud o diz textualmente: “A teoria de Benveniste parece-nos, pois, a mais representativa do ‘ponto de vista’ sobre a dêixis que aqui tentamos apreender...” (Lahud, 1979:115)

1.2.1 A noção fundamental de pessoa em Benveniste

Conceber a linguagem como mero instrumento de comunicação é estar dissociando, tacitamente, o homem da propriedade do discurso. Mais do que um simples veículo, ela está na própria natureza humana. Se lhe compete a função de transportar conteúdos, é somente porque a subjetividade, de que está completamente imbuída, capacita-a para tanto¹⁵. Declara Benveniste que “é na linguagem e pela linguagem que o homem se constitui como **sujeito**; porque só a linguagem fundamenta na realidade, na **sua** realidade que é a do ser, o conceito de “ego”. (1988:286).

Subjetividade e linguagem, desse modo, se interpenetram nas trocas comunicativas instituídas pelas relações interpessoais, daí a importância da noção de **pessoa** na tese de Benveniste. Só experimentando o contraste com o outro é que o homem passa a ter consciência de si mesmo. Quando o enunciador se propõe como sujeito, referindo-se a si mesmo como *eu* no discurso, ele, ao mesmo tempo, estabelece um *tu*, com quem manterá uma relação de reciprocidade. Essa polaridade das pessoas é a condição fundamental da linguagem, como Benveniste ratifica em seguida:

A linguagem é, pois, a possibilidade da subjetividade, pelo fato de conter sempre as formas lingüísticas apropriadas à sua expressão; e o discurso provoca a emergência da subjetividade, pelo fato de consistir de instâncias discretas. A linguagem de algum modo propõe formas “vazias” das quais cada locutor em exercício de discurso se apropria e as quais refere à sua “pessoa”, definindo-se ao mesmo tempo a si mesmo como *eu* e a um parceiro como *tu*. (Benveniste, 1988:289)

¹⁵ Esta idéia condiz, parcialmente, com o **dialogismo** de Bakhtin, mas deixa de enfatizar os condicionamentos sócio-ideológicos que norteiam o ponto de vista do autor, claramente expresso no seguinte excerto: “A língua existe não por si mesma, mas somente em conjunção com a estrutura individual de uma enunciação concreta. É apenas através da enunciação que a língua toma contato com a comunicação, imbui-se do seu poder vital e torna-se uma realidade. As condições da comunicação verbal, suas formas, seus métodos de diferenciação são determinados pelas condições sociais e econômicas da época. As condições mutáveis da comunicação sócio-verbal precisamente são determinantes para as mudanças de formas que observamos no que concerne à transmissão do discurso de outrem.” (Bakhtin, 1986:154; crê-se que a edição original seja de 1929).

As formas “vazias” (!)¹⁶ de que fala o autor são precisamente os dêiticos pessoais¹⁷, representados pelas duas primeiras pessoas. De fato, vistas sob o princípio da comunicação intersubjetiva que as opõe, as três pessoas do discurso não apresentam uma disposição homogênea. *Eu* e *tu* contrastam com *ele* por uma “correlação de pessoalidade”¹⁸ (cf. “correlação de personalidade” em Benveniste, 1988:254), orientada pela capacidade que têm de remeter à situação discursiva. Assim argumenta o autor:

Nas duas primeiras pessoas, há ao mesmo tempo uma pessoa implicada e um discurso sobre essa pessoa. *Eu* designa aquele que fala e implica ao mesmo tempo um enunciado sobre o “eu”: dizendo *eu*, não posso deixar de falar de mim. Na segunda pessoa, “tu” é necessariamente designado por *eu* e não pode ser pensado fora de uma situação proposta a partir do “eu”; e, ao mesmo tempo, *eu* enuncia algo como um predicado de “tu”. Da terceira pessoa, porém, um predicado é bem enunciado somente fora do “eu-tu”; essa forma é assim excetuada da relação pela qual “eu” e “tu” se especificam. Daí ser questionável a legitimidade dessa forma como “pessoa”. (Benveniste, 1988:250).

Saliente-se, desta observação, que, embora tendo prevalência sobre a terceira pessoa, *eu* e *tu* não se colocam em pé de igualdade entre si. Ainda que sendo complementares e reversíveis, a primeira pessoa tem sempre uma posição de transcendência sobre a segunda, rompendo, dessa forma, a simetria entre as duas.

Pela “correlação de subjetividade” (cf. em Benveniste, 1988:255), o *eu* sai de sua interioridade para estabelecer uma relação com um interlocutor, que ele propõe como *tu*; em seguida, as posições se invertem no ato de fala. Como define o autor: “poder-se-á, então, definir o *tu* como a pessoa não subjetiva, em face da pessoa subjetiva que *eu* representa; e essas duas “pessoas” se oporão juntas à forma de “não-pessoa” (= “ele”)”. (Benveniste, 1988:255)

As três pessoas diferem ainda pelas funções da linguagem que desempenham: *eu* e *tu* pertencem a uma dimensão subjetiva da linguagem e têm a função de remeter à enunciação. O *ele* tem função representativa, designando entidades da realidade objetiva, do domínio cognitivo ou puramente simbólico.

Conquanto reivindique para a terceira pessoa um valor mais proeminente do que este que lhe atribui Benveniste (1988), Cervoni (1989) termina também por excluí-la do campo dos dêiticos. Alega o autor que, apesar de as três pessoas gramaticais terem um “papel passivo”

¹⁶ “Vazias” não é o nome mais apropriado para denominá-las, pois apresentam um significado geral único e constante: o de designar o falante e o destinatário.

¹⁷ Benveniste (1988), como veremos, não trata como dêiticos os pessoais, exatamente por concebê-los como prevalecendo sobre todos os outros dêiticos, que sempre os refletem de algum modo.

¹⁸ Embora possam significar a mesma coisa, a tradução como “pessoalidade” é preferível à de “personalidade”, pela freqüente associação desta última, em português, com a idéia de “conduta individual”. Ver também em Lahud (1979:107) a opção por “correlação de pessoalidade”.

comum: o de apresentar um objeto de fala, somente as duas primeiras podem tomar da palavra e se tornarem emissoras, exercendo, assim, um “papel ativo” na comunicação; a terceira não pode. Leia-se, porém, nesse “papel passivo comum”, de que fala Cervoni (1989), uma análise da função estritamente referencial dos pronomes. Examinando somente por esse ângulo de referencialidade, pode-se, com efeito, superestimar o valor da terceira pessoa, utilizando o mesmo argumento do autor de que, sendo a categoria de pessoa o suporte necessário a toda predicação, a terceira serviria de base para todos os nomes¹⁹. Cervoni (1989) apela para uma hipótese da psicomecânica de que qualquer fenômeno exige um ponto fixo, de natureza espacial, um *ele*, abstrato ao extremo, como suporte mínimo para todos os acontecimentos. Essa “pessoa de universo” seria tão fundamental que qualquer outra pessoa só existiria em substituição a ela.

Veja-se que, por esse meio, a análise se inverteria, já que tal visão esvaziaria a pessoalidade da condição natural que a institui: a subjetividade. Um poder tão ilimitado assim, cedido à terceira pessoa, daria uma abrangência irrestrita à categoria dos dêiticos, daí por que Cervoni (1989) recua ante o risco e endossa a tese de Benveniste (1988).

Efetivamente, nada justifica incluir o *ele* na mesma atividade funcional dos outros dois, como o faz Levinson, muito embora admita que compete aos dêiticos pessoais o papel de assegurar a própria troca lingüística. Afirmo o autor:

A dêixis de pessoa diz respeito à codificação do **papel** dos participantes no evento de fala em que o enunciado em questão é proferido: a categoria de **primeira pessoa** é a gramaticalização da referência do falante a si mesmo; a **segunda pessoa** é a codificação da referência do falante a um ou mais destinatários; e a **terceira pessoa** é a codificação da referência a pessoas e entidades que não são nem falantes nem destinatários do enunciado. (Levinson, 1983:62)

Por todos os motivos já expressos, o pronome *ele* (a não ser quando tem uso dêitico) será aqui excluído da consideração dos dêiticos de pessoa e, com isso, reiteramos que esse tipo de dêixis tem prevalência sobre os demais.

Conforme observa Lahud (1979), a disparidade semântica que separa os elementos tradicionalmente agrupados na categoria de pessoa é o passo determinante da construção da noção de dêixis em Benveniste. Aprofundando as conclusões deste autor, Lahud demonstra como a ruptura na categoria tradicional de pessoa repercute na separação entre as classes de dêiticos e anafóricos. Deixamos, porém, em suspenso essa discussão específica para delinear, com mais clareza, o conceito de subjetividade de que estamos respaldados.

¹⁹ Cervoni (1989) parte do pressuposto de que todos os nomes são providos da categoria de pessoa.

1.2.2 A intersubjetividade em outro sentido

A noção de subjetividade aqui sustentada não comparte da mesma visão de sujeito “assujeitado” enaltecida pela corrente da análise do discurso com inspiração em Althusser, Foucault e Lacan. A tese de que a ideologia interpela os indivíduos em sujeitos, ou de que o sujeito é a categoria constitutiva de toda ideologia, tem fundamentado as propostas de Pêcheux e, de algum modo, de analistas do discurso, como Maingueneau, Orlandi e outros.

Afirma-se que a “forma-sujeito” (introduzida por Althusser, *apud* Pêcheux, 1995) é a forma de existência histórica de qualquer indivíduo, aquele que age nas práticas sociais. A subordinação (assujeitamento) do sujeito ao Outro, mas de modo autônomo, se daria por um processo natural e sócio-histórico, pelo estabelecimento do interdiscurso como real. Nas palavras de Pêcheux:

Somos, assim, levados a examinar as propriedades discursivas da forma-sujeito, do “Ego-imaginário”, como “sujeito do discurso”. Já observamos que o sujeito se constitui pelo “esquecimento” daquilo que o determina. Podemos, agora, precisar que a interpelação do indivíduo em sujeito de seu discurso se efetua pela identificação (do sujeito) com a formação discursiva que o domina (isto é, na qual ele é constituído como sujeito): essa identificação, fundadora da unidade (imaginária) do sujeito, apóia-se no fato de que os elementos do interdiscurso (...), que constituem, no discurso do sujeito, **os traços daquilo que o determina**, são re-inscritos no discurso do próprio sujeito. (Pêcheux, 1995:163)

Critica-se a idéia de “sujeito falante” da teoria da enunciação, sintetizada no pensamento de Benveniste, por ocupar um lugar central (a fonte) no ato de produção da linguagem. Também se censura o fato de se estudarem as marcas lingüísticas da enunciação como pistas que atestam a relação do sujeito com seu dizer. Como justifica Orlandi:

Na constituição da subjetividade, que é segundo a teoria da enunciação a propriedade principal da linguagem, o sujeito dela se apropria (...). As marcas da enunciação manifestam o jogo da intersubjetividade. (...) Na perspectiva da análise do discurso, ao contrário, não há essa liberdade e as marcas que atestam a relação entre o sujeito e a linguagem, no texto, não são detectáveis mecânica e empiricamente. Os mecanismos enunciativos não são unívocos nem auto-evidentes. São construções discursivas com seus efeitos de caráter ideológico. (Orlandi, 1993:54; ver, sobre isso, ainda Orlandi, 1987)

Não adotamos, na íntegra, nenhuma das duas posições, mas nos beneficiamos parcialmente de ambas. Não negamos que o sujeito se incorpore ao enunciado, nem que as

formações ideológicas constituam processos de comunicação implícitos influenciando as práticas discursivas. Só não aceitamos o determinismo (embora negado pelos analistas do discurso) que parece subjugar o sujeito da enunciação a sua formação ideológica, caracterizando, conseqüentemente, o discurso (chamado de “formação discursiva”) segundo determinações exteriores. Tomamos, com efeito, o texto como objeto empírico, mas sempre indissociável de seu contexto de uso, que inclui suas condições de produção. A diferença é que não enfocamos os aspectos institucionais, sócio-históricos, e valorizamos a ação dos sujeitos na construção de seu discurso, o qual também contribui para a criação do contexto. Por essa razão, continuamos a atribuir importância às marcas de subjetividade entranhadas no texto, não as concebendo como mero reflexo da centralidade do sujeito na enunciação, mas vendo-as como sinais da realização de outro tipo de intersubjetividade, aquela que se dá entre o falante, o discurso e o contexto de criação.

É privilegiando esse inter-relacionamento que também Lyons (1982), numa crítica à propriedade subjetiva da linguagem esboçada por Benveniste (1988), por Bühler (1982), e diríamos até que por ele próprio em posições anteriores, denuncia a interpretação positivista da oposição entre subjetividade e objetividade, que, por muito tempo, orientou lingüistas e filósofos da linguagem.

O caráter subjetivo, sustenta o autor, não pode reduzir-se à simples questão da indicialidade, nem, tão-somente, deve referir-se ao modo como as línguas naturais expressam as atitudes e crenças do sujeito da enunciação. Concordando, parcialmente, com Benveniste (1988), Lyons (1982) reafirma que a linguagem não é puramente um instrumento para a expressão do pensamento proposicional, e que o significado lingüístico não se totaliza na representação simbólica, objetiva. A estrutura e o uso da linguagem pressupõem, a um só tempo, um componente subjetivo (por meio do qual o falante expressa a si mesmo) e um componente objetivo (abrangendo um conjunto de proposições comunicáveis).

Mas Lyons (1982) diverge de Benveniste (1988) num ponto crucial: o do *continuum* subjetividade-objetividade nas línguas naturais. Ora declaradamente presente, como nas marcas de indicialidade, ora sutilmente disfarçado, o subjetivo se entranha na língua, que dele se nutre, numa espécie de processo simbiótico. Assim adverte o autor:

pode-se argüir plausivelmente, primeiro, que a distinção entre o subjetivo e o objetivo é gradual, e não absoluta, e, segundo, que o que é aqui descrito como objetivo é, em origem, **intersubjetivo**, de modo que a linguagem está muito mais profundamente imbuída de subjetividade do que estou supondo. (Lyons, 1982:105 - grifo nosso)

As línguas podem variar quanto ao grau de objetividade que elas impõem ou permitem aos usuários, e há muito mais valores de subjetividade implicados nos enunciados de todas as línguas do que o que se inscreve nas marcas de indicialidade, principalmente quando se avalia o complexo intrincamento entre dêixis e modalização do discurso.

Entenda-se, de tudo isto, que a “prática intersubjetiva” das trocas comunicativas (entre *eu* e *tu*), de que fala Benveniste (1988), não é exatamente o que se define como “relação intersubjetiva” entre o homem e a linguagem, em Lyons. Explica o autor:

Devemos também buscar defender a tese do subjetivismo ilocucionário a partir do ponto de vista do existencialismo ou do estruturalismo fenomenológico (que têm muito em comum), argüindo que o indivíduo está em um relacionamento variável e dialético com o mundo em que habita; que o eu pensante ou percebedor, ou sujeito, torna-se assim um agente ilocucionário, como uma consequência de seu ser, potencialmente por dotação genética e realmente por aculturação; e que a identidade pessoal de alguém não é fixa nem imutável, mas criada e continuamente reestruturada pelo uso da linguagem. O próprio Benveniste parece ter defendido esta visão. (Lyons, 1982:105)

O subjetivismo ilocucionário supõe, portanto, uma visão filosófica, em parte coincidente com o estruturalismo fenomenológico, segundo o qual, pelo relacionamento dialético que o indivíduo mantém com o mundo, sua identidade não pode ser imutável, pelo contrário, ela se reestrutura a todo instante com o uso da linguagem. Por esse prisma, o fenômeno do subjetivismo não se restringe à maneira como as diferentes línguas codificam a expressão das atitudes e crenças do agente ilocucionário (ou sujeito), mas se amplia para uma ligação **intersubjetiva** entre os usos da língua e as ações do falante em seu contexto sócio-histórico.

Idéias assim afluem para certas concepções psicolinguísticas sobre a aquisição da linguagem, como a de Vygotsky (1993)²⁰, por exemplo, para quem, desde que a criança adquira a língua, os signos usados para se referir a entidades não são simples denominações estáveis, estocadas na memória coletiva, a serem apenas absorvidas. São, antes, entidades que se constroem na negociação do processo comunicativo.

Diferentemente do que propunha Piaget (ver, sobre isso, Piaget; Chomsky *et alii*, s/d), para Vygotsky, em qualquer período, a fala é sempre socializada, e sua função primordial é a comunicação, já desde o choro e o balbúcio. Numa etapa posterior, essa fala social assumiria funções diferenciadas e se dividiria em fala egocêntrica – que não deixaria de ser social – e fala comunicativa. A fala egocêntrica teria a função de expressar e liberar tensões, além de tentar

²⁰ O original data de 1962.

planejar a solução de um problema. Na fala comunicativa, a criança tentaria estabelecer comunicação com os outros.

Constituindo um estágio transitório, a fala egocêntrica evoluiria “socialmente” para a fala interior, momento crucial em que a linguagem começaria a servir ao intelecto, e os pensamentos passariam a ser verbalizados. A criança descobriria, nessa fase, a função simbólica das palavras, e a linguagem se tornaria racional. Quando a fala interior se formasse, as estruturas dominadas pela criança se tornariam a própria base do pensamento. A partir daí, o desenvolvimento do pensamento passaria a ser determinado pela linguagem, pelos instrumentos lingüísticos do pensamento e pela experiência sócio-cultural da criança.

Estes pensamentos repercutem ainda hoje, mas com reformulações profundas e diversas (ver, por exemplo, Albano, 1990). Menção especial seja feita à tese de Mondada; Dubois (1995), pela qual se orienta esta pesquisa, de que nem mesmo os objetos do mundo extralingüístico são categorizados de forma idêntica pelos sistemas cognitivos humanos. Conforme mostraremos no capítulo 2, as categorizações naturais ou sociais mudam na mesma proporção em que variam as perspectivas pelas quais um elemento ou um fato é identificado.

Em trabalho anterior, em que já pretendia descrever como se organiza a atividade enunciativa, Mondada (1994) fundamenta seu estudo justamente nessa intersubjetividade que faz permanente a reconstrução do discurso e dos “objetos de discurso” que processam a “referenciação”:

vamos analisar mais os traços que deixam o discurso se fazer, mais que aqueles do discurso como totalidade acabada. Isto permite descrever os procedimentos pelos quais o discurso em situação conduz sempre a reestruturações dos recursos que o tornam possível – reconhecendo a dimensão essencialmente instável dos fatos discursivos constantemente suscetíveis de ser reelaborados, transformados, reconfigurados. (Mondada, 1994:16-17)

Fixando-se nesse ponto fundamental, a autora chega a recusar as denominações de “referente”, ou mesmo de “objeto do discurso”, em favor da designação de “objetos de discurso”, pela concepção de linguagem que elas subentendem. Enquanto as duas primeiras expressões apenas reenviariam a um elemento a que o discurso faz referência, o termo “objeto de discurso” significaria um objeto que vai se constituindo no próprio discurso, construído pelos meios e processos lingüísticos. Acrescenta a autora:

é dentro e pelo discurso que são postos, delimitados, desenvolvidos, transformados os objetos de discurso, que não preexistem a ele e não têm uma estrutura fixa, mas que, ao contrário, emergem e se elaboram

progressivamente na dinâmica discursiva. Dito de outro modo: o objeto de discurso não leva à verbalização de um objeto autônomo e externo ao discurso; ele não é um “referente” que teria sido codificado lingüisticamente. (Mondada, 1994:62)

Embora estejamos usando como pressuposto esse mesmo conceito de referência embandeirado por Mondada e outros, não achamos necessário substituir termos clássicos como referente (e referência) por “objeto de discurso” (e “referenciação”). Empregaremos indistintamente um ou outro, deixando claro, porém, desde já, o alicerce teórico que os estabelece.

Existe uma base comum para as categorias com que se constrói a comunicação, mas, a todo instante, os interlocutores passam desse eixo central para diversos pontos periféricos, de acordo com as mudanças de contexto, ou com os propósitos argumentativos.

O mesmo comportamento variável se observa - e com maior razão - nas categorias lingüísticas. As formas de designação são negociadas pelos interlocutores a todo momento no discurso, através de transformações, correções e ratificações. Eis por que o processo de se referir ao mundo através da língua (por meio de expressões referenciais indiciais) é visto, neste trabalho, como resultante de práticas simbólicas intersubjetivas.

1.3 Dêiticos vs. anafóricos e o critério da pessoalidade

Por esse amparo teórico, entendemos como fortemente intersubjetivo o relacionamento entre os sujeitos do discurso e a noção de dêixis, viabilizada na língua pela categoria de pessoa. Dissemos que, por se referirem à realidade do discurso, as duas primeiras pessoas se desgarram da terceira para constituir e orientar, como elementos fundamentais, uma outra classe de signos – a dos **dêiticos**.

A análise de Benveniste (1988) trata os pronomes verdadeiramente pessoais como “indicadores de subjetividade”; o termo *dêiticos* é reservado aos pronomes de valor demonstrativo e circunstancial, que mensuram as noções de proximidade/distância no tempo e no espaço a partir da instância discursiva que contém *eu*, explicitamente ou não. Também indicam subjetividade os tempos verbais, pautados que são pelos tempos do discurso; contudo não são alvo de nosso interesse.

Os dêiticos representados por tais pronomes se deixam guiar pelos indicadores de subjetividade (ou de pessoalidade), mas se descrevem por um traço bastante peculiar, ausente

na categoria de pessoa: são também indicadores de **ostensão**, fixam fronteiras espaciais e temporais segundo o posicionamento do *eu* no momento do ato comunicativo.

Não obstante a escolha terminológica – que não adotaremos, pois incluímos os pessoais também entre os dêiticos, Benveniste (1988) assevera, com propriedade, que o traço essencial que caracteriza todo um grupo de signos dêiticos é a relação entre o indicador (quer seja de pessoa, tempo ou lugar) e a presente instância de discurso. Isso é o que, de resto, define a dêixis.

Assim, estando desprovida da condição de pessoalidade, ou de subjetividade, a terceira pessoa gramatical desempenha, no discurso, uma função eminentemente **representativa**. Não lhe compete promover o elo entre o enunciado e a enunciação, mas representar um outro segmento construído a partir do mesmo contexto discursivo, a que muitas vezes se tem chamado de “antecedente”. Eis por que, Lahud refina as proposições de Benveniste (1988) ao associar o *ele* à dimensão semântica da “representação anafórica”:

O *ele* não é pessoal na exata medida em que é **anafórico**; ou, que a disparidade entre *eu/tu* e *ele*, sobre a qual tanto insistimos, corresponde ao fato que *ele* “representa”, ao passo que *eu/tu* são signos de uma “relação ao ato de fala”. (Lahud, 1979:118)

Desse modo, em Benveniste (1988), a mesma linha demarcatória que separa os pronomes realmente pessoais *eu/tu* do pronome não-pessoal *ele* também divide, respectivamente, os dêiticos e os anafóricos. Enquanto os dêiticos, organizados a partir dos indicadores de subjetividade (*eu* e *tu*) referem a realidade enunciativa, os anafóricos (representados por *ele*) não indicam pessoa e não participam, portanto, do componente subjetivo da língua, uma vez que seu papel é outro: o de promover um **elo referencial** entre dois termos em algum sentido presentes no contexto do discurso.

1.4 Dêiticos vs. anafóricos e o critério da referencialidade

Vista sob o plano da pessoalidade, a separação entre as classes de dêiticos e anafóricos até pareceria bastante nítida, todavia nem mesmo na descrição de Benveniste (1988) a fronteira está bem delimitada. Uma vez que, para o autor, a não-pessoa é o único modo de uma instância de discurso não remeter a si própria, então, por uma questão de coerência, o que ele trata como dêiticos (ou seja, pronomes demonstrativos e circunstanciais) também deve inserir-se no grupo de “terceira pessoa”. E é exatamente isto que declara o autor:

Assim, na classe formal do pronomes, os chamados de “terceira pessoa” são inteiramente diferentes de *eu* e *tu*, pela sua função e pela sua natureza. Como já se viu há muito tempo, as formas como *ele*, *o*, *isso* etc. só servem na qualidade de substitutos abreviativos (Benveniste, 1988:282 - **negrito nosso**)

Vê-se, pois, que, na própria caracterização de Benveniste, demonstrativos e circunstanciais, ao mesmo tempo que se definem com base nos indicadores de pessoalidade (pela relação com *eu* e *tu*), pertencem igualmente à categoria da não-pessoa (sempre concebida pelo autor como “não-subjetiva”) e, como tais, estão aptos a remeter à realidade objetiva. Assim, a “mesma mão” que os expurga do conjunto dos pessoais é também a que os traz de volta à condição de subjetividade. Leia-se no próprio autor:

Os pronomes pessoais são o primeiro ponto de apoio para essa revelação da subjetividade na linguagem. Desses pronomes dependem por sua vez outras classes de pronomes, que participam do mesmo status. São os indicadores da dêixis, **demonstrativos, advérbios, adjetivos**, que organizam as relações espaciais e temporais em torno do “sujeito” tomado como ponto de referência: “isto, aqui, agora” e suas numerosas correlações “isso, ontem, no ano passado, amanhã” etc. **Têm em comum o traço de se definirem somente com relação à instância de discurso na qual são produzidos, isto é, sob a dependência do *eu* que aí se enuncia.** (Benveniste, 1988:288 - **negrito nosso**)

Lahud (1979) compreendeu muito bem a disparidade entre as duas perspectivas possíveis para a caracterização da dêixis. Se, de um lado, os dêíticos são elementos que remetem à realidade discursiva, de outro, têm a mesma capacidade representativa de qualquer anafórico.

Tendo em vista apenas a dimensão **referencial** do signo, dêíticos e anafóricos poderiam caber perfeitamente num único grupo semântico: aquele que desempenha a função de designar uma entidade. No fundo, seriam todos “indicadores de referencialidade” (Benveniste, 1988). A diferença seria apenas uma questão de grau²¹: enquanto o dêítico mostra o elemento numa situação real de comunicação, o anafórico o lembra, ou representa-o, associando-o a um contexto já enunciado. Eis o que diz o autor:

... na realidade a assimilação da noção de dêixis à problemática da referência faz da separação dos dois grupos de signos em questão **uma simples diferença de grau, e não de natureza**. Mais precisamente, a partir do momento em que se concebem os dêíticos como indicadores referenciais, **atribui-se a mesma função aos anafóricos, o único aspecto determinando sua diferenciação sendo constituído pelas condições de realização dessa**

²¹ Lahud (1979) toma, aqui, o argumento de Bally (*apud* Lahud, 1979), para quem representar uma entidade é realizar uma “atualização de segundo grau”.

função comum: (...) num caso é a situação extralingüística que determina o referente do indicador; no outro, essa determinação é operada pelo contexto. (Lahud, 1979:119-120 - negrito nosso)

Por outro ângulo, tendo em conta a natureza da relação, como defende Benveniste (1988), só os dêiticos são capazes de criar o vínculo entre o enunciado e a situação enunciativa estabelecida pelas pessoas do discurso. E isso os particulariza como indicadores de subjetividade.

Partimos da hipótese de que o cerne do problema de descrição dos dêiticos discursivos, em oposição às expressões anafóricas, reside, antes, nessa duplicidade de funções enraizada nos modos conflitantes, mas não excludentes, de conceber os dêiticos e os anafóricos.

A análise seguinte demarca o lugar reservado à dêixis discursiva no quadro dos dêiticos em geral, avaliados segundo o relacionamento que mantêm com o sujeito do discurso.

1.5 Tipos de dêixis e o pressuposto do egocentrismo

A classificação tradicional dos dêiticos se funda nos próprios sujeitos do ato comunicativo e na localização espacial e temporal da enunciação. Diz-se, então, que tais elementos lingüísticos fazem referência à situação em que o enunciado é produzido, ou seja: às coordenadas de pessoa, tempo e lugar, que definem, respectivamente, as dêixis pessoal, temporal e espacial. Considerando também o contexto do discurso e os níveis de linguagem, Fillmore acrescentou, a esses três tipos clássicos, as dêixis discursiva e social:

Estes [aspectos do ato comunicativo] incluem, como já mencionei, a identidade dos interlocutores na situação de comunicação, coberta pelo termo *dêixis de pessoa*; o lugar ou lugares nos quais esses indivíduos estão localizados, para os quais temos o termo *dêixis de lugar*; o tempo em que se dá o ato comunicativo - para isto, precisamos distinguir o "encoding time", o tempo no qual a mensagem é enviada, do "decoding time", o tempo no qual a mensagem é recebida - os dois juntos estão sob o título de *dêixis de tempo*; a matriz de material lingüístico de que faz parte o enunciado, isto é, as partes precedentes e conseqüentes do discurso, a que nós nos referimos como *dêixis discursiva*; e os relacionamentos sociais por parte dos participantes da conversação, que determinam, por exemplo, a escolha dos níveis discursivos honoríficos ou polidos, ou íntimos ou insultantes, etc., que podemos agrupar todos sob o termo *dêixis social*. (Fillmore, 1971: 39)

Como se pode perceber, o esquema classificatório costuma arrumar os cinco tipos de dêiticos de forma homogênea, como se apresentassem todos o mesmo status. Fillmore (1971)

declara explicitamente que as propriedades formais da dêixis são determinadas de acordo com certos “aspectos” do ato comunicativo, isto é, de acordo com o que aparece, indistintamente, nos manuais de lingüística geral, como “coordenadas dêíticas”.

Nossa proposta é que as diferentes espécies de dêixis não devem figurar num mesmo plano uniforme, por pelo menos duas razões: pelo modo como os elementos se referem ao objeto discursivo, e ainda em função de como remetem ao próprio sujeito.

Une-as o fato de se organizarem de modo egocêntrico no discurso, evidenciando a relação intersubjetiva entre os sujeitos e a linguagem. Todavia, assim como não há homogeneidade na categoria de pessoa, também não há entre os dêíticos diversos, a começar pela circunstância de que somente os pronomes de primeira e segunda pessoa são auto-referenciais, isto é, só eles retomam o próprio sujeito da enunciação a cada vez.

A capacidade de representar segmentos discursivos extensos, tendo por ponto de referência o momento da enunciação é outra singularidade própria de apenas um tipo de dêítico. Não se referir ao espaço e ao tempo da situação real, e sim, aos lugares do discurso, é a linha que separa os dêíticos discursivos dos demais.

O que segue abaixo visa não meramente a uma breve descrição dos dêíticos, mas, principalmente, ao fortalecimento de dois pontos de vista:

- a) de que os tipos de dêixis não apresentam o mesmo status;
- b) de que a dêixis discursiva pressupõe, em alguns casos, o referencial do sujeito (e, se não o faz em outros casos, ainda assim, não deixa de criar elos com os participantes da comunicação, o que lhe assegura, por legitimidade, o direito de pertencer, tanto quanto as outras espécies, ao quadro da dêixis em geral).

1.5.1 Dêixis de pessoa

No que respeita à relação com os outros dêíticos, os pronomes pessoais servem de parâmetro para a descrição de pronomes demonstrativos e circunstanciais (*este, aqui, agora* etc. - “próximos àquele que fala”; *esse, aí* etc. - “próximos àquele com quem se fala”). Até a terceira pessoa gramatical (*aquilo, ali* etc.) considera o traço de distância (ou de negação da proximidade), mas sempre medido pela posição do par *eu-tu*. Formalmente, a maioria dos dêíticos não-pessoais, apesar de determinarem a concordância em terceira pessoa, são delimitados de acordo com os participantes do ato comunicativo e com o traço de ostensão.

Outra particularidade dos pronomes pessoais, conforme concluímos, em 1.2.1, compete ainda à sua transcendência sobre os outros dêiticos, por fazerem uma referência direta e única aos sujeitos do discurso (o que se reflete na concordância verbal). Pronomes demonstrativos e circunstanciais apenas pressupõem os interlocutores em seu posicionamento espacial e temporal (por isso recebem as flexões de terceira pessoa); é como se o seu propósito comunicativo fosse, realmente, o local ou o momento a serem indicados, ficando os sujeitos da enunciação apenas como pano de fundo. Coisa completamente distinta acontece com os dêiticos pessoais.

Por vezes, porém, esse traço subjetivo que alavanca os dêiticos pessoais ao topo da escala de deiticidade parece relativizar-se em certos contextos. Alguns empregos de *eu*, *você* (ou, menos frequentemente, *tu*), por exemplo, revestem-se de aparente impessoalidade quando atuam como indeterminadores do sujeito, como na situação a seguir:

(1) "... é como bicicleta CAI... viu?... se **você** começar... tocar... tocar um violÃO... e lá:: pelas tantas... deixar parar coisa e tal... aí /cê tem que voltar tudo da estaca zero viu?..." ((F) D2-48²² - conversa espontânea - PORCUFORT²³)

O pronome pessoal de tratamento *você* (que, em português, se alterna com *tu*) faz as vezes de um indeterminador do tipo 3^a *pessoa do singular* + *se*. No entanto, uma observação atenta perceberá que sua roupagem pode ser apenas um artifício para uma intenção oposta. Trata-se de um *você/tu* genérico, cuja função, ao contrário do que faz supor a denominação de *indeterminador*, é pessoalizar enunciados impessoais, mantendo uma relação viva com a situação de enunciação, como observa Maingueneau (1981) com muita pertinência.

O fato é passível de se repetir inclusive, mas em menor incidência, com o pronome *eu* (ironicamente, a forma que simboliza o alicerce da subjetividade na língua). Confira-se em (2):

(2) "quando eu cito crítica... não é crítica:: de zombar... é crítica construtiva... alertar as pessoas... as que não tenham cultura... e as próprias a que tenham... é:: tentar resolver a/ o/ eh:: a economia desse país... tentar desenvolver um plano entre patrão... e empregado... está ganhando pouco... eu não posso pagar... então vamos acertar de uma forma... onde que o governo entre com isso... e possa acertar..." (F035 - exposição informal - NELFE)

²² Segundo convenção do projeto NURC, D2 significa Diálogo entre dois informantes; DID, Diálogo entre informante e documentador e EF, Elocução formal.

²³ Todos os exemplos extraídos dos *corpora* serão registrados com um E ou (E), para textos escritos, e com um F ou (F) para discursos orais.

A grande prova da referência genérica do *eu*, neste exemplo, é a possibilidade de permuta, sem grandes prejuízos, com o indeterminador por excelência: o de terceira pessoa do singular seguido do *se*. Note-se que, muitas vezes, como no exemplo acima, a escolha de *você* ou de *eu* não espelha a referência determinada ao receptor ou ao emissor, respectivamente. É como se o falante propusesse ao ouvinte imaginar-se numa situação hipotética, suscetível de ocorrer com qualquer um (Cavalcante, 1997a). O que é tratado, às vezes, como redução ou abrandamento do caráter subjetivo, dado o recurso gramatical da indeterminação do sujeito sintático-semântico, é, na realidade, uma estratégia eficiente de modalização do discurso, e a modalização é a própria manifestação da presença do sujeito no enunciado.

Também não nos parece apropriado falar de uma possível redução da subjetividade do *eu* sempre que se deseje privilegiar o conjunto de atributos sociais impregnados no pronome. Cervoni (1989) lembra o *eu* do poeta lírico, que remete, antes, a seu estatuto social; e o *eu* do jornalista ou do crítico de arte, que “não tem como efeito conferir um caráter eminentemente pessoal e subjetivo aos julgamentos emitidos, mas sim, ao contrário, visa dar-lhes peso por representar a posição social do autor.” (Cervoni, 1989: 45)

Ora, mas não será justamente para dar saliência a tudo o que representa esse *eu*, em termos sociais, que o enunciator escolhe a marca por excelência da subjetividade, como num convite ao destinatário para que se veja no mesmo contexto criado? Preferimos, por isso, dizer que os pessoais são selecionados, em situações como a de (2), acima, não para impessoalizar os pronomes, já subjetivos em essência, mas, pelo contrário, para, sutilmente, por meio deles, injetar subjetividade num contexto normalmente impessoal, perfeitamente comutável com um indeterminador de 3ª pessoa seguido de *se*.

Dessa forma, quando se alega que as estruturas indeterminadoras marcadas com pronomes de primeira e segunda pessoa imprimem um grau de generalização tão alto que caberia duvidar de sua deiticidade, pode-se contra-argumentar que a presença do sujeito é tão marcante que, mesmo quando se imagina sua debilidade pessoal, ela então irrompe com enorme poder persuasivo.

Já é possível, desde logo, compreender que existem diferentes graus de deiticidade, que influenciam diretamente o discurso, mas que por ele também se deixam graduar. Estritamente no caso dos dêiticos pessoais, Fiorin (1996) menciona nada menos que vinte possibilidades de neutralização de oposições no interior da categoria de pessoa. Até mesmo a forma de terceira pessoa pode subverter a norma e empregar-se deiticamente com o valor de primeira ou de segunda. Vejam-se alguns exemplos fornecidos pelo autor:

(3) “O Papa João Paulo II se despediu ontem dos brasileiros, depois de uma visita de dez dias a dez capitais (...):

- **O Papa** leva no fundo do coração o desejo e a esperança de que a Nação brasileira trilhe sempre a senda da valorização da dignidade do homem – disse.” (Fiorin, 1996:85)

Note-se o uso da terceira pessoa em negrito no lugar da primeira, num processo auto-referencial, um recurso de que muitas vezes nos valem, como em documentos oficiais: requerimentos, abaixo-assinados, e até em certas situações cotidianas do tipo:

(4) “Filhinho, o papai não quer que você faça mais isso.” (ver em Fiorin, 1996:86)

Muito natural é também o uso da terceira pessoa pela segunda, como nos seguintes exemplos citados pelo autor:

(5) “Era bilhete de Dona Esmeralda, com parabéns pelo que diziam de mim as gazetas. Também de Fonseca, que encontrei na rua depois, recebi os cumprimentos:

- Sim, senhor! **O coronel** anda por cima da carne-seca. Não sai das folhas.” (Fiorin, 1996:87)

(6) “**O meu filhinho** brincou muito?” (Fiorin, 1996:87)

Quando a indeterminação ganha o reforço da forma de plural na categoria de pessoa, os efeitos alcançados são ainda mais generalizantes. Ao empregar um dêitico como *a gente*, o falante migra do âmbito pessoal para uma esfera aparentemente impessoal, mas, a nosso ver, essencialmente subjetiva, porque não deixa de privilegiar o sujeito, envolvendo também o ouvinte, apesar de incluir outras não-pessoas. Veja-se o exemplo:

(7) “... querem dar projetos revolucionários para educação num país que eu acho que você podia pegar um prédio velho... reformar e manter... o fator histórico... o fator... o fator... educacional... investir o tempo que ia gastar num novo projeto... investir em professores... em educação... se investisse mais nesta parte... então já é um grande bem... então eu acho que tudo é economia... tudo é dinheiro... **a gente** não pode atingi/ falar sobre o problema social se a gente não/ “ah::... o país tem/ os velhos estão morrendo... assim... assim...” está morrendo por quê? muitos deles ficam em fila de aposentado... por que fila de aposentado? pra ganhar o dinheiro... e quanto ganha? é pouco... é uma miséria... então se a gente for pensar em todos os casos... a gente volta no econômico...” (F035 - exposição informal – NELFE)

A despeito de estar no plural, abrangendo outras entidades, a presença do *eu* é bastante perceptível, tanto que, em determinadas situações, o *nós* pode representar o singular, como na enunciação deste trabalho.

Em português, há um revezamento entre *a gente* e *nós* na expressão do plural gramatical da primeira pessoa. Mas, como observa Benveniste, *nós* não significa um *eu* quantificado ou multiplicado, e sim, “um *eu dilatado* além da pessoa estrita, ao mesmo tempo acrescido e de contornos vagos” (Benveniste, 1988:258). No exemplo acima, o falante inclui, simultaneamente, a si próprio, ao ouvinte e a quaisquer outros indivíduos em situação igual, pois o objetivo é pulverizar sua responsabilidade sobre uma opinião apresentada, e, sobretudo, insinuar que ela é compartilhada por todos. A seleção do dêitico pessoal modaliza o discurso, a um só tempo descomprometendo o sujeito enunciador, porém deixando sempre inscrita a sua subjetividade.

Algo semelhante ocorre com *você* na mesma instância de uso. Embora a forma pronominal seja de segunda pessoa (dêitica), o contexto discursivo faz ampliar a referência genérica, que passa a abranger também o falante e muitos outros indivíduos.

Tal ampliação ou centrifugação da referência permite, conseqüentemente, dois empregos opostos, mas não contraditórios, como lembra Benveniste:

De um lado, o “eu” se amplifica por meio de “nós” numa pessoa mais maciça, mais solene e menos definida; é o “nós” de majestade. De outro lado, o emprego de “nós” atenua a afirmação muito marcada de “eu” numa expressão mais ampla e difusa: é o “nós” de autor ou de orador. (Benveniste, 1988:258)

Postas no plural, primeira e segunda pessoas fragmentam, pois, sua “auto-referencialidade” com a retomada de outras entidades não-pessoais vagamente sugeridas, o que reduz seu grau de deiticidade, ao mesmo tempo que permite variados graus de adesão do sujeito ao enunciado produzido.

A modalização - ou engajamento do sujeito enunciador - deixa marcas no enunciado, e os indeterminadores dêiticos constituem uma delas, já que a dêixis é uma expressão de subjetividade.

A segunda espécie de dêixis diretamente definida a partir do centro dêitico do falante é a social. Como é funcionalmente menos produtiva, e como as formas que a codificam refletem relacionamentos **sociais**, mantidos pelos participantes da conversação (Fillmore, 1971)²⁴,

²⁴ Este trabalho, amplamente divulgado durante mais de vinte anos, foi finalmente publicado em um livro com raríssimos acréscimos em Fillmore, 1997, o qual passamos a referir a partir de agora.

decidimos colocá-la em segundo lugar na escala de subjetividade. São as relações em sociedade (e não a interação lingüística em si mesma) que, ao condicionar a escolha dos níveis de maior ou menor formalidade, findam por determinar a seleção de títulos honoríficos e outras expressões de intimidade ou de polidez. Examinaremos, com mais cuidado, porém, somente a dêixis espacial e a temporal, pela ligação direta com as expressões indiciais ora em estudo.

1.5.2 *Dêixis de tempo*

Segundo Lyons (1977), uma língua possui tempo quando alguma variação sistemática na estrutura das sentenças relaciona, obrigatoriamente, o momento da situação descrita com o da enunciação. Por esse prisma, o tempo é uma noção semântico-pragmática, que faz parte de um esquema **dêítico** de referência temporal, e se inscreve no domínio da subjetividade.

O tempo manifesta gramaticalmente - mas não apenas pela flexão verbal, como levam a crer os compêndios gramaticais - a relação entre o instante do estado de coisas descrito e o momento em que o enunciado é proferido. Em português, a categoria está gramaticalizada não só nos sufixos modo-temporais, mas também em expressões adverbiais circunstanciais e em conectores frásicos de valor temporal (ver Mateus *et alii*, 1989). De todas essas formas, daremos enfoque apenas aos itens adverbiais exprimindo circunstância de tempo, pela possibilidade de também serem empregados como expressões indiciais de recuperação contextual. Antes, porém, são necessárias algumas observações sobre a ambigüidade do termo *tempo*.

Línguas com esta categoria, como o português, dispõem de algumas sentenças menos temporais (“*tenseless*”, para Lyons, 1977) e de outras intemporais, que simplesmente não fazem este tipo de referência (são “*timeless*”, como diz Lyons, 1977), ou seja, realmente não estabelecem referência temporal (dêítica ou não)²⁵. É o que acontece nas chamadas verdades eternas da matemática e da teologia. Exemplos:

(8) Dois e dois são quatro.

(9) Um é o mesmo que dez décimos. etc.²⁶

²⁵ Embora reconheçamos a imbricação tempo/aspecto, não vemos necessidade de enveredar, nesta análise, pelas noções aspectuais.

²⁶ Os exemplos que aparecem sem nenhuma referência foram “fabricados” *ad hoc*.

Lyons (1977) faz a separação entre os casos acima e as sentenças onitemporais, que se referem ao tempo, mas de maneira irrestrita (são “*time-bound*”). O estado de coisas por elas descrito ocorre em todos os intervalos, como algo que sempre foi, continua sendo e sempre será. Exemplos:

- (10) A terra gira ao redor de si mesma.
- (11) Nada impede o alvorecer.

Não mantendo nenhuma relação intrínseca com a noção de tempo semântico, as sentenças intemporais e onitemporais não são compatíveis com o quadro de análise da dêixis, e por isso as excluimos.

Utilizaremos, portanto, somente as sentenças com tempo, que não apenas realizam uma referência temporal **restrita**, como também remetem a algum momento exato ou período de tempo só identificável a partir do ponto zero da enunciação, das coordenadas que definem o sujeito. Só nesses contextos discursivos se pode falar de dêixis temporal, devido à consideração da perspectiva do falante no instante do ato de fala (isto é, no “*coding time*”, ou “tempo de formulação”, nos termos de Fillmore, 1997). Por tal razão se diz que o tempo dêítico é sempre **dinâmico**.

As expressões indiciais são construídas por pronomes demonstrativos ou por pronomes adverbiais circunstanciais que podem expressar claramente o tempo dêítico, ou apenas deixá-lo pressuposto. Quando são dêíticos discursivos, usam comumente a mesma forma dos dêíticos temporais simulando uma representação do tempo linear do texto em seu aspecto tipográfico. Eis por que é relevante ponderar sobre o emprego dessas expressões.

Sempre que se deseja assinalar qualquer período como estando antes, depois ou durante um marco estabelecido, as expressões referenciais (quer dêíticas, quer não-dêíticas) tomam por base um referencial no tempo.

Pode-se falar de tempo estático, quando os eventos são localizados sobre um referente temporal externo, objetivo, absoluto. Neste caso, é necessário considerar pontos iniciais fixos, convencionados pelos membros da comunidade.

Aos termos que indicam medida temporal fixando instantes iniciais no tempo, Fillmore (1997) chamou de “unidades do calendário” (“*calendaric units*”)²⁷. Muitas dessas unidades

²⁷ Ao termo que expressa período de tempo, mas é tomado apenas como medida temporal, Fillmore (1997) considera como não sendo uma unidade do calendário. O uso não-referente ao calendário de uma palavra exprime apenas a duração de um espaço de tempo, como em “No dia 30 de abril, fará um **mês** que ele se internou.” Veja-se que, neste enunciado, a palavra “mês” não faz referência a nenhum ponto do calendário real, mas somente a uma extensão temporal, uma **medida** de tempo, que dura em média trinta dias. Algo bem diferente se passa com a

compõem ciclos maiores, por isso são denominadas **posicionais**, por representarem uma posição dentro de uma sequência. Exemplos comuns são os nomes dos meses, dos dias da semana, das estações do ano etc. Quando se diz:

(12) **Nos dias de quarta-feira**, acontecem as remarcações,

o termo posicional do calendário, grifado em (12), localiza o evento “as remarcações” em um tempo absoluto, objetivo e estático - porque independente do lugar do enunciador, e significa “no dia de quarta de todas as semanas”. As unidades assim empregadas, com aspecto iterativo, desempenham função não-dêitica.

Se se afirma, porém, que:

(13) **Na próxima quarta**, haverá um encontro de professores das universidades,

aqui, a expressão do calendário em destaque tem função dêitica, de vez que se tomou como ponto de referência o momento em que a frase foi enunciada pelo falante (a “próxima quarta” pode ser a quarta-feira mais perto do dia em que o emissor se encontra durante o ato de fala²⁸). O evento foi localizado a partir de uma base temporal mutável, subjetiva, que varia conforme a localização do enunciador no tempo de formulação (não importa quão vago ele pareça ser).

A partir do ponto zero temporal da enunciação, é possível criar variações com base no traço dêítico de proximidade vs. distância em relação ao emissor: são oposições de simultaneidade vs. não-simultaneidade, proximidade vs. não-proximidade, antes vs. depois. Fillmore complementa:

O principal propósito da categoria dêítico-temporal de proximidade é identificar um tempo particular como coincidindo, estando perto, ou estando contido na mesma unidade de tempo maior que o momento de fala, ou tempo de formulação (Fillmore, 1997:68).

palavra “abril”, neste mesmo exemplo, que designa um mês do calendário, assim como outras unidades do tipo *quinta-feira, à noite, no verão* etc.

²⁸ Marcuschi observou, em conversa informal, que certas unidades do calendário em uso dêítico sofrem também restrições de aspectos culturais. Nem sempre que se diz “na próxima quarta”, ou “na quarta-feira”, faz-se referência à quarta mais próxima do tempo de formulação. A idéia de anterioridade dêítica pode variar de acordo com determinados usos da língua. Quando a expressão é empregada na terça-feira imediatamente anterior, por exemplo, o destinatário entende que se faz referência à quarta-feira da semana posterior! Se o referente fosse o dia seguinte, possivelmente se diria *amanhã*, e não *na quarta*.

As expressões que mais se prestam a esse tipo de indicação, sem dúvida, são as de valor circunstancial, como *logo, agora mesmo, depois, recentemente, quatro dias antes, duas semanas depois* etc. Muitas vezes, para se localizar um evento no tempo, costuma-se tomar de empréstimo os pronomes demonstrativos, como *este, esse, aquele* (e flexões), antecedendo unidades do calendário.

Temos defendido que certos tipos de dêixis se colocam como mais básicos que outros. No primeiro ponto da escala, situamos a dêixis de pessoa, pela referência ao falante como o centro das coordenadas dêíticas, e também pelo fato de os demais tipos de dêixis se definirem a partir dela. Em segundo lugar, fixamos a dêixis social, que, apesar de também manter uma relação direta com os participantes da comunicação, condiciona-se a aspectos sócio-culturais e é funcionalmente menos produtiva.

Agora, cogitamos sobre qual delas deve figurar em terceiro lugar na escala, se a dêixis de tempo ou a de espaço. Lyons (1977) argumenta que os dêíticos de lugar *este* e *aquele* podem ser metaforicamente empregados com noção de tempo, o que provaria que a dêixis espacial é mais básica que a temporal. Levinson (1983) contra-argumenta alegando que toda localização dêítica só é concebida segundo a posição do falante no tempo de formulação e que, por isso, os dêíticos de lugar sempre trazem implícito um elemento da dêixis temporal.

O fato é que, muito comumente, algumas expressões temporais são úteis para mensurar o lugar, como em (14) abaixo, assim como certas expressões espaciais são usados para se referir ao tempo.

(14) Beberibe fica a uma hora de viagem.

É incontestável que um domínio pode fornecer metáforas sobre o outro. Tendo em consideração a relação intersubjetiva do falante com a linguagem, localizar um elemento exige, na verdade, sempre e **simultaneamente**, um referencial no tempo e no espaço, ainda que, em geral, seja mais **focalizado** ora um, ora outro, dependendo dos propósitos comunicativos. As transferências da dêixis espacial e temporal para o campo dêítico-discursivo sugerem muito mais que lugar e tempo são inseparáveis e indispensáveis na indicação do posicionamento do emissor.

A polêmica em torno da prevalência da dêixis de tempo sobre a de espaço já advém de uma discussão anterior relativa à possível superioridade da própria categoria de tempo sobre a de espaço. Costuma-se justificar tal alegação pela assimetria na maneira pela qual as línguas as codificam: enquanto a informação temporal seria obrigatória em toda sentença, a informação

espacial seria facultativa. Assim o afirma claramente Fiorin ao pleitear que a categoria de espaço tem menor relevância no processo de discursivização porque:

não se pode deixar de utilizar, em hipótese alguma, o tempo e a pessoa na fala, mesmo porque essas duas categorias são expressas por morfemas sufixais necessariamente presentes no vocábulo verbal. Como, porém, o espaço é expresso por morfemas livres, pode não ser manifestado. Parece que a linguagem valoriza mais a localização temporal que a espacial, pois podemos falar sem dar nenhuma indicação espacial (...). (Fiorin, 1996:258)

Blühdorn (1999) contesta esse ponto de vista demonstrando que, nas línguas indo-européias, a informação temporal não é codificada exclusivamente por afixos flexionais, pois existem inúmeras estruturas não-flexionais que codificam o tempo com os mesmos recursos com que é empacotada a informação espacial. Citemos alguns:

- verbos como *durar, começar, terminar* etc.;
- preposições, como *após, até*;
- conjunções, como *quando, enquanto* etc.;
- substantivos, como *minuto, hora, dia, semana* etc.;
- adjetivos, como *anterior, posterior, passado, futuro* etc.;
- advérbios, como *cedo, tarde, logo, antes, depois* etc.

Além disso, lembra o autor que não se pode sustentar que a noção de tempo manifestada por afixos flexionais acrescidos ao verbo seja obrigatória, porque existem as sentenças infinitas e as frases nominais, que se completam sem esta necessidade. Também não resiste à menor crítica a afirmação de que a noção de espaço é exclusivamente expressa por recursos lexicais, já que a categoria de caso apresenta o locativo e o ablativo, por exemplo, com semântica espacial.

Por fim, Blühdorn (1999) rebate o argumento de que a informação espacial é facultativa, mostrando que numerosos verbos exigem a especificação de lugar como um genuíno complemento verbal, como no português: *morar, viver, encontrar-se, ir, vir, levar, trazer* etc. (ver também, sobre este assunto, Cavalcante, 1996). O autor termina por concluir que a informação espacial e a informação temporal são igualmente necessárias e, sob esse aspecto, obrigatórias na comunicação.

Com efeito, como demonstra Neves, lugar e tempo constituem, conjuntamente, o ponto de referência do evento de fala de um dado enunciador:

Lugar e tempo de tal maneira se implicam que um dêitico de lugar, referido à elocução, pode somar a essa indicação a indicação de tempo, como em (1):

(1) Lourdinha tá dizendo **aqui** que esse negócio de cadeira na calçada (...) (D2-RE-05:26.1130-1131)

Esse trânsito de uma para outra categoria (lugar/tempo) é ilustrado em ocorrências de advérbio “de lugar”, indicando tempo (...) e de advérbio “de tempo” indicando lugar” (Neves, 1993:264)

Entretanto, é necessário admitir, pela evidência dos dados, que todos os elementos indiciais, tanto nos anafóricos quanto nos dêiticos discursivos, apontam para um **local**, se não no ambiente real em que transcorre a enunciação, pelo menos numa dimensão metaforizada deste espaço: ou dentro do próprio texto, ou dentro da memória comum. Talvez seja essa a razão por que Pontes sustenta que:

subjacente tanto aos advérbios de tempo como aos de lugar (e outros indicadores de lugar), está a **concepção espacial de tempo**. Ou seja, o tempo é concebido como uma linha [!] e é isso que explica que as classes de palavras que se usam para indicar espaço possam ser usadas para indicar tempo. Ou seja, nosso conceito de tempo é espacial, é **uma metáfora espacial** - a metáfora da linha, formada de pontos, em que os acontecimentos se sucedem, “uns depois dos outros”. (Pontes, 1992:82 – grifo nosso).

Em vista disso, não tiramos a razão de Levinson (1983) ao defender que toda localização dêitica pressupõe a posição do falante no tempo de formulação, mas este argumento se enfraquece ante a visão de que o próprio tempo dêitico só se concebe a partir de uma noção espacial.

Se é verdade que o tempo é uma metáfora do espaço, e se o significado de metáfora consiste “na transferência de uma palavra para um âmbito semântico que não é o do objeto que ela designa, e que se fundamenta numa relação de semelhança subentendida entre o sentido próprio e o figurado” (Ferreira, 1986:1126), então é viável afirmar que o espaço dêitico é o sentido próprio, básico, e que a dêixis temporal é o âmbito semântico para o qual as dimensões subjetivas de lugar se transferem.

O tempo de formulação há de estar sempre subentendido, mas não é, realmente, a finalidade do direcionamento dêitico. Em seu sentido ostensivo fundamental, de designar demonstrando, a dêixis é, por definição, um meio de localizar um elemento dentro de um **espaço** organizado de acordo com as coordenadas do falante.

1.5.3 *Dêixis de lugar*

Pode-se informar sobre a posição de um referente de diferentes modos, e um deles é tomar de partida referenciais fixos, fornecidos por medidas, como, por exemplo, a latitude e a longitude em um enunciado tal como (15), a seguir. Estes casos têm, obviamente, uso não-dêitico, e serão, por isso, desprezados aqui.:

(15) “Kabul se situa a 34 graus de latitude e a 70 de longitude”
(Levinson, 1983:79).

Outra possibilidade de localizar referentes é fazer uso de expressões que representam o sistema de coordenadas do espaço tridimensional: *acima/abaixo, frente/trás e esquerda/direita*. Para Lyons (1977), este recurso é, no fundo, um meio egocêntrico de reconhecer a orientação no espaço, que se justifica pelo próprio modo de ser biológico do homem: as características de seu corpo, sua forma de locomoção, etc.

Fillmore (1982) destaca que tais expressões construídas com base no sistema tridimensional não são primariamente dêiticas, embora possam tornar-se dêiticas se o emissor tomar implicitamente seu próprio corpo, ou do seu interlocutor, como ponto zero.

Mas vale ressaltar que, a despeito de não serem basicamente dêiticas, elas não deixam de codificar a intersubjetividade entre o sujeito e a língua, por seu condicionamento egocêntrico ou antropocêntrico.

Só se falará de dêixis de lugar quando uma expressão tiver como referencial a **orientação espacial** do enunciador, ou do destinatário em relação a ele, **no tempo de formulação** (o negrito é para chamar a atenção sobre a consideração concomitante do *aqui-e-agora*, confirmando o que foi dito acima).

Além das ponderações anteriores, para localizar um referente no espaço, é preciso também ter em conta, segundo Lyons (1977), que algumas entidades tridimensionais são automovíveis, como os seres humanos e os animais; outras são apenas movíveis; e outras são normalmente estáticas, imóveis, como montanhas, prédios e árvores.

A ancoragem do eixo frente/trás, por exemplo, é, em primeira instância, estabelecida com relação à orientação intrínseca da entidade de referência, e, nesta situação, a expressão locativa terá uso não-dêitico. É possível que haja ambigüidade nestes casos, porque se pode levar em

conta a posição do falante, e aí a expressão locativa terá emprego dêitico, como no exemplo de Levinson:

(16) “O gato está **atrás do** carro” (Levinson, 1983:82),

mostrando que “atrás de” pode ser interpretado como não-dêitico se se pensar que o gato está na traseira intrínseca do carro. Ou pode ser deiticamente empregada se o carro se interpuser entre o gato e a localização do falante.

Com relação a entidades imóveis que não apresentam a dimensão intrínseca de frente/trás e não têm orientação canônica direita/esquerda, a expressão tende a ser usada deiticamente. Quando se diz, por exemplo, *o lado esquerdo da mesa*, a tendência é logo interpretar como o lado da mesa que corresponde à esquerda do falante no tempo de formulação.

A orientação física pautada pelo corpo do homem, especificamente do falante, no espaço interacional, é que determina a dimensão frente/trás e, em segundo lugar, a de direita/esquerda de muitas entidades móveis e imóveis. Assim, o emissor toma como frente de uma entidade imóvel que não tenha frente/costas canônicas, por exemplo, aquela parte que está de frente para ele.

Nestas ocorrências, cumpre-se a mudança de um uso primariamente não-dêitico para um emprego que reconhece o centro dêitico (ler, em Fillmore, 1982, as páginas 37-41). A transferência também pode ocorrer mesmo quando não há objetos de referência explícitos, e, neste caso, tem-se propensão a fixar o corpo do enunciador como um referencial pressuposto. Fillmore (1982) trata esta situação como “dêixis por ausência” (“*deixis by default*”). O enunciado:

(17) Os meninos estão **logo à frente**.

conduz à interpretação natural de que eles estão na frente de quem enuncia a frase, ainda que este referencial seja uma pressuposição pragmática. A observação vale também para esquerda/direita, e para acima/abaixo, conforme revela o comentário de Fillmore:

E *abaixo* na sentença (12), se dito pelo piloto de um aeroplano voando sobre Paris, comunica a mesma coisa que *abaixo de nós* comunicaria neste contexto: (12) A Torre Eiffel está logo abaixo (Fillmore, 1982:40).

Um segundo tipo de transferência se daria, de acordo com o autor, quando, de modo oposto, uma expressão primariamente dêitica fosse usada não-deiticamente. O contexto favorável a este fenômeno é a narrativa de terceira pessoa, quando o narrador assume o ponto de vista do personagem ao apresentar as experiências pessoais dele. Exemplo:

(18) “Ele viveu **aqui** há muitos anos atrás” (Fillmore, 1982:39).

No momento em que o narrador emprega o circunstancial de lugar “aqui”, bem como o de tempo “atrás”, ele se coloca na perspectiva do personagem que enuncia este ato de fala e se transfere, assim, para um outro centro. Para o autor, os elementos passariam, então, a ter uso não-dêitico, pois não estariam ancorados no evento de fala em que o enunciado é produzido.

Não concebemos tal uso, porém, como não-dêitico, a não ser para um dos dois tipos de enunciação que convivem harmoniosamente nestas situações. Na verdade, o “outro centro”, para o qual se desloca o ponto de vista do narrador, também configura um campo dêitico. A narrativa trabalha dinamicamente com um duplo cenário enunciativo: o da história contada e o da narração dessa história (e isto fornece um terreno profícuo para a exploração de recursos literários). O primeiro refere-se ao ambiente da própria ficção ou da história narrada; o segundo, à enunciação do narrador dirigida a um leitor.

No primeiro centro dêitico, onde tem lugar a fala direta dos personagens, ou de quem narra em discurso indireto livre, o narrador assume, freqüentemente, o ponto de vista do personagem e, por isso, emprega os dêíticos de lugar e de tempo fixando como ponto de referência a situação real dentro da história. É como se uma instância do discurso estivesse contida em outra maior, em que o narrador se dirige, ainda que implicitamente, ao leitor. Sobre isso, Maingueneau comenta:

Naquilo que se poderia chamar embreagem paratópica, estamos diante de elementos de ordens variadas **que participam ao mesmo tempo do mundo representado pela obra e da situação paratópica através da qual se define o autor que constrói esse mundo.** (Maingueneau, 1995:174).

Num mesmo enunciado, vivem, assim, em comum os dois mundos, as duas localizações: a da narração, que é situacional, e a do fato narrado, que, embora sendo textual, também traz marcas da instância discursiva em que se movimentam os personagens.

A última espécie de dêixis, a discursiva – objeto de interesse desta pesquisa – também se constrói a partir de uma transferência, mas de outra natureza: quando as coordenadas de tempo e espaço mudam do cenário físico real para o ambiente do texto, conforme se verá em 1.5.4.

Antes, porém, achamos necessário precisar o que se costuma entender exatamente por “uso dêitico”.

Uma forma lingüística tem uso dêitico quando o ponto de referência do falante no momento do ato de fala tem que necessariamente ser considerado, não importa se dentro do campo dêitico da situação comunicativa real, ou se no contexto. Se o referencial do falante no tempo de formulação, ou no tempo de recepção, for completamente irrelevante, a expressão terá uso não-dêitico.

Conseqüentemente, haverá uso não-dêitico se o posicionamento espaço-temporal do emissor for desconsiderado na retomada de um referente. Tendo em conta somente a dêixis espacial, por exemplo, um locativo como “à esquerda” é não-dêitico em ocorrências do tipo:

(19) O diretor está à **esquerda** do professor de português.

Em uma das interpretações deste enunciado²⁹, em que se toma como referencial o lado esquerdo do professor, a localização dos participantes da comunicação não tem a menor importância para a compreensão do sentido.

A mesma expressão teria uso dêitico se assim empregada:

(20) Você está vendo aquele rapaz à **esquerda** do coqueiro?

Neste caso, a posição do emissor e do destinatário é fundamental para a identificação do elemento referido, porque o ouvinte aceita a orientação do corpo do falante como o centro do sistema de coordenadas, que pode mudar conforme seus movimentos. Um coqueiro não tem orientação intrínseca de lados. “À esquerda do coqueiro” significa “do lado do coqueiro que corresponde à esquerda do falante” no tempo da enunciação, ainda que este centro dêitico esteja implícito.

Em determinados contextos, uma forma primariamente dêitica tem sua função transferida para um emprego não-dêitico. Levinson (1983) ilustra situações dessa natureza com alguns exemplos curiosos com formas representativas de dêixis pessoal, temporal e espacial usadas não-deiticamente, segundo ele:

²⁹ Levinson faz ver que enunciados desse tipo favorecem uma ambigüidade dêitica/ não-dêitica. Isto se deve ao fato de que alguns objetos, além de poderem ter uma orientação dêitica, com base nas coordenadas do falante, permitem também uma referência não-dêitica, sempre que apresentarem orientações intrínsecas de frente, lado, costas etc. Exemplo do autor: “Bob é o homem à esquerda de Mark”, em que Bob pode estar à esquerda do próprio Mark (uso não-dêitico), ou à esquerda a partir do ponto de vista do falante (uso dêitico) (Levinson, 1983:83).

(21) “**Você** nunca pode dizer qual é o sexo deles hoje em dia.
Agora, isto não é o que eu disse.
Lá vamos nós.” (Levinson, 1983:66).

Os termos negritados em (21) sofreram uma espécie de gramaticalização, em que se neutralizou grande parte de seu significado originário, sobretudo de sua função, em proveito de outra função discursiva. Levinson (1983), em vista disso, crê no esvaziamento do valor dêitico nesses casos. Mas é preciso um pouco de cautela antes de ceder à tentação de semelhantes generalizações. Seria mais adequado falar de baixo **grau de deiticidade**, e de doses variadas.

Tome-se, de início, o exemplo de “você”, acima. Certamente, não se justifica imputar-lhe o mesmo grau de deiticidade que têm “agora” e “lá”. Conforme analisamos no item 1.5.1, a transferência da segunda pessoa dêitica para um contexto não-dêitico, muito próprio da terceira pessoa, e com valor indeterminado, tem um papel argumentativo importante no discurso. “Você”, em tais condições, não equivale simplesmente a um *se* indeterminador, não-pessoal; pelo contrário, ele tem o poder de dotar o contexto de pessoalidade e de subjetividade ao incluir os participantes da comunicação, enfatizando a forma de segunda pessoa. E, nesse sentido, ele não deixa de ser dêitico.

Se não se pode dizer o mesmo de elementos como “agora” e “lá”, pode-se, pelo menos, pôr em dúvida a anulação de sua deiticidade, na medida em que a forma que alude ao presente dêitico acentua a idéia de contraste pretendida pelo falante. “Agora” funciona, no discurso, como um **marcador conversacional**, ou, em outra perspectiva, como um operador argumentativo. Não se opõe temporalmente, de fato, a *antes*, *depois*, *ontem* ou *amanhã*, por isso sua deiticidade se adelgaça. Mas seria lícito negar que está ancorado no tempo de formulação, uma vez que marca o início de um argumento oposto exatamente naquele instante da enunciação do falante? Não será pela sugestão de tempo dêitico que o falante opta por empregar a forma, sinalizando para o receptor que, a partir daquele preciso momento, será apresentada uma declaração contrastante?

Do mesmo modo, o pronome circunstancial “lá”, acima, perde quase que totalmente sua indicação básica de lugar distante do enunciador, chegando a se comportar como um expletivo. “Lá” não é, decerto, o destino do movimento – aliás, a expressão inteira “lá vamos nós”, em português, pode nem mesmo significar locomoção, mas simplesmente uma ação que principia.

Todavia, existem um tempo e um lugar de referência pressupostos ao uso da expressão, que permitem ao falante escolher entre “**aí** vamos nós”, ou “**aqui** vamos nós”, por exemplo³⁰.

Trata-se, pois, de infiltrações sutis de subjetividade, suficientes para nos autorizar a afirmação de que a língua convencionou usos assim tendo em vista a preservação, ainda que disfarçada, do referencial do falante.

1.5.4 *Dêixis do discurso*

Quando elementos gramaticais e lexicais, dentre eles os pronomes circunstanciais e demonstrativos, mudam do campo dêitico canônico para o ambiente textual, tem-se a chamada dêixis discursiva. Por essa peculiaridade de remeter não ao espaço do emissor na instância do discurso real, mas de localizar porções do discurso em andamento, temos pleiteado que a dêixis discursiva não tem o mesmo status que as outras, e se apresenta como um tipo de derivação das dêixis temporal e espacial, as quais, por sua vez, são organizadas conforme a dêixis de pessoa.

As mesmas expressões dêíticas de tempo podem ser metaforicamente empregadas como dêíticos discursivos, numa referência à disposição das unidades gráficas no texto. Sob esse prisma de ordenação, qualquer ponto no discurso pode ser considerado como ocorrendo antes, durante ou depois, como Fillmore explica:

Um ponto no desenvolvimento de um discurso pode ser tomado como **tempo de formulação**, de tal modo que noções de tempo dêítico são completamente apropriadas a locuções dêítico-discursivas. “No último parágrafo, nós vimos...” é um exemplo com o ponto discursivo tomado como **tempo de formulação geral**; “no próximo parágrafo, eu mostrarei...” é um exemplo usando o “*encoding time*”; e “no último capítulo você viu que...” é um exemplo de “*decoding time*”.

As expressões de tempo dêítico “este”, “próximo”, “último”, que são adequadas a porções do discurso, são as mesmas apropriadas a unidades do calendário na semântica de tempo. (Fillmore, 1997:103)

Outras expressões dêítico-discursivas, porém, são tomadas diretamente da semântica de espaço. São as formas *acima*, *aqui*, *abaixo* etc. presentes em segmentos como:

(22) **Este** trabalho comenta algumas estratégias...

(23) Diferentemente dos outros casos, **aqui** não se pode dizer...

(24) Já foi observado **acima** que...

³⁰ Compare-se “lá vamos nós” com usos inteiramente não-dêíticos, como “sei lá”, em que o pronome anula inclusive seu valor circunstancial de lugar, incrustando-se à expressão, já cristalizada na língua.

(25) Como procuraremos demonstrar na análise da narrativa
abaixo transcrita...

“Aqui” ou “este trabalho” se referem ao próprio local do texto produzido pelo enunciador; “acima” e “abaixo” têm como ponto de referência o último enunciado do falante e a arrumação vertical do texto. Logo, quando se empregam dêiticos discursivos desta natureza, a distância avaliada no tempo/espço textual não perde de vista a noção de proximidade em relação ao enunciador e, por isso mesmo, mantém o subjetivismo próprio da dêixis.

Uma vez que esse tipo de dêixis discursiva também toma por referencial o marco zero do enunciador, como o fazem todas as outras espécies dêiticas, **não** podemos sustentar que seu status seja mais baixo que o das demais devido a um “baixo grau de subjetividade”. Com efeito, o tempo dêítico pressuposto na aplicação dos dêiticos discursivos continua sendo o *coding time* real, o momento em que o falante formula cada enunciado. A diferença é que as unidades posicionais usadas se referem a uma extensão temporal muitíssimo breve, porque compreendem somente o intervalo que dura a enunciação.

Do mesmo modo, não podemos afirmar que o ponto de referência espacial também não seja o do enunciador, pois, ao fixar o momento de seu último enunciado, o falante mede a distância da menção anterior ou posterior ao referente visado. Tempo e espaço estão de tal modo imbricados no jogo dêítico das localizações que não se poderia falar de um sem, necessariamente, pressupor o outro.

Mas é preciso notar que o espaço que referencia tal espécie de dêiticos discursivos não é o lugar físico real onde se encontra o falante durante o ato comunicativo, e sim, um local (embora também físico) dentro da arrumação do texto. Conseqüentemente, o status que ocupam os dêiticos discursivos não pode ser o mesmo dos outros dêiticos não-pessoais: existe uma diferença quanto à **referencialidade**. Enquanto os de lugar e tempo remetem ao ambiente real da comunicação, os do discurso apontam para outro lugar dêítico: o texto em si mesmo.

Dissemos que, nos dêiticos em geral, conjugam-se duas funções. A primeira, a de referir-se a uma entidade, é um traço comum aos anafóricos. É ela que confere a dêiticos e anafóricos a característica da foricidade. Os dêiticos de tempo e de lugar se referem à situação enunciativa real, ao passo que os anafóricos e dêiticos discursivos retomam um elemento do contexto. Mas a função da foricidade os aproxima, reunindo-os num grupo bem amplo, caracterizado pela capacidade de retomar referentes.

A segunda função, por outro lado, é exclusiva dos dêiticos: a de fazer a continuação entre o enunciado e a realidade enunciativa. Nos dêiticos discursivos acima, esse segundo papel se

transfigura, por um detalhe fundamental: o espaço e o tempo dêiticos (apoiados no referencial do falante) são reinventados dentro dos limites do texto.

Existe uma espécie de dêitico discursivo, porém, que não assinala com precisão os lugares no texto e prescinde do referencial do falante no tempo de formulação, como mostraremos no item 4.3.1.4.

Outro aspecto quase sempre observado na descrição da maioria dos dêiticos discursivos é a **relatividade** no processo de retomada: a informação referida não costuma estar pontualizada, mas diluída no discurso precedente ou conseqüente. Como diz Levinson: “A dêixis discursiva ou textual concerne ao uso de expressões dentro de um enunciado para referir uma porção do discurso contida neste enunciado (o que pode incluir até a ele próprio)” (Levinson, 1983:85).

O autor salienta a estreita ligação entre a dêixis discursiva e as citações (ou menções), já que a referência é feita a segmentos de um texto, no caso, do próprio discurso em andamento. Assim, expressões como *essa frase*, *essas palavras*, *as seguintes linhas* etc. executam uma espécie de “referência reflexiva”, porque retomam a própria forma (lexemas, expressões, partes de texto etc.).

Quando elementos dessa natureza recuperam, metalingüisticamente, outras formas do texto, não sobram dúvidas de que realmente se trata de dêixis discursiva. Lyons (1977) prefere chamar de “dêixis textual” (pela motivação da forma lingüística do texto).

Apothéloz (1995) usa denominá-la do mesmo modo. O autor a compara com a dêixis espacial, pela coordenada de lugar dêitico que norteia as relações discursivas de ambas. Se, por um lado, a dêixis de lugar (que é situacional) estabelece como ponto zero da enunciação o espaço real onde se encontra o enunciador, por outro, a dêixis textual tem como marco o lugar ou o momento do próprio texto onde a expressão dêitica é utilizada. Os dêiticos textuais, de acordo com Apothéloz (1995), exercem, por isso, uma função **metatextual**, pois permitem a organização do espaço do texto e facilitam, assim, a orientação do receptor dentro dele.

Para uniformizar o tratamento, contudo, designamos como *dêiticos discursivos* todos os elementos da categoria e reservamos a denominação de *dêiticos textuais* para o subtipo que desempenha função metatextual e se manifesta por expressões como *acima*, *abaixo*, *no x seguinte*, *no x anterior*, *aqui* etc³¹.

³¹ Esclarece Apothéloz (1995) que, quando expressões indiciais desse tipo simplesmente retomam um espaço ou um tempo anteriormente sugerido, devem ser consideradas anafóricas. Mas, exceto nas repetições literais (ou quase), em que outros contextos seria provável encontrar dêiticos textuais que já tivessem sido sugeridos anteriormente, de tal modo que pudessem ser classificados como anafóricos? E ainda que fossem meras repetições, isso não subtrairia delas a propriedade de organizar os espaços, nem o poder de conduzir o olhar do destinatário para posições no texto. Portanto, continuariam sendo os mesmos dêiticos textuais, e por isso foram assim tratados no decorrer deste estudo.

Pode acontecer que o dêitico discursivo não recupere um conteúdo proposicional diluído em segmentos do contexto, e sim, a forma pura (neste caso, excepcionalmente pontual). Repetimos, abaixo, o célebre exemplo de Lyons, cuja tradução poderia ser a seguinte:

(26) “(X diz) Aquilo é um rinoceronte!
(e Y responde) Um o quê? Soletre isso para mim.” (Lyons, 1977: 667).

O autor designa como “dêixis textual pura” um emprego como “isso”, em (26), quando foi retomada uma entidade lingüística (em sentido estrutural). Este caso se diferencia do outro tipo (na verdade, bem mais comum), que, em vez de se referir à própria forma, resgata o conteúdo não-pontual de fatos, proposições e enunciados inteiros, sem ser correferencial com eles. Exemplifica o autor:

(27) “(X diz) Eu nunca o tinha visto antes.
(e Y responde) Isso é mentira.” (Lyons, 1977:668).

Reconhecendo a dificuldade em discernir este último tipo (a que denomina “dêixis textual impura”) do anterior, e também admitindo sua vizinhança com a situação de anáfora, o autor afirma que “sua função parece cair em algum lugar entre a anáfora e a dêixis”, pois partilha das características de ambas (Lyons, 1977:668).

É exatamente neste ponto de encontro, que envolve diretamente aspectos da referencialidade, que a dêixis discursiva freqüentemente é confundida com a noção de anáfora, e foi este conflito que motivou o desenvolvimento do presente trabalho.

O entrelaçamento da dêixis (em geral) com a anáfora se acentua, pois, com o emprego das formas de natureza circunstancial e demonstrativa, que podem se reportar tanto a referentes pontuais como a entidades não-pontuais; e que podem retomar essencialmente a forma ou o conteúdo proposicional. Além disso, tanto na anáfora quanto na dêixis discursiva, a seleção de *este* (em detrimento de *esse*) pode estar condicionada também a um processo ostensivo de identificação de elementos posteriores ou anteriores do contexto, isto é, de remissões catafóricas e “anafóricas” (no sentido de direcionamento para trás).

A escolha do demonstrativo adequado pode ser motivada, algumas vezes, por fatores subjetivos difíceis de precisar, como no uso das formas *this* e *that* do inglês. Contudo, guardadas as peculiaridades de empregos assim, o fato é que os demonstrativos são

intuitivamente relacionáveis à noção dêitica de proximidade e não-proximidade, gramaticalizada no sistema pronominal de inúmeras línguas, dentre elas o português.

O caráter ostensivo, indicador de localização, das formas dêiticas dá força ao argumento de Lyons (1977) de que a dêixis de lugar prevalece sobre a de tempo, e o leva a defender a tese de que a dêixis temporal, a dêixis discursiva e a anáfora se fundamentam todas na perspectiva da **dêixis espacial**:

É a noção de proximidade relativa do momento da enunciação, no contexto, que une anáfora e dêixis textual à referência de tempo; e é o **princípio mais geral de localização que relaciona a referência temporal, em muitas línguas pelo menos, com a noção mais básica de dêixis espacial**. (Lyons, 1977:669 – grifos nossos)

O mesmo princípio geral de localização que instrui o pronome demonstrativo e o circunstancial a conduzirem a atenção do destinatário para certos referentes da situação, identificando-os a partir de sua posição em relação ao ponto zero, também orienta, de modo análogo, outras formas, como o artigo definido e pronome *ele*³², para apontarem, no texto, os antecedentes (ou fontes³³) de expressões anafóricas ou dêitico-discursivas. A capacidade ostensiva, ou indicadora, a que Lyons (1977) chama de “componente dêitico” é uma só, por essa ótica. A mesma que, a nosso ver, dirige a função de foricidade na retomada de referentes.

Com base nisso, o autor sustenta que tal componente dêitico permite ao destinatário localizar o referente no universo do discurso, em meio a suas mais diferentes representações a cada momento.

O processo anafórico, neste aspecto comum aos dêiticos discursivos, transfere, portanto, noções dêiticas espaciais para a dimensão temporal do contexto do enunciado e as reinterpreta

³² Lyons (1977) supõe que a criança começaria adquirindo um único dêitico com função meramente ostensiva, que apenas orientaria a atenção do destinatário ou para uma entidade (tal como faz um pronome demonstrativo) ou para um lugar na situação discursiva (como faz um pronome circunstancial locativo). Num estágio posterior, seria adquirido o pronome pessoal e, por último, o artigo definido. A evolução histórica dessas classes também teria transcorrido nesta mesma seqüência. Outros estudos também têm postulado que, em português, o artigo definido é derivado diretamente de *ille, illa, illud*, a mesma estrutura a partir da qual se originaram os demonstrativos. Discutindo o caráter pronominal do artigo em português, Monteiro (1978), por exemplo, considera que os pronomes pessoais oblíquos *o(s)*, *a(s)* - cujas formas coincidem com as do artigo definido - são remanescentes dessa etimologia comum. Para Lyons (1977), os pronomes pessoais de terceira pessoa teriam surgido porque não é usual os demonstrativos neutros *isto, isso, aquilo* se referirem a pessoas, e também porque se pode empregar esses demonstrativos com um valor **dêiticamente neutro**. A neutralização do sentido dêitico, ou da oposição de proximidade/distância em relação ao enunciador, somada à distinção de gênero baseada no sexo, teriam aberto caminho para o uso de *ele(s)* e *ela(s)*.

³³ Tesnière (1959:86-7) prefere o termo *fonte* e justifica: “o termo *antecedente* tem o inconveniente de designar o nome não segundo sua natureza, mas segundo sua posição, que está sujeita a todas as variações que lhe impõe a ordem linear da cadeia falada”. Como o “antecedente” pode seguir o anafórico, julgamos mais adequado, por isso, chamá-lo de *fonte*.

em termos do **universo do discurso** criado pelo texto. É nesse contexto discursivo como um todo, não no texto em si, nem no mundo objetivo, que o destinatário reconhecerá o referente. Como explica o autor:

Dizer que o referente tem uma localização textual implica, então, que ele será encontrado em uma certa parte do universo do discurso tal qual está estruturado, temporalmente, pelo texto; e a referência subsequente a este referente por meio de uma expressão anafórica o identificará pela localização textual do antecedente. (Lyons, 1977:670).

Seguindo esta linha de raciocínio, Lyons propõe que se veja a dêixis (por causa da prevalência de tal componente dêitico) como um processo mais básico que a anáfora, pois, conforme ele demonstra, toda expressão referencial definida tem a participação desse componente. Presente, assim, nas anáforas e nos dêiticos discursivos, a função dêitica (indicadora) viabiliza o reconhecimento das fontes, conferindo aos elementos um caráter fórico, habilitado a direcionar, embora de diferentes modos, a atenção do destinatário para o lugar onde podem ser encontradas. Demonstraremos, no entanto, que, no contexto de uso, a função indicadora dos dêiticos discursivos não é a mesma do anafórico *ele*.

Antes que se prossiga, convém deixar bem claro que o que se tem chamado de “função dêitica” e o que tradicionalmente se conhece por “dêitico”, ainda que sejam noções convergentes, não mantêm entre si uma correspondência necessariamente recíproca. A função dêitica se efetiva na própria remissão, por seu papel ostensivo; ela promove a localização do objeto no universo do discurso criado pelo texto. É óbvio, pois, que um dêitico exerce obrigatoriamente uma função dêitica. Mas o inverso não se verifica, pois nem toda forma que desempenha função dêitica é, necessariamente, um dêitico, como as expressões referenciais anafóricas, conforme acabamos de analisar.

Também é necessário advertir do perigo em se restringir o conceito de dêitico às formas pronominais, como se poderia ingenuamente inferir da definição seguinte:

Dêitico é todo elemento lingüístico que, num enunciado, faz referência: (1) à situação em que esse enunciado é produzido; (2) ao momento do enunciado (tempo e aspecto do verbo); (3) ao falante (modalização). Assim, **os demonstrativos, os advérbios de lugar e de tempo, em geral deles derivados, os pronomes pessoais, os artigos** (“o que está próximo” oposto a “o que está distante”) são dêiticos, constituem os aspectos indiciais da linguagem. (Dubois, Jean *et alii*, 1993:167 - os grifos são nossos).

Pronomes demonstrativos, circunstanciais de tempo e lugar, pronomes pessoais e artigos, assim como formas de sufixos flexionais agregados a radicais de verbos, constituem dêiticos, portanto, mas o universo dos dêiticos não se restringe, naturalmente, a tais elementos.

Devemos esclarecer que o que temos admitido como expressão dêitica inclui os pronomes demonstrativos, circunstanciais e certas palavras em função adjetiva com o mesmo valor demonstrativo, além de considerar também os sintagmas nominais que as contêm, como “essa situação, aquele problema” etc. Todavia, exclui os **pronomes pessoais de terceira pessoa** (exceto quando funcionam deiticamente, como no exemplo (29) abaixo), pelos motivos já fartamente explicitados anteriormente, e os **artigos**, por não pressuporem a distância em relação ao sujeito.

É bom atentar, ainda, por outro lado, para o risco de se reconhecer um termo como anafórico restritivamente por seu valor pronominal, como se poderia, mais uma vez, deduzir equivocadamente do que se lê na definição de *anafórico*, no mesmo dicionário supracitado:

Diz-se que um **pronome pessoal ou demonstrativo é anafórico** quando ele se refere a um sintagma nominal anterior ou a um sintagma nominal que se segue, como p. ex. *o* e *aquela* em *Esse artigo, eu o escrevi em dois dias* e *Aprecio AQUELE que fala francamente*. Esse emprego anafórico se opõe ao emprego dêitico do demonstrativo, como nas frases: *Prefiro esta gravata àquela*, *Ela está surpresa* (ela referindo-se a uma pessoa presente, mas não denominada anteriormente). (Dubois *et alii*, 1993:46 - negrito nosso).

O que temos aceitado como anafórico se obtém a partir de vários expedientes lingüísticos, como a mera repetição de um vocábulo, a co-significação, a hipo-nímia/hiperonímia, a associação, a aspectualização etc. e também a pronominalização. Além disso, o critério que define um anafórico não pode encerrar-se na retomada de referentes no contexto anterior ou posterior, uma vez que também os dêiticos discursivos funcionam dessa maneira. Nem tampouco se pode definir um dêitico pela remissão a objetos extralingüísticos, sob pena de expungir da classe os dêiticos discursivos.

A diferença entre dêiticos e anafóricos se torna, às vezes, muito sutil. Costuma-se dizer que, enquanto o dêitico aponta para a situação real de comunicação, o anafórico remete apenas ao ambiente do texto. Mas sabemos que esse critério é reinterpretado na perspectiva do campo dêitico textual quando se consideram os dêiticos discursivos, de maneira que a separação entre os dois se faz particularmente difícil.

Os problemas aumentam quando se menciona a possibilidade de uma “dêixis anafórica”. De acordo com Fillmore (1997), existem três espécies de uso dêitico: o **gestual**, o **simbólico** e o **anafórico**.

A primeira pergunta que sobrevém a uma classificação desta espécie é o que poderia significar exatamente um emprego “anafórico” de uma expressão dêitica. A segunda é sob qual critério esse uso se opõe aos outros dois tipos.

Toda vez que uma expressão referencial só puder ser interpretada por quem estiver presente no ambiente físico e acompanhar, momento a momento, a situação comunicativa, ela apresentará, segundo Fillmore (1997), uso dêitico **gestual**. Examine-se o seguinte exemplo:

(28) “Eu quero que você ponha isto lá” (Fillmore, 1997:63),

Seria necessário, em (28), acompanhar com o olhar para onde o falante estava apontando, para identificar o lugar indicado, daí a denominação de *gestual*.

Até mesmo um pronome pessoal de terceira pessoa pode apresentar este uso sempre que o enunciador lançar mão de pistas extralingüísticas para assegurar o reconhecimento pelo ouvinte. É possível, e até freqüente, encontrar um *ele* com a seguinte aplicação:

(29) “olha, você quase que repete o que **ele** disse” (Monteiro, 1991:47),

O pronome, em (29), se reporta a um referente que só o contexto situacional permite reconhecer. Quando certos traços prosódicos são acrescentados às formas acima, estas assumem uma função principalmente ostensiva. Acontece, neste caso, uma neutralização da função primariamente anafórica em proveito de um emprego dêitico, o que só se verifica com o uso *gestual*.

O uso dêitico **simbólico**, ao contrário, não necessita de pistas extralingüísticas, embora também só se cumpra quando a interpretação pelo destinatário exige ciência da situação em curso (já que a expressão se orienta pelas coordenadas contextuais anteriores ao enunciado). Levinson cita alguns exemplos bastante úteis para separar o *gestual* do *simbólico*. Expressões com uso dêitico *gestual* seriam:

(30) “**Você, você**, mas não **você**, estão despedidos.

Este dedo dói.

Não **aquele**, idiota, mas **aquele**.” (Levinson, 1983:66).

Só o acompanhamento perceptual e físico pela audiência permite a identificação do referente nos enunciados acima, o que é dispensável no uso simbólico, pois ele renuncia a esse tipo de monitoramento, apesar de exigir, evidentemente, o conhecimento da localização espaço-temporal do emissor como ponto zero do campo dêitico. Compare-se:

- (31) “Vamos **agora**, em vez de amanhã.
Aquela é uma bela vista.
 Alô, o Harry está **aí**?” (Levinson, 1983:66).

Nestas ocorrências, as entidades são reconhecidas não com o auxílio de traços prosódicos ou de pistas gestuais. A escolha de “agora”, em vez de “depois”, por exemplo, baseia-se no tempo do emissor durante a enunciação, mas sem depender do suporte de indicações extralingüísticas. Da mesma maneira, a seleção de “aquela” (sem que se aponte de algum modo) e de “aí” vem em decorrência do posicionamento espacial do falante. Em todos estes casos, o ponto de referência do enunciador está pragmaticamente pressuposto, ou seja, não foi explicitamente apontado, mas se consagrou pela prática da língua. Por isso se trata de um dêitico simbólico.

O terceiro uso dêitico, ou seja, o uso **anafórico**, da categorização de Fillmore (adotada, posteriormente, por Levinson³⁴), descreve-se por um critério completamente distinto. Entendemos que, enquanto o gestual e o simbólico estão ligados por um veio comum, pois ambos só são possíveis como dêíticos, por levarem em conta, obrigatoriamente, o ponto zero do falante, o anafórico dispensa essa imposição. Consoante Fillmore, um emprego anafórico “pode ser corretamente interpretado sabendo com que outra porção do mesmo discurso a expressão é **correferencial**” (Fillmore, 1997:61).

Sem entrar, por enquanto, no mérito da restrição do conceito de anáfora a uma simples questão de contextualidade e de correferencialidade, com a qual não concordamos, deve ficar claro que um uso anafórico não precisa ser, necessariamente, dêitico, razão por que preferimos isolá-lo como uma função independente. Foi talvez compreendendo esta separação que Levinson propôs o seguinte esquema:

³⁴ Vale lembrar que Fillmore atrela o uso anafórico à existência de correferencialidade. É o que encontramos também em Levinson (1983:67), para quem “um uso anafórico é quando algum termo seleciona como referente a mesma entidade (ou classe de objetos) que algum termo anterior no discurso selecionado”. Entretanto, como mostraremos em 2.2, um emprego anafórico implicará ou a retomada total de um mesmo objeto do discurso (e, neste caso, haverá correferencialidade), ou a retomada apenas parcial, por remissão a um contexto antecedente que pode ser um item lexical ou uma idéia apenas inferida (ver o que dizem sobre isso Marcuschi; Koch, 1998).

Diferentes usos dos termos dêiticos

- 1. *Dêiticos*: a. gestuais
 b. simbólicos
- 2. *Não-dêiticos*: a. não-anafóricos
 b. anafóricos (Levinson, 1983: 68)

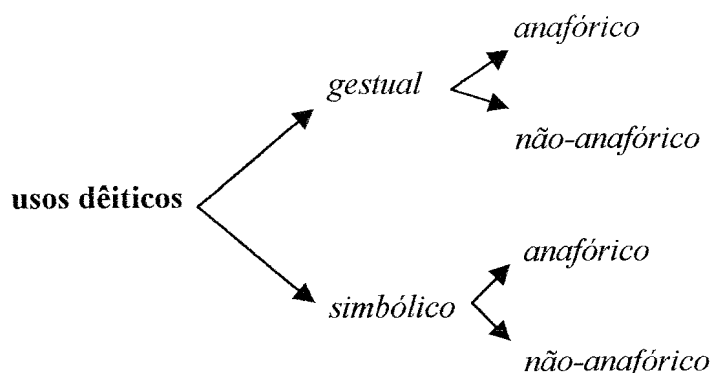
É importante perceber que, no esquema, os anafóricos (e não-anafóricos) entram na composição dos não-dêiticos, ao passo que os gestuais e simbólicos são sempre dêiticos. Note-se, ainda, que, pelo título do quadro, só é possível atribuir a “termos dêiticos” um conceito puramente formal; do contrário, a designação não poderia subagrupar “termos não-dêiticos”...

Malgrado os disponha, assim, como em dois conjuntos aparentemente excludentes, Levinson (1983) admite a possibilidade de funcionarem simultaneamente. Um elemento poderia ter, portanto, emprego ao mesmo tempo dêítico e anafórico. Comentando um exemplo já discutido por Lyons (1977):

(32) “Nasci em Londres e sempre morei **lá**” (Levinson, 1983:67),

o autor assevera que o pronome adverbial em negrito opera como um anafórico por retomar um lugar a que “Londres” se refere, e que, por outro lado, se caracteriza como um “dêítico” por pressupor a localização do falante. O emissor selecionou a forma “lá”, em oposição a “aqui”, para assinalar que ele não se encontrava em Londres, evidentemente.

Mas, antes de alcançar o âmago do problema dos “anafóricos dêiticos”, um outro aspecto da classificação de Fillmore (1997) precisa ser discutido. Se o uso simbólico, de acordo com o autor, diferencia-se por se desobrigar do monitoramento das pistas extralingüísticas, ancorando-se nas coordenadas pragmaticamente pressupostas do emissor, então é justo afirmar que um uso dêítico anafórico também não deixa de ser simbólico, já que não dispensa essa propriedade. Assim sendo, melhor seria organizá-los, num primeiro nível, apenas como gestuais e simbólicos, e reservar a um segundo plano a possibilidade de um uso anafórico ou não. Algo como o esquema abaixo:



O exemplo que fornecemos foi somente de uso simbólico anafórico. Mas é possível também um caso de gestual anafórico. Se alguém, sinalizando para o jornal que tem em mãos, comenta:

(33) Olha como os classificados do jornal O Povo são muito mais ricos! **Aqui** tem anúncio de tudo.,

não resta dúvida que o pronome adverbial foi selecionado em função da proximidade do referente em relação ao emissor. O destinatário acompanha a mímica do falante para reconhecer a localização do objeto discursivo, ao mesmo tempo que compreende, apesar de não se dar conta, que ele é correferencial com a entidade de outra expressão anteriormente introduzida.

Todavia, o esquema acima ainda não resolve todas as dificuldades. Considerar a possibilidade de um uso dêitico anafórico pode levar o analista a incorrer em alguns descuidos. O simples fato de retomar uma entidade do contexto é capaz de conferir a um dêitico a condição de uso anafórico? Sim, porém não sempre. Quando um elemento recupera um referente do contexto lingüístico, pode ser ou um anafórico, ou um dêitico discursivo. Porém nunca os dois ao mesmo tempo! Em nenhuma situação, poderão desempenhar, simultaneamente, o mesmo tipo de função dêitica **dentro do texto**. A afirmação de Levinson (1983) de que usos dêiticos e anafóricos não são mutuamente exclusivos é, desse modo, falsa no que respeita à referenciação de entidades do contexto, realizada por dêiticos discursivos e anafóricos.

Já os outros dêiticos podem, de fato, em certas situações, comportar-se como verdadeiros anafóricos, acumulando, conseqüentemente, as duas funções. Assim mostra o exemplo:

(34) "Inf.2 é eles /tão querendo arrastar ali p/ o Aracati
 porque fica perto {da zona produtora né?... DE UMA zona
 produtora porque o petróleo...é produzido em terra aquela
 região do Aracati e o em Mosso{ró lá...é onde tem os

maiores...reserva de petróleo” ((F) D2-45 – conversa espontânea - PORCUFORT)

O pronome circunstancial “lá”, em (34), realiza o que será aqui denominado de **retomada híbrida**, pois se trata de uma dupla indicialidade: uma se dirige a regiões já mencionadas no contexto; outra aponta para um espaço físico distante da posição real dos interlocutores, embora este marco referencial esteja implícito. “Lá” tem, pois, um uso dêitico simbólico e, ao mesmo tempo, resgata anaforicamente uma fonte do contexto, o que endossa a tese de que dêixis e anáfora podem coabitar pacificamente.

Um outro aspecto deve ainda ser ressaltado. Se arrumamos no esquema o uso anafórico como um subtipo de uso dêitico, temos logo a impressão de que ele possui menor status. No entanto, se analisarmos atentamente o comportamento dos “dêiticos anafóricos” no discurso, veremos que seria mais justo designá-los como “**anafóricos dêiticos**”. Observe-se o exemplo:

(35) “Levou o fenômeno (o carnê, não a casa) até a Prefeitura.
Lá descobriu que o responsável é uma tal de ‘aerocarta’.” ((E)
crônica Alexandrino - crônica - *corpus* complementar)

Quando o falante codifica o referente como “lá”, visa, de fato, a retomar a entidade “Prefeitura”, mais do que a localizar a posição do objeto discursivo como distante dos interlocutores. Em outras palavras: a finalidade do emprego é muito mais anafórica do que dêitica *stricto sensu*; a primeira é uma informação dita; a segunda é não-dita, para usar os termos de Ducrot (1977). De modo que, para esses casos de concomitância anafórica e dêitica, o quadro classificatório apresentado acima deveria estar invertido.

Seguindo este raciocínio, nada obsta a que um dêitico discursivo possa igualmente ter como objetivo retomar um segmento do contexto, ao mesmo tempo pressupondo o lugar do falante no ambiente real e acumulando, assim, um outro uso dêitico, gestual ou simbólico. Imagine-se que um aluno, de posse de um texto escrito, pergunte a um professor de português:

(36) Professor, **essa frase aqui**: ‘A maioria da turma tiraram nota baixa’ está correta?

“Essa frase aqui”, decerto, não é um anafórico, pois remete, metalingüisticamente, a uma forma do próprio texto; trata-se, portanto, um dêitico discursivo. Por outro ângulo, o demonstrativo reforçado pelo circunstancial indica um espaço real da situação comunicativa, recebendo um apoio **gestual**, que é acompanhado pelo ouvinte.

A localização do falante na comunicação real poderia, ainda, estar apenas pressuposta e, nesse caso, o dêitico discursivo apresentaria uso dêitico **simbólico**.

Deparamo-nos, então, com diversas possibilidades de retomada híbrida, isto é, de dupla indicialidade, todas apontando para o contexto, mas trazendo implícitos o lugar e o tempo dêitico real.

O esquema de Levinson (1983) não prevê, contudo, um uso dêitico diferente, em que um dêitico discursivo, ou um anafórico, retomam uma entidade contextual, mas se associam a um outro uso simbólico, não indicando o ambiente extralingüístico, porém o conhecimento compartilhado pelos interlocutores, como no exemplo:

(37) “imagine que ele num anda pela mão de ninguém hein?...
dentro de casa ele faz TUDO tudo tudo pra ele... num tem **essa**
história de fazer as coisas por ele não {ele faz tudo por Ele” ((F)
D2-39 - conversa espontânea - PORCUFORT)

O demonstrativo *essa* do dêitico discursivo se refere à ação previamente mencionada no contexto, como também convida o ouvinte a lembrar-se de muitas outras semelhantes, cujo conhecimento os interlocutores partilham.

Uma vez que tanto as expressões dêiticas quanto as anafóricas são referenciais, deve-se precisar, neste ponto da análise, o conceito de referência aqui utilizado. Tentamos, até agora, caracterizar os dêiticos em geral, e os discursivos em particular, como meios lingüísticos de instauração e de efetivação da intersubjetividade entre o enunciador e o discurso. Por essa perspectiva, as vigas que sustentam os dêiticos discursivos (separando-os dos anafóricos) encontram nas coordenadas do falante seu grande e único pilar. Buscaremos, a partir de então, no campo da referencialidade, outros parâmetros de caracterização dos dois fenômenos.

CAPÍTULO 2 - REFERÊNCIA E ANÁFORA

... o discurso quebra constantemente sua linearidade, e sua opacidade; em sua tentativa de superar os obstáculos, muda sua planificação e modifica ad hoc seu modo de organizar-se. (Mondada)

O termo *referir* veio do latim “referre”, que, por sua vez, se originou do grego “anapherein”, com o significado de “trazer para trás”, “lembrar” ou “repetir”. Com base nesse valor etimológico, sustentou-se a idéia de que a anáfora³⁵ acontece quando um pronome se refere a seu antecedente. A lingüística moderna, porém (ver, por exemplo, Lyons, 1977), tem adotado tradicionalmente outra concepção: a de que um elemento anafórico (entenda-se: fórico) se refere àquilo a que seu antecedente se refere. Levinson (1983) também declara que um uso anafórico se dá quando algum elemento escolhe como referente a mesma entidade selecionada por outro termo anterior no discurso.

Este conceito, no entanto, além de presumir que a linguagem se refere diretamente ao mundo, enclausura a anáfora nos lindes estreitos da correferencialidade, o que não se coaduna com o suporte teórico de nosso estudo.

2.1 Anáfora na visão clássica

A perspectiva tradicional, concebendo a referência como uma associação direta das seqüências da língua a determinados segmentos da realidade, vem-se perpetuando em muitos estudos lingüísticos, ainda que, por vezes, de forma velada. Tome-se como representação clara deste ponto de vista a proposta de Milner (1982), ora analisada brevemente para fins de contestação.

A referência de uma seqüência nominal, para Milner, seria o segmento da realidade ao qual está associada, mas, uma vez que os “segmentos da realidade” não precisam ser, necessariamente, espaço-temporais, então seria possível que os nomes abstratos, por exemplo,

³⁵ A palavra *anáfora* adveio do latim “*anaphora*”, que se formou da junção da partícula de reduplicação “*ana*” com o radical “*phoros*”, significando “que leva, que conduz”. (Bueno, 1988)

também fossem considerados como fazendo parte dessa realidade. Neste sentido, segundo o autor:

a cada unidade lexical individual, é relacionado um conjunto de condições que devem satisfazer um segmento da realidade para poder ser a referência de uma seqüência onde intervirá crucialmente a unidade lexical em causa. Este conjunto de condições descreve, então, **um tipo** (ou, se quiser, uma **classe**) de referência possível (Milner, 1982: 10)

Haveria, assim, uma espécie de “referência virtual”, que se estabeleceria, potencialmente, entre a unidade lexical e as propriedades e condições caracterizadoras. No léxico de uma língua, os itens se distinguiriam, portanto, dentre outros aspectos, consoante esse tipo de referência, e as classes seriam nomeadas de acordo com um conjunto de condições a serem atendidas.

Por outro lado, existiria uma “referência real”, que se manteria entre as classes de unidades do léxico e as coisas do mundo, um conceito que traduz exatamente o que a concepção tradicional entende por referência propriamente dita, ou seja, aquela em que o enunciador, ao empregar determinadas seqüências lingüísticas, remete aos objetos mundanos.

Quando se lê, por exemplo:

(38) Vende-se **esta casa**,

entende-se, pela descrição de Milner, que a referência real da expressão em destaque corresponderia à entidade mundana em que se encontra afixado o aviso. Sua referência virtual, por outro lado, representaria os traços descritivos de uma classe concebida como *casa*, pelos quais é possível considerar sua referência real.

Como admite o próprio autor, a referência virtual guarda equivalência com a noção de sentido, na medida em que “representa a definição do dicionário” (Milner, 1982:10). As condições implicadas pela referência virtual correspondem, de fato, ao significado descritivo do lexema. Mas entendemos que também se aproximam do que se caracteriza como denotação, pois, assim como o conceito de sentido, a denotação só é aplicável às unidades lexicais como classes, não como expressões em uso³⁶. Por esse traço, sentido e denotação, conforme Lyons (1977), valem independentemente de enunciados particulares.

A denotação diz respeito ao relacionamento entre os lexemas e as pessoas, coisas, lugares, propriedades, processos e atividades exteriores ao sistema lingüístico (Lyons, 1977), ou seja,

³⁶ Às unidades lexicais vistas como classes, Lyons (1977) chama de “lexemas”; às que se encontram em ocorrência de uso, ele designa como “expressões referenciais”.

entre as unidades do léxico e as classes de indivíduos por elas denominadas. Por se processarem em abstrato, sentido e denotação diferem radicalmente da relação entre as expressões referenciais e os elementos referidos, a qual só ocorre dentro da linguagem em uso.

De vez que o significado descritivo (ou sentido) das unidades lexicais não prescinde da denotação, ou está atrelado aos *denotata* a que pode aplicar-se, a “referência virtual”, de Milner (1982), pode equivaler às noções, juntas, de sentido e denotação, pelas relações potenciais que as estabelecem.

Devemos frisar que todos os sintagmas remissivos aqui examinados serão sempre analisados como expressões referenciais, instituídas por cada contexto de uso. Conseqüentemente, não operaremos com os valores abstratos dos lexemas, a não ser indiretamente, é claro, pois não é a referência virtual das expressões indiciais que está em foco neste trabalho. Por outro lado, se nos definimos pela referência real, deve ficar claro que não a adotaremos exatamente nos termos em que ela é concebida por Milner (1982).

O problema da descrição tradicional de referência reside nas relações ontológicas que ela subentende. As entidades do mundo real são encaradas como imutáveis, objetivas e estáveis, já discretizadas antes mesmo de serem referidas, o que leva a supor uma correspondência dada, preexistente, entre palavras e elementos discretos do mundo. E tal fundamento repercute, como analisaremos agora, em toda a caracterização de correferência, que, por sua vez, está arraigada à noção de anáfora.

Correferência significa “identidade referencial”, ou seja, determina que o referente retomado deve ser idêntico ao de sua fonte. Mas a concepção de anáfora não pode circunscrever-se a isso, como enfatizaremos em 2.2, já que há incontáveis casos que escapam a essa restrição rigorosa. Dando-se conta de parte dessas limitações, e tentando ser coerente com sua definição dicotomizada de referência, Milner (1982) desmembrou também o conceito de correferência, seguindo a mesma orientação pela qual redefiniu a anáfora: com base nos critérios de realidade e de virtualidade. Desta maneira, a descrição de anáfora permaneceu vinculada e subordinada à idéia de correferência.

De acordo com Milner (1982), as anáforas nominais apresentam dois tipos de correferencialidade: uma “real” e outra “virtual”. A correferência real implicaria identidade material absoluta entre os objetos do mundo designados (ainda que não importasse necessariamente em identidade das expressões referenciais em uso); exemplo:

(39) “Com efeito, Rui de Leão só ingere o elixir depois de algum tempo, quando se vê doente e desenganado pelo curandeiro da tribo; e mesmo assim o faz achando que **aquele líquido** iria, quando muito, curá-lo da febre maligna.” ((E) ensaio – artigo científico – *corpus* complementar).

Por sua vez, a correferência virtual exigiria identidade material das unidades lingüísticas, isto é, requeria co-significação das expressões referenciais, pelo recurso da reiteração, como no exemplo:

(40) “As variações do fantástico são tão numerosas que subvertem a ordem preestabelecida pelas teorias; o que não quer dizer que **essas variações** impossibilitem a caracterização do fantástico como gênero. ((E) ensaio – artigo científico – *corpus* complementar)

Note-se que a correferência virtual presume uma visão de sinonímia perfeita, que o próprio autor admite ser uma imagem utópica, por isso inviável. Além disso, como observa Corblin (1985), as línguas não codificam uma forma específica para recuperar referentes, de modo que nem mesmo a repetição literal de um termo garante que se vá retomar, necessariamente, a mesma entidade já mencionada. As estruturas usadas para referir um objeto do contexto podem ser as mesmas empregadas para indicar um elemento da situação extralingüística ou trechos inteiros do discurso. Por isso a anáfora, correferencial ou não, não dispõe, a cada vez, de uma categoria formal que a represente. Trata-se de relações referenciais multiformes e não-especializadas.

Embora ciente de algumas dessas limitações, Milner (1982), para dar suporte a sua tese da correferência virtual, trabalha, então, com a possibilidade de “interseção referencial” e de “inclusão”, permitindo, dessa maneira, que duas referências virtuais distintas possam ser virtualmente correferentes por dividirem certos traços em comum.

Conquanto, na anáfora nominal, a correferência virtual se caracterize pela noção de “identidade” dos traços lexicais, as duas idéias não se equivalem. Uma forte evidência desta afirmação é a existência da anáfora pronominal, pois não se poderia falar de “identidade material (lexical)” entre nomes e pronomes. Milner (1982) sugere, em vista disso, que o pronome deveria ter a mesma referência virtual que seu antecedente (ou fonte), ratificando, assim, a hipótese de correferência virtual. Entenda-se, deste artifício, que, enquanto, na anáfora nominal, a referência virtual estaria relacionada com a retomada de propriedades em comum das unidades lexicais, nos pronomes, ela estaria ligada à recuperação dos traços do nome-antecedente.

A correferencialidade efetivada pelo pronome anafórico poderia, então, por esse recurso, ser real ou virtual. Duas grandes situações de correferência seriam prováveis de ocorrer: uma prototípica, em que as referências reais seriam idênticas; outra, mais complexa, em que, não apresentando correferência real, a anáfora só se justificaria pela correferência virtual. Veja-se o exemplo seguinte:

(41) O processo contra os inconfidentes se arrastou até 1792.
 Dos onze condenados à força, só Tiradentes foi executado. Ø Foi
 enforcado no Rio de Janeiro, em 21 de abril do mesmo ano.
 (exemplo adaptado para esta situação)

Esta ocorrência, bem típica da anáfora pronominal, apresenta o pronome anafórico *ele*, em sua forma elíptica, retomando virtualmente as propriedades lexicais do sintagma nominal, pela ótica de Milner (1982). Por outro lado, as duas referências reais, já definidas e preexistentes, sempre firmadas na materialidade do mundo extralingüístico, seriam idênticas, portanto haveria também correferencialidade real.

Todavia, uma simples reflexão sobre a anáfora pronominal, posta nesses termos, faz compreender por que o conceito de anáfora não pode estar condicionado ao de correferência, mesmo para os que defendem a tese - e talvez especialmente para eles - de que a expressão referencial se refere diretamente ao mundo extralingüístico, porque nem sempre os fatos da língua se comportam tão bem como desejam as restrições descritivas da abordagem de Milner (1982). É só pensar sobre usos como:

(42) “- a essa inferioridade econômica se soma inegavelmente
 inúmeros casos... por inferioridade de natureza processual...
 - em que consiste essa inferioridade processual?...
 - é que **o empregador**... não sente necessariamente... mas **ele**
 tem muito mais possibilidade... de constituir um advogado do que um
 empregado...” (F003 – exposição acadêmica - NELFE)

Nada garante, em (42), que se apresenta como um caso de referência genérica³⁷, que “o empregador” e “ele” recuperem, necessariamente, as mesmas entidades mundanas, ou seja, nada assegura a “identidade material absoluta entre os segmentos da realidade designados”. O sintagma “o empregador” é, aqui, usado não-especificamente, e não se pode dizer que o pronome “ele” tenha correferência real com essa entidade hipotética. Nem tampouco se pode sustentar, como faz Milner (1982), que, no emprego dos genéricos, a referência real não é o

³⁷ Lyons (1977) observa que uma proposição genérica diz alguma coisa não sobre este ou aquele grupo ou sobre qualquer indivíduo, mas acerca de **uma classe**.

gênero, numa totalidade constante em si mesma, como “empregador” neste exemplo, mas cada valor, variável quanto a sua identidade substancial. Não vemos como afirmar que “ele”, por esse viés de análise, tenha correferência real com um empregador a cada vez, na realidade substancial de cada indivíduo, pois não é esta interpretação de individualidade – por definição, oposta à de genericidade – que vem à mente do destinatário.

Exigir da anáfora o traço de correferência pode mesmo conduzir a sérios impasses, como o da caracterização de certos usos do pronome pessoal de terceira pessoa. Levinson (1983), baseado numa situação já reanalisada por Lyons (1977), e por outros, chega a conceber o pronome oblíquo do exemplo seguinte como dêitico discursivo, pela simples ausência da qualidade correferencial, que o autor supõe muito própria da anáfora:

'O homem que deu seu cheque-salário para sua mulher era mais sensato do que aquele que o deu para sua camareira.' Neste caso, o pronome *o* não é correferencial com seu cheque-salário (...). Talvez se possa dizer que o pronome se refere com sucesso por meio de uma referência dêitico-discursiva a um SN anterior (Levinson, 1983:86-87).

O oblíquo acima não partilha, porém, das características comuns aos dêíticos discursivos; representa, antes, uma retomada parcial do referente, correspondente a um “recorte” do sintagma. Apenas por uma questão de “comodidade gramatical”³⁸, aproveita-se dele somente a forma e o significado do núcleo, para realizar uma outra referenciação.

Corblin (1985) cita um exemplo semelhante para mostrar que a identidade referencial (ou correferência) não corresponde a uma categoria da língua, e que anáfora e identidade referencial são duas noções autônomas:

(43) “Maria pôs seu salário no banco e Jeane *o* gastou logo.”
(Corblin, 1985: 177)

Milner (1982) consideraria ocorrências assim como casos de correferência apenas virtual. Mas admitir a idéia de que tais pronomes são co-significativos com o SN-fonte (do mesmo modo que acontece com “o empregador” e “ele”, acima) é tomá-los como vazios, como se assumissem o significado do sintagma nominal que recuperam, conforme propõe o autor.

³⁸ Leia-se, sobre isso, a opinião de Lyons: “Sob a interpretação de (15) que nos interessa aqui, o pronome ‘o’ não é correferencial com ‘seu cheque-salário’; e não havia nenhuma menção prévia à entidade à qual ‘o’ se refere. Para a análise de (15), Partee (1973) propõe o tratamento que, seguindo Geach (1962), chama de ‘pronomes de comodidade’. É característica dos pronomes de ‘comodidade’ poderem ser substituídos por expressões idênticas, mas não necessariamente correferenciais, às expressões antecedentes.” (Lyons, 1977:674 – negrito nosso).

Sabe-se, porém, que os pronomes apresentam, semelhantemente aos nomes, suas particularidades semânticas e um significado fixo³⁹: o demonstrativo *o*, por exemplo, denota não-pessoa, porta o traço de inanimado, é singular etc. E qualquer entidade a que se refira deve ajustar-se minimamente a essas características. Não aceitamos, por isso, que os anafóricos pronominais sejam co-significativos, ou, nas palavras de Milner (1982), que tenham correferência virtual com suas fontes. O critério da virtualidade é, aliás, incompatível com os processos de referenciação, incluindo correferência, anáfora e dêixis discursiva, todas instauradas pelo discurso.

Pode-se falar de anáfora no exemplo acima, como salienta Corblin (1985), mas não de correferencialidade, o que demonstra que os dois conceitos independem, de fato, um do outro.

Mais um ponto de dificuldades é a afirmação, de Milner (1982), de que a relação anafórica é exclusivamente interpretável pelo contexto lingüístico, sem que se precise recorrer a informações extralingüísticas pressupostas. Entretanto, basta um exemplo corriqueiro para compreender, de imediato, que as informações respaldadas pelo conhecimento compartilhado são imprescindíveis para a interpretação do anafórico. Um exemplo, já reanalisado por Apothéloz; Reichler-Béguelin (1995), e muito divulgado na literatura sobre o assunto, reforça o que dissemos. Em português, o texto seria mais ou menos assim:

(44) “[O guarda traz a refeição.]
Primeiro preso: - Que é isso?
Guarda: - **Um consomê à moda do chefe...**
[Os homens começam a comer...]
Segundo preso: - **Ela não é “tomável”.**
(Apothéloz; Reichler-Béguelin (1995:255)

Não fosse o esforço cooperativo (no sentido de Grice, 1975) do receptor para estabelecer, por meio de um conteúdo compartilhado, a ligação entre “consomê” e “sopa”, a relação anafórica entre “ela” e “sopa” não seria reconhecida. Ainda que não explicita, o falante seleciona a expressão recategorizadora “a sopa” em função dos propósitos que pretende atingir, e só o faz considerando o *background* do ouvinte sobre as propriedades que permitem caracterizar o referente como tal.

³⁹ Vale conferir a discussão de Monteiro (1991:36) sobre o assunto. Afirma o autor que “talvez a situação deva até ser invertida: no caso de *eu*, *tu* e outros elementos com eles relacionados (como *este*, *meu*, *aqui*, *agora* etc.), poderíamos inverter a perspectiva e afirmar que são os elementos de significação mais fixa e unívoca de todos os que compõem a língua”. Acrescenta, ainda, a conclusão de que parte do significado dos pronomes está vinculada a fatores sócio-culturais, de modo que, estando o uso social dentro do domínio da pragmática, pode-se sustentar que a significação dos pronomes só se completa na dimensão enunciativa. Este é também, como se sabe, o pensamento de Lahud, que descreve o pronome por seu valor essencialmente dêitico.

Isto demonstra que a apreensão dos processos anafóricos não se alcança somente por meio de recursos estritamente lingüísticos, como pretende o autor. A recategorização “sopa” tem um objetivo discursivo muito claro: o preso deseja sustentar o ponto de vista de que a refeição era péssima. Enquanto “consomê” sugere um manjar mais ou menos refinado, “sopa” pode ter, inclusive, valor pejorativo. É justamente para explorar essa conotação negativa que “consomê” é implicitamente recategorizado como “sopa”, e designado, posteriormente, por “ela”. Para interpretar os processos de referenciação, é, portanto, fundamental ter em conta, dentre outros aspectos, a intenção argumentativa do falante.

As expressões anafóricas são, na verdade, incompletas, porque não somente necessitam da informação presente no discurso, como também, muitas vezes, só são identificáveis por meio de uma “ponte inferencial” (Kleiber *et alii*, 1991:32⁴⁰), que estabelece o elo entre o termo anafórico e a fonte.

Constatamos, assim, o quanto é insuficiente e insatisfatório aceitar a referência como uma relação direta “entre as unidades do léxico e as coisas do mundo”. Para manter a noção de correferencialidade, não só nesta como em diversas situações, é necessário alterar a própria concepção de referência. Do contrário, inúmeros enunciados não se ajustariam às definições postuladas, e teriam que merecer consideração à parte.

Uma mudança de perspectiva dessa natureza desfigura o próprio conceito de referência fincado no ponto de vista clássico, filosoficamente realista, com que Milner e outros têm lidado. Este trabalho assume, com Apothéloz; Reichler-Béguelin (1995), Mondada; Dubois (1995), e ainda outros, uma noção representacional e construtivista da referência. Por esta visão, os referentes não remetem diretamente aos segmentos da realidade e não são, portanto, objetos do mundo, mas “construtos culturais”. Apothéloz; Reichler-Béguelin (1995) preferem chamá-los de “objetos do discurso” (e Mondada, de “objetos **de** discurso”, conforme já dito em 1.2.2), “representação alimentada pela atividade lingüística” (Apothéloz; Reichler-Béguelin, 1995:239). Os objetos de discurso sofrem transformações à medida que se modifica o estado da memória discursiva (ou dos esquemas que vão se ampliando ao longo da enunciação). É o processo que se verifica na relação entre “consomê” e “sopa” do exemplo anterior. O que identifica o referente é, agora, a bagagem de conhecimento sobre o assunto de que dispõem os interlocutores a cada momento da interação. O reconhecimento do referente (ou do objeto de

⁴⁰ Como afirma o autor: “Toda anáfora precisa, para sua resolução, de um processo de inferência, **ainda que normalmente só se fale de inferência para as anáforas não-correferenciais**. Isto pela boa e simples razão de que as expressões anafóricas são expressões incompletas, que necessitam do recurso à informação presente anteriormente no discurso, uma complementação de sentido que precisa de uma ponte inferencial.” (Apothéloz; Reichler-Béguelin, 1995:32 - grifo nosso).

discurso) é o produto de uma interação entre o falante e seu ambiente. Por isso, como afirmam os autores, cada predicação relacionada ao referente modifica seu estatuto informacional na memória discursiva (Apothéloz; Reichler-Béguelin, 1995:240). Compete ao lingüista considerar não as transformações sofridas pelos objetos do mundo extralingüístico, mas as metamorfoses que afetam a representação discursiva das entidades em cada ponto do enunciado, a partir do conhecimento compartilhado de falantes e ouvintes.

Conforme analisam Mondada; Dubois (1995), nem os elementos do discurso nem as entidades do mundo têm uma segmentação *a priori*; as categorias discursivas, bem como as cognitivas, apresentam uma instabilidade que faz parte de sua própria constituição. Até mesmo o que é habitualmente considerado como um ponto estável de referência para as categorias – sustenta a autora – “pode ser ‘deategorizado’, tornado instável, evoluir sob o efeito de uma mudança de contexto ou de ponto de vista” (Mondada; Dubois, 1995:282).

As variações emergem toda vez que uma entidade, ou uma cena, é vista sob um prisma diferente, ou sob focos alterados, o que leva a uma concorrência categorial, tanto cognitiva quanto lingüística. As opções do léxico são reconstruídas na medida em que os interlocutores negociam uma versão provisória do que está em tema.

Sendo, assim, intersubjetivo acima de tudo, o ato de designar está sempre na dependência das estratégias persuasivas dos sujeitos que enunciam. A cada momento do discurso, o falante tem, à sua disposição, um número ilimitado de possibilidades lingüísticas com mais ou menos as mesmas condições referenciais básicas. Em torno desse ponto de domínio comum, abre-se um raio de características flexíveis, que vão sendo acrescidas, suprimidas e transformadas pelos emissores e receptores. Num complexo processo de categorização e recategorização cognitiva, as expressões referenciais vão sendo moduladas em função dos propósitos comunicativos. Como bem sintetizam Marcuschi e Koch:

O cérebro é um aparato que **reelabora** os dados sensoriais para fins de apreensão e compreensão. Nossa tese é a de que essa reelaboração se dá essencialmente no discurso. Não postulamos uma reelaboração subjetiva, individual, em que cada qual pode fazer o que quiser. A reelaboração deve obedecer a restrições impostas pelas condições culturais, sociais, históricas e, finalmente, pelas condições de processamento decorrentes do uso da língua. (Marcuschi; Koch, 1998:6).

As expressões que designam a anáfora e a dêixis discursiva podem, assim, a todo instante, sofrer um processo de (re)categorização⁴¹. Neste estudo, investigamos se ambas podem recategorizar-se pelos mesmos recursos e se isso, de alguma maneira, redundaria na diferença entre elas.

2.2 Anáfora redefinida

De acordo com Marcuschi; Koch (1998), nem sempre um anafórico é pronominal, correferencial nem co-significativo; também nem sempre tem uma fonte explícita no contexto. É um sentido de anáfora, portanto, bem mais largo do que aquele considerado por Halliday; Hasan (1973).

O primeiro tipo de anafórico, e mais representativo, é de fato aquele que correfere, isto é, que **retoma totalmente** um referente, e que, além disso, mantém o significado da expressão referida, ou seja, estabelece com ela uma relação de co-significação (sem, naturalmente, constituir um sinônimo perfeito), como no exemplo abaixo:

(45) “A significação do limite está exatamente na abertura para a sua transposição, ou mais do que isso, na exigência de transposição **desse limite**, para que se instaure o fantástico.” ((E) Ensaio - artigo científico - *corpus* complementar)

“Desse limite” **retoma** inteiramente (isto é: correfere) o objeto discursivo que está sendo reiterado e preserva seus traços lexicais básicos. O destaque em “retoma” é para chamar a atenção sobre o significado preciso deste termo. Marcuschi; Koch (1998) observam que as palavras *remissão* e *retomada* são muitas vezes aceitas e indevidamente aplicadas como equivalentes, apenas por constituírem ambas um tipo de determinação referencial. São operações com elementos designadores. Mas existe uma diferença conceitual entre os dois: enquanto a remissão é uma atividade própria de qualquer elemento fórico, cujo componente dêitico tem a função de apontar na direção de um outro elemento do contexto, ou da situação, a

⁴¹ Marcuschi e Koch explicam: “A **recategorização** acha-se fundada num tipo de remissão a um aspecto co(n)textual antecedente que pode ser tanto um item lexical como uma idéia ou um contexto que opera como espaço informacional (mental) para a inferenciação. (...) A característica mais saliente de todas as remissões referenciais que envolvem recategorização é a não-co-significatividade. Recategorizar um determinado referente é um processo de designação que se dá com base em subprocessos específicos. (...) [dentre os quais]: ressemantização; associação; aspectualização; hiponímia ou hiperonímia; seleção de membros do conjunto; procedimentos de explicitação.” (Marcuschi; Koch, 1998:13)

retomada se prende à **continuidade de um ponto central de referência**, que não implica necessariamente identidade (correferência). Portanto, ainda que coexistam, as duas noções não coincidem, porque se definem segundo critérios bem distintos.

Prosseguindo a descrição dos anafóricos, o segundo tipo, também correferencial, dá-se quando o elemento anaforizante é codificado não por um SN, mas por um pronome, manifesto ou não no texto. Exemplos:

(46) “um relatório reservado do centro experimental... descreve o acidente do operador E. G... **ele** teve as mãos contaminadas... ao utilizar uma torneira... que estava impregnada de material radioativo... derivado do urânio...” (F041 - notícia de TV - NELFE)

(47) “viu Eronaldo... papai foi pra Natal e Ø não falou nada” (F027 - conversa espontânea - NELFE)

O pronome “ele”, em (46), retoma explicitamente a fonte “operador E.G.”, e o zero também mantém a continuidade referencial de “papai”. Todavia, como já explicamos, não se pode afirmar que o anafórico e seu correferente co-signifiquem. Nem tampouco é possível encontrar nisto um processo de recategorização⁴².

Um terceiro tipo de anafórico, ainda correferencial, verifica-se quando a expressão antecedente é recategorizada (e aí, obviamente, não há co-significação). Conforme analisa Marcuschi (1998), neste caso não acontece uma retomada explícita como nos dois anteriores. A transformação pode ser operada por sinonímia, paráfrase, associação, metonímia etc. Exemplo:

(48) “Inf.2 o mundo todo fala nesse príncipe...né?
 Inf.1 televisão {tudo né?
 Inf.2 quer dizer o **CAra** que que é que o cara tem?...pra dar?...pro mundo? nada...
 Inf.1 é
 Inf.2 né?... e **esse homem** é::: é manchete em toda em todo mundo isso é que /tá totalmente errado...” ((F) D2-45 – conversa espontânea - PORCUFORT)

Observe-se que o mesmo referente de “esse príncipe” é primeiro retomado como “o cara” e, em seguida, como “esse homem”.

Outras situações de anáfora se afastam, porém, desse padrão de correferência, como se nota no excerto abaixo:

⁴² Deve-se entender, portanto, que, embora toda recategorização implique necessariamente que há co-significação, o inverso não se aplica. Os exemplos (46) e (47) evidenciam um caso de expressões que não são co-significativas nem são recategorizadas pelo anafórico.

(49) “mas hoje já existem aparelhos... ou DObro do tamanho do Palomar... no Havaí... o Malmequer já tem onze metro... Palomar tem cinco metro/ por dezoito... /tá certo?... então com todo esse avanço da puxada e a imagem trabalhada no computador () o GAY... eu já tenho uma câmera que tem gay... significa um intensificador de imagem quer dizer... é uma mesma capacidade de você ver luz... a ponto de praticamente você ver o que o olho não registra... quer dizer ela /tá imitando já de PERto o olho humano... né?... **TODA essa tecnologia** tem permitido a gente pegar estrelas mais próximas e super ampliar e tentar verificar o quê que tem ao redor delas...” ((F) EF-53 - aula - PORCUFORT)

A expressão referencial, em (49), retoma implicitamente, mas sem correferir, uma série de aparelhos ou de dispositivos que possibilitam à ciência maior grau de precisão. Trata-se de uma relação hiperonímica. “Toda essa tecnologia”, conforme é visível, não é co-significativa com nenhum termo anterior; as fontes são transformadas e dimensionadas por uma generalização que ajuda a conduzir o ponto de vista do enunciador. Este quarto tipo de anáfora não pode, portanto, ser caracterizado como correferencial. Às vezes, a recuperação do elemento se faz simplesmente por inferênciação, como em (50):

(50) “C: não... é que eu num tô a fim de trabalhar... viu S... esse é que é o problema (...)
S: não pode desvirtuar hein meu... precisamos trabalhar e a grana?
C: [ahn?
S: [e a grana?
(...)
C: ((falando rápido)) [a gente pode inventar **outro programa aí**”
(F034 - conversa espontânea - NELFE)

A expressão anafórica “outro programa aí” não recupera um referente explícito no contexto. Possivelmente, primeiro verificou-se uma nominalização de “trabalhar” para “trabalho”, e depois uma transformação do referente, também de modo implícito, por meio do sintagma “um programa”. O anafórico é interpretado em relação a um conteúdo subentendido, ausente do contexto anterior, porém dedutível por um raciocínio inferencial. Impossível não reconhecer neste emprego, por sinal muito corriqueiro, um processo de retomada anafórica.

A quinta situação de anáfora se distancia ainda mais da correferencialidade típica porque a expressão referencial não retoma um elemento do contexto, e sim, recupera indiretamente um objeto discursivo de uma outra expressão anterior, à qual está semanticamente (lexicalmente) associada. O referente da chamada “anáfora associativa” é representado por uma

entidade não previamente introduzida no discurso, e só é identificável por inferência a partir das informações contextuais.

É preciso reconhecer que a anáfora associativa não retoma referentes do mesmo modo que a anáfora comum. Veja-se o seguinte exemplo:

(51) Menem já fez uma reforma substancial, privatizou tudo. Seu problema é diferente: é o esgotamento desse processo, já que a Argentina não tem mais nada para privatizar e a pirotecnia acabou. Fernando Henrique está num país que tem uma economia fechada e com monopólios gigantescos, como a Petrobrás e as telecomunicações. Ou seja, no Brasil o processo está começando. **Os fogos** ainda vão queimar. (E015 - entrevista em revista - NELFE)

O sintagma nominal definido, em (51), tem uma certa dependência interpretativa do referente desencadeador, com o qual está lexicalmente ligado por uma relação de inclusão de “fogos” no significado de “pirotecnia”. O exemplo atende aos parâmetros descritos por Kleiber *et alii* (1991) para a caracterização do fenômeno, porque:

■ introduz **um referente novo** sob o **modo do conhecido**⁴³ (ou do definido, ou ainda do determinado), já que pressupõe o conhecimento compartilhado dos interlocutores para estabelecer a relação entre “fogos” e “pirotecnia”;

■ retoma **um referente diferente** daquele que já foi mencionado previamente, e é este referente anterior que permite completar ou saturar o sentido pretendido. Trata-se de uma “anáfora indireta”, já que é apenas **desencadeada** por uma fonte.

Existem, de maneira geral, duas espécies de análise da anáfora associativa: uma ampla, outra estreita. A grande questão, que tem gerado muita polêmica entre os partidários das duas concepções, é saber que restrições lingüísticas (formais) estão implicadas na relação entre o SN fonte e o sintagma em anáfora associativa. Explicam Kleiber *et alii*:

A oposição entre concepção ampla e concepção estreita se traduz por uma extensão sensivelmente diferente: a definição ampla aceita todo pronome anafórico indireto e todo demonstrativo anafórico indireto como anáfora associativa, enquanto que a definição estreita impede tal reunião, só reconhecendo como anáfora associativa possível o SN com artigo definido.

⁴³ Afirmar que um referente é “novo”, porém “conhecido”, porque compartilhado pelos interlocutores, é, conforme veremos em 5.4, classificá-lo, em outras palavras, como “novo para o discurso” e “velho para o ouvinte”, consoante a distinção elaborada por Prince (1992), de que lançamos mão neste trabalho.

A causa essencial do desacordo, parece-nos, reside no tipo particular de categoria lingüística que constitui a anáfora associativa. (Kleiber *et alii*, 1991:8-9)

Alegam os defensores da concepção estreita que o simples fato de a recuperação ser inferencial e não haver correferencialidade não legitima a distinção de uma categoria anafórica à parte, diferente da comum. As restrições formais seriam decisivas na determinação da anáfora associativa, portanto. Uma mudança de categoria lingüística formal (como o uso do pronome demonstrativo, por exemplo, no lugar do artigo definido) implicaria, assim, uma outra classificação de anáfora.

Na visão ampla, por outro lado, postula-se que a anáfora associativa não se acha restringida pela forma, mas que ela tem uma pertinência lingüística em si mesma. Ou seja, justifica-se reagrupar sob uma base única de configuração conceitual situações que apresentam categorias lingüísticas diferentes. (Kleiber *et alii*, 1991:10)

As duas concepções confluem, entretanto, para o reconhecimento de que o mecanismo que viabiliza a anáfora associativa repousa sobre conhecimentos gerais, supostamente partilhados, que põem em relação referências genéricas.

A menção prévia de um referente diferente saturando a interpretação, e sua relação lexical com ele, é o critério mais importante para justificar a separação da anáfora associativa (ou indireta, ou inferencial) da anáfora comum.

Em situações como:

(52) "Inf.1 ... é às dez hora{s... na igreja do:: São Benedito
 Inf.2 lá na:::... igreja do São Benedito ...{ah
 Inf.1 éh... então nós vamos éh a investidura vai ser eu
 acredito que o papai não POSSa {ir porQUE...
 Inf.2 não vai não
 Inf.1 é MUITo demorado
 Inf.2 depois tem que subir **aquela escada** ali na frente da
 igreja e ele num consegue mais" ((F) D2-39 - conversa
 espontânea - PORCUFORT),

o referente de "aquela escada" foi saturado a partir do sintagma "na igreja do São Benedito", mas é novo para o discurso, porque a idéia de "escada" foi acrescentada agora ao texto. Para a visão estreita, tal reconhecimento não bastaria para classificá-la como anáfora indireta, porque o uso do demonstrativo já assinalaria uma retomada direta, correferencial. Desse modo, como dizem os autores:

Elas [as anáforas associativas] introduzem um referente novo, porque não se trata de um SN definido de segunda menção, mas o apresentam sob o modo do “definido” ou do conhecido, porque sua incompletude exige uma saturação referencial.

Este fator tem por consequência separar a anáfora associativa de restrições semelhantes que comportam o possessivo ou um pronome [demonstrativo]. Sequências assim estão muito próximas das sequências com anáfora associativa: introduzem igualmente um novo referente com a ajuda de um referente mencionado anteriormente. Se não são catalogadas como anáfora associativa é porque a apresentação do referente novo introduzido não é operada precisamente sob o modo do conhecido: sua identidade é explicitamente dada como dependente de um outro referente por intermédio do possessivo e do pronome adnominal [demonstrativo]. (Kleiber *et alii*, 1991:12)

Com essa limitação, nenhuma das expressões indiciais analisadas aqui (a imensa maioria assinalada por demonstrativo ou circunstancial) constituiria uma ocorrência de anáfora associativa. Tampouco se poderia cogitar numa espécie de “dêixis discursiva associativa”. Os autores acrescentam que a anáfora associativa:

está em relação anafórica indireta (ou não-correferencial) com o referente já mencionado, enquanto que o SN possessivo ou a sequência com um pronome adnominal [demonstrativo] dão lugar a **uma anáfora direta ou correferencial com este referente**. (Kleiber *et alii*, 1992:13 - grifo nosso).

A menos, porém, que se redefina a noção de correferencialidade, não se pode afirmar que a mera presença do demonstrativo determine a “identidade referencial”. Um uso como “aquela escada”, em (52), na verdade, não correfere, e sim, alude a um referente que a experiência compartilhada permite construir e que as entidades do contexto anterior ajudam a completar semanticamente.

É necessário precisar melhor os critérios que descrevem o fenômeno, sem deixar de lado as restrições lexicais, mas também sem se sujeitar às armadilhas da forma. A noção de anáfora associativa mantida nesta pesquisa não aceita totalmente as amarras da restrição léxico-estereotípica. Não por causa do rigor formal que os estudiosos têm conferido ao fenômeno, mas pelo sem-número de ocorrências que sobram inexplicadas, porque nos parecem também apresentar uma relação associativa com uma fonte.

Em síntese, podemos dizer que existe anáfora quando um elemento pronominal ou nominal, co-significativo ou não, remete a um referente presente no universo do discurso, mas não necessariamente explícito no contexto, às vezes apenas inferido. Essa retomada do objeto discursivo pode ser correferencial, ou seja, total, ou apenas parcial. Ou pode ser, ainda, que o

anafórico, mesmo sendo um elemento novo para o discurso, recupere indiretamente um objeto do contexto com o qual está lexicalmente associado.

Marcuschi (1998) faz menção a uma sexta possibilidade de anáfora, em que o referente se constrói não pelo mesmo tipo de inferência que os demais, mas por um procedimento indutivo. É como se a expressão referencial fizesse alusão a um referente não-recuperável no contexto, no entanto delineável a partir de um *frame*. Exemplo do autor, extraído de um discurso comum a um dos *corpora* deste trabalho:

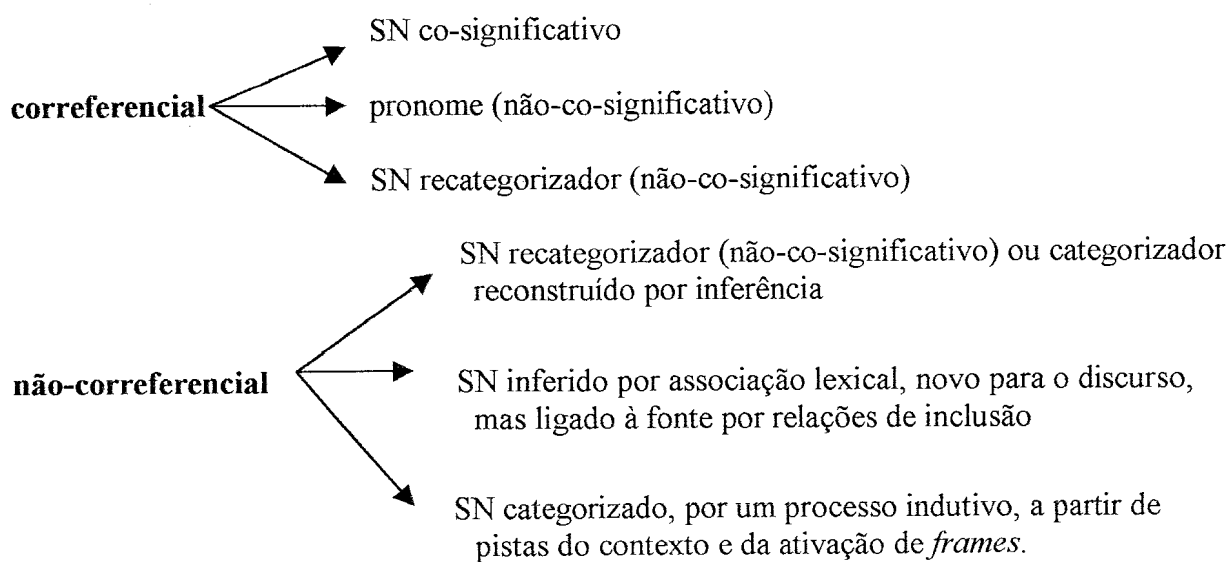
(53) “De malas prontas para o Brasil, onde participará do Fórum Econômico Mundial, em São Paulo, o presidente uruguaio, Julio María Sanguinetti (...) assiste de camarote à queda-de-braço entre seus amigos Carlos Menem e Fernando Henrique Cardoso. Se diverte comparando os dados da economia de seu pequeno país de três milhões de habitantes com **os brutamontes** que tem em suas fronteiras.” (E015 - entrevista em revista - NELFE)

O sintagma “os brutamontes” alude claramente aos vizinhos Argentina e Brasil, que não estão presentes no contexto anterior. A partir de diversas informações anteriores, o referente, mais do que simplesmente inferido, é **construído**, ou instituído naquele preciso momento do enunciado. “Em suas fronteiras” resgata o conhecimento geográfico sobre os limites do Uruguai; a imagem antitética “pequeno país de três milhões de habitantes” e “os brutamontes” fazem uma referência indireta ao tamanho dos países. Todas essas pistas e insinuações colaboram no processo de anáfora indutiva⁴⁴.

Assim caracterizada, tal noção elástica de anáfora vale independentemente do conceito de identidade referencial, isto é, de correferencialidade. Os subtipos, que não se esgotam nesta análise, estão sintetizados no esquema seguinte, juntamente com os modos de designação:

⁴⁴ É importante notar que não pairam sobre essas anáforas construídas por indução as restrições lexicais imputadas às associativas.

POSSIBILIDADES DE ANÁFORA



Contudo, conforme analisaremos no próximo capítulo, ao tentarem separar anafóricos e dêiticos discursivos, alguns autores ainda persistem na equivalência dos dois, contribuindo, dessa forma, para a imprecisão dos critérios distintivos.

CAPÍTULO 3 - ANÁFORA vs. DÊIXIS DISCURSIVA E AS DUAS FACES DA MOEDA

Os anafóricos aparecem, então, como termos de natureza e função muito diferentes daquelas dos dêiticos, quando estes são definidos como signos relacionando o enunciado à enunciação. (Lahud)

Quando lemos uma explicação como a de Levinson, abaixo, sobre o parâmetro que divide anafóricos e dêiticos discursivos, vêm-nos à mente dois pensamentos possíveis: ou os dêiticos discursivos só se diferenciam das anáforas **correferenciais**, ou o autor opera com um conceito excessivamente restritivo dos dois fenômenos. Senão vejamos:

*Harry tem bom coração; ele é muito atencioso. Aqui, Harry e ele podem ser considerados como correferenciais, i.é, selecionam o mesmo referente (...). Em princípio, a distinção é clara: quando um pronome se refere à própria expressão lingüística (ou a uma extensão do discurso), ele é dêitico-discursivo; **quando um pronome se refere à mesma entidade a que uma expressão lingüística anterior se refere**, é anafórico. (Levinson, 1983:86 – negrito nosso).*

Preferimos confiar no fato de que, para esta distinção, o autor se serviu de uma definição estrita, pois, do contrário, muitos usos, certamente, ficariam suscetíveis a uma ou outra classificação.

Uma vez que a fronteira entre os dois fenômenos não é o traço correferencial (porque existem outros tipos de anáfora), o que realmente passa a decidir entre anafóricos e dêiticos discursivos, em termos de referencialidade?

O que tem sido designado como dêixis discursiva, desde Fillmore (1971) e Lyons (1977), sempre foi - e continua sendo para alguns - apenas uma das modalidades de anáfora. Um trecho do estudo de Fávero; Koch (1983), com base em Halliday; Hasan (1973), ilustra como os dêiticos discursivos são inseridos numa categoria ampla de anafóricos:

Por meio da *anáfora* estabelece-se uma relação coesiva de referência que permite a interpretação de um item pela relação em que se encontra com algo que o precede no texto, como, por exemplo: (...)

(3) Existe a hipótese de que os primitivos habitantes da América sejam originários da Ásia. ESSA hipótese parece bastante provável.

(4) Jorge e Luís são bons profissionais. ESTE é médico. AQUELE é engenheiro. AMBOS estudaram em São Paulo.

Um elemento anafórico pode fazer referência a todo o enunciado anterior:

(5) Pedro foi preso como estelionatário. ISTO não é de admirar.
(Fávero; Koch, 1983:39-40).

Interessa-nos, particularmente, o exemplo (5) das autoras, em que o elemento destacado, uma vez retomando, não-pontualmente, a proposição anterior, seria tipicamente caracterizado como dêitico discursivo.

O motivo da separação entre anáfora e dêixis discursiva provavelmente adveio de uma comprovação dos diferentes tipos de referenciação que os dois processos empreendiam. Percebeu-se que certas expressões resgatando elementos do próprio texto, sobretudo os que resumiam pedaços discursivos maiores, não eram exatamente correferenciais. Além disso, verificava-se uma relação íntima entre determinados pronomes (em geral, de valor demonstrativo ou circunstancial de lugar) e as **menções**, formas que se referem à própria linguagem.

Constatações assim foram, aos poucos, conduzindo à reivindicação de uma nova categoria de comportamento textual muito próximo ao da anáfora, mas que não preservava o traço que sempre lhe fora peculiar: o da correferência.

O que acentua a semelhança entre anáforas e dêiticos discursivos é a capacidade comum de **retomarem** elementos do contexto. O conflito entre as duas noções tem origem, portanto, na perspectiva da **função referencial**. É ela que autoriza pesquisadores, como Marcuschi, a considerar que os dêiticos discursivos são como um subtipo de anafóricos. Assim diz o autor:

A dêixis discursiva é **um tipo de anáfora muito especial** que não traz elementos novos nem recupera um elemento **correferencialmente** e sim indicialmente. Mas esse elemento recobrado não é identificável **pontualmente**, e sim como uma parte do discurso. (negrito nosso).
(Marcuschi, 1995:7)

Corrigindo, logo em seguida, “elemento correferencialmente recuperado” por “entidades lexicalmente **correferenciáveis**”, o autor insiste na idéia de que a diferença é somente uma questão de “escopo referencial”:

A linha divisória entre uma anáfora e um DD de realização pronominal é **o fato de o DD ter como escopo referencial proposições ou enunciados e não entidades pontualizadas ou lexicalmente identificáveis** (correferenciáveis). Neste sentido, os DD operam sempre metalingüisticamente, gerando uma espécie de dêixis *enunciativa (indicial)* em oposição a uma dêixis *referencial (anafórica)* tal como distinguiu Lahud (1979:120). (Marcuschi, 1995:7 - negrito nosso)

Quando se diz que os dêiticos discursivos fazem referência ao conteúdo proposicional de trechos inteiros, tem-se em mente uma ocorrência do tipo:

(54) “Por não expressar a verdade do que foi sua relação de prestação de serviços para com a ora reclamada, sendo a presente reclamatória totalmente inconsistente e sem qualquer amparo legal que a acoberte e a legitime, **isto** será demonstrado e comprovado no desenvolvimento de nossa defesa.” (E008 – documento judicial - NELFE)

O dêitico discursivo “isto”, acima, refere-se a todo o conteúdo da justificativa anteriormente apresentada. No que respeita à referencialidade – há que se admitir -, a semelhança com um anafórico é muito grande (recorde-se o exemplo (5) de Fávero; Koch, 1983, supracitado). Como vimos em 1.5.4, esta é a situação que Lyons (1977) denominou de “dêixis textual impura”, por se tratar de uma circunstância intermediária, em parte dêixis, em parte anáfora.

Efetivamente, vista sob o prisma exclusivo da referencialidade, a dêixis discursiva poderia perfeitamente ser concebida como um subtipo de anáfora, de vez que os dois processos se descrevem por critérios idênticos, mudando apenas a abrangência referencial. Foi possivelmente pela consideração dessas formas como elementos referenciais, principalmente como recursos coesivos, que elas foram sempre reunidas na categoria maior de anáfora.

Por essa perspectiva, seria, então, sensato afirmar que, nos enunciados abaixo, as expressões referenciais em negrito são ambas anafóricas porque, sem dúvida, exercem a mesma função de recuperar entidades no discurso:

(55) “CPI — Deputado, estamos impressionados com a fortuna que o senhor conseguiu amealhar com os seus rendimentos como parlamentar.

ALVES — Por favor, eu sou um homem honrado! Eu nunca disse que o meu patrimônio foi feito com o meu salário de deputado! Eu sou um homem honrado!

CPI — Mas, então, deputado, como é que foi acumulado **esse patrimônio?**” (E165 - texto humorístico em revista - NELFE)

(56) “Sou assinante de *Veja* e tive a oportunidade de comparar as reportagens publicadas por estas revistas a respeito do novo CD de Chico Buarque. Quero parabenizá-los pela capacidade em captar todo o valor que o novo CD possui. Reconhecer a genialidade de Chico é uma demonstração de inteligência e sensibilidade. Fatores como **estes** cativam leitores e conquistam novos. “Os velhos olhos verdes” (ISTOÉ 1519).” ((E) Sr. editor - carta ao editor - corpus complementar)

A única discrepância seria que “esse patrimônio”, em (55), retoma um referente pontual anterior, enquanto que “estes (fatores)”, em (56), resumem uma entidade discursiva difusa.

Mas, conquanto pareça plausível simplesmente classificar os dêiticos discursivos como um subtipo de anáfora, vendo a ambos como meros indicadores de referencialidade, esta atitude pode deixar sem resposta uma pergunta óbvia: se eles forem apenas uma espécie de anafórico que retoma um conteúdo proposicional, ou que recupera metalingüisticamente uma forma do texto, então o que exatamente justificaria designá-los como “dêiticos” discursivos? A delimitação do escopo referencial não bastaria para alçá-los à categoria dos dêiticos. Seria até mais coerente e sem dúvida mais econômico, no caso de manter esse critério único, reuni-los todos sob o rótulo de anafóricos. Ou, quem sabe, chamá-los de dêiticos, ignorando, do mesmo modo, o próprio fundamento que sustenta o termo *dêixis*, e afirmar que um realizaria um tipo de “dêixis anafórica”, ao passo que o outro, faria uma espécie de “dêixis indicial”.

Entretanto, como critica Lahud (1979), decisões assim só se admitiriam dentro de uma visão lacunar dos dois fenômenos como meros indicadores de referencialidade. Quando se considera, porém, a orientação intersubjetiva (e pessoal) que define o sentido primitivo de dêixis (reveja-se o capítulo 1) compreende-se que, para ter o direito de integrar o grupo dos dêiticos (não importa de que espécie), uma expressão referencial deve instaurar um elo com a situação enunciativa. Do contrário, é melhor que seja nomeada de outra forma.

Já argumentamos, em 1.5, que os dêiticos discursivos não são menos dotados de subjetividade do que qualquer outro dêitico. Ehlich (1982) explica que eles também pressupõem uma situação de fala, porém codificada no texto, o qual não deixa de ser um lugar de demonstração, um espaço textual.

Semelhante descrição confere aos dêiticos discursivos, portanto, o mesmo estatuto de qualquer dêitico, e continuarão a ser assim considerados neste trabalho. No entanto, isso ainda não é suficiente para contrapô-los aos anafóricos, pois a justificativa acima é, de resto, a orientação que encontramos na teoria de Bühler - em que se inspira a Pragmática Funcional, de Ehlich - para traçar o comportamento dos **anafóricos** no discurso! Vejamos em que pontos coincidem as caracterizações.

Postula Bühler (1982) que todo anafórico transfere o apontar físico, enquanto ação cognitiva, para o contexto lingüístico; e constitui, portanto, uma espécie de “mostração derivada”. Dentro do que autor convencionou chamar de “campo dêitico”, distinguem-se três subcampos mostrativos:

- a dêixis *ad oculos*,
- a **anáfora**
- e a dêixis *am Phantasma*.

Os dois últimos, porém, se originam do primeiro por analogia.

Pela dêixis *ad oculos*, os referentes são captáveis sensorialmente (daí a alusão aos “olhos”), localizando-se, assim, no campo mostrativo situacional, aquele em que se realiza o próprio ato comunicativo. Esta é a caracterização basilar de dêixis. Já o segundo campo mostrativo do autor, a anáfora, resulta de uma transposição do modo de funcionamento da dêixis *ad oculos* para dentro do texto. Por sua vez, a dêixis *am Phantasma*⁴⁵ processa a determinação de lugar num campo mostrativo imaginário, ou seja, num espaço ficcional. Trata-se da demonstração idealizada dentro dos trechos da narração, sobretudo da literária, por isso se desvia um pouco dos propósitos desta pesquisa, embora apareça, aqui e ali, em segmentos narrativos dos textos analisados.

Devemos entender, então, que a anáfora Bühleriana pode abraçar não somente os anafóricos, mas também os dêiticos discursivos, já que ambos realizam o mesmo tipo de transferência. De modo que estacionar nesta caracterização, como se ela fosse específica dos dêiticos discursivos, é retornar à estaca zero.

O salto qualitativo para a distinção que pretendemos se encontra na proposta de Ehlich (1982), para quem somente um elemento dêitico cumpre, em qualquer ato de fala, uma função ou um “procedimento dêitico” de guiar o olhar do destinatário no espaço enunciativo real, ou no espaço metaforizado do texto.

A função comunicativa, operacional⁴⁶ (ou “procedimento”) dos dêiticos discursivos é idêntica à do procedimento dêitico real; o que muda é apenas o espaço dêitico, que, agora, passa a ser o texto.

Pode-se objetar que tal procedimento dêitico repousa sobre os mesmos princípios que definem o “componente dêitico das expressões referenciais”, já definido por Lyons (1977), mas isto é apenas parcialmente verdadeiro. A tese de Ehlich (1982) fortalece, com efeito, a concepção Bühleriana⁴⁷, embora não se limite a ela.

⁴⁵ Segundo Fonseca (1992), Bühler usa o termo “phantasma” com o sentido de “objeto imaginado”, o mesmo valor de “imagem mental” que tinha para os estóicos e que se manteve na tradição escolástica.

⁴⁶ “Operacional” por ser uma atividade linguístico-mental de processamento do conteúdo linguístico.

⁴⁷ Como observa Matras: “O trabalho de Ehlich sobre dêixis, que constitui um dos pilares da metodologia da Pragmática Funcional, enfatiza a distinção funcional entre dêixis e anáfora como ações linguístico-mentais separadas, e, com isto, ele compartilha da noção Bühleriana que permite um uso anafórico dos dêiticos.” (Matras, 1998:396 - grifo nosso)

O estudo do autor ultrapassa as relações fônicas dos dêiticos, na medida em que acrescenta à descrição uma perspectiva cognitiva e interacional. Dentro do discurso, os procedimentos dêitico e anafórico contrastam em termos de alteração e continuidade de foco.

A noção de foco corresponde ao raio de atenção comum dos interlocutores⁴⁸, e constitui um conceito essencial, na proposta de Ehlich (1982), para justificar o funcionamento cognitivo-discursivo de um dêitico:

Quero usar o termo '*focalizar*' para denotar este ofício de comunicação. Um dos principais meios de focalizar a atenção do ouvinte é o **procedimento dêitico**. Ele opera sobre a base de uma orientação prévia comum a falante e ouvinte. Por meio das expressões dêiticas, o falante traz o ouvinte para o foco de algum elemento específico, diretamente acessível, fazendo uso do espaço do ato de fala. (Ehlich, 1982:325)

Por essa via, Ehlich (1982) faz ressaltar o papel participativo do destinatário no ato comunicativo, rejeitando a idéia de 'receptor' passivo no discurso. Adverte o autor que, para entender os dois processos operacionais, é necessário considerar não somente que o emissor antecipa as capacidades do destinatário, como também que este último reconstrói os significados pretendidos por seu interlocutor. Com base nisso, sugere que:

o ato comunicativo ou discursivo é composto de significado e compreensão. É dentro deste contexto que o procedimento dêitico deve ser entendido. Para comunicar efetivamente, a atenção do leitor precisa estar de acordo com a do falante. (Ehlich, 1982:324-5)

Ehlich demonstra que, sob a perspectiva pragmático-funcional, anafóricos e dêiticos não cumprem os mesmos papéis, porque exercem procedimentos lingüístico-mentais separados. É o que se percebe pela definição seguinte:

O procedimento anafórico é um instrumento lingüístico usado para que o ouvinte **continue a manter um foco previamente estabelecido sobre um item específico para o qual ele orientou sua atenção antes**. (...) existe uma diferença funcional entre as duas classes de expressões e os procedimentos respectivos usados entre um falante e um ouvinte. Esta diferença funcional reflete as atividades psicolingüísticas que o ouvinte tem que realizar para compreender o falante. (Ehlich, 1982:330 - grifo nosso)

⁴⁸ Como observa Matras, a noção de 'transferência de foco' não foi ainda precisamente definida. Segundo o autor, "em termos amplos, o 'foco' é percebido como a atenção mental dada a um referente. Diferentemente de outras abordagens, a Pragmática Funcional reserva a noção de 'foco' para instâncias que envolvem a referência dêitica explícita. A 'transferência de foco' é o procedimento pelo qual o falante convida o ouvinte a partilhar a atenção mental dada a um referente particular, um procedimento assinalado por meio de um gesto de apontar lingüisticamente expresso" (Matras, 1988:397).

Note-se que a descrição não exige que a continuidade de foco aconteça em torno de um referente “mencionado anteriormente”, e sim, em relação a um objeto discursivo que tenha estado sob a atenção dos interlocutores antes.

Como observa o autor, entre os dois procedimentos, existe, uma diferença funcional, que reflete o empenho do destinatário⁴⁹ em compreender o emissor. Por um lado, o dêitico orienta o receptor a alterar o foco de atenção; por outro, o anafórico o instrui a manter a focalização, pela continuidade referencial. Este é também o argumento de Marcuschi:

a DD tem a importante missão de mostrar para que entidades lingüísticas (ou discursivas) o leitor/ouvinte deve voltar **preferencialmente** sua atenção a fim de estabelecer as conexões mais viáveis naquele dado momento. Tem a ver com o estabelecimento e a mudança de foco. Justamente isso fará com que postulemos aqui a tese de que na DD não se trata tanto (nem primariamente) de uma atividade de **referir** entidades lingüísticas ou proposições como tal, e sim de **organizar, orientar e monitorar** o olhar do leitor/ouvinte para uma determinada porção do discurso. Trata-se, em primeira instância, de uma dêixis de orientação. Portanto, mais do que **referir**, parece que os DD são funcionalmente adequados para **gerar focos de atenção**. É neste sentido que eles exercem uma função predominantemente cognitiva. No entanto, trata-se de um convite, o que caracteriza também o aspecto centralmente interativo deste tipo de atividade. **Os DD servem, pois, para criar uma perspectiva comum e preferencial de observação discursiva**. Têm, portanto, uma função metacognitiva. (Marcuschi, 1997:158).

Para demonstrar como os procedimentos lingüístico-mentais não são intersubstituíveis, Ehlich (1982) trabalha o seguinte exemplo, que transcrevemos em inglês em respeito ao emprego particular do *this*, como neutro, sem tradução correspondente satisfatória para o português:

(57) “I want to tell you a story about an old man, about a man who doesn't say a word any more, who has a tired face, is too tired to smile, too tired to be mean. **This (one)** lives in a little town, at the end of the street or near the corner. It's almost not worth it to describe **this (one)**, hardly anything distinguishes **this (one)** from others. **This (one)** wears a grey overcoat, and **this (one)** has a skinny neck, the skin of which is dry and wrinkled, while shirt collars are for **this (one)** much too big. On the top floor of the house, **this (one)** has his room, perhaps **this (one)** was married and had children, perhaps **this one** lived in another town...” (Ehlich, 1982:329).

⁴⁹ Para alcançar os significados pretendidos pelo falante, o destinatário precisa executar uma série de procedimentos reconstrutivos. Toda atividade de compreensão textual, exige que “os parceiros mobilizem diversos sistemas de conhecimentos que têm representados na memória, a par de um conjunto de estratégias de processamento de caráter sócio-cognitivo e textual.” (Koch, 1997) Koch cita três grandes sistemas de conhecimentos que interatuam no processamento textual: o **lingüístico** (ou seja, o gramatical e o lexical); o **enciclopédico** (ou conhecimento de mundo); e o **sócio-interacional** (que engloba os seguintes conhecimentos : ilocucional, comunicacional, metacomunicativo e superestrutural).

O autor troca o anafórico pelo dêitico e conclui que a estranheza do texto acima se deve ao desvirtuamento das instruções dadas ao leitor. Em vez de pedir que sua atenção continue a focalizar o velho homem, já previamente ressaltado na situação comunicativa, pede-se que reoriente sua observação para um novo item. Porém, conforme Ehlich observa:

na medida em que ele atende a nossa exigência, e tenta orientar sua atenção para os elementos no domínio da fala que identificamos pelo uso da expressão dêitica, ele encontra um item que já está em foco. Assim, ele é **sobre-orientado** - em vez de isto o levar a realmente aguçar seu foco de atenção, tem o efeito de **desorientá-lo**. (Ehlich, 1982:329-330).

A expectativa do leitor, no texto acima, era de que se empregasse o procedimento anafórico (com o uso do pronome *he*), pois é esta categoria que promove a manutenção do foco referencial. Entretanto foi utilizado o procedimento dêitico, no caso, como se o enunciador estivesse refocalizando, a cada momento, e sem nenhum propósito discursivo, o mesmo referente.

Uma vez que o procedimento dêitico é realizado por qualquer dêitico, então, por coerência, os discursivos devem ter comportamento semelhante. Leia-se a explanação de Ehlich (1982):

Com a dêixis textual, o procedimento está ligado não à situação do ato de fala como um todo, mas ao próprio *texto*. Assim, os elementos no texto são seus próprios objetos potenciais. A função comunicativa do procedimento dentro do ato de comunicação é a mesma, como nos outros casos: **a de fazer o leitor focalizar sua atenção dentro do espaço dêitico (o texto)**.

Como os textos são organizados de modo específico, encontramos características textuais específicas deste espaço. Os textos são macro-entidades lingüísticas que, quando produzidas, são ordenadas serialmente no tempo e formam um todo, no sentido da Gestalt. Sua ordem serial é **transposta para uma seqüência linear de formas gráficas quando são escritas. A organização temporal e espacial marca as linhas ao longo das quais os procedimentos dêíticos dentro dos textos são organizados**. Elas constituem as coordenadas ao longo das quais o ouvinte pode dirigir sua atenção. Tomando a extensão temporal dos textos, chegamos às noções de 'apontar para trás' ou 'para frente' dentro de um texto. Tomando a extensão espacial, obtemos as noções de 'apontar para cima' ou 'para baixo'. (Ehlich, 1982:331-332 - grifo nosso)

O autor não vislumbra de que modo anáfora e dêixis discursiva (a que chama de "dêixis textual") possam se confundir, já que uma mantém o centro de observação comum sobre os referentes e a outra altera esse foco, transferindo-o para o receptor.

Entretanto, nem mesmo a função operacional soluciona todos os problemas de discriminação dos anafóricos e dêiticos discursivos. Os trabalhos que trataram dessa distinção ou se ocuparam apenas dos fenômenos gerais de dêixis e anáfora, como os de Bühler (1982), Benveniste (1988) e Lahud (1979); ou, reconhecendo a dêixis discursiva, opuseram-na somente ao anafórico *ele*, freqüentemente preso à condição de correferencialidade, como encontramos em Fillmore (1997), Levinson (1983) e, como veremos a seguir, também Ehlich (1982). Muitas expressões contendo dêiticos terminam, por isso, caindo em campos de interseção, como os exemplos (58) e (59), e, por esse motivo, carecem de uma descrição mais criteriosa:

(58) “Observações:

⇒ coloque apenas um disco por vez no compartimento;
⇒ utilize somente discos com o **símbolo abaixo**.” (E218 – instruções de uso - NELFE)

(59) “A estratégia da nominalização transforma em objetos-de-discurso informações que anteriormente não possuíam este estatuto. Este é o caso das expressões grifadas **no exemplo acima**” ((E) artigo de lingüística - artigo científico - *corpus* complementar)

O que precisamente decidirá a classificação das expressões em destaque, já que ambas desempenham um procedimento dêitico, e, no entanto, “o símbolo abaixo” é um anafórico, ao passo que “no exemplo acima” é um dêitico discursivo? Um grande problema, como se vê, paira sobre estes e outros casos se se considerar o parâmetro da **referencialidade**. Deveremos, então, separar (58) e (59) simplesmente pela abrangência referencial? Então, será forçoso reconhecer que o procedimento dêitico não é uma função exclusiva dos dêiticos!

O conflito ganha proporções gigantescas quando se pondera sobre os pronomes demonstrativos que fazem uma assinalação de lugar, atendendo a uma mensuração de proximidade/distância em relação ao falante, dentro do espaço dêitico do texto. Repare-se neste exemplo:

(60) “Gosto de João e Manuel, mas **aquele** é mais amigo meu do que **este**.” (Ferreira, 1986:151)

Em (60), “aquele” se refere a “João” e “este”, a “Manuel”. Ensina a gramática normativa que, quando se pretende retomar dois referentes anteriormente mencionados, o demonstrativo *aquele* indicará o primeiro, e *este*, o último. Então, não se poderia reivindicar que, em usos assim, os demonstrativos deslocam o foco de atenção dos interlocutores para o local do texto onde o referente deve ser identificado? Evidentemente que sim, pois só os

diferencia o fato de que não ordenam macro-segmentos do discurso, como frases, parágrafos, itens etc., e sim, entidades pontuais.

Diremos, por isso, que também os demonstrativos *este/aquele* exercem **procedimento dêitico**, cumprindo a mesma função metatextual sugerida por Apothéloz (1995), a despeito de comporem expressões anafóricas. Em consequência, arrefece o argumento de Ehlich de que dêiticos e anafóricos têm funções cognitivas opostas. O estudo de Matras (1998) caminha para conclusões afins.

O autor não partilha da visão de Ehlich de que as manifestações formais de dêiticos e anafóricos se diferenciam em função de procedimentos discursivos distintos. Matras nega que a função de continuidade de foco referencial seja um processo operacional **específico das anáforas**, pois algumas línguas convencionam codificá-la por anafóricos; outras, por dêiticos. A conclusão se estende ao procedimento dêitico.

Apresentando evidências do romani⁵⁰, o autor defende, ainda, que a função refocalizadora do procedimento dêitico no texto representa uma ação cognitiva em si mesma, e não uma atividade derivada do mesmo procedimento de mostrar entidades no espaço real, conforme sugere Ehlich (1982).

Não se infira, contudo, que tais idéias põem em xeque os próprios tipos de função operacional: o procedimento anafórico, de fato, expressa a continuidade de foco, enquanto que o procedimento dêitico opera a refocalização. A proposta de Matras (1998) se atém apenas ao correlato forma-função, que, com efeito, não se revela igual em todas as línguas. Enquanto no alemão, consoante Ehlich (1982), os demonstrativos próximos e distantes, por exemplo, são fixados pelo paradigma dêitico, no hebraico pertencem ao quadro dos anafóricos. Além disso, vimos, acima, que, em português, o contraste entre os demonstrativos *este/aquele*, que desempenham procedimento dêitico, acontece entre os anafóricos.

No romani, Matras (1998) identificou um sistema dêitico de oposições, com alternância vocálica de formas em *a* (ou dêixis-*a*) e em *o* (ou dêixis-*o*). Propõe o autor que os dois grupos formais divergem em consequência do contraste entre o acesso perceptual (ou situacional) ao objeto de referência e o acesso conceptual (ou contextual).

A dêixis-*o*, ou dêixis *conceptual/contextual*⁵¹, constitui uma convencionalização estrutural da classe da dêixis discursiva, porque individualiza entidades já introduzidas, ou inferidas a

⁵⁰ Romani: língua falada pelos ciganos da Europa Oriental

⁵¹ “Contextual”, nesta classificação de Matras (1998), se opõe a “situacional”: “O 'contexto' é, assim, usado para significar contexto estritamente lingüístico e é, portanto, congruente com 'discurso', mas se opõe a 'situação'.” (cf. p. 403)

partir de informações implícitas no contexto. A dêixis- α , por sua vez, codifica o acesso direto à situação, às entidades percebidas na comunicação real.

Ambos os tipos de dêixis focalizam um objeto de referência reconhecível em um ambiente demonstrativo compartilhado (o que, neste aspecto, está em conformidade com a caracterização de Ehlich, 1982), e o componente vocálico da expressão dêítica em romani especifica a natureza deste espaço. Quando empregam os dêíticos-*o*, que Matras (1998) classifica como dêíticos discursivos, os falantes retomam representações mentais processadas por uma série de atos de fala. Por isso, para referi-las, não importa se já tenham sido mencionadas ou não. Já a dêixis- α viabiliza a referenciação de entidades extralingüísticas, isto é, que só estão presentes na situação e não foram aludidas no discurso.

De acordo com a análise do autor, o romani apresentaria, de par com os dêíticos, um conjunto de formas anafóricas, que englobam pronome *ele* (e variações) e pronomes reflexivos. Tais formas cumpririam o procedimento anafórico de manter o foco referencial para referentes “únicos”, nomeados ou inferidos. Lemos “únicos” como “pontuais”, pois o anafórico do romani só pode se referir a entidades individuais, enquanto que a dêixis-*o* costuma ser usada para retomar extensões inteiras do conteúdo discursivo: idéias, ou proposições; i.é., representações abstratas.

Além disso, os anafóricos não poderiam ser utilizados, em romani, como pronomes demonstrativos em função adjetiva, por restrições estruturais, ao passo que os dêíticos discursivos (ou dêíticos-*o*), sim. Por fim, os anafóricos só poderiam retomar referentes animados, mas não entidades inanimadas ou abstratas. Este último traço é, para Matras (1998), o mais decisivo na separação das duas classes de expressões, pois estaria correlacionado à noção de “intensidade referencial” (cf. Givón, 1990). A força referencial da anáfora só indicaria continuidade de referência, por isso não seria representada por formas que conduzem o centro de atenção. Os anafóricos funcionam, em geral, como tópicos, de acordo com Givón, daí por que abrem uma expectativa de continuidade referencial e, conseqüentemente, são pouco proeminentes no discurso. Em romani, os anafóricos (manifestados por pronomes pessoais), ao contrário dos dêíticos discursivos (expressos por pronomes demonstrativos), assinalam, pois, a topicalidade contínua e marcam mais a proximidade da menção prévia da fonte. Os demonstrativos:

são freqüentemente usados **para significar o restabelecimento da topicalidade** ligando uma distância referencial maior. Assim fazendo, eles traçam suas propriedades intrínsecas de intensidade referencial, ou, para seguir Ehlich (1977), empreendem uma transferência de foco de atenção (Matras, 1998:404 – grifo nosso).

No romani, portanto, a classe dos dêiticos discursivos é utilizada para entidades com alta força referencial, muito salientes no discurso, por isso é a única capaz de desviar o foco de atenção dos interlocutores.

Alguns pontos da descrição do autor são lacunosos, mas permitem, pelo menos, deduzir aspectos importantes, como o da não-equivalência entre forma e função discursiva, pois alguns dos dêiticos-*a* correspondem a certos anafóricos em outras línguas. Em português, por exemplo, as remissões ao espaço real tanto podem ser empreendidas por dêiticos quanto por anafóricos típicos. O próprio autor admite e até destaca a alternância formal em vários idiomas, quando afirma que “dada a dependência do contexto lingüístico de *kodo* [entenda-se dêixis-*o*], não é surpreendente que a dêixis conceptual do romani ocasionalmente coincida com a anáfora 'genuína' em outras línguas, como o inglês” (Matras, 1998: 417).

Outra observação relevante (para nossos objetivos), na descrição de Matras, diz respeito a um emprego particular da dêixis-*a*. Mesmo sendo tipicamente situacional, a dêixis-*a* pode ser usada para remissões ao espaço do texto, correspondendo, mais ou menos, aos dêiticos textuais, de vez que são empregados para **estruturar e organizar** a fala.

Assim, o que estamos denominando de dêiticos discursivos equivale, em romani, não apenas a certas estruturas de dêixis-*a*, ou aos dêiticos textuais, como também a formas de dêixis-*o* (ou dêixis textual “impura”, de Lyons, 1977). A relevância desta observação está em confirmar o que já declaramos sobre a existência de dois grupos específicos de dêiticos discursivos, de certo modo também reconhecidos, ainda que meio confusamente, por Ehlich em:

Muitas vezes, as sentenças nominais incorporando estes elementos dêiticos informam ao leitor como ele pode digerir e armazenar a informação apresentada. Para fazer isso, o leitor deve saber onde uma parte termina e a próxima começa, e o contexto dentro do qual ele deve colocar a informação que os dêiticos contêm. Desse modo, os dêiticos textuais são usados **para estruturar o texto e apresentar a identificação de suas partes e subpartes**. Outro uso significante da dêixis textual ocorre **na marcação de comentários sobre partes anteriores e posteriores do texto**, e na orientação da atenção do leitor para seções específicas. (Ehlich, 1982:334 – grifo nosso)

Da proposta de Matras, ampliamos algumas conclusões dignas de atenção:

- os dois procedimentos discursivos não correspondem necessariamente aos dêiticos discursivos e anafóricos indiciais;
- conseqüentemente, é possível haver anafóricos desempenhando procedimento dêitico (embora não existam dêiticos discursivos exercendo procedimento anafórico);

- o procedimento dêitico no texto não é uma mera transferência da função equivalente de focalizar entidades no espaço extralingüísticos; trata-se de duas funções cognitivas potencialmente independentes;
- existem pelo menos dois subgrupos de dêiticos discursivos: os dêiticos textuais (que organizam e localizam segmentos do discurso, e se assemelham à dêixis-*a* do romani) e os que apenas retomam conteúdos proposicionais (que se aproximam da dêixis-*o* do romani).

Não obstante a relevância dessas constatações, a análise de Matras (1998) também só contrasta os dêiticos discursivos com o anafórico *ele*, desprezando exatamente o objeto do presente estudo: as expressões indiciais. São elas que reúnem as propriedades comuns às duas partes: tanto pressupõem um componente subjetivo (em relação ao procedimento dêitico, ou em relação à mensuração de distância do falante), quanto referem entidades, pontuais ou dispersas, do universo discursivo. É isto que as aproxima, mais do que as separa.

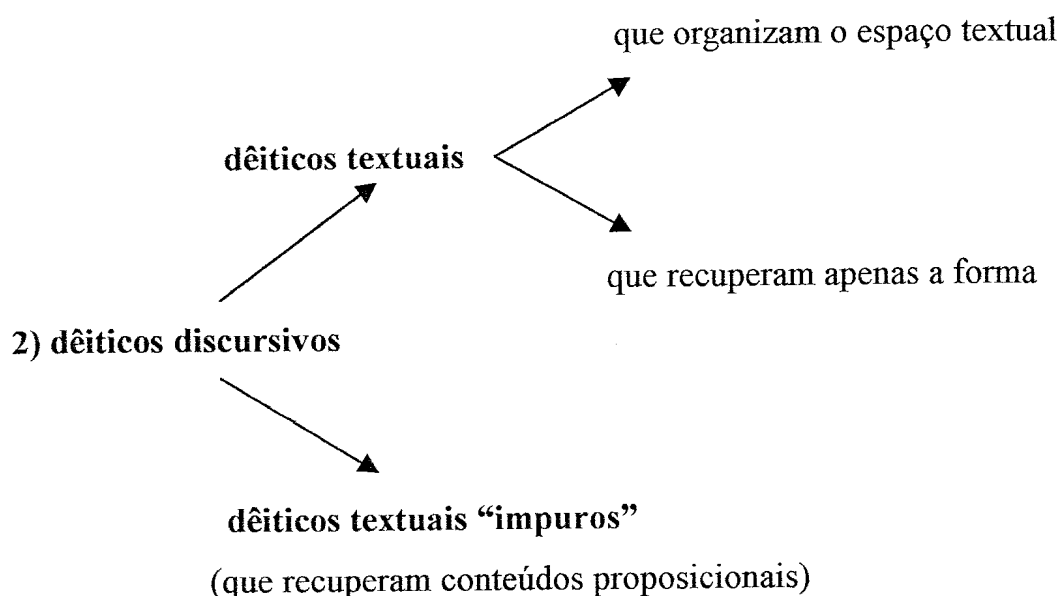
Na verdade, não se deve descurar nem de uma nem de outra característica. Se os anafóricos indiciais tornam exequíveis os processos de referenciação, por outro aspecto, supõem, de algum modo, o ponto zero do falante no campo dêitico da linguagem. E, se os dêiticos discursivos pressupõem a localização do falante no espaço/tempo do texto, ou dirigem o foco de atenção dos interlocutores, por outro lado, também se referem a entidades discursivas. Além disso, ambos podem, em dados contextos, cumprir uma função organizadora no discurso, assim como podem, igualmente, dar pistas ao interlocutor de como ele deve “digerir e armazenar a informação apresentada”.

E, por fim, até mesmo o escopo da referencialidade, que utilizamos para classificar os dados da amostra, separando os dêiticos discursivos pela referência difusa e os anafóricos pela retomada pontual, não é um critério de todo seguro, pois deixa sem solução um grupo muito específico de dêiticos textuais (“puros”), de função estritamente metalingüística: aqueles que recuperam exclusivamente a forma de palavras e expressões, e apresentam, desse modo, uma retomada pontual, própria dos anafóricos.

Até o momento, delineamos, então, o seguinte esquema de expressões indiciais, ainda um tanto nebuloso, dada a imprecisão de seus limites:

Expressões Indiciais

1) **anafóricos indiciais** (por enquanto, apenas com um subgrupo de comportamento localizador semelhante ao dos dêiticos textuais)



Verificamos, dessa forma, quão insuficientes ainda são os critérios diferenciadores das expressões indiciais em estudo. Por isso, procederemos à investigação de novos parâmetros que nos permitam compor um conjunto de traços descritivos dos dêiticos discursivos e dos anafóricos. Apresentaremos, com esse intento, no resto do desenvolvimento desta pesquisa, os resultados do estudo de frequência das variáveis examinadas à medida que formos discutindo o fundamento teórico dos parâmetros em análise. Começaremos pelos aspectos formais, obviamente nunca desvinculados de seu funcionamento no discurso, com o propósito de examinar ainda:

- se o parâmetro subjetivo de proximidade/distância do referente em relação ao enunciador determina a escolha do elemento dêitico e se, conseqüentemente, vale como critério para discriminar subgrupos de expressões indiciais;
- se a diferença entre anafóricos indiciais e dêiticos discursivos pode ser estabelecida em termos de:

- a) diferentes graus de deiticidade estabelecidos pelo critério de proximidade/distância do falante;
- b) função organizadora dos referentes no espaço textual;
- c) diferentes motivações do elemento indicial;
- d) forma pronominal ou nominal da expressão dêitica;
- e) função do elemento dêitico;
- f) valor semântico do dêitico;
- g) co-significação ou (re)categorização;
- h) status informacional das expressões indiciais.

CAPÍTULO 4 - EXPRESSÕES INDICIAIS

O nome faz parte, de maneira tão necessária quanto o gesto, do ato de demonstração. (O. Ducrot)

Temos empregado pacificamente o termo *expressões indiciais*, tangenciando questionamentos importantes e apenas mantendo as opiniões consensuais sobre o assunto. No entanto, algumas indagações emergem quando se examinam certas particularidades formais e semânticas. Uma questão mais simples diz respeito ao valor semântico dos elementos capazes de qualificar uma expressão como “indicial”, isto é, como dêitica. Outra reflexão, de maior complexidade, e anterior à primeira, está ligada ao relacionamento entre a função referencial, os pressupostos de existência e as classes tomadas como expressões “referenciais”.

4.1 Referência e pressuposição

Admitimos como “referenciais” todas as expressões que designam objetos de discurso, isto é, as que possibilitam aos interlocutores construir processos de referenciação. Dissemos que nos limitaríamos às estruturas marcadas, de um modo ou de outro, por traços de definitude, o que, na falta de outras restrições, permitiria a inclusão de todos os sintagmas elencados abaixo:

- a) nomes próprios, como *Mauro, Luís* etc.;
- b) pronomes substantivos demonstrativos, como *isto, isso, aquilo*;
- c) grupos nominais determinados por pronomes de valor demonstrativo, em função adjetiva, como *essas indagações, este meio* etc.;
- d) grupos nominais precedidos de artigo definido (ou as “descrições definidas”), do tipo *a reunião, os suspiros do escritor* etc.;
- e) grupos nominais precedidos de pronome de valor possessivo, em função adjetiva, como *tua família, seus sonhos de adulto* etc.;
- f) estruturas como (d) e (e), juntas ou separadas, mas modificadas por pronomes de valor circunstancial, em função adjetiva (ou compondo locuções adjetivas), como *(a) minha nota aqui, as crianças de hoje, os políticos daqui* etc.;

- g) grupos nominais precedidos de artigo definido, mas modificados por palavras de função adjetiva, com valor demonstrativo ou numeral, que indiquem a ordenação de referentes, como *o item seguinte, o próximo projeto* etc.

Desse conjunto de sintagmas definidos, selecionamos exclusivamente (b), (c), (f) e (g) como constituindo o grupo específico de **expressões referenciais indiciais**. A característica que os une, além da referencialidade, é a natureza ostensiva, acrescida de uma avaliação do contraste de proximidade/distância em relação ao ponto zero do campo dêitico.

Ducrot (1977) contesta, porém, que as expressões indiciais contendo demonstrativos exerçam função referencial, ou designadora, do mesmo modo que as expressões com artigo definido. Diferentemente do artigo definido, os pronomes demonstrativos estão realmente condicionados às indicações de existência e unicidade, por isso o autor propõe que sejam compreendidas como classes fundamentalmente distintas.

Vem-se afirmando, desde Frege e Strawson, que a função referencial de toda descrição definida pressupõe que, em empregos considerados “normais”, **existem** seres (ou **um único** ser) para os quais esse conteúdo descritivo é verdadeiro.

Em primeiro lugar, Ducrot (1977) recusa a concepção de pressuposto como abstraída de usos considerados típicos, aceitáveis, ou “normais”. Toda pressuposição depende, na verdade, de um ato de fala particular, e está limitada, portanto, ao contexto enunciativo.

Em segundo lugar, o autor refuta a hipótese de que o emprego de descrições definidas esteja vinculado ao ato de designar (referir), porque, embora todas pressuponham “indicações existenciais”⁵² (Ducrot, 1977:233-4), nem todas elas, por outro lado, apresentam uso **referencial** (um exemplo muito claro disso é o uso predicativo, atributivo ou equativo, de SNs).

Reforça o autor:

Mesmo naqueles casos onde não se visa certamente a designar algo, a chamar a atenção do destinatário para um objeto que seria, em seguida, o tema de uma afirmação, a descrição definida possui, muito vivaz e ativo, o **poder de indicar que um objeto (e, eventualmente, um único objeto) satisfaz certas propriedades**. (Ducrot, 1977:239 – grifo nosso)

Os pressupostos de existência e unicidade valem, portanto, independentemente de qualquer função referencial. Um dos pontos centrais da argumentação de Ducrot é que o pressuposto existencial está presente em qualquer nome de **emprego substantivo**. São os

⁵² Ducrot (1977) convencionou chamar de “indicações existenciais” as idéias, juntas, de existência e unicidade veiculadas pelas descrições definidas.

nomes que constroem um universo de objetos onde operam os determinantes; são eles que delimitam a classe que, em dada situação enunciativa, constituirá o conjunto dos seres com o qual se relacionam os quantificadores. O próprio substantivo institui, no momento em que é enunciado, o universo de discurso.

Criando, assim, um mundo de referentes (e subentendendo a interação dos interlocutores com o discurso), um emprego-substantivo pressupõe essa realidade e como que “obriga” o destinatário a admitir sua **existência**. Essa pressuposição independe da função referencial, ou não, que venha a ter o nome.

Sob esse ponto de vista, as indicações existenciais também não se alteram em relação ao contraste definido $\times$ indefinido. A diferença é que o definido supõe que o predicado valha para toda a classe, e o indefinido é não-marcado a este respeito. Analogamente, usando um artigo singular, afirma-se que o predicado vale pelo menos para um objeto da classe X, enquanto que, no plural, se aplicaria a vários.

Quando os interlocutores assumem que a classe correspondente a um substantivo X não é vazia, o pressuposto passa a ser introduzido, também, por todos os determinantes, definidos ou não.

Por essa seqüência argumentativa, Ducrot (1977) inverte a afirmação de que existência e unicidade dependem de uma função referencial, ou designativa, supostamente fundamental. Pelo contrário, sustenta: por causa das indicações existenciais das descrições definidas é que elas são freqüentemente usadas para referir.

Quanto aos pronomes demonstrativos, o autor assevera que, de maneira oposta, estão condicionados à função referencial, porque todo ato de demonstração só se completa na presença de um nome, de vez que é este que delimita o universo de discurso. Já o artigo definido pode ser utilizado sem que o referente esteja na presença dos participantes do ato comunicativo. Como diz o autor:

Não posso dizer *Este X*, se não existir um X que, ou é perceptível para meu interlocutor no momento em que lhe falo, ou é mencionado por outro meio no discurso: o demonstrativo só se emprega na presença do objeto (presença no contexto lingüístico ou na situação extralingüística). Ao contrário, o definido emprega-se também *in absentia*. Mais precisamente, ele basta, por si só, para dar uma espécie de presença ao ser de que se fala, para constituí-lo como objeto possível do discurso, o que vale dizer que o pressupõe, no sentido que decidimos dar a este termo. (Ducrot, 1977:252)

Desta explanação, compreendemos que a função do demonstrativo é, acima de tudo, a de **mostrar** (o que não quer dizer que sempre sirva para identificar). Mas só se pode demonstrar

um referente que já tenha sido introduzido no universo do discurso, ao passo que a expressão com definido tem o poder de instituir o próprio referente no discurso. O demonstrativo estabelece um “universo mostrado”, ou, como diz Ducrot (1977), uma região do espaço, dentro da qual é possível fazer sobressair um objeto discursivo, já constituído, em relação a outro. Uma vez que não se pode apontar um referente sem indicar o nome que lhe dá esse estatuto de objeto, então “cumprirá entender, por ‘universo mostrado’, não somente a região do espaço em direção ao qual o gesto orienta a atenção, mas o conjunto dos X que se encontram nessa zona” (Ducrot, 1977:254).

E é nesse sentido que Ducrot afirma que toda expressão demonstrativa está necessariamente condicionada pela função referencial do nome de que se compõe, com seus pressupostos de existência e unicidade. É como se o demonstrativo só servisse para reforçar a restrição da classe sobre a qual o definido opera.

De acordo com o autor, mesmo quando aparentemente em ausência de qualquer objeto, a expressão de valor demonstrativo tem a capacidade de induzir o destinatário a crer que o referente está “presente” no universo do discurso, para dar a entender que ele está em foco. Exemplifica:

(61) “Ele fala inglês com **aquele sotaque de Alagoas**.

Comemos **daquele tutu de feijão que se faz em Juiz de Fora**.

Esses tecnocratas são duros de agüentar.” (Ducrot, 1977:256)

Exemplos assim se revelaram freqüentes em nossos dados, como ilustra o trecho abaixo:

(62) “Mapuche fala para Beth Carvalho: Oi Beth. Estou chegando agora mas vou lançando minha pergunta: não acha que **estes pagodes tecnopops** andam poluindo demais o samba?” ((E) diálogo - conversa on-line - *corpus complementar*)

Em (62), o referente é introduzido, pela primeira vez, no discurso, mas o fato de o falante codificá-lo como expressão de valor demonstrativo denota que sua intenção era levar o destinatário a supô-lo como já presente no universo discursivo, e como estando em foco. Ou, melhor dizendo, este elemento indicial tem a função de refocalizar o referente, como bem analisaram Ehlich (1982) e Marcuschi (1997), apesar de sua presença no discurso estar apenas

implícita, ou de estar sendo construída a partir de um acordo estabelecido entre os interlocutores.

Sabemos que nem toda expressão indicial é marcada, no entanto, por um pronome de valor demonstrativo em função substantiva ou adjetiva; às vezes, a indicialidade é assinalada por estruturas que denotam circunstância e funcionam como advérbios. Resta, agora, discutir se o tipo de pressuposição instaurada pelo pronome demonstrativo (substantivo ou adjetivo) é semelhante à que se estabelece pelo circunstancial.

Quando se pondera sobre usos como:

(63) “pois é já:: na igreja nós temos éh:: a/ assim festividades da igreja é... TANta... confraternização é do grupo de oraÇÃO... éh::... do grupo do::... do *Cristo é vida* com outro grupo que tem **aqui na paróquia...**” ((F) D2-39 - conversa espontânea - PORCUFORT),

tem-se a impressão de que o pronome em função adverbial não cumpre do mesmo modo o papel de delimitar o conjunto das entidades que se encontram na região do espaço para a qual ele aponta. Dizendo “aqui na paróquia”, ou simplesmente “nesta paróquia”, o universo do discurso é certamente idêntico, e se mantém a condição de existência de que há uma paróquia à qual se refere a descrição definida. Mas note-se que o “universo mostrativo” de “aqui” restringe, com mais precisão, a classe de nomes sobre a qual opera o definido, porque situa, sem deixar riscos de ambigüidade, o objeto discursivo num espaço próximo à localização do enunciador. Trata-se, pois, de uma função **com alto grau de deiticidade**, na medida em que se sobressai muito mais o propósito de **informar** a posição do objeto em relação ao ponto zero dêitico do que o de identificá-lo em meio a outros numa dada região.

Num estudo voltado para estruturas especificamente locativas, Fillmore (1982) estabelece uma diferença entre três funções possíveis para expressões que se prestam a localizar, a saber: a de **Informar**, a de **Identificar** e a de **Conhecer** (esta apenas derivada das outras duas, por lidar com a pressuposição de lugares conhecidos). Enquanto a função de Informar, prototipicamente veiculada por pronomes adverbiais circunstanciais, indica ao falante a posição em que o referente deve ser encontrado, a de Identificar, tipicamente representada pelos pronomes de valor demonstrativo, leva o destinatário a encontrar qual objeto está sendo mencionado, dentre os vários possíveis.

Ainda que tênue, a distinção tem a utilidade de explicar por que, dentro da expressão indicial, o pronome substantivo/adjetivo de valor demonstrativo não determina o nome da

mesma maneira que o pronome adverbial circunstancial o modifica. Diremos que, embora ambos mensurem a distância do referente em relação ao enunciador, o adverbial mais do que Identifica o objeto em meio a outros lugares do “universo mostrado”: ele, de fato, Informa a posição do referente em relação ao sujeito enunciativo, sem deixar dúvidas quanto a esse tipo de demarcação, o que lhe concede maior grau de deiticidade.

Além disso, conforme explicitaremos em 4.3.1, há usos demonstrativos que desconsideram o ponto referencial do falante, de modo que, em vez de atribuir-lhes a função Identificadora, seria mais adequado imputar-lhes o papel de “salientar” o objeto mostrado, comum a todos os empregos que expressam demonstração.

Quando falamos em **demonstração** – note-se bem – estamos tratando de um aspecto semântico. A esse traço, conforme mostraremos a seguir, opõem-se as noções de **circunstância** (de tempo, lugar e modo) e de **numeral**. No item abaixo, examinaremos a relação entre esses valores semânticos e as propriedades morfossintáticas dos pronomes, a fim de observar que influência exercem sobre o comportamento discursivo das expressões indiciais.

Mas não devemos prosseguir antes de esclarecer que temos recusado a distribuição tradicional das classes de palavras em “substantivos, adjetivos, advérbios, pronomes, verbos” etc, por ela se assentar sobre uma mixórdia de critérios formais, funcionais e semânticos. Não nos compete, evidentemente, propor uma nova classificação de vocábulos, senão apenas recorrer a uma coerência estrutural mínima, indispensável à consecução de resultados confiáveis.

Em vista disso, tomamos por apoio uma distinção dos vocábulos, realizada por Monteiro (1986), baseada, em primeiro lugar, no aspecto morfológico, pelo qual é possível constituir duas classes de vocábulos: os variáveis e os invariáveis. Os variáveis dividem-se em **verbos**, de um lado, e **nomes** e **pronomes**, de outro. Os verbos se caracterizam, morficamente, pelas flexões modo-temporais e número-pessoais, enquanto que os nomes e os pronomes, pelas flexões de gênero e número.

Em segundo lugar, numa perspectiva sintática, os vocábulos podem classificar-se de acordo com a função que exercem na sentença. Nomes e pronomes, por exemplo – que nos interessam nesta pesquisa, podem funcionar como **substantivos**, **adjetivos** ou **advérbios**. Leia-se a explicação do autor:

Por esse prisma, entendemos que não se deve confundir classe com função. O nome, o pronome e o verbo são classes; o substantivo, o adjetivo e o advérbio são funções. As classes são estudadas dentro da morfologia, as funções pertencem ao domínio da sintaxe. Ou então, desfaçam-se as

fronteiras para uma interpretação conjunta, que deve constituir a morfossintaxe. Isto é aceitável. O que não parece correto é invadir os limites estabelecidos, misturando conceitos e critérios heterogêneos. (Monteiro, 1986:204)

Por essa separação fundamental, daremos procedimento à análise dos dados, categorizando, primeiramente, as expressões indiciais como classes formais de SNs ou pronomes. Em seguida, iremos ater-nos estritamente aos elementos dêiticos, investigando-lhes a função sintática (de substantivo, adjetivo ou advérbio) e o valor semântico.

4.2 Relação forma-função-significado nos elementos indiciais

Com base na função sintática desempenhada pelos elementos que executam atos de demonstração, é possível discriminar dois grupos de pronomes, semelhantes aos dos nomes: os substantivos e os adjetivos. Exemplo de pronome em função substantiva:

(64) Fez **isso** sem consultar ninguém.

As formas neutras dos pronomes substantivos usualmente se destinam a entidades inanimadas, ou à sintetização de conteúdos proposicionais inteiros, como se dá em (64). Algumas vezes, podem referir-se a animais, e, quando empregados em sentido pejorativo, podem aplicar-se a qualquer referente, inclusive a seres humanos.

Por sua vez, os pronomes adjetivos figuram como determinantes de nomes em sintagmas nominais, como no exemplo abaixo:

(65) Tomou **essa** iniciativa e não consultou ninguém.

Se invertermos a orientação da análise e classificarmos os pronomes de acordo com o aspecto semântico, identificaremos os dois exemplos acima como demonstrativos. Embora reconheçamos também nos pronomes de função adverbial um sentido de mostração (razão por que Fillmore, 1982, os trata como “advérbios demonstrativos⁵³”), julgamos mais apropriado isolá-los em outro grupo por indicarem as noções de tempo, modo e lugar.

⁵³ A noção de “advérbios demonstrativos” já era familiar à tradição gramatical. Em Rocha Lima, por exemplo, encontramos a seguinte observação: “Além destes, existem alguns demonstrativos de natureza adverbial. São *aqui*, *ai*, *lá* e *acolá*, que se classificam como *pronomes adverbiais demonstrativos*.” (Lima, 1982:101).

Não se julgue, contudo, que o valor circunstancial seja exclusivo das formas que funcionam como advérbios. Em expressões como *o rapaz aqui*, *os alunos de hoje*, *os textos assim*, por exemplo, os elementos em destaque representam, respectivamente, lugar, tempo e modo e, no entanto, operam no sintagma em função adjetiva. Atente-se, portanto, para o fato de que não existe correspondência biunívoca entre demonstração e pronomes substantivos/adjetivos; circunstância e pronomes adverbiais.

Ao designarem lugar, os pronomes de valor demonstrativo e circunstancial se distribuem, no português, obedecendo a três valores de distância:

- **Próximo**, que se aplica aos referentes que estão perto do emissor;
- **Médio**, conferido aos referentes mais ou menos perto do emissor, porém bem próximos do receptor;
- e **Distante**, aos que se acham longe dos interlocutores.

Assim, a língua mantém - embora não rigorosamente - o seguinte quadro de equivalência, com o traço Próximo selecionando as formas de primeira pessoa; o Médio, as de segunda; e o Distante, as de terceira⁵⁴:

⁵⁴ Cumpre observar que nem todo pronome adverbial pertencente ao quadro acima é necessariamente dêitico em todos os usos, evidentemente. Intentando discernir a dêixis de tempo da anáfora temporal, Ilari (1993) acentua que certos adjuntos adverbiais de tempo, expressando anterioridade ou posterioridade, podem atuar tanto como dêíticos quanto como anafóricos. É o caso de *anteriormente*, *antes*, *depois*, *logo*. Alguns adjuntos, no entanto, são apenas dêíticos, como *há x atrás*, *agora*, *atualmente*, *no próximo x*, *amanhã*. E outros são apenas anafóricos, como *então*, *no tempo de x*. Consoante os autores: "A diferença é que a dêixis temporal sempre localiza momentos ou períodos por referência ao momento de fala; nesse sentido, *depois* recebe interpretação dêítica em (3), mas não em (4):

(3) **Depois** eu conto à senhora a piada.

(4) Vou conhecer primeiro o Brasil, **depois** eu saio." (Ilari, 1993:160)

Sabemos, contudo, que tal distinção não pode ser tomada dicotomicamente, pois se esgarçaria no mesmo momento em que se considerasse a foricidade de alguns dos pronomes acima, capazes de promover uma retomada híbrida. Basta mencionar a dupla remissão dos **anafóricos dêíticos**, já citados em 1.5.4, que empreendem uma indicação exofórica e endofórica, a um só tempo. Marcam a distância do espaço onde se acha o referente em relação ao enunciador e, simultaneamente, são correferenciais com um objeto já introduzido no contexto. Nesse caso, conforme expressa o nome pelo qual o designamos, desempenham os dois papéis: de anafórico e de dêitico.

Quadro 1: Pronomes de valor demonstrativo e circunstancial

Pronomes Substantivos/Adjetivos Demonstrativos			Pronomes Adjetivos Circunst.	Pronomes Adverbiais Circunst.
Pessoa	Masc./Fem.	Neutro	-	-
1 ^a . pessoa (<i>Próximo</i>)	Este,a(s)	isto	aqui	aqui, agora ⁵⁵
2 ^a . pessoa (<i>Médio</i>)	Esse,a(s)	isso	aí	aí, antes, depois
3 ^a . pessoa (<i>Distante</i>)	Aquele,a(s)	aquilo	ali,lá,acolá	ali, lá, acolá

Sempre documentaram as gramáticas tradicionais que os pronomes demonstrativos situam, no espaço ou no tempo, a pessoa ou coisa designada em relação às “pessoas do discurso”⁵⁶ (ver, por exemplo, em Cunha; Cintra, 1985). Em expressões como *esta semana*, *este mês*, *este ano* etc., as unidades do calendário não-posicionais estão contidas no presente, cuja referência temporal não é senão a coincidência do acontecimento descrito com o tempo de formulação. Conseqüentemente, assim como no tempo real da enunciação, passado, presente e futuro também se definem com relação à instância do discurso. Por isso o enunciado:

(66) As dívidas vêm se acumulando **este mês**.

⁵⁵ Como observa Neves (1993:266-267): “o advérbio *agora* (*hac hora*) não exprime momento ou período fisicamente delimitado, mas apresenta variação de abrangência que pode reduzir-se a um minuto (pontual) (...), mas pode abranger um período maior ou menor, não só do presente, mas também do passado ou do futuro, desde que toque o momento da enunciação ou se aproxime dele”. Não se deve esquecer, ainda, que o *agora* pode se esvaziar desta noção de “abrangência temporal” em favor de uma função discursiva. Como *marcador conversacional* (Marcuschi, 1986:63-84), o *agora* opera, por exemplo, como um dos sinais produzidos pelo falante para monitorar o ouvinte, marcando unidades temáticas, eliminando posições anteriores, corrigindo, reorganizando etc.

⁵⁶ Por todos os motivos já expostos em 1.2.1, em relação à não-pessoa, optamos por tomar como **pessoas gramaticais** o que a gramática chama de “pessoas do discurso”.

localiza o estado de coisas na mesma extensão de tempo em que está inserida a enunciação do falante⁵⁷.

Entretanto, conforme Bechara ressalta, não se encontra nesta distinção nenhum rigor normativo, pois “muitas vezes interferem situações especiais que escapam à disciplina da gramática” (1978:97).

Cunha e Cintra comungam na mesma opinião:

Estas idéias que nos oferece o sistema ternário dos demonstrativos em português não são, porém, rigorosamente obedecidas na prática.

Com frequência, na linguagem animada, nos transportamos pelo pensamento a regiões ou a épocas distantes, a fim de nos referirmos a pessoas ou a objetos **que nos interessam particularmente, como se estivéssemos em sua presença**. Lingüisticamente, esta aproximação mental traduz-se pelo emprego do pronome *este* (*esta, isto*) onde seria de esperar *esse* ou *aquela*. (Cunha; Cintra, 1985:322 - destaque nosso)

Os autores ilustram com um exemplo em que, pela co-presença do pronome adverbial *lá* no enunciado, se esperaria o emprego de *aqueles*, já que ambos remetem a algo distante dos participantes da comunicação. No entanto, o interesse do falante em trazer para perto (em colocar em foco) o referente favorece o uso de *estes*; confira-se:

(67) “Eu só queria estar lá para receber **estes cachorros a chicote**” (Cunha; Cintra, 1985:322).

O pronome *estes*, pode-se notar em (67), expressa vivamente o sentimento de raiva do enunciator. A forma demonstrativa tem, portanto, a capacidade de dosar a proximidade/distância não apenas física, mas, às vezes, “afetiva” do referente em relação ao ponto de vista do emissor. E as regras, no plano da afetividade, são mais fluidas do que se pode suspeitar. O mesmo traço afetivo verificado acima pode, por exemplo, promover a seleção do pronome de segunda pessoa (em vez do de primeira), se a intenção for claramente depreciativa, como em:

(68) “Depois transformaram a senhora **nisso**, D. Adélia. Um trapo, uma velha sem-vergonha. (G. Ramos)” (Cunha; Cintra, 1985:329).

⁵⁷ Fillmore observa que, com as *unidades do calendário* posicionais, a situação é mais ou menos idêntica. “Se eu digo que algo aconteceu ou está para acontecer ‘este outono’, estou dizendo que ela ocorrerá dentro do período do outono do ano que contém o ‘coding time’.” (Fillmore, 1997:70). Mas faz ver o autor que, com os dias da semana, pode haver ambigüidade, porque nem sempre fica claro, no discurso, se se está considerando o começo da semana como o domingo, ou como a segunda.

Em (68), o neutro (mais apropriado para coisas) contribui para distanciar do enunciador o que lhe é motivo de repulsa. O sentido pejorativo se exacerba ainda mais quando o falante escolhe a terceira pessoa, como em (69):

(69) “Ninguém sabe onde ele anda, Seu Coronel. **Aquilo** é um desgraçado” (Cunha; Cintra, 1985:330).

Por outro lado, é também aceitável o emprego do pronome revelando um sentimento inteiramente oposto, encontrável num exemplo à mesma página:

(70) “Bonita mulher. Como **aquilo** vê-se pouco. Ele teve sorte” (Cunha; Cintra, 1985:330).

Se os dêiticos já constituem, em si mesmos, uma expressão de subjetividade, nestes usos então, refletem ainda mais a individualidade do falante. Repare-se que, também aqui, a seleção do demonstrativo parece não desprezar de todo o referencial de tempo/espço real do emissor. O pronome de terceira pessoa manifesta silenciosamente uma localização espaço-temporal afastada do enunciador, e conta com a cumplicidade do destinatário para compreender e aceitar esse pressuposto.

Em certos casos de remissão ao contexto, o pronome *este* (e variantes) sinaliza, como prescrevem as normas da gramática, para uma entidade que virá depois no discurso, e *esse*, para um objeto precedente. Conforme analisamos em 1.5.4, essa característica muitas vezes bastou para classificar as expressões referenciais como anafóricas (com *esse*) ou catafóricas (com *este*), tendo em conta apenas o sentido do movimento remissivo. Os demonstrativos assim aplicados só contrastam em razão dos traços Próximo e Médio; o Distante é excluído. Comparem-se as ocorrências seguintes:

(71) “L1: então é **disso aí** que ele gasta ... o resto tudinho daquilo que se se chama renda
DOC.: apesar/ eu gostei primeiro você disse as obrigações então você estabelece uma prioridade né? tô vendo ô L. e ainda **nesse esquema** você faz alguma reserva de dinheiro?” (F018 - entrevista pessoal - NELFE)

(72) “Veja-se **este exemplo** de um sindicalista comentando os serviços do sindicato:” ((E) artigo de lingüística - artigo científico - corpus complementar)

Enquanto “este”, em (72), orienta o receptor a recuperar um objeto discursivo imediatamente posterior (o exemplo que seria citado), “disso aí” e “nesse esquema”, em (71), indicam que o referente já foi anteriormente mencionado.

Hoje, porém, se usam indistintamente as duas formas, sem respeitar, portanto, o traço condicionante que as opunha. Os compêndios gramaticais reconhecem, inclusive, que a distinção entre *este* e *esse*, também neste caso, nem sempre apresenta a rigidez esperada, por isso precisamos buscar as razões de tal neutralização. Temos observado que entram em concorrência motivações variadas para a escolha do demonstrativo, dependendo dos propósitos da comunicação, como analisaremos no item seguinte. Nem sempre que se emprega *este*, por exemplo, tenciona-se produzir uma remissão catafórica, senão apenas intensificar a força referencial, desviando o foco de atenção do destinatário, como em (73):

(73) “a fim de que o cidadão : não faça uso da /do direito fundamental da desobediência civil na sua forma ativa que está implícito no artigo quinto parágrafo segundo da constituição poderai/ federal nós temos uma obra **neste sentido** da: professo:ra Maria Garcia...” (F033 – conferência – NELFE)

Também não se pode sustentar que *esse* se aplique somente a remissões para trás, porque, às vezes, a escolha do pronome advém de um apelo ao conhecimento comum dos participantes da comunicação, como em (74):

(74) “Inf.1 EU TOco outro instrumento...que:: é POUCo conhecido hoje no Brasil...violão-tenor... violão-tenor é um instrumento de quatro corda muito bonito... e:: pra conJUNto é uma maravilha viu?... (...) é diferente **desse violão coMUM**... porque o violão-tenor ele é é mais...” ((F) D2-48 - conversa espontânea – PORCUFORT)

Em (74), a seleção de *esse* não se deve a uma menção anterior, mas a uma indicação de que o conteúdo pode ser encontrado na memória do ouvinte.

Em vista de variações assim, este trabalho dispensa atenção particular à avaliação dos condicionamentos que podem levar a uma escolha em detrimento de outra. Partimos da hipótese de que existe um forte relacionamento entre estruturação formal e função discursiva.

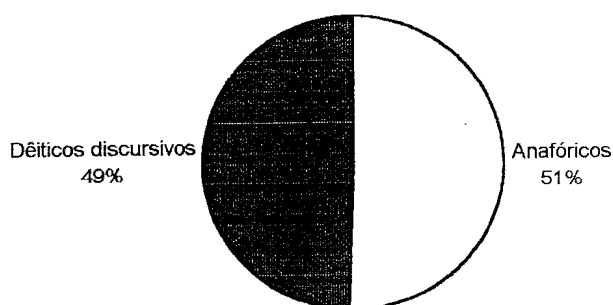
4.3 Restrições formais

A fim de examinar os diversos tipos de motivação, mostraremos, agora, como os pronomes, de diferentes funções e valores semânticos, se distribuem na amostra de 73 discursos (falados e escritos). Antes, porém, apresentaremos com que frequência apareceram os anafóricos indiciais e os dêiticos discursivos nos *corpora* examinados.

Os dois tipos de expressões indiciais se dispõem na amostra de modo mais ou menos equilibrado: em 2000 ocorrências, **1020** são anáforas⁵⁸ e **980** constituem casos de dêixis discursiva, o que corresponde a um percentual de quase 50% para cada uma, como explicita o gráfico a seguir:

GRÁFICO 1:

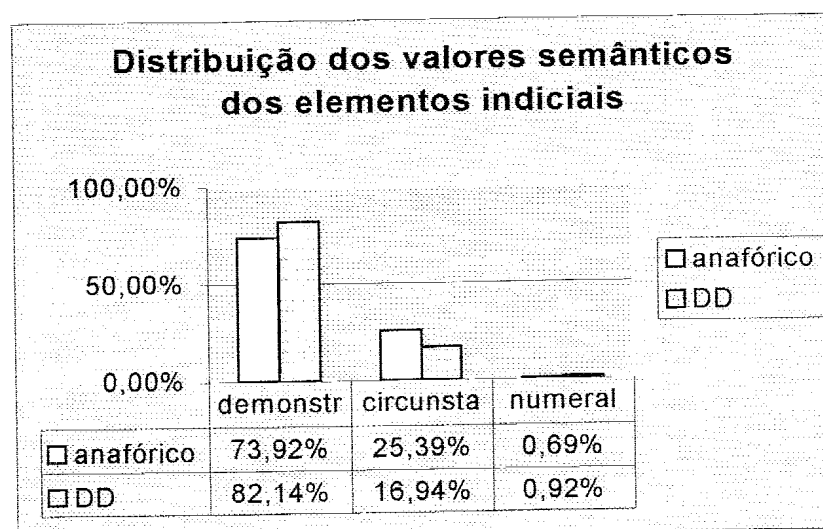
Distribuição de DD e A na amostra



⁵⁸ Nunca é demais lembrar que, nesta pesquisa, o conjunto dos anafóricos não está completo: contém somente os sintagmas com dêiticos. O todo, com certeza, compreenderia um grupo muito mais extenso do que o dos dêiticos discursivos.

Neste universo de expressões indiciais, o subconjunto de pronomes adverbiais expressando circunstância é bem mais restrito do que o de pronomes substantivos demonstrativos; e, pelo que exhibe o Gráfico 2, os pronomes substantivos ou adjetivos de valor numeral são muito raros:

GRÁFICO 2:



Em relação ao todo, tanto nos anafóricos quanto nos dêiticos discursivos, a concentração de demonstrativos é expressivamente maior, mas é mais representativa nos dêiticos discursivos. Já os valores circunstanciais, é mais comum que sejam codificados por anafóricos.

Para interpretar melhor este resultado, vamos associá-lo às classes formais de SNs e pronomes. Em valores numéricos (para permitir a visualização das quantidades exatas de cada estrutura), e sem contabilizar a quantidade irrelevante de numerais, o quadro se apresenta da seguinte maneira:

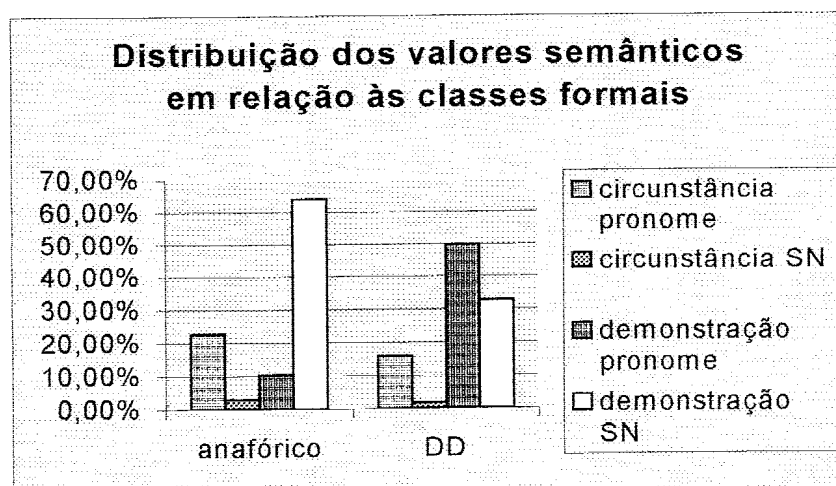
QUADRO 2:

Relação entre classes e valores semânticos nas expressões indiciais

	circunstância		demonstração	
	pronome	SN	pronome	SN
anafórico	230	29	104	645
DD	150	16	467	305

O gráfico 3 favorece o contraste em números percentuais:

GRÁFICO 3:



Algumas conclusões logo ressaem da distribuição acima; dentre elas, destacamos as seguintes:

- 1) Há, de fato, bem menos valores circunstanciais que demonstrativos em ambos os casos de expressões indiciais, mas, quando os há, eles se manifestam geralmente como pronomes substantivos, e são mais freqüentes entre os anafóricos, como nestas ocorrências:

(75) “Quanto ao Morro das Tabocas, porém, **ali** se travou a batalha que foi o primeiro grande marco da insurreição contra os holandeses.” (E040 – relatório técnico – NELFE)

(76) “ISTO POSTO, e considerando tudo o mais que dos autos consta, decide a Quarta Junta de Conciliação e Julgamento do Recife, à unanimidade, julgar TOTALMENTE PROCEDENTE a reclamatória, condenando-se a reclamada - S.E.C.R. -, a pagar, à demandante - A.C.G.R. -, no prazo de 48 horas, após a liquidação do julgado, todos os títulos deferidos na fundamentação supra, na forma e limites ali delineados, que passa a fazer parte integrante, do presente dispositivo.” (E062 – ata de julgamento – NELFE)

(77) “Morreu três horas depois. Longe os vizinhos. Léguas e meia o mais próximo. Belarmino teve de ir **até lá**.” ((E) conto Moreira Campos – conto – *corpus* complementar);

- 2) Embora os valores de demonstração apareçam em proporção equivalente nos dois tipos de expressões indiciais, enquanto nos dêiticos discursivos eles se expressam predominantemente por pronomes substantivos, nos anafóricos manifestam-se principalmente como pronomes adjetivos de sintagmas nominais. Confirmam-se os dois grupos respectivos de exemplos:

Dêiticos discursivos como pronomes substantivos:

(78) “A dica funcionou corretamente, porém, quando o jogo termina, o seu tempo, mesmo sendo recorde, não é computado para a lista dos melhores desempenhos. **Isto** está correto?” (E276 – cartas do leitor – NELFE)

(79) “E o garoto apertará um botão e, num milésimo de segundo, a resposta aparecerá na tela mais próxima. E então o garoto perguntará:

- Como é que eu sei se **isso** está certo?

- Ora, Ele nunca erra.” ((E) crônica Veríssimo – crônica – *corpus* complementar)

Anafóricos como pronomes adjetivos em SNs:

(80) “OBRA: Projeto de asfaltamento de uma ponte aérea entre Manaus e Porto Alegre. **Essa ponte aérea asfaltada** evitaria as turbulências dos vãos e traria mais tranquilidade aos passageiros acostumados a viajar de automóvel.” (E299 – texto humorístico – NELFE)

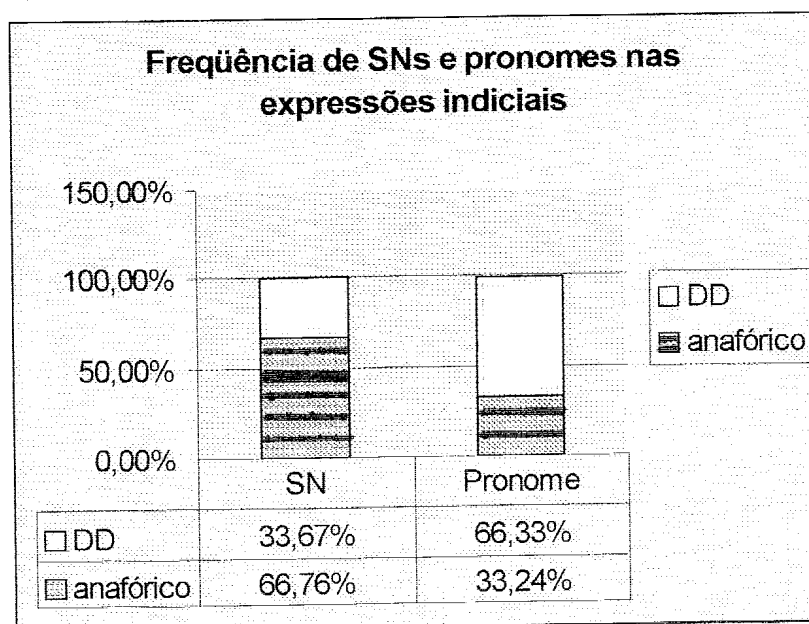
(81) “e tiram e colocam o sutiã e tira e coloca o sutiã então a gente sempre tá né agora **essa baixinha** não agora essa baixinha não só dançando” (F034 – conversa espontânea – NELFE)

Uma primeira diferença estrutural importante entre as expressões em estudo desponta desta relação: podemos inferir que são os pronomes, operando como substantivos, a principal forma de realização dos dêiticos discursivos, os quais exprimem, o mais das vezes, valores de demonstração.

Se refletirmos sobre a codificação das expressões indiciais, exibida no gráfico 4, poderemos deduzir que, de fato, os dêiticos discursivos aparecem, dominantemente, sob a forma

de pronomes com função substantiva, ao passo que os anafóricos ocorrem em geral sob a forma de pronomes adjetivos determinando nomes no sintagma nominal:

GRÁFICO 4:



Alguns aspectos justificam, em parte, a discrepância entre essas formas de expressão, e um deles diz respeito a certas restrições estruturais. A função de advérbio está estreitamente relacionada com a noção de circunstância (embora – já o dissemos – não exista entre elas correspondência um a um), pois a língua codifica pronomes específicos para os valores de tempo, modo e lugar, como *aqui, aí, lá, ali* etc., conforme expusemos no Quadro 1. Em contrapartida, a língua também reserva pronomes substantivos e adjetivos apropriados à mostração, como *este, isso, aquilo, aquela* etc.

A despeito de existirem pronomes demonstrativos substantivos e adjetivos indicando valores circunstanciais, em sintagmas como *por causa disso, depois disto, desse modo* etc., há de se convir que a noção de lugar, tempo, causa etc. se estende, nestes casos, a todo o sintagma, e não se deve a propriedades destes pronomes em si. E, conquanto se possa argumentar que, por outro lado, pronomes como *aqui, aí, ali* também operam como adjetivos demonstrativos, modificando nomes em SNs do tipo *os professores daqui, os recursos de lá, o caipira lá, o curso lá, o símbolo abaixo* etc., é preciso lembrar que, mesmo nestas situações, permanece

ainda a idéia de circunstância, responsável, inclusive, pelo reforço dado aos pronomes *este*, *esse*, *aquela* na localização de um referente.

Vê-se, então, que é tão íntima a correspondência entre circunstância e função adverbial; demonstração e função substantiva/adjetiva, e é tão restrito o número de elementos que participam de tal relação que a tradição gramatical chegou a instituir os pronomes demonstrativos e advérbios como “classes de palavras” (reveja-se a crítica que fizemos em 4.1).

Assim, enquanto os pronomes adverbiais se limitam à expressão de circunstâncias, os sintagmas nominais contendo pronomes adjetivos demonstrativos podem veicular, por meio do nome que determinam, uma infinidade de significados, imprescindíveis a qualquer desenvolvimento argumentativo. De mais a mais, os pronomes substantivos demonstrativos são mais adequados à representação de conteúdos extensos já apresentados, por isso constituem um recurso a que os falantes recorrem a todo instante. De modo que a predominância sobre os pronomes adverbiais se caracteriza, então, como um problema de natureza estrutural, imposto por restrições do próprio sistema lingüístico, e, ao mesmo tempo, como um problema discursivo, determinado por objetivos argumentativos.

Resta, contudo, explicar a razão da alta freqüência de pronomes substantivos entre os dêiticos discursivos. Conforme observou Ducrot (1977), as expressões nominais definidas com pronome demonstrativo delimitam a classe de referentes no “universo mostrado”, e estão condicionadas à função referencial do nome com suas indicações existenciais. Examinem-se os dêiticos discursivos abaixo:

(82) “Inf.2 as escola daqui não dão...mal dão um lanche que antigamente{ até davam agora eu acho que nem **isso** (...) e **tudo isso** é uma coisa que prejudica o bom andamento de um:: de um aluno

Inf.1 CER::to perfeitamente...e/eu estava sou estava enquadrado... nesse tipo de aluno sabe? porque...a a maTÉrias...que eu pretendia me aperfeiçoar...num conseguia chegar lá justamente...por esse fato né? (...) eu:: era...digo que era um:: menino subnutrido viu?...mal alimentAdo e:: num tinha tinha condições de...por exemplo...me dedicar Ma/... Matemática...a uma Física...a uma Química... (...) nunca cheguei lá...justamente por por...**por essa deficiência** {né?...que eu sentia...” ((F) D2-48 - conversa espontânea - PORCUFORT)

Os elementos negritados individualizam conteúdos espargidos no contexto anterior, reforçando a delimitação, por meio do demonstrativo, da classe do referente no “universo mostrado”. Contudo, há uma sensível diferença entre o dêitico discursivo nominal e o pronominal, em termos de elaboração e de esforço cognitivo no momento dessa individuação.

Resumir um conteúdo proposicional por meio de um nome, que sirva de rótulo para um argumento explicado antes, como em “por essa deficiência”, exige do falante um trabalho de categorização, de rotulação de proposições e de identificação da força ilocutória⁵⁹. Não se pode afirmar o mesmo com relação aos pronomes demonstrativos substantivos, pois convencionou-se que seu emprego já represente esse nome, com seus pressupostos existenciais.

É mais “fácil”, pois, saltar a etapa de rotulação da entidade discursiva e usar a pro-forma, como em “tudo isso”, no exemplo (82). Além do quê, o caráter geral, muito próprio do significado dos pronomes, revigorado pelo efeito ainda mais generalizante dos demonstrativos neutros, permite que eles possam aplicar-se a vários objetos, indistintamente. Nisso reside precisamente a funcionalidade que têm para os dêiticos discursivos: são as formas mais apropriadas para resumir conteúdos dispersos, cuja amplitude, por vezes indeterminada ou ambígua, é compactuada tacitamente por falantes e destinatários.

A necessidade de evitar a imprecisão justifica, ainda, a utilização de certos pronomes demonstrativos modificados oracionalmente, como em (83) abaixo:

(83) “...o quê que o senhor fala assim da mudança DO Liceu dos tempos que o senhor ensinava por exemplo quando o senhor começou não me lembro nem quando... e dos dias atuais? se é que o senhor tem alguma idéia **DAQUILO que se passa lá nos dias...de hoje...**” ((F) D2-48 - conversa espontânea - PORCUFORT)

“Daquilo”, como dêitico discursivo, resgata um conteúdo proposicional, que se refere às “mudanças do Liceu”, ainda que ultrapasse esse valor semântico e se complete no conhecimento partilhado.

A estrutura de pronome modificado por oração adjetiva é igualmente admissível com anafóricos, apesar de rara, como exemplifica (84), abaixo:

(84) “no início eu tinha que escrever Tudo que eu ia dizer... e eu num podia sabe? Tirar a vista **daquilo que eu estava... lendo** porque... SE EU tirasse...” ((F) D2-39 - conversa espontânea - PORCUFORT)

Aqui, o pronome faz uma recuperação pontualizada, típica dos anafóricos. Em (83) e (84), o demonstrativo, sozinho, não satisfaria como conteúdo informativo, por isso recebe o

⁵⁹ A força ilocutória relaciona-se com a intenção comunicativa de um ato de fala: de informar, interrogar, advertir, ameaçar etc.

modificador, no caso, uma relativa (mas poderia ser também uma sintagma preposicional⁶⁰). A oração particulariza o que o dêitico já introduziu com status de conhecido para o ouvinte, porém não foi capaz de restringir dentro do “universo mostrado”. Formações dessa natureza apareceram, com mais frequência, nos dêiticos discursivos (30 ocorrências contra apenas cinco de anafóricos), o que se explica exatamente pelo sentido genérico, tão necessário a esse tipo de expressões indiciais, conforme já discutido acima.

O valor demonstrativo dos dêiticos discursivos pode esvaziar-se de tal modo que se tornaria artificial dissociá-lo do pronome relativo. Leia-se o exemplo (85):

(85) “Levando-se em conta o papel cada vez mais importante que a televisão desempenha hoje - principalmente em relação aos mais jovens - planeja-se realizar um vídeo de cada espetáculo que vier a ser realizado, **o que já se tentou com a primeira aula-espetáculo.**” (E040 - relatório técnico - NELFE)

Seria pragmaticamente pouco aceitável substituir “o que já se tentou...” por “aquilo (isso) que já se tentou”.... Assim, o demonstrativo como que se incorpora ao relativo, que é, de fato, quem individualiza o conteúdo proposicional anterior. Esta é, mais ou menos, a posição de Apothéloz e Chanet ao defenderem que “as **nominações** não fazem uso, necessariamente, de uma expressão lexical; um pronome demonstrativo pode muito bem executar a mesma operação” (Apothéloz; Chanet, 1997:161). E ilustram a afirmação com o seguinte exemplo:

(86) Salvo cataclismo (natural ou provocado), o homem terminará inevitavelmente por controlar sua própria evolução. Não nos enganemos: se ele adquirir esta capacidade, fará uso dela forçosamente. Para o melhor ou para o pior. **Isto**, provavelmente, ainda está muito longe, mas é necessário refletir desde já. (Apothéloz; Chanet, 1997:161)

Os autores mencionam, ainda, o caso do demonstrativo seguido da oração adjetiva, em que a própria construção *o que* opera a “**nominação**”, pois é ela que retoma as informações proposicionais:

⁶⁰ O pronome neutro de valor demonstrativo, empregado sozinho, sem modificador, não é suficiente, por não ter a mesma autonomia descritiva dos nomes, para suprir a informação que se supõe dividida, daí a necessidade de um adjunto, ou constituído de oração, como no exemplo (85), ou de sintagma preposicional, como em: “... a/ aliás num é nem uma conotação... éh:: o sentido REAL... né?... porque:: éh::... o sentido... conotativo é um:: sentido figurado né?... e nós...{ podemos até lembrar ((fala rindo levemente)) {isso de português né?...” ((F) D2-39 - conversa espontânea - PORCUFORT). É pelo modificador “de português” que se pode limitar o “universo mostrado” pelo demonstrativo.

(87) “Ele jogava com vários registros ao mesmo tempo, **o que era o traço essencial de sua natureza.**” (Apothéloz; Chanet, 1997:161)

Apothéloz e Chanet tratam as nominações⁶¹ sempre como anafóricas, embora elas correspondam, mais apropriadamente, a dêiticos discursivos, já que consistem de uma operação discursiva em que o falante se refere a um processo ou estado que “foi anteriormente expresso por uma proposição (ou mais)” (confira-se a descrição em Apothéloz; Chanet, 1997). Os autores denominam as entidades referidas difusamente de “informações-suporte”, e acentuam o importante papel das nominações na categorização de referentes:

a principal particularidade das nominações reside no fato de elas darem um estatuto de referente, ou de **objeto do discurso**, a um conjunto de informações (informações-suporte) que antes não tinham esse estatuto discursivo. (Apothéloz; Chanet, 1997:160)

Poder-se-ia concluir que todos os dêiticos discursivos, nominais ou pronominais, realizariam nominações, uma vez que individuam um conjunto heterogêneo, e algumas vezes intrincado, de informações, para, em seguida, designá-lo. Mas essa questão não é de todo pacífica quando se considera o subgrupo dos dêiticos textuais manifestados por pronomes adverbiais de circunstância. Veremos que esses casos não retomam conteúdos do mesmo modo que os demonstrativos, porque também, e talvez principalmente, operam localizações dentro do texto.

Executar uma nominação por meio de demonstrativos substantivos, como *isto* e *isso*, sem dúvida, requer menos esforço, conforme comentamos, do que eleger um rótulo nominal apropriado para selecionar o universo discursivo em que atuaria o determinante. E, considerando, ainda, a complexidade das informações-suporte que necessitam ser resumidas nas nominações, tudo isto explica a preponderância das formas pronominais entre os dêiticos discursivos. Além disso, justifica por que são tão abundantes na oralidade, conforme evidenciou o estudo de Marcuschi (1997). Declara o autor que, entre os textos falados:

é interessante notar que a concentração maior de todas as expressões se dá precisamente (com cerca de 60% das ocorrências) no item “*Isso*”. Por exemplo:

- *é isso que nós fazemos*
- *não foi legal isso não*

⁶¹ Existem dois tipos de “nominação”, segundo Apothéloz (1995):

- a) a que retoma o conteúdo proposicional, como em tentar - tentativa (tratado na literatura como “nominalização”);
- b) e a que designa o ato de fala realizado pela enunciação do conteúdo, como “esta pergunta”, em referência a uma indagação.

Não se confundam, pois, os dois termos: a **nominalização** constitui apenas uma das espécies de **nominação**.

■ *mas isso é outra coisa* (Marcuschi, 1997: 168)

Isto e *isso* são, com efeito, muito ocorrentes na fala, mas devemos pesquisar se essa frequência se atribui ao tipo de modalidade discursiva, ou se outros fatores, como o grau de espontaneidade, não interferem nesta conclusão. As relações entre estruturação das expressões indiciais e modalidades de discurso/grau de espontaneidade serão apreciadas no capítulo final. No momento, importa reter que as construções com *isto/isso* (sobretudo com *isso*) reúnem condições muito favoráveis a um emprego dêitico-discursivo.

Uma dessas condições se prende à descrição semântica dos pronomes neutros. Os referentes pontuais conduzem o traço [+ animado], em geral incompatível com o gênero neutro, ao passo que os referentes difusos, peculiares aos dêiticos discursivos, não o contêm. Por isso, os demonstrativos de gênero masculino ou feminino (*este(s)*, *esta(s)*) são utilizados em função substantiva para retomar referentes pontuais nas anáforas (mesmo que muito raramente), porém não para recuperar conteúdos proposicionais inteiros. Por isso, convém compreender: enquanto nos anafóricos, o emprego dos neutros é opcional (no sentido de que se apresentam como uma das seleções possíveis), nos dêiticos discursivos pronominais, eles constituem **uma exigência**. Reflitamos sobre o exemplo seguinte:

(88) “É humilhante a maneira como o governo trata o trabalhador, principalmente o servidor público, como se **este** não fosse necessário ao País.” ((E) Sr editor - carta ao editor - *corpus* complementar)

Em (88), o anafórico “este”, que se refere ao “trabalhador” (incluindo “o servidor público”), não seria comutável com *isto*, que não seria adequado à referência de uma entidade humana⁶². No entanto, em outros usos anafóricos, sem a mesma imposição, a troca seria possível, ainda que estilisticamente condenável. Exemplo:

(89) “... por isso que se diz que o Turismo é um é é uma indústria mas **isso** é uma indústria... indiretamente /tá?...” ((F) EF-52 - aula - PORCUFORT)

Já entre os dêiticos discursivos, os pronomes de valor demonstrativo, funcionando substantivamente, são **sempre neutros**. Contêm elevado grau de generalidade, um forte poder resumidor e exigem um baixo custo de elaboração, por isso, algumas vezes, se manifestam

⁶² A não ser quando se deseja exatamente depreciar a entidade referida, atribuindo-lhe um traço [-humano].

como pronomes nulos. Dos 467 dêiticos discursivos pronominais demonstrativos da amostra, 33 são nulos, e podem ser ilustrados por exemplos como:

(90) "... ele ficava espeRANDo... fora da sala de aula... TODos os alunos entrasse (...) porque depois que Ele entrasse NINGUÉM MAIS entrava... (...) eu achava Ø muito engraçado porque o M. de A. tinha aquelas... suas peculiaridades..." ((F) D2-39 - conversa espontânea - PORCUFORT)

(91) "Como vai a tia Lourdes? Ela vai viajar mesmo para a Inglaterra, em janeiro? Ouvi dizer que ela recebeu uma bolsa de estudos pela Cultura Inglesa, é verdade? Quem me contou Ø foi o tio Antônio." ((E) carta a um primo - carta pessoal - *corpus complementar*)

Nas duas situações acima, o pronome nulo equivale a "isso, tudo isso", e transforma em objeto de discurso proposições anteriores. O conteúdo proposicional nem sempre carece estar explícito. Há enunciados em que o falante deixa ao destinatário a tarefa de reconstruir o que ficou implícito, como em:

(92) "Ligue para ele, agora de manhã, ele vai estar no escritório. Marque a hora e deixe também para mim. O telefone é 455.3538, nem precisava Ø não é mesmo?" (E027 - bilhete - NELFE)

Aqui, o pronome nulo significa "(nem precisava) que você me dissesse qual é o número do telefone". Possivelmente, o mesmo princípio de baixo esforço cognitivo que dita a escolha do pronome (em vez do SN pleno), opera também neste caso. Porém, em relação aos nulos, esse princípio parece aliar-se a uma regra de economia lingüística, pela qual tudo o que se toma como desnecessário tende a ser suprimido do discurso. Quando uma informação passa a ferir as submáximas da Relevância e da Quantidade (ver Grice, 1975), pelas quais se espera que a contribuição do enunciador seja apropriada às necessidades de cada ponto do discurso, e seja informativa apenas o suficiente, então o falante tende a omiti-la.

Como frisamos na Introdução, não nos desviaremos, entretanto, para a investigação dessas formas omissas, que, por si só, dariam uma nova pesquisa, distante do objetivo que nos impusemos.

Destas observações, é bastante constatar que o pronome nulo de valor demonstrativo dos dêiticos discursivos não se identifica com o dos anafóricos, por retomar uma ou mais proposições, e ser substituível por um pronome substantivo neutro.

Quando os pronomes adjetivos demonstrativos compõem sintagmas nominais, os nomes que eles determinam constituem rótulos, que, conforme mostraremos no capítulo 5, requerem do falante uma atividade de reconstrução das designações apropriadas a cada objeto constituído no discurso.

Por ora, precisamos analisar, ainda, se os pronomes adverbiais circunstanciais processam, assim como os pronomes substantivos demonstrativos, alguma espécie de nominação.

Os dêiticos discursivos representados por pronomes circunstanciais surgem em realizações como:

(93) “B: aí éh: graça disse **assim** Beth que que é lobby”
(F001 – conversa telefônica – NELFE)

(94) “Bem, vou me despedindo **por aqui**.
Um grande abraço do seu primo
F.” ((E) carta a uma prima – carta pessoal – *corpus*
complementar)

Note-se que os pronomes em negrito informam uma dada localização no texto. Em (93), faz-se uma indicação catafórica; em (94), o circunstancial marca o lugar onde termina a enunciação do falante. De certa forma, existe, porém, o resumo de um conteúdo discursivo, extraordinariamente codificado não por um pronome demonstrativo em função substantiva, mas por um circunstancial em função adverbial.

Deixamos a sugestão de que estes casos recebam um tratamento mais aprofundado em futuras pesquisas, de vez que parecem apresentar um comportamento misto no discurso. Não marcam simplesmente posições na organização do texto, mas, à maneira das nominações, alçam as informações-suporte ao estatuto de referentes. Assim sendo, diferem bastante dos pronomes substantivos/adjetivos demonstrativos comuns aos dêiticos discursivos.

Como justificamos anteriormente, por suas restrições semânticas, os pronomes adjetivos circunstanciais ocorrem em baixo número, já que não comportam muita variedade de significado. Em toda a amostra, os anafóricos circunstanciais somam apenas 29; e os dêiticos discursivos correspondentes são apenas 16. Vale ressaltar que esse resultado não abrange todas as ocorrências de pronomes circunstanciais, pois os que apresentavam função adjetiva,

simplesmente reforçando a indicação de *este*, *esse*, *aquela* etc., foram computados como valores demonstrativos. Os exemplos (95) e (96) ilustram o caso:

(95) “Inf.1 aí t/ aí comé que diz::?...com/é que diz nesta
outra revista sobre o silêncio?...
Inf.2 **nessa daqui** é o seguinte 'o exercício do silêncio é
tão importANTE... quanto a prática da palavra'...” ((F) D2-39 -
conversa espontânea - PORCUFORT)

(96) “não houVEsse devastação... nessas paisagens... TODas
que existe/ no mundo... CERTamente num existiria **esse método**
aqui...” ((F) EF-52 - aula – PORCUFORT)

Classificamos todos os circunstanciais adjetivos como demonstrativos porque sua tarefa mais importante, no procedimento discursivo, é ajudar o pronome substantivo/adjetivo a localizar o referente no universo mostrado. De fato, ajuntam-se ao valor demonstrativo exatamente para precisar o ponto de referência do enunciador⁶³. Cunha já atentara para o fenômeno ao declarar que “quando, por motivo de clareza ou de ênfase, queremos precisar a situação das pessoas ou das coisas a que nos referimos, usamos reforçar os demonstrativos com os advérbios” (Cunha, 1977:327).

Esta é uma comprovação de grande significado, pois evidencia que a remissão dos circunstanciais é mais subjetiva do que a dos demonstrativos. A presença do falante é mais evidentemente assinalada, e isto garante à estrutura **maior grau de deiticidade**.

Discutiremos, no próximo item, como os graus de deiticidade diferem em função do tipo de remissão executada. Mostraremos que existem diferentes motivações para o emprego dos elementos indiciais, o que redundará na separação de subconjuntos distintos de dêiticos discursivos e anafóricos.

4.3.1 *Motivação dos elementos indiciais no discurso*

Todas as expressões referenciais pinçadas para esta pesquisa retomam um referente também presente no contexto. Contudo, verificamos que, além dessa característica de recuperar entidades contextuais, muito peculiar às anáforas, os elementos indiciais apontam também, como que de modo independente, para uma instância do universo discursivo, que pode ser:

⁶³ Sobre isto, leia-se o que diz Bechara (1978:265): “Em tais situações, *aqui*, *aí*, *ali*, *acolá*, etc., perdem seu valor restrito de advérbio e passam a funcionar como elementos reforçadores intimamente relacionados com a natureza dos pronomes, pois fazem notável referência às pessoas gramaticais”.

- o espaço físico real da comunicação;
- o conhecimento comum;
- o espaço físico do texto;
- o próprio contexto.

Os dêiticos discursivos e os anafóricos indiciais, conquanto funcionem dentro de um “campo mostrativo textual” (equivalendo ambos à anáfora Bühleriana), efetivam uma segunda indicialidade, de vez que os elementos dêiticos que os estabelecem apontam para um destes espaços:

- o “campo mostrativo situacional” (como o fazem os anafóricos dêiticos);
- o que poderia também representar um tipo de “campo mostrativo imaginário”, já que os referentes situados na memória cultural dos interlocutores não deixam de constituir uma imagem mental;
- o próprio “campo mostrativo textual”, mas considerando suas dimensões físicas a partir da última formulação do falante;
- o próprio “campo mostrativo textual”, mas sem considerar o referencial do falante;

Os quatro subitens seguintes examinam, com mais vagar, como se processa a remissão dos elementos indiciais a cada um desses campos dêiticos, discutindo as consequências de semelhante condicionamento para a caracterização de subgrupos de anafóricos e dêiticos discursivos.

Preferimos já adiantar, neste ponto, contudo, os Quadros 3 e 4 e os Gráficos 5 e 6 (que demonstram os resultados dos quadros), a fim de encetar a análise da relação forma-função-condicionamento, a partir de uma apreensão do todo. Os dados foram exibidos em valores numéricos para evitar que os percentuais mascarassem as discrepâncias de cada quantidade em relação ao total:

QUADRO 3:**Relação entre forma, função e tipo de motivação nos anafóricos**

	conh.part.	físico real	físico text.	textual
pro cir	1	224	0	5
pro dm	29	17	4	59
SN cir	2	21	0	6
SN dm	196	89	3	357
SNnm	0	0	1	6
totais	228	351	7	427

QUADRO 4:**Relação entre forma, função e tipo de motivação nos dêiticos discursivos**

	conh.part.	físico real	físico text.	textual
pro cir	0	44	26	81
pro dm	14	8	2	476
SN cir	2	2	6	5
SN dm	35	25	37	208
SNnm	0	0	0	9
totais	53	77	70	780

Atente-se para a distribuição desproporcional das formas: nos anafóricos, por exemplo, os pronomes circunstanciais constituem maioria quase absoluta nos contextos de motivação física real. Já os pronomes demonstrativos aparecem mais frequentemente nas remissões ao próprio texto.

Tais comprovações se encaminham para uma escolha preferencial de certas formas e valores semânticos de acordo com os diferentes condicionamentos. A comparação entre os gráficos abaixo permite uma compreensão mais clara dos números acima:

GRÁFICO 5:

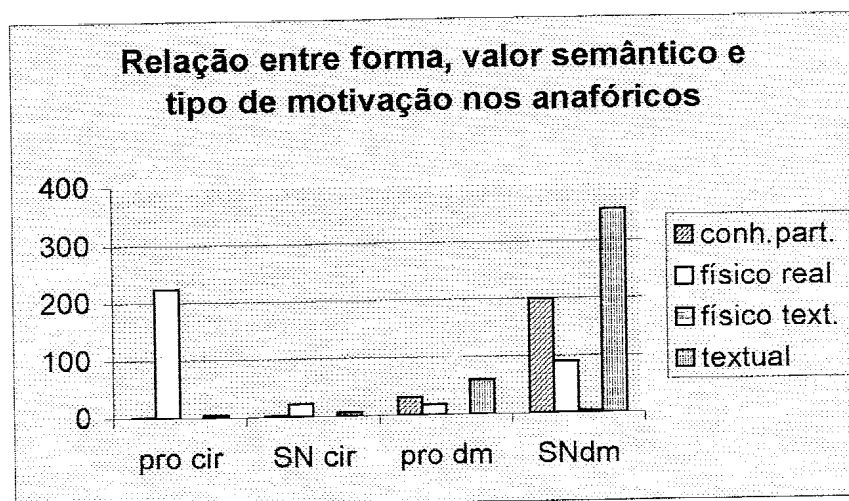
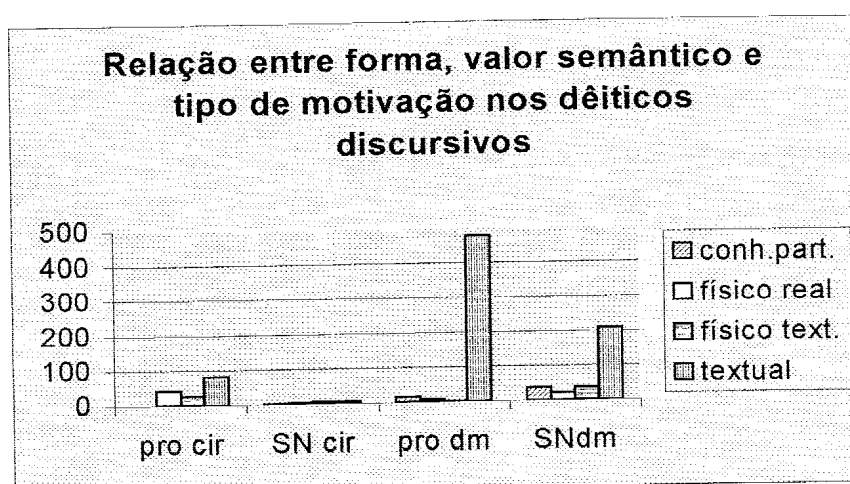


GRÁFICO 6:



Os dêiticos discursivos, como se percebe, são codificados predominantemente por pronomes demonstrativos, que, na grande maioria, remetem aos elementos do próprio texto. Seguem as considerações sobre as especificidades de cada tipo de remissão.

4.3.1.1 Remissão ao espaço extralingüístico

O conjunto dos anafóricos que remetem ao espaço extralingüístico é composto pelos **anafóricos dêíticos** (cf. item 1.5.4), aqueles que preservam o valor dêítico em seu sentido original: o de apontar para o espaço real da enunciação.

A mesma espécie de remissão pode ser alcançada pelos indiciais dos dêíticos discursivos, de tal modo que estaríamos autorizados até a designá-los, de forma redundante, como “dêíticos discursivos dêíticos”, em analogia com os anafóricos dêíticos, que remetem ao espaço físico real do falante, ou que simplesmente o pressupõem. Repare-se nos exemplos seguintes:

(97) “ah foi... não:... sabe o que foi foi foi um rolo incrível
aquilo ali... meNina:... atrasou mais por causa disso também
sabe...” (F001 - conversa telefônica - NELFE)

(98) “Esta estratégia de textualização que erige desde simples verbos até enunciados inteiros em referentes designados por expressões nominais é mais comum na escrita do que na fala, mas na fala tem um grande poder de síntese e aparece mais em gêneros formais, como é o caso da aula **aqui** citada.” ((E) artigo de lingüística - artigo científico - *corpus* complementar)

“Aquilo ali”, em (97), supõe uma localização no passado do acontecimento narrado. E é o pronome substantivo demonstrativo, na forma de terceira pessoa, fortalecido pelo pronome adjetivo circunstancial, que marca esse distanciamento no tempo em relação ao momento do ato comunicativo.

Já no exemplo (98), “aqui” foi empregado de modo a retomar todo o discurso que está se desenvolvendo naquele instante da enunciação, daí a escolha do pronome de primeira pessoa: para indicar o discurso como uma unidade **próxima** da posição real do enunciador no tempo de formulação.

Dos 73 discursos examinados, não identificamos nenhuma ocorrência equivalente ao emprego de *aqui* entre os anafóricos adverbiais. Em contraste, os dêíticos discursivos utilizando esses pronomes em situações semelhantes apareceram 48 vezes, em textos falados e escritos.

Como afirmamos acima, a marcação dos espaços no ambiente real, extralingüístico, é significativamente realizada por circunstanciais, sobretudo em função adverbial e no papel de anafórico, pelo que exibem os dados. Se há uma representação de pouco mais de 100 demonstrativos, conforme se lê no Quadro 3 (89 em SNs e 17 em pronomes), isto se deve

sobretudo ao uso do *aquela* (e variantes), numa remissão ao passado, ou a algo presente no conhecimento comum dos interlocutores, como em (97), com relação aos dêiticos discursivos. Nos anafóricos, a distância do tempo de formulação costuma apresentar-se como nos exemplos abaixo:

(99) “Está certo, ninguém quer morar numa cidade infestada de camelôs, mas que eles vendem umas coisinhas legais, baratinhas, que não se encontra em ne-nhu-ma loja de nenhum bairro, isso é a maior verdade. E quando se está viajando ninguém consegue deixar de comprar com eles - em Nova York **aquela bolsa cópia de Chanel**, e por aí vai - isso também é verdade.” ((E) crônica Danuza – crônica – *corpus* complementar)

(100) “Gostaria de pedir desculpas por não te dar a atenção que você merece ter; afinal fazem séculos que não te escrevo. Pra falar a verdade, eu só te escrevi uma carta (lembra?! **aquela mais ou menos apaixonada!**) e uma centena de bilhetinhos.” (E004 – carta pessoal – NELFE)

É interessante como em usos dessa natureza, parecem concorrer, ou harmonizar-se, as motivações do espaço real e do saber comum, de maneira que nem sempre se pode decidir com certeza se se trata de uma ou de outra. Observe-se um exemplo com dêitico discursivo:

(101) “e Aí que ele poderia... ser utilizado... **NÃO SÓ naquela determinada situação** como eu já falei **de COMpra de... venda de alguma COIsa...** mas em **OUtras** situações porque aí já estaria... **MAIS** enriquecido...” ((F) EF-138 – aula – PORCUFORT)

Aqui, o demonstrativo de terceira pessoa remonta a uma situação já discutida em um ponto distante da última fala do enunciador, e solicita ao ouvinte que resgate em sua memória o comentário realizado.

4.3.1.2 Remissão ao conhecimento partilhado

No que tange aos apelos ao conhecimento partilhado, é natural que eles sejam muito mais frequentes nas anáforas (228 casos contra apenas 53 dêiticos discursivos, como se vê nos Quadros 3 e 4), pois os dêiticos discursivos se caracterizam como um recurso resumidor de conteúdos dispersos no texto, de tal modo que, mesmo quando sinalizam para algo na memória comum, ainda retomam, por vezes rotulando, o que já se manifestou difusamente em pontos anteriores do discurso. É o que apresentam exemplos como (102):

(102) “e a escola hoje... como que ela trabalha? essa postura vem mudando? tá existindo uma nova consciência em termos de língua portuguesa na escola... ou ainda continua **essa visão tradicional e conservadora da língua portuguesa?**” (F037 - entrevista na TV - NELFE)

O elemento em destaque não fora mencionado antes, mas uma série de objetos precedentes conduzem à inferência de uma “visão tradicional e conservadora”, que, simultaneamente, chama o ouvinte a procurar em sua bagagem de mundo tudo o que se relaciona ao assunto, e que o falante apresentou como sendo de seu conhecimento.

Também é compreensível que, nas anáforas, as remissões à memória cultural⁶⁴ sejam realizadas por estruturas mais codificadas, para que o destinatário disponha de pistas suficientes para estabelecer o referente em seu arquivo de conhecimentos. As formas mais representativas são:

- mais comumente, sintagmas nominais com pronomes adjetivos demonstrativos;
- pronomes neutros modificados por orações;
- pronomes neutros modificados por sintagmas preposicionais.

Exemplos:

(103) “agora... ele expliCOU... inclusive também que SÓ até aos z/ ao oitenta Anos eles podem... eles podem... ser::... eleitores::... no::... na votação do Papa... né?... (...) até depois eu falei com padre M. parabenizando porque... ele faz os:: os sermões DEle... muito voltados para o sociAL...e também para a instrução do povo... sobre... a::... administração da igreja a dinâ::mica como... como se processa... **essa hierarQUila dentro da igreja...** “ ((F) D2-39 - conversa espontânea - PORCUFORT)

(104) “vamo fazer um negócio diferente/ então:: pegar um::... strip-tease... eu falei brincando/ o S. falou tá legal e aqui tem um... pronto! ((dá uma gargalhada)) a gente foi entrou passou a tar:de inteira... quatro horas lá dentro sabe? Mas o que eu dei de risa:da... ma o que eu dei de risada/ não tava agüentando Eh::: éh... aquele por exemplo **aquele casal lá:: o o caipira lá com aquela menina lá** foi o maior barato né?” (F034 - conversa espontânea - NELFE)

⁶⁴ Há quem defenda a remissão à memória cultural como uma espécie de dêixis (como Lyons, Kleiber, Kuno). Apothéloz (1995), por exemplo, dá-lhe a designação de “dêixis de memória”, explicando que o referente evocado é tão evidente para o enunciador que é como se já tivesse sido mencionado no contexto. O destinatário tem a impressão de que a informação lhe é imediatamente acessível, não obstante se tratar de um processo referencial *in absentia*. Continuaremos, entretanto, a separar dêiticos discursivos e anafóricos pelo escopo referencial, o que daria às expressões de referenciação pontual acima o estatuto de anafóricas. Recorde-se que todas as expressões indiciais empreendem, necessariamente, um tipo de dêixis, ainda que não se classifiquem todas como dêiticos. Nossa meta tem sido chegar à descrição dos diferentes grupos.

Em (103), é o próprio nome “hierarquia” que limita, dentro do universo de conhecimentos sobre o assunto, o campo em que se encontra o objeto mostrado. Por sua vez, em (104), o falante faz uma especificação subsequente, por meio de outros SNs, para facilitar o processo de identificação.

Por isso o pronome adverbial, por sua descrição semântica (rever o item 4.3), não é uma forma adequada às remissões ao conhecimento partilhado pelos interlocutores. Tanto os dêiticos discursivos quanto os anafóricos são quase sempre assinalados por pronomes adjetivos demonstrativos em sintagmas nominais. Os poucos casos de pronomes substantivos geralmente não são representados por neutros, e valeriam, rigorosamente, como SNs do tipo *aquela menina*, *aquela garota* etc., como no exemplo seguinte:

- (105) “B: hm:: éh::
 V: [Veruska
 B: **[aquela do cabelo [comprido**
 V: [do cabelo comprido liso é
 B: liso
 V: sim que tava de touca e tinha tava bem liso o cabelo
 dela
 B: ah: não é aquela do cabelo todo encaracolado
 comprido
 V: não **aquela** é Celina...
aquela é bailarina excelente também
 B: **aquela** é manequim não” (F001 - conversa
 telefônica - NELFE)

Como declaramos no item anterior, os pronomes demonstrativos de terceira pessoa têm o poder de remeter a um momento distante do tempo de formulação. Assim, em (105), “aquela” invoca um saber comum dos participantes da conversa, solicitando ao ouvinte que esquadrinhe, em sua **memória**, um referente identificável por ambos. Por isso a presença do pronome de terceira pessoa em contextos assim motivados não pode ser interpretada como um fato contingente. *Aquele* e variantes constituem um expediente bastante apropriado para as remissões ao passado. Por essa interpretação, compreende-se por que, de um conjunto de 199 anafóricos referindo-se ao conhecimento partilhado, 151 sejam pronomes de terceira pessoa demonstrativos, o que perfaz um percentual de 75,8%. Entre os dêiticos discursivos, a frequência cai para 43,1%⁶⁵.

⁶⁵ Ocorrências raras de dêitico discursivo codificado por demonstrativo neutro de terceira pessoa podem ser ilustradas por casos como: “Mas não: o ar ali estava imóvel, sério, pesado. Nenhuma viração e o céu baixo, as nuvens escuras, densas. Como foi que **aquilo** aconteceu? A princípio apenas o mal-estar e o calor. Depois qualquer coisa dentro dela começou a crescer.” ((E) - conto Lispector - conto - *corpus* complementar)

Os dêiticos discursivos, ordinariamente, são codificados por pronomes demonstrativos neutros de segunda e de primeira pessoa. Os de terceira surgem exatamente para sinalizar a retomada do saber compartilhado, por isso a remissão realizada pelo demonstrativo *isso* diverge da que se faz por meio de *aquilo*, tal como se verifica no exemplo seguinte:

(106) “éh vocês nunca pensaram de:...não sei talvez assim...uhn levar esse grupo pra algum lugar? esse grupo que se reúne aqui todos os domingos? éh vocês nunca pensaram de:...não sei talvez assim...uhn levar esse grupo pra algum lugar? esse grupo que se reúne aqui todos os domingos? levar assim pra um um BARzinho uma noite uma coisa uma vez ao mês:... pra fazer com que **esse tipo de música que praticamente está esquecido** CHEgue até os ouvidos dos mais jovens” ((F) D2-48 - conversa espontânea - PORCUFORT)

Ao dizer “esse tipo de música”, o enunciador se refere não somente às músicas já mencionadas no discurso, como a tantas outras do mesmo gênero registradas no conhecimento de mundo dos interlocutores. Mas há, aqui, uma diferença importante: *esse* não carrega o traço de distância do tempo de referência, de maneira que a escolha da forma parece guiar-se principalmente pela intenção do falante em apresentar como conhecida uma informação que sabe ser compartilhada pelo destinatário.

Neste sentido, é lícito afirmar que o pronome demonstrativo de segunda pessoa é muito mais genuinamente condicionado pelo saber compartilhado do que o de terceira, pois este **acumula**, ainda, uma idéia de afastamento físico do ponto zero do falante, pressupondo um elo extralingüístico.

Quanto ao que temos chamado de condicionamento físico-textual, trata-se de uma operação dentro do campo mostrativo do próprio texto. Sua marcação de lugar toma por referencial a última enunciação do falante, porém a demarcação é idealizada no interior do discurso, embora nem sempre seja fixada de maneira precisa. Nesta espécie de remissão e na última, que aponta para conteúdos do texto, é possível reconhecer, com mais nitidez, a diferença entre os variados **graus de deiticidade**, de acordo com as descrições que serão fornecidas a seguir.

4.3.1.3 Remissão ao espaço físico do texto

Revelam os Quadros 3 e 4 que a indicação do espaço físico textual nos anafóricos é quase nula (apenas 8 ocorrências), ao passo que nos dêiticos discursivos contabilizam-se 70 casos. Despontam neste grupo não somente pronomes adverbiais circunstanciais, mas também certos nomes em função adjetiva, com valor de demonstração, como:

(107) “Tentaremos **a partir da próxima unidade**...;
 Como se observa **nas passagens seguintes**...;
Com a seguinte frase inicial...;
 O narrador pinta **o seguinte quadro**...” ((E) ensaio -
 artigo científico – *corpus* complementar)

Pode-se perceber que tais nomes adjetivos modificadores de sintagmas nominais também apontam para lugares específicos no texto. Só muito esporadicamente aparecem na fala (de acordo com nossos dados), mas são de grande auxílio na ordenação dos discursos escritos.

Conforme dissemos, os condicionamentos físico-textuais são pouco numerosos: em toda a amostra pesquisada, só identificamos 78 ocorrências, e a expressiva maioria compõe o subgrupo dos dêiticos textuais.

Os contextos mais típicos de dêiticos textuais se verificam quando os elementos indiciais assinalam, **sem ambigüidades**, a localização do referente, o que, na maioria das vezes, é obtido pelo emprego dos pronomes adverbiais circunstanciais. Por exemplo:

(108) Utilizamos, **acima**, alguns termos que devem ser explicitados com algum detalhe para maior entendimento. ((E) artigo de lingüística - artigo científico - *corpus* complementar)

(109) “Como já se afirmou **antes**, dentro de nossas possibilidades, artistas como Eveline Borges ou grupos que se preocupam com a criação e interpretação da Arte brasileira, receberão nosso apoio” (E040 - relatório técnico - NELFE)

(110) “e e olho aqui para o relógio e vejo que só estão: me fal/ só estão:... me restan:do cinco minutos analiso **agora** o problema da conciliação” (F033 - conferência - NELFE)

“Acima” e “antes” se referem não a um nome, nem a algo que o substitua, mas a uma **posição** anterior à última formulação do falante. Do mesmo jeito acontece com o “agora”, que inclui o próprio momento da enunciação e o instante que virá logo depois.

Pode-se ver que alguns referentes, como “antes” e “agora”, são fixados a partir das coordenadas de **tempo**. Conforme mostramos em 1.5.2, o paralelismo é muito claro: o que se encontra antes e depois fica distante do ponto zero da enunciação; o que se encontra agora fica próximo a ele. O traço de proximidade/distância temporal se define, portanto, por uma noção de lugar, pelo que reafirmamos que as duas instâncias, de tempo e espaço, se imbricam inevitavelmente.

Ratificamos, com isso, a idéia de que os indiciais que demonstram prototipicamente o ambiente físico do texto exercem, assim como os que retomam a situação extralingüística, a função dêitica primária de situar um dado lugar em relação ao falante. Sinalizam igualmente dentro de um campo dêitico, mas, agora, circunscrito ao texto. Aqui, sim, vale, com mais legitimidade, a imagem Bühleriana da transposição do campo mostrativo situacional para o campo dêitico do texto, pois “o ponto de referência, dentro deste gênero de designação, não é o lugar e o momento da enunciação, mas o lugar e o momento do texto onde aparece a expressão indicial” (Apothéloz, 1995:34).

Os pronomes adverbiais circunstanciais são as formas mais eficazes para indicar também os espaços do texto, devido à sua própria descrição semântica. Daí por que se recorre a eles para reforçar o significado dos demonstrativos no discurso. Esta peculiaridade estrutural leva-nos a compreender que é dos adverbiais que o falante precisa se valer quando a determinação do “endereço” do referente no texto não é de somenos importância para o discurso, como nos seguintes exemplos:

(111) “Já no caso do segundo conjunto temos significativamente mais casos na fala que na escrita e, em certos casos como o do exemplo (3) **abaixo**, trata-se de um processamento muito peculiar da oralidade.” ((E) artigo de lingüística - artigo científico – *corpus* complementar)

(112) “Para que o leitor possa melhor acompanhar a análise que estamos fazendo, transcrevemos **a seguir**, na íntegra, esse parágrafo.” ((E) ensaio - artigo científico - *corpus* complementar)

Saliente-se o quanto a função discursiva destes elementos é **altamente dêitica**, por fixar o lugar dos referentes a partir do ponto zero do falante.

Identificamos, nos dêiticos textuais, também a presença da construção *o seguinte*, fazendo as vezes de um demonstrativo neutro, como nestas ocorrências:

(113) “o que ela faz é o seguinte;
a gente vai ver o seguinte;
você verifica o seguinte” ((F) EF-152 - aula -
PORCUFORT)

Com igual função, apareceu ainda o prefixo *supra* aplicado a referentes mencionados em relação ao último ato de fala. (hoje, essa forma é empregada tal como um pronome adverbial, equivalendo a *acima*, também considerando a disposição vertical do texto):

(114) “PROCEDE a multa insculpida no parágrafo 8º, do
dispositivo legal **supra** elencado, conforme postulado no item
“c”, da exordial.” (E062 - ata de audiência - NELFE)

Não se deve inferir, contudo, que nenhuma utilização dos pronomes substantivos/adjetivos demonstrativos acolha delimitações inequívocas. Sabemos que não somente os dêiticos textuais orientam o olhar do destinatário para pontos exatos do texto. Identificamos 8 anafóricos de motivação físico-textual, todos codificados pelos pronomes *este/aquele*, desempenhando geralmente uma função substantiva. As ocorrências abaixo revelam como esses demonstrativos também favorecem o reconhecimento (ou a desambiguação) de referentes:

(115) “Entretanto, ao contrário do que ocorreu nessa primeira experiência, os vídeos como os imaginamos, não devem ser simples registros, mas sim novas obras de arte, criadas a partir dos espetáculos, a exemplo do que já se fez, entre outros casos, com os balés “Giselle” e “Dom Quixote”, **este** a partir da famosa coreografia de Marius Petipas.” (E040 - relatório técnico - NELFE)

(116) “Entretanto, existem dois outros locais que devem ser mencionados aqui, se bem que não se trate, neles, do estabelecimento de Ilumiaras, pois são tombados: o Morro dos Guararapes e o das Tabocas, **este** situado em Vitória de Santo Antão.” (E040 - relatório técnico - NELFE)

Em (115) e (116), o elemento indicial se classifica como anafórico, tendo em vista a referência pontualizada, e marca, de acordo com uma perspectiva horizontal de ordenação, a posição do referente que está sendo retomado, sem deixar margem a dúvidas⁶⁶.

⁶⁶ Certos sintagmas nominais, como *o primeiro*, *o último*, *o anterior* etc. podem cumprir a mesma função, como nesta circunstância de uso: “Embora não se discuta aqui a questão, salientamos que o divisor teórico entre os autores que postulam uma visão estreita de anáfora (por ex.: Kleiber, Schnedecker, Ducrot) e os autores que postulam uma visão ampla de anáfora (por ex.: Reichler-Béguelin, Berrendonner, Apothéloz, Dubois, Mondada) é que, **para os primeiros**, ou seja, os que postulam uma visão estreita, a anáfora associativa se dá com base em relações lexicais marcadas e inscritas *a priori* no próprio léxico.” ((E) artigo de lingüística - artigo científico - corpus complementar)

Comentamos, no capítulo 3, que, em conformidade com as regras normativas de uso do demonstrativo, quando dois referentes já foram introduzidos, o último citado será referido por *este* (como acontece nos exemplos acima), e o primeiro, por *aquela*. Cunha e Cintra fornecem, para isso, a seguinte descrição:

Quando queremos aludir, discriminadamente, a termos já mencionados, servimo-nos do DEMONSTRATIVO *aquela* para o referido em primeiro lugar, e do DEMONSTRATIVO *este* para o que foi nomeado por último:

A ternura não embarga a distinção nem *esta* diminui *aquela*. (M.A.)
(Cunha; Cintra, 1985:325).

Nos exemplos (115) e (116), “este” é usado para aludir ao último referente, evitando, assim, redundâncias no discurso. Todavia, o pronome opera mais do que a simples recuperação de uma entidade: ele permite sua **identificação** entre dois objetos discursivos possíveis, utilizando, para tanto, o ponto de referência pressuposto do falante. Trata-se, portanto, de uma anáfora com tão elevado grau de deiticidade quanto a dêixis textual.

Quando o falante teme a referenciação imprecisa, pela concorrência de outras motivações dos pronomes de demonstração, então ele acrescenta um nome adjetivo indicial que confirme a localização pretendida. Por exemplo:

(117) “Por isso, no próprio espetáculo imaginado para iniciar o Projeto, as músicas de Schubert, Saint-Saens, Ravel e Villa-Lobos serão apresentados em versões novas que, recriadas por A. M., serão executadas por instrumentos originados da tradição popular brasileira. São instrumentos como a rabeca, a viola dos cantadores e o marimbau (berimbau de lata ou de cabaça), **este último** percutido ou tocado com arco” (E040 - relatório técnico - NELFE).

O contraste entre *este* e *aquela* só se manifesta esporadicamente, e apenas na escrita, por isso sustentaremos, com apoio nos Gráficos 5 e 6, que a demarcação de espaços físicos no texto é, de fato, uma função desempenhada especialmente por dêiticos textuais, e encontra nos adverbiais circunstanciais sua forma preferencial de realização.

A dêixis textual e o caso de anáfora acima caracterizado aproximam-se bastante da dêixis *a* do romani (Matras, 1998), porque, como afirmamos no capítulo 3, exercem uma função especialmente organizadora no discurso.

Diferentemente desses elementos altamente dêiticos que precisam lugares no texto, existem outros que, a despeito de indicarem referentes do contexto, negligenciam, no entanto, a

noção de proximidade/distância em relação ao falante, e, por isso mesmo, se situam num ponto baixo do *continuum* de deiticidade.

4.3.1.4 Remissão ao contexto

A remissão a conteúdos do texto efetua-se tanto por anafóricos quanto por dêiticos discursivos e é realizada mediante o uso de *este/esse*, sempre que o enunciador os emprega não levando em conta a oposição de distância que, segundo a tradição gramatical, deveria distingui-los (ver os comentários em 4.2). Começamos por designá-la como motivação “textual”, no entanto, admitimos que se trata de uma denominação opaca e perigosamente ambígua, por isso julgamos mais apropriado chamá-la de motivação contextual.

Os resultados mostraram que se encontram aqui os empregos mais frequentes dos pronomes substantivos/adjetivos demonstrativos (conferir os gráficos 5 e 6). Analise-se o exemplo abaixo:

(118) “Ela ri. Agora pode rir... Eu comia caíndo, dormia caíndo, vivia caíndo. Vou procurar um lugar onde pôr os pés... / Achou tão engraçado esse pensamento que se inclinou sobre o muro e pôs-se a rir. Um homem gordo parou a certa distância, olhando-a. Que é que eu faço? (...) Pôs-se a caminhar e esqueceu o homem gordo. / Abre a boca e sente o ar fresco inundá-la. Por que esperou tanto tempo **por essa renovação**? Só hoje, depois de doze séculos.” ((E) conto Lispector - conto - *corpus* complementar)

“Por essa renovação” recupera um referente aos poucos insinuado no discurso, e o dêitico “essa” apenas dirige o olhar do interlocutor para a área do próprio discurso onde esse referente difuso pode ser resgatado, mas sem determinar exatamente em que lugar no texto. É como se o pronome tivesse simplesmente a função de **provocar um movimento de busca**, no caso retroativa, e, ao mesmo tempo, de chamar a atenção do destinatário para a entidade referida. *Essa* ou *esta*, em (118), são, por isso, perfeitamente permutáveis no dêitico discursivo negritoado acima, do mesmo modo que o são em (119):

(119) “Sou leitora assídua desta revista. Tenho todos os números. Que tal capa e reportagem com Leandro e Leonardo? Eu adoro **essa dupla**.” (E226 carta ao editor - seção de carta em revista - NELFE)

Em “essa dupla”, temos não mais um dêitico discursivo, mas um anafórico, que admite, sem problemas, a substituição por “esta dupla”. Tal possibilidade **inexiste** no contraste entre os anafóricos *este/aquele*, de motivação físico-textual. A distinção entre próximo e distante, aqui, perde relevância, conforme se constata em (119). Possivelmente porque não há interesse do enunciador, dentro de seus propósitos argumentativos, em demarcar o lugar onde se encontra o objeto discursivo. Do contrário, ele teria recorrido a pronomes adverbiais circunstanciais, ou a outras estruturas com semelhante valor.

Devemos lembrar, no entanto, que se verifica, em raras ocasiões, o emprego de *este* (e flexões) com uma indicação precisamente prospectiva, portanto delimitadora, no texto, como em:

(120) “Veja-se **este exemplo de um sindicalista...**” ((E)
artigo de lingüística - artigo científico – *corpus* complementar)

Rigorosamente, este caso deveria ser inserido no grupo de motivação físico-textual. Entretanto, reconhecemos que podem entrar em concorrência com o uso demarcador certas motivações de ordem afetiva, que busquem trazer o referente mostrado para o foco de atenção do destinatário, de maneira que nem sempre é seguro afirmar se o propósito do emprego é provocar ou não uma delimitação física. É por isso que, por vezes, onde se esperaria *esse*, aparece *este*, como no seguinte exemplo:

(121) “pois **esta noção de anáfora** é restrita...;
estas observações indicam que...;
Com isto, admitimos que...” ((E) artigo de lingüística -
artigo científico - *corpus* complementar)

Assim, em português, o demonstrativo de primeira pessoa marca, com mais intensidade que o de segunda, esse traço estilístico de “interesse do falante”, como se nota muito bem no excerto abaixo:

(122) “Os gastos de custeio e capital aumentaram 31%. Nos programas especiais de apoio à pós-graduação, houve tendência semelhante (...). Passamos de 115 milhões de reais para 165 milhões e criamos um novo programa de integração com a graduação. **Esta evolução no volume de recursos aplicados** nega afirmações quanto a um suposto processo de “sucateamento” de nossas universidades federais.” (E127 - editorial de jornal - NELFE)

Faça-se a troca pelo demonstrativo *essa* e se perceberá uma diminuição, ainda que sutil, na capacidade de **salientar** o referente. Talvez por isso o pronome *este* seja bem menos ocorrente, pois, para não sobrecarregar a memória do destinatário, o falante seleciona tão-só o que deve ser apresentado como sendo de maior importância. Isto nos leva a compreender por que *esse* (e principalmente *isso*) constituem maioria significativa na amostra: é um reflexo da tentativa de reduzir um pouco o grau de saliência de que sempre se revestem os pronomes de valor demonstrativo no momento de orientar a atenção do interlocutor⁶⁷.

As expressões de condicionamento contextual comparecem realmente com muita frequência tanto nos anafóricos quanto nos dêiticos discursivos, sobretudo nestes últimos, em que se concentram os casos de “dêixis textual impura” (cf. em Lyons, 1977), aquela que remete ao próprio texto e retoma conteúdos proposicionais.

Considerando a quantidade maior de dêiticos discursivos nesse tipo de condicionamento, pode-se afirmar que, ironicamente, eles realizam com mais intensidade a função que sempre se reputou como mais característica dos anafóricos: a de retomar entidades já introduzidas no universo do discurso. Já havíamos observado, pela leitura dos Gráficos 5 e 6, que, enquanto nas expressões anafóricas os indiciais se distribuem mais equilibradamente entre as diferentes motivações, nos dêiticos discursivos estão muito concentrados no condicionamento contextual.

Essa constatação tem um significado especial para esta pesquisa, juntamente com a conclusão de que as expressões indiciais deste grupo têm **baixo grau de deiticidade**. Sabe-se que os pronomes de valor demonstrativo se descrevem a partir das pessoas gramaticais e segundo o traço de proximidade/distância. Quando, porém, passa a não ter muita funcionalidade no discurso o referencial do falante no tempo de formulação, como no contraste *este/esse*, então estas formas ficam abaladas em seu caráter mais primariamente dêitico, reduzindo, assim, seu grau de deiticidade (embora sejam utilizadas para outro recurso de subjetividade: a refocalização de referentes, pelo procedimento dêitico). Coloquemos em cotejo dois exemplos de anafóricos e dois de dêiticos discursivos, respectivamente:

(123) “e as sete comunidades indígenas de Pernambuco, que receberão, no Projeto, atenção especial. São elas: a tribo Xucuru, de Pesqueira; a Fulniô, de “Águas Belas; a Cambiwá, de Ibimirim e Inajá; a Pankararu, de Petrolândia e Tacaratu; a Capinawá, de

⁶⁷ Uma outra investigação, que ultrapassa os objetivos desta pesquisa, deveria analisar se ambas as formas do par *este/esse*, indistintamente, marcam a transição de tópicos no discurso, ou se uma, mais do que outra, delimita etapas da progressão textual, assinalando, por exemplo, o começo de uma argumentação, como um comentário avaliador após um trecho narrativo ou descritivo. Reflexões neste sentido permitiriam introduzir uma nova discussão sobre a função demarcatória ou, nas palavras de Apothéloz (1995), de “pilotagem de atenção”, das expressões de valor demonstrativo.

Buíque; a Atikum, de Floresta e Carnaubeira; e a Truká, de Cabrobó. Para assessorar-nos no trabalho **junto a essas comunidades** foi nomeado” (E040 - relatório técnico - NELFE)

(124) “toda tranqüilidade espantosa é geradora de um conflito também em intensa profundidade é uma regra sociológica que não podemos nunca nos esquecer **isso é / essa regra sociológica** é tirada da própria natureza...” (F033 - conferência - NELFE)

(125) De repente, a gente descobre que certas pessoas sofrem muito mais, e, no entanto, conseguem ser felizes com muito pouco. Só você pode determinar o seu caminho, procure-o. Mas não deixe o tempo passar, agarre a vida e tente viver bem. Desculpe por lhe falar **todas essas bobagens**, mas é o que eu penso. ((E) carta a um primo - carta pessoal - *corpus* complementar)

(126) “**essa recomendação** será repassada...” (E007 - ata de condomínio - NELFE)

Percebe-se a baixa deiticidade pela neutralização da medida de distância pela qual se opunha o par *este(isto)/esse(isso)*. Não importa que sejam dêiticos discursivos ou anafóricos: desconsidera-se igualmente o ponto zero do falante. É esta aproximação que tem sido, desde sempre, a pedra no sapato do lingüista, pois o único aspecto que passa a distingui-los é a abrangência da referencialidade.

Com efeito, nos dois pares de ocorrências acima, as expressões em negrito resgatam objetos discursivos já introduzidos no discurso, ou explicitamente, como “essas comunidades” e “essa regra sociológica”, ou de modo implícito, como em “todas essas bobagens” e “essa recomendação”. Pelos elementos indiciais empregados, que apenas sinalizam vagamente para entidades já introduzidas, não se pode diferenciá-los como dêiticos discursivos ou anafóricos. Somente pelo nome rotulador (que pode vir, às vezes, representado por um pronome), é possível entender que os dois primeiros recuperam referentes pontuais e os dois últimos, conteúdos difusos.

Em raras ocorrências, o pronome adverbial *aí* também pode abrandar seu significado de lugar próximo ao destinatário e operar como um demonstrativo *isso* ou *isto*, recuperando proposições tal como faz um dêitico discursivo. Exemplo:

(127) “eu pergunto aos senhores houve contínuo em nossa querida classe de advogados pela nossa querida classe de advogados pela nossa querida classe de procuradores e por nós juízes da conciliação “não”... ditava com a voz bem rude ...viu... que não houve possibilidade de conciliação terminava **aí** aquela MISSÃO constitucional que está posta no preâmbulo de nossa carta

magna como direito fundamenTAL” (F033 - conferência - NELFE)

Outras manifestações de pronomes adverbiais nos dêiticos discursivos de motivação contextual se devem ao uso de *assim*, cuja descrição semântica não porta os traços de proximidade/distância em relação ao enunciador:

(128) “Se esta posição nos trazer a pecha de puristas, ou de arcaicos, nós a assumiremos, convictos que estamos de que, **assim** agindo, estamos fazendo o melhor pela Cultura brasileira, nordestina e pernambucana.” (E040 - relatório técnico - NELFE)

Em (128), o pronome adverbial retoma a proposição, embora preserve ainda a idéia de modo. Por não pressupor a posição do falante, também tem baixo grau de deiticidade.

É necessário concluir, porém, que, em todos estes casos de condicionamento contextual, o demonstrativo e o circunstancial, não só nos dêiticos discursivos como também nos anafóricos, exercem ainda o procedimento dêítico (ver Ehlich, 1982) de orientar o foco de atenção do destinatário para conteúdos específicos, como mostramos no capítulo 3.

Defendemos, aqui, a tese de que um elemento indicial pode desempenhar tal função refocalizadora independentemente do fato de o referente em saliência ser difuso ou não. Não se discute que o procedimento dêítico, como bem definiu Ehlich, seja executado por dêiticos, pois é esta função que, sob um ponto de vista pragmático-funcional, caracteriza o comportamento destas formas no discurso. Entretanto, não devemos atrelar o procedimento discursivo à abrangência da referenciação processada, sob pena de tornar insolúvel o problema da separação entre dêiticos discursivos e anafóricos indiciais. De modo que, estando assim desobrigados, os dois aspectos podem, então, aplicar-se separadamente à descrição de um e de outro.

O grande equívoco, que tem desaguado no conflito classificatório, é julgar que as duas categorias se distinguem meramente pela afirmação ou negação de um traço ou de outro, como se, por serem supostamente excludentes, fosse possível opô-las dessa maneira.

Esta pesquisa demonstrou que, sob o critério da subjetividade, o subconjunto das expressões indiciais de motivação contextual destoa dos demais por descurar do posicionamento espaço-temporal do falante no tempo de formulação. Por esse prisma, poder-se-ia até pleitear a isenção deste grupo do paradigma dos dêiticos. Entretanto, sob o ângulo pragmático-funcional, as expressões remetendo ao contexto supõem um outro tipo de intersubjetividade: aquela pela qual o falante, antecipando a participação ativa do destinatário no ato comunicativo, lança mão de elementos indiciais para orientar o foco de atenção comum no discurso.

Por uma visão cognitiva e interacional, todas as expressões indiciais, sem exceção, pertencem, por legitimidade, ao quadro de subjetividade dos fenômenos dêiticos, pela espécie de procedimento discursivo que exercem. Mas reuni-las num bloco único, ainda que respeitando as diferentes espécies de condicionamento, é simplesmente fechar os olhos ao que sempre as dividiu, desde a tradição clássica: o modo de referenciação. Aqui estão fincadas as raízes do problema.

Propomos uma solução alternativa de conservar a restrição do escopo referencial, sempre subjacente ao desenvolvimento desta pesquisa, atendendo, assim, à maneira tradicional de classificar os anafóricos: como elementos que recuperam referentes pontuais no contexto. E, por outro lado, os anafóricos indiciais serão descritos como um subgrupo muito particular de anáfora que realiza um procedimento dêitico no discurso.

Tendo por base os quatro tipos de remissão descritos, a caracterização dos procedimentos discursivos e a relação forma-função-significado, sugerimos, no próximo item, o delineamento de alguns subconjuntos de cada uma das expressões indiciais em estudo, ampliando, assim, o esquema proposto no capítulo 3.

4.4 Por uma classificação das expressões indiciais

Preservando, então, o traço de abrangência referencial, pelo qual classificamos os dados da amostra, e partindo do critério das diferentes motivações do elemento dêitico, descrevemos quatro subtipos de cada expressão indicial em estudo, conforme apresentam os subitens seguintes. Julgamos que uma caracterização dois a dois facilite a compreensão do conflito entre dêiticos discursivos e anafóricos.

4.4.1 Expressões indiciais motivadas pelo espaço físico real

Os elementos indiciais que são selecionados em função do espaço físico real não apontam exatamente para ele, mas apenas pressupõem a localização espacial e/ou temporal do falante, ao mesmo tempo que remetem a uma entidade do contexto.

a) Os anafóricos dêiticos

- Os anafóricos dêiticos exercem simultaneamente a remissão ao contexto e ao espaço físico real. Constan deste grupo usos como:

(129) “então parece que a coisa é organizada... tudo que a gente tem:: aprendido até HOje... LEva... a pensar... que praticamente as lei/ são as mesma/... se uma galáxia roda lá provavelmente ela está obedecendo as mesma/ lei/ de um furacão que roda **aqui na Terra**... então tudo indica que a coisa... (...) parece que todos eles têm leis muito parecidas...” ((F) EF-53 – aula – PORCUFORT)

As expressões em grifo retomam um referente do contexto, mas a escolha dos pronomes de terceira e primeira pessoa, respectivamente, está condicionada ao posicionamento do falante no campo dêitico real.

- A remissão ao próprio espaço enunciativo lhes confere o mais alto grau de deiticidade.

- Na maioria das ocorrências, são codificados por classes pronominais, de função adverbial, expressando um valor semântico de circunstância, como a idéia de lugar presente em “lá” e “aqui na Terra” do exemplo acima. Por vezes, quando se manifestam como pronomes demonstrativos, são reforçados por circunstanciais, do tipo:

(130) “**uma caixa dessa aqui**”;
“e **essa tubulação aí**” ((F) EF-152 – aula – PORCUFORT)

Outras vezes, são realizados por um pronome demonstrativo de terceira pessoa para mensurar a distância do aqui-agora da enunciação, como em:

(131) “então esses espiGÕES (...) MODifiCaram a aÇÃO das correntes mari/... marítimas... né?... quer dizer houve um desvio... TAL lá da das... da das correntes marítima/... de maNElra que éh a as as correntes marítimas... provocaram ONdas mais fortes **naquela área** provocando assim... também... a... é o fato esse fato... né?... é o fato da:... DA erosão...” ((F) EF-52 – aula – PORCUFORT)

- Por meio do procedimento dêitico, chamam a atenção do destinatário mediante uma nova abordagem do referente: sua localização em um lugar real, próximo ou distante do enunciador.

b) Os dêiticos discursivos “dêiticos”

- Assim como os anafóricos dêiticos, recuperam entidades já introduzidas no contexto e, simultaneamente, mantêm um elo com o espaço extralingüístico. Mas seu grau de deiticidade se reduz na medida em que o posicionamento do falante, focalizado através do procedimento dêitico, coincide com o espaço do texto como um todo.

Quando realizados por pronomes, o que se dá predominantemente, aparecem sob a forma do adverbial circunstancial *aqui*, como no exemplo abaixo:

(132) “início análise destes três aspectos pedindo permissão ao ministro Admar Maciel... para:... fazer minhas as palavras que sua excelência **aqui** anunciou...” (F033 – conferência – NELFE)

“Aqui” não representa, em (132), o ambiente físico da enunciação, mas a própria conferência desenvolvida naquele momento pelo falante, cujo referencial determina o uso do pronome de primeira pessoa.

Quando se apresentam como SNs, trazem um pronome adjetivo demonstrativo, em geral também de primeira pessoa, para deixar impressa a referência ao sujeito enunciador. Vejam-se os exemplos:

(133) “Sou leitora assídua **desta revista**” (E226 – carta do leitor – NELFE)

(134) “... e leia a resposta **neste espaço**.” (E275 – carta do leitor – NELFE)

(135) “estou te escrevendo **esta cartinha**” (E004 – carta pessoal – NELFE)

É possível que o sintagma inteiro funcione na sentença como adjunto adverbial, como em “neste espaço”, no exemplo (134), portando também valor de circunstância.

4.4.2 Expressões indiciais motivadas pelo espaço físico do texto

Os elementos indiciais de motivação físico-textual assinalam pontos específicos na arrumação gráfica do texto. Uma vez que são selecionados consoante a última enunciação do falante, seu grau de deiticidade é quase tão alto quanto o dos anafóricos dêiticos.

a) Os anafóricos físico-textuais

- São muito pouco representativos. Restringem-se ao emprego do par contrastivo *este/aquele*, e, à moda dos dêiticos textuais, dirigem a atenção do destinatário, mediante o procedimento dêitico, para o lugar no texto onde o referente foi mencionado.

- Além dos pronomes demonstrativos *este/aquele*, também podem realizar-se por numerais substantivos, como *o(s) primeiro(s)*, *o segundo*, que às vezes se opõem a expressões como *o último*, *o anterior* etc. Só se orientam por uma visão horizontal dos elementos no texto, como no exemplo (136):

(136) “Bem que pode ir a um hotel. Isso é verdade. Mas os hotéis do Rio não são próprios para uma senhora desacompanhada, salvo os de primeira classe. E **nestes** pode talvez encontrar algum conhecido do marido, o que certamente lhe prejudicará os negócios.”
((E) conto Lispector – conto – *corpus* complementar)

b) Os dêiticos textuais

- Constituem os casos mais característicos de motivação físico-textual, porque exercem uma função de organizar segmentos do discurso. Guiam a atenção do destinatário para localizações concebidas a partir de um ponto de vista horizontal ou vertical da disposição dos elementos no texto, o que pode ser exemplificado por:

(137) “A recategorização lexical pode operar **através dos seguintes processos**, que, evidentemente, não são excludentes...”
((E) artigo de lingüística – artigo científico – *corpus* complementar)

(138) “que pode, inclusive, levar a uma reinterpretação daquilo que precede. Observe-se **o texto abaixo**” ((E) artigo de lingüística – artigo científico – *corpus* complementar)

- Sua forma de manifestação mais freqüente são os sintagmas nominais contendo nomes adjetivos ou substantivos de valor demonstrativo, como *o seguinte*, *o X seguinte* etc. Tais expressões, assim como certos usos de *este, a(s)*, marcam um processo remissivo muito peculiar a este caso: a indicação catafórica.

Com muita frequência, são codificados também por pronomes adverbiais circunstanciais, como *agora, acima, abaixo, aqui, aí, antes* etc., como nos exemplos (137) e (138) acima.

4.4.3 *Expressões indiciais motivadas pelo conhecimento partilhado*

Os elementos indiciais motivados pelo conhecimento partilhado são seleccionados para pôr em foco um aspecto do referente introduzido no discurso (ou inferido a partir do contexto), que pertença ao saber comum de falantes e destinatários.

a) Os anafóricos da memória

- Os anafóricos da memória desempenham o procedimento dêitico de refocalizar referentes acrescentando-lhes atributos que sejam do conhecimento dos interlocutores. Assim como nesta ocorrência:

(139) “quer dizer o trabalho vai ser... feito com MUITO mais facilidade pelo mar... /tá ok?... então Uma das causa/ tem uma outra causa aí mais complexa... é está relacionada com os **espiGÕES** **esses e/ espigões... construído aqui na::... aqui em Fortaleza na nas PRAIas**” ((F) EF-52 – aula – PORCUFORT)

Como mostra o exemplo, para auxiliar o destinatário na busca da informação em sua memória, o falante lança mão de uma forma mais elaborada: um SN pleno, ou uma oração (ou um sintagma preposicional) modificando um pronome substantivo demonstrativo neutro.

- Os pronomes substantivos/adjetivos demonstrativos de segunda pessoa são mais típicos desta espécie de anáfora, entretanto têm representatividade relativamente baixa. A forma mais ocorrente é o demonstrativo de terceira pessoa, que acumula, em geral, uma motivação do espaço/tempo enunciativo. Assim sendo, o ato de empregá-lo, por si só, já convoca o destinatário para uma busca na memória, conforme se percebe nitidamente por este exemplo:

(140) “Inf.2 sim:: eu{ o vi na/ naquele filme...ele morreu?
Inf.1 e foi?...pois é **aquele**...pois é **aquele** morreu::{**aquele**
rapaz:: morreu há uns::...TRÊS ano mais ou meno{ ou quatro
num...TRÊS ou três ou quatro né?” ((F) D2-48 – conversa espontânea – PORCUFORT)

- Ao se manifestarem por *esse* (e variantes), seu grau de deiticidade é mais reduzido do que o dos demais dêiticos discursivos, pois passam a neutralizar a avaliação de distância relativa ao enunciador. De modo oposto, quando utilizam a terceira pessoa, assumem valor mais dêítico por levarem em conta esse referencial.

- Em algumas situações, a referência se generaliza de modo a comportar outras entidades evocadas pelos atributos acrescidos, como em:

(141) “costuma cair raio geralmente ele cai em cima de coqueiro... cai em cima de á/ de grandes árvores... né? por que isso? porque o o raio ele ele a o que atraí o raio é **aquelas coisa/ que estão mais altas...**” ((F) EF-52 – aula – PORCUFORT)

b) Os dêiticos discursivos da memória

- Do mesmo modo que os anafóricos correspondentes, cumprem o procedimento dêítico de chamar a atenção do destinatário para um referente do contexto recategorizando-o sob um novo aspecto presente no conhecimento comum. Mas, ao contrário dos anafóricos, que retomam referentes pontuais, eles resumem porções inteiras do discurso anterior, além de sempre ampliarem a referência a conteúdos afins.

(141) “A língua não é um simples instrumento de transmissão de informação. A discursivização ou textualização do mundo pela via da linguagem não se dá como um simples processo de elaboração informacional, mas de construção, estruturação e fundação do próprio real. **Posições desta natureza** requerem a distinção de categorias tais como...” ((E) artigo de lingüística – artigo científico – *corpus* complementar)

- Apresentam, em maior quantidade que os anafóricos, pronomes substantivos/adjetivos demonstrativos de segunda pessoa. Os de terceira pessoa, que representam pouco mais de 40%, fazem um claro apelo a uma posição distante do tempo/espço da enunciação, como nos exemplos seguintes:

(142) “rapaz eu num entendo comé que os meus menino fica em casa trancado...há DOIS quarteirões aqui numa praia...né? na Beira-{Mar...aonde você tem uma quantidade eNORme de menina bonita de...GENte fazendo exer{cício **aquilo acolá tudinho** né?” ((F) D2-45 – conversa espontânea – PORCUFORT)

(143) “O desconhecido é o novo; ou o novo é o desconhecido. **E tudo aquilo que foge às nossas expectativas** funciona como agente perturbador. Por isso, ao lado da morte, a idéia da imortalidade tem tudo para nos perturbar.” ((E) ensaio literário – artigo científico – *corpus* complementar)

4.4.4 Expressões indiciais motivadas pelo contexto

Os elementos indiciais motivados pelos próprios conteúdos do contexto não transpõem as fronteiras textuais: sua remissão se superpõe à da expressão como um todo. Ao contrário dos elementos de determinação físico-textual, não assinalam posições nem promovem a ordenação de segmentos no discurso. Por abstrairem a noção de distância do referente em relação ao falante, poderiam ser considerados como não-dêiticos. No entanto, por desempenharem o procedimento dêitico de refocalizar referentes de algum modo introduzidos (ou apenas sugeridos) no universo discursivo, pode-se sustentar que conservam, ainda, uma indicação de subjetividade.

a) Os anafóricos do contexto

- Instruem o destinatário a fazer uma busca retroativa, no contexto, sem orientá-lo, porém, quanto às coordenadas do falante. Pelo procedimento dêitico, controlam o foco de atenção dos interlocutores para referentes pontualmente identificáveis.

- São representados pelos pronomes substantivos/adjetivos demonstrativos *este/esse*, que só contrastam estilisticamente. Observem-se os exemplos:

(144) “EMENDA: Deputado Sady Xis: 4%.

Esse número pode se referir à quantidade do rosário que o deputado Xis reza por dia para que a obra da sua cidade aconteça sem problemas ou acidentes que possam prejudicar os trabalhadores” (E299 – texto humorístico – NELFE)

(145) “Por exemplo, o ex-deputado Jocivan de Oliveira, que foi líder do governo Maguito na Assembléia e é parente do Iris, tinha uma dívida de quase R\$ 2 milhões com o BEG. **Esta dívida** sumiu e não foi paga.” ((E) entrevista para revista – entrevista – *corpus* complementar)

O pronome demonstrativo de primeira pessoa parece ter maior capacidade salientadora (o que lhe intensifica o procedimento dêitico). Por essa razão, é bem menos recorrente.

b) Os dêiticos discursivos do contexto

- Como os anafóricos, têm alta saliência cognitiva, resultante do procedimento dêitico de orientar os *flashes* de atenção do destinatário, mas para informações difusas do texto. Constituem o tipo mais ocorrente de dêiticos discursivos.

- São também manifestados por *este/esse*, mas principalmente por neutros de segunda pessoa; exemplo:

(146) “O PSDB tem uma enorme co-responsabilidade de governo, afinal o presidente é do nosso partido. Todos queremos que sua administração tenha sucesso e por isso estaremos prontos para dar nossa cota de contribuição em todos os momentos para que **isso** aconteça.” ((E) entrevista para revista – entrevista – *corpus* complementar)

Com alguma frequência, codificam-se pelo pronome adverbial *assim* expressando circunstância de modo, como em:

(147) “...acabamos de definir, juntamente com os reitores, um programa especial de bolsas, que funcionará a partir de maio. Destina-se a professores qualificados que, tendo completado o tempo de aposentadoria, não venham a exercer esse direito por cinco anos. Estará **assim** viabilizada a transição para o novo sistema.” (E127 – pronunciamento político – NELFE)

- Distinguem-se dos anafóricos do texto somente pela abrangência difusa da referencialidade, por isso são os que mais se confundem com eles.

Face à tênue separação destas expressões de motivação contextual, a elas reservamos o próximo capítulo, com o intuito de investigar especialmente (porém não exclusivamente) a função argumentativa e o status informacional das construções nominais plenas, sobretudo dos dêiticos discursivos com nomes rotuladores. Discutiremos, ainda:

- a) se os nomes nucleares dessas expressões são em geral co-significativos ou recategorizadores;

- b) se os processos de recategorização se aplicam do mesmo modo a anafóricos indiciais e dêiticos discursivos;
- c) se, dada a presença do elemento indicial, os dois tipos de expressão têm, via de regra, o mesmo status informacional no desenvolvimento do discurso.

CAPÍTULO 5 - PROCESSOS DE DESIGNAÇÃO NAS EXPRESSÕES INDICIAIS CONTEXTUALMENTE MOTIVADAS

*De maneira geral, a cada momento do discurso, o locutor dispõe, para designar um objeto dado, de uma série não-fechada de expressões lingüísticas utilizáveis em condições referenciais iguais. (...) Disso decorre que a seleção de uma denominação é uma operação necessariamente **contextualizada**. (Apothéloz)*

De acordo com Marcuschi; Koch (1998), as noções de recategorização e co-significação se excluem mutuamente. Se o significado da expressão referencial é equivalente ao de sua fonte (isto é, se há co-significação), então é porque o sintagma **não foi recategorizado**, já que não acontecem acréscimos nem supressões, nem qualquer outra modulação do significado em função das intenções do momento. Assim, enquanto a co-significação é uma relação léxico-semântica, a recategorização lexical envolve outras seleções de natureza semântica ou cognitiva fundadas em inferências.

As recategorizações ocorrem sempre que o enunciador julga inadequada ou insuficiente a designação de um objeto discursivo. Procurando a expressão referencial mais apropriada, o enunciador tem a liberdade ou de preservar a denominação “básica”, ou de operar uma recategorização lexical. Por esta última opção, ele pode, ainda, considerar (ou não) as transformações por que passa o referente, ou antecipar uma denominação que o tempo zero da enunciação rigorosamente não autorizaria (ver Apothéloz; Reichler-Béguelin, 1995).

Muitas variáveis intervêm na escolha da forma de designar mais satisfatória: não somente a quantidade de conhecimento do locutor sobre o assunto, e o grau com que a designação é considerada típica, mas também, às vezes, as variedades lingüísticas, o controle das conotações associadas ao léxico etc. (Apothéloz; Reichler-Béguelin, 1995). A seleção das designações mais ajustadas é, desse modo, sempre contextualizada, já que as inferenciações se apóiam em indícios do discurso antecedente. As pistas podem ser representadas ou por expressões referenciais, ou por uma idéia espargida em segmentos discursivos maiores, ou ainda por elementos do ambiente situacional, ou do saber comum.

Apothéloz; Reichler-Béguelin (1995) explicitam alguns processos de recategorização dos referentes, classificados consoante a forma como se manifestam. Não serão detalhados, entretanto, para não escapar aos objetivos desta pesquisa, mas uma classificação mínima é, sem

dúvida, de alguma utilidade para contrapor os dois tipos de expressões indiciais ora em exame. Os autores descrevem três espécies de recategorização:

- a) quando o próprio anafórico opera a transformação;
- b) quando o anafórico não considera os atributos do referente;
- c) quando o anafórico leva em conta esses atributos e os homologa.

Melhor seria dispor o primeiro item como oposto aos dois últimos, pois, enquanto em *a*, o anafórico mesmo empreende a transformação, nos outros dois a recategorização já se processou, e a expressão referencial apenas a revela, sob duas condições: ou não considerando os atributos do referente (como em *b*), ou levando-os em conta (como em *c*).

Escusado dizer que os dêiticos discursivos, no estudo desses autores, estão incluídos no conjunto dos “anafóricos”, em sentido superestendido. Nossa análise se voltará, em vista disso, para como a designação se verifica nos dois tipos de expressão indicial.

5.1 (Re)categorização de anafóricos e dêiticos discursivos

5.1.1 *Transformação operada ou marcada pela expressão indicial*

Neste caso, o sintagma recategorizador acrescenta uma característica ao referente, que serve não apenas para identificar ou retomar o objeto de discurso, mas também para adicionar informações que atendam às intenções comunicativas do momento. Por exemplo:

(148) “M26 [tudo o que você penSAR [... tudo
de/qualidade de [pães
H24 [tá fri/ tá tá gostoso cara
H09 [não rapaz
M26 e aqueles negócios [() nesse restaurante
M17 [aonde V. ?
H23 esse restaurante inaugu[raram agora
M26 [salada à vontade e toda a qualida[de
H23 [ô V. inauguraram ... naquele dia ... que foi ontem
H24 eu preciso ir pra [**esse mais caro** né?” (F029 –
conversa espontânea - NELFE)

(149) “Pelo menos, na flor de nossa juventude exacerbada por mulher, dava para ver as pernas de Silvana Mangano no filme Arroz Amargo (“ai, ai, ai!”, ouvia-se por todo o cinema, entre protestos

indignados de pais de família - não quero nem lembrar o que acontecia entre **aquela juventude briosa**...)” ((E) crônica Ubaldo - crônica - *corpus* complementar)

Em (148), a expressão em negrito, mais do que empreender um processo anafórico, acrescenta uma informação inédita, cujo objetivo é reforçar a argumentação do locutor. “Esse mais caro” não é co-significativo com “esse restaurante”, assim como “aquela juventude briosa” não significa o mesmo que “a nossa juventude exacerbada por mulher”, em (149). Em ambas as recategorizações, o falante, para retomar o referente, modula a forma de designação de acordo com o que tenciona defender, corroborando, por esse expediente, seu ponto de vista e contribuindo para sua tese.

Agora, analisemos em que circunstâncias um dêitico discursivo pode realizar esse tipo de recategorização operada por ele mesmo, e exercendo função modalizadora. Vejamos o exemplo abaixo:

(150) *“Candidata à sucessão de Maluf admite que errou ao governar São Paulo sem alianças e sem administrar as crises no PT*

Houve um tempo, nos primeiros anos do PT, que a facção mais radical do movimento era chamada de xiita, referência ao grupo fundamentalista iraniano do aiatolá Khomeini, o mais impaciente e rebelde. “A gente não queria tudo, agora e já. E dava para entender: estávamos saindo de uma ditadura, existia uma espécie de febre de realizar, na prática, todas as teorias. Foi um erro”. Quem faz **esta confissão de culpa** é Luiza Erundina de Sousa...” (E128 - entrevista para jornal - NELFE)

Ao contrário do anafórico indicial, em (149), que recategoriza um referente pontual, atribuindo-lhe o predicado “briosa”, o dêitico discursivo “esta confissão de culpa”, em (150), resume um conteúdo precedente inteiro, **categorizando-o como referente**. O nome rotulador, no caso derivado de um verbo, traça o direcionamento argumentativo do discurso conformando-o ao *lead* da entrevista.

A transformação operada pela expressão indicial pode dar-se explicitamente, quando efetuada pela própria expressão referencial, como acontece nos casos acima, ou implicitamente, quando o sintagma apenas sugere uma denominação não-presente no contexto.

Estando implícita a recategorização lexical, a expressão referencial só é recuperável inferencialmente, pelas pistas do contexto. O que aparece no texto, para retomar tal expressão, vinculando-se a ela por regras de concordância, é um anafórico pronominal. São os conhecidos

casos de **silepse**. O pronome alude a uma denominação não revelada, mas inferível a partir do conhecimento compartilhado⁶⁸.

Obviamente, esta recategorização não é viabilizada nem pelas anáforas indicais nem pelos dêiticos discursivos, por não ser executada por expressões dêiticas. Portanto, em nada contribui para o projeto aqui desenvolvido.

Uma outra ocorrência de recategorização implícita, também só efetivada por um anafórico, faz-se com base em uma transformação ontológica. Trata-se de operações metonímicas efetuadas ou por pessoais oblíquos ou por possessivos, que, não sendo indiciais, também não interessam de perto a esta investigação⁶⁹.

Se a classificação de Apothéloz; Reichler-Béguelin (1995) se baseasse no critério da explicitude/implicitude, então os casos em que a expressão referencial não contempla os atributos do referente também estariam inseridos na alteração lexical implícita. A diferença é que, no processo evolutivo anterior, a transformação era realizada pela própria expressão referencial, enquanto que, agora, o referente já sofreu algumas modificações no discurso, e a expressão referencial (aqui, sempre anafórica, porém não indicial) não as homologa. Os exemplos representativos são manifestados por oblíquos⁷⁰, nunca por dêiticos discursivos e anafóricos.

⁶⁸ Operações dessa natureza, que se efetivam somente por formas pronominais, não atendem a finalidades primordialmente argumentativas. A manifestação do pronome pode ter o objetivo precípuo de desfazer ambigüidades. Em português, uma situação típica é aquela em que o pronome *ele(s)/ela(s)* é selecionado com base no gênero natural, mas remete a um nome de gênero gramatical único (ou “sobretudo”, para a gramática normativa), do tipo *a testemunha*; exemplo: “A família levou a testemunha, mas **ele** não quis se pronunciar.” Empregar o pronome “ele”, retomando o referente de “a testemunha”, tem o intento de não permitir uma ambigüidade referencial.

⁶⁹ Veja-se um exemplo dos autores: “Pierre Grosz [um compositor] explica suas relações com aqueles que **o** cantam” (Apothéloz; Reichler-Béguelin, 1995:258). O pronome anafórico se refere às “composições do artista”, embora esta expressão não apareça e a forma gramatical do oblíquo *o* remeta a “Pierre Grosz”. Valendo-se de uma metonímia, o falante retoma o artista no lugar de sua produção. (Estes usos são tradicionalmente tratados como **sinédoque**, tropo que confere a um termo uma extensão maior do que comumente apresentaria. Mas, pelas diferenças sutis que separam a sinédoque e a metonímia, elas têm sido, às vezes, tratadas simplesmente como “metonímias”, em sentido lato.) Outra possibilidade de recategorização lexical implícita se dá quando o emprego do possessivo suprime os elementos determinantes e/ou modificadores, recuperando um referente extensionalmente mais amplo. Exemplo dos autores: “Neste quadro, as conversas durante a **enquê**te assumem uma importância particular e descabida em relação a **seu** papel habitual” (Apothéloz; Reichler-Béguelin, 1995:256). Note-se que o possessivo recobre somente “as conversas”, em sentido genérico, e não “conversas durante a **enquê**te”. (cf. a forma dicionarizada de *enquê*te, com circunflexo, fugindo inteiramente à pronúncia de uso comum do português)

⁷⁰ Ilustram os autores: “A ostra, da grossura de um calhau médio, é de uma aparência muito enrugada (...) É um mundo obstinadamente fechado. Mas pode-se abri-**la**...” (Apothéloz; Reichler-Béguelin, 1995:261). Percebe-se que a retomada pelo oblíquo “**la**” ignora a recategorização da ostra como “mundo obstinadamente fechado”. Esta operação não tem implicações sobre a argumentação que está sendo desenvolvida no discurso. Trata-se apenas de uma adaptação ao microcontexto, já que o pronome é complemento de um verbo de processo eminentemente concreto: *abrir*. Nesta situação, seria mais apropriado falar de uma “motivação gramatical”, especificamente sintática, não discursiva.

5.1.2 Homologação de atributos explicitamente predicados

Neste último tipo de recategorização examinado pelos autores, o referente passa por diversas transformações por meio da predicação de um ou mais atributos, e uma expressão referencial (não-pronominal) posterior confirma as modificações.

Como se percebe pela descrição, esta situação se assemelha muito à do item *a* dos autores, porque também executa uma recategorização lexical explícita. Distingue-as o único fato de a transformação **não ser** operada no momento em que se emprega a expressão referencial. As mudanças já se verificaram, e o sintagma nominal apenas as “classifica”:

(151) “Mas a réplica do defensor David Bruck foi brilhante. Primeiro, ele tratou de comprovar que Susan Smith era ainda mais desequilibrada do que se imagina. O assassinato dos filhos não seria fruto do desejo de permanecer com o namorado e sim o resultado da busca desesperada por um pai. Em defesa de sua cliente, Bruck trouxe o testemunho de um dos maiores especialistas em insanidade do país e não viu problemas em revelar que ela manteve relacionamentos amorosos com o padrasto e com o pai de um namorado. **Essa “falta de uma referência paterna”** seria a causa da paranóia de perder o namorado.” (E017 - artigo de revista - NELFE)

Em (151), o referente já fora caracterizado como uma “busca desesperada por um pai”, e a essa noção, o falante agrega, em seguida, a informação de que a ré “manteve relacionamentos amorosos com o padrasto e com o pai de um namorado”, o que ajuda a fortalecer a idéia de “falta de uma referência paterna”, confirmada pelo anafórico indicial.

As ocorrências abaixo também se enquadram no mesmo caso, porém a transformação é homologada não por anafóricos, mas por dêiticos discursivos:

(152) Os gastos com pessoal das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), em 1995, cresceram 13% em relação a 1994. Os gastos de custeio e capital aumentaram 31%. Nos programas especiais de apoio à pós-graduação, houve tendência semelhante: os recursos destinados para bolsas, taxas acadêmicas, apoio à infra-estrutura e aquisição de periódicos cresceram 44% em 1995. Passamos de 115 milhões de reais para 165 milhões e criamos um novo programa de integração com a graduação. **Esta evolução no volume de recursos aplicados** nega afirmações quanto a um suposto processo de “sucateamento” de nossas universidades federais. (E127 - editorial de jornal - NELFE)

(153) “De início, para melhor percepção e entendimento do teor e alcance da presente Ação, se faz mister que se informe que a ora autora, era uma das mais privilegiadas, das que mais regalias, benefícios e confiança de toda a direção do estabelecimento ora reclamado tinha e, de tanto usar e abusar **desta condição**, é que a mesma em agradecimento postulou a presente reclamatória que normalmente seria um fato normal, mas não no caso presente da mesma.” (E008 - documento judicial - NELFE)

Dada a função sintetizadora dos dêiticos discursivos, é muito natural que seja este o processo mais ocorrente. “Esta evolução no volume de recursos aplicados”, em (152), rotula a explicação precedente sobre o aumento nos gastos com o ensino público superior. De maneira semelhante, “desta condição”, em (153), concentra, mediante um nome genérico, o gozo de privilégios e regalias de que falava o emissor. Em ambos os exemplos, o contexto fornece inúmeros elementos que culminam com a categorização do referente por um dêitico discursivo.

Do esquema categorial de Apothéloz; Reichler-Béguelin (1995), é útil depreender que tanto os anafóricos indiciais quanto os dêiticos discursivos, ao (re)categorizarem designações, executam somente **transformações explícitas**, e que elas só se manifestam como sintagmas nominais plenos.

A classificação dos autores evidentemente não esgota as muitas possibilidades de recategorização, de modo que, por vezes, certos exemplos dos dados não se adequavam nem às características de 5.1.1 nem às de 5.1.2. Além disso, a diferença entre os dois nem sempre nos pareceu muito nítida. Ficou patente, no entanto, que o primeiro caso se relaciona com o acréscimo de atributos **novos** para o discurso, e correntemente de modalizadores, que expressam um ponto de vista do enunciador, tecendo pequenas redes de argumentos, como nos anafóricos seguintes:

(154) “**tinha aquelas suas peculiaridades**”; “**vem aquele... apontador**” ((F) D2-39 - conversa espontânea - PORCUFORT)

(155) “**ouvir este... GRANde violinista**” ((F) D2-48 - conversa espontânea - PORCUFORT)

(156) “**dessa simplificação exagerada**” ((F) EF-138 - aula - PORCUFORT)

(157) “**aquele [cara ... charmoso aqui**”; “**esses lugar barato**”; “**essa fuleragem realmente**” (F021 - conversa espontânea - NELFE)

De modo diverso, as homologações, no segundo caso, não costumam crescer-se de novos atributos, por isso não pressupõem novos comentários avaliadores, e sua retomada parece mais genérica e reiteradora (o que não quer dizer, porém, que seja menos argumentativa).

As homologações se apresentaram muito mais frequentes do que os sintagmas atribuidores de qualificações, indistintamente nos dêiticos discursivos e anafóricos. Mas uma diferença básica deve ser ressaltada quanto ao processo de designação: só os anafóricos podem recategorizar referentes já constituídos no universo do discurso; os dêiticos discursivos os categorizam. A classificação de Apothéloz; Reichler-Béguelin (1995) pode, assim, aplicar-se também às categorizações.

Com base nisso, não mais falaremos em “referentes difusos” retomados pelos dêiticos discursivos, mas apenas em conteúdos proposicionais alçados ao estatuto de referentes, através de nomeações, em pontos específicos do desenvolvimento argumentativo.

Em resumo, constatamos que, enquanto os anafóricos indiciais podem validar categorizações ou recategorizações, os dêiticos discursivos sempre categorizam como referentes conteúdos anteriores. Assemelham-se, porém, por colaborarem para duas espécies de (re)categorização explícita “embaladas” por SNs plenos:

- uma em que a expressão indicial estabelece a própria transformação, normalmente adiantando novos atributos, muito importantes para a construção do ponto de vista;
- outra em que a transformação do referente já se desenvolveu anteriormente e a expressão indicial apenas a confirma.

Quanto aos tipos de (re)categorização, dêiticos discursivos e anafóricos só diferem, por isso, no que toca ao escopo referencial.

As (re)categorizações constituem estratégias de reiteração de conteúdos por intermédio de nomes ora mais genéricos, ora mais específicos. Principalmente por meio de reiterações, o falante dá andamento à progressão referencial, às vezes apenas retomando na íntegra o mesmo referente (isto é, pelo recurso da correferência), outras, resgatando parte dele, como se mantivesse uma espécie de núcleo comum a partir do qual outras transformações (ou categorizações de pedaços esparsos do discurso) se tornariam possíveis.

As noções de correferência e recategorização são, por conseguinte, independentes, apesar de relacionáveis. Ao inquirirmos sobre o traço de correferencialidade nas expressões indiciais, chegamos a outra distinção importante entre as duas categorias em análise: nenhum dêitico discursivo é correferencial, enquanto que grande parte dos anafóricos o são. De 1020 ocorrências de anafóricos, 598, ou seja, 58,63%, fazem a retomada total de referentes. Isto se relaciona com a prevalência de formas recategorizadoras e co-significativas nas anáforas, em

contraste com as expressões que geralmente não recategorizam nem co-significam nos dêiticos discursivos, conforme veremos a seguir.

Exibiremos, agora, como se distribuem na amostra quatro meios de designação de referentes realizados pelas expressões indiciais de motivação contextual:

- quando são co-significativas;
- quando recategorizam um modo de nomear;
- quando não são recategorizadoras, mas também não são co-significativas;
- quando categorizam referentes inferíveis a partir do contexto.

Colocaremos em confronto as formas de designação das expressões contextualmente motivadas e as que têm outro tipo de condicionamento, para dar uma visão geral do jogo de escolhas levado a cabo pelo falante de acordo com seu projeto de discurso. Os Gráficos 7 e 8, além de compararem esses resultados, em valores numéricos, permitem o contraste entre dêiticos discursivos e anafóricos.

GRÁFICO 7:

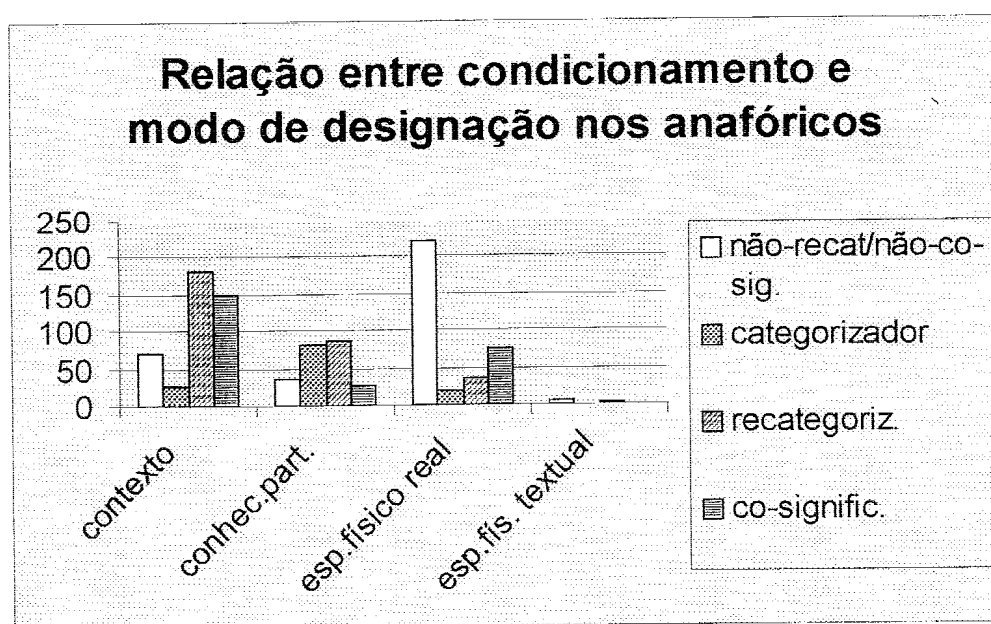
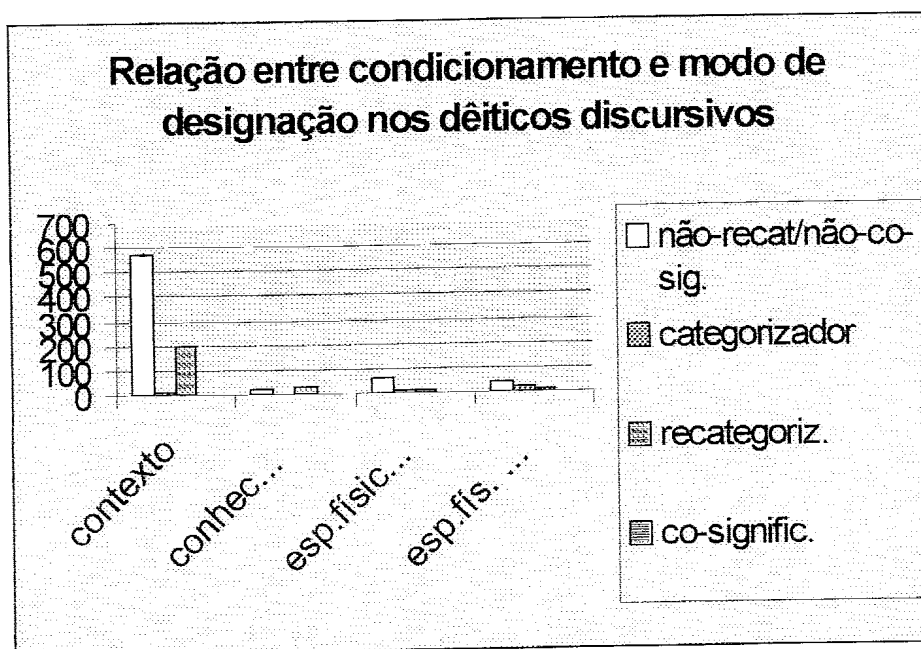


GRÁFICO 8:



É compreensível que, de acordo com os dados acima, os anafóricos de motivação física (isto é: os anafóricos dêiticos) tenham alta incidência de designações que não recategorizam nem co-significam, pois, como vimos, estão ligados estreitamente à forma pronominal, operando como advérbio indicador de circunstância. Note-se que o fato se repete nos dêiticos discursivos de motivação física real (ou seja, nos dêiticos discursivos “dêiticos”) e nos de motivação físico-textual (nos dêiticos textuais). Dissemos que, de acordo com Apothéloz; Reichler-Béguelin (1995), a recategorização realizada por pronomes se reduz aos pessoais e possessivos, por isso seria de esperar que os demonstrativos e os circunstanciais não despontassem neste grupo. Sabemos também que cada pronome tem um significado, bem diverso da significação dos nomes antecedentes. Portanto, não poderia, de fato, haver co-significação. A frequência mínima de co-significativos, que o gráfico 7 exhibe, pode ser explicada pela própria reiteração dos pronomes.

Também é fácil entender por que as expressões motivadas pelo conhecimento compartilhado são, na maioria, categorizadoras ou recategorizadoras, pois, apelando para a memória comum, o falante reaspectualiza a referência. Outras conclusões relevantes sobre (re)categorizações lexicais de entidades serão apresentadas no item seguinte.

Por ora, devemos sublinhar uma particularidade notável entre as duas categorias em estudo: salvo em certas repetições literais, nenhum dêitico discursivo é co-significativo, ao passo que os anafóricos o são constantemente.

Entenda-se, ainda, que é nas remissões ao contexto que se sobressaem as diferenças entre as expressões indiciais em análise. Desta análise se infere que os dêiticos discursivos servem principalmente a retomadas contextuais, quase sempre por meio de pronomes ou de SNs de alta genericidade, mais resumidores e representativos, que nem recategorizam nem co-significam.

Por esse modo de retomar entidades no discurso, ratificamos que a característica mais distintiva dos dêiticos discursivos, em termos de referenciação, porque revela um procedimento peculiar a eles, é a atividade de **nominação** que executam, assim descrita por Apothéloz e Chanet: “A formulação de um processo e a enunciação desta formulação geram um conjunto complexo e heterogêneo de informações-suporte, a partir das quais diversos objetos discursivos podem, em seguida, ser individuados e então designados” (Apothéloz; Chanet, 1997:165).

Já comentamos que as nominações, da forma como foram concebidas pelos autores, não se manifestam somente por SNs, senão também por pronomes de valor demonstrativo, às vezes seguidos de sintagmas preposicionais ou orações relativas. Assim, não importa o tipo de condicionamento do elemento indicial, um dêitico discursivo opera em geral uma nominação. Nos casos em que o pronome em função de advérbio vale como dêitico textual, como *acima*, *abaixo*, *antes*, ocorrem, simultaneamente, uma nominação e uma indicação de lugar etc., mas isto ainda carece de maiores reflexões, como afirmamos em 4.3.

Ao se servir de pronomes substantivos demonstrativos para nominar proposições, o falante estabelece com o destinatário uma espécie de pacto de comodidade, ou de “cooperação” (ver Grice, 1975), de acordo com o qual o enunciador se desobriga de selecionar um nome classificador para o conteúdo retomado. O receptor deve ter a boa vontade de encontrar no universo do discurso o campo indicado muito vagamente pelo pronome, o “universo mostrado”.

O item seguinte examina alguns modos de nominação de informações, a que Francis trata como processos de “rotulação” (cf. “labelling” em Francis, 1994), realizados, segundo a autora, por anafóricos, embora, na verdade, reúnam todas as propriedades dos dêiticos discursivos.

5.2 Estratégia de rotulação

Francis (1994) afirma que a rotulação constitui um dos principais meios pelos quais os SNs são usados para conectar e organizar o discurso **escrito**. Nossos dados evidenciaram, contudo, que os nomes rotuladores também desempenham na fala uma função equivalente. Os rótulos, segundo a autora, têm sempre a estrutura de sintagmas nominais plenos e só o contexto discursivo é capaz de completar as lacunas de seu significado, já que se trata de categorizações *ad hoc*. Como declara Francis:

A principal característica do que será chamado de rótulo é que ele exige realização lexical, ou lexicalização, em seu cotexto: é um elemento nominal inerentemente não-específico cujo significado particular no discurso necessita ser precisamente decifrado. (Francis, 1994:83)

Num primeiro momento, de acordo com o sentido da remissão, Francis (1994) discrimina dois tipos de sintagmas rotuladores: os retrospectivos, que apontam para trás, e aparecem em maior quantidade, e os prospectivos⁷¹, que aparecem antes de sua especificação lexical. Os rótulos retrospectivos instruíam o destinatário a seccionar em sua mente uma determinada porção do discurso anterior, que não necessitaria ser indicada com precisão, porque:

é a mudança de direção assinalada pelo rótulo e seu ambiente imediato que é de crucial importância para o desenvolvimento do discurso. Pode-se mesmo argüir que essa indistinção referencial pode ser usada estrategicamente pelo escritor para efeitos criativos ou persuasivos, talvez dando escopo para diferentes interpretações, ou ofuscando linhas de argumentos artificiosos ou espúrios. (Francis, 1994:88 - grifo nosso).

Por sua vez, os prospectivos desempenhariam no discurso uma função preditiva e ordenadora. Ajuntando ao referente retomado alguma porção de informação nova, eles contribuiriam para a acumulação de significado e para o desenvolvimento da argumentação, além de selecionarem um modo particular de apresentar o conteúdo. É o que se verifica em usos como:

(158) “Para poder desfrutar de sua música sob as melhores condições, mantenha seus discos sempre limpos e observe **as seguintes instruções**:

⇒ evite tocar a superfície de reprodução;

⁷¹ Francis utiliza os termos “anafórico” e “catafórico” no sentido etimológico de “remeter para trás ou para frente”, respectivamente.

- ⇒ não deixe os discos em lugares sujeitos a altas temperaturas;
 ⇒ não deixe o disco dentro do aparelho quando não estiver em uso; (...)” (E218 - NELFE)

Dentro da oração, o rótulo prospectivo ocupa a posição do novo, como faz o dêitico discursivo negrito acima, em que o elemento indicial “seguintes” e o nome “instruções” anunciam para o leitor que a informação virá imediatamente depois, e já adiantam que expectativas ele deve ter sobre o tópico.

Contrariamente, o rótulo retrospectivo não exerce a função de predizer itens do conteúdo e é, no que tange ao aspecto formal, um nome nuclear, semanticamente genérico, sempre precedido de um dêitico específico (*este, aquele, esse, tal* etc.), podendo ou não ter modificadores. Por essas características de portar um elemento dêitico, de ser bastante abrangente e de retomar uma porção do discurso é que afirmamos que se enquadram perfeitamente na descrição de um dêitico discursivo (e não de um anafórico). A citação abaixo confirma esta opinião:

Meu critério maior para identificar um grupo nominal anaforicamente coesivo como um rótulo retrospectivo é que não há nenhum grupo nominal a que ele se refere: não é uma repetição ou um 'sinônimo' de nenhum elemento precedente. Em vez disso, ele é **apresentado como equivalente** à oração ou orações que ele substitui, embora nomeando-as pela primeira vez. O rótulo indica ao leitor exatamente como esta extensão do discurso deve ser interpretada, e isso fornece um esquema de referência dentro do qual o argumento subsequente é desenvolvido. (Francis, 1994:85)

Os dêiticos discursivos que comportam rótulos têm uma função argumentativa importante para o projeto de discurso do enunciador, e, nesse ponto, divergem dos que têm realização pronominal, que trabalham apenas como pro-formas resumidoras.

Faz-se necessário observar que, ao contrário do que diz a autora, a capacidade de resumir uma extensão discursiva inteira não é, de modo algum, propriedade exclusiva dos retrospectivos. Repare-se nestes exemplos:

(159) “A história é narrada numa atmosfera propícia à sugestão de mistério. O narrador pinta **o seguinte quadro**: ‘... Foi no ano de 1855, uma noite de novembro, escura como breu, quente como um forno, passante de nove horas. (...)’ “ ((E) Ensaio - artigo científico - *corpus* complementar)

(160) “O primeiro narrador que, como vimos, tomou a voz no último parágrafo, termina o conto **com estas palavras pelo menos**

ambíguas: 'Tal é o caso extraordinário, que há anos, com outro nome, e por outras palavras, contei a este bom povo, que provavelmente já os esqueceu a ambos'." ((E) Ensaio - artigo científico - *corpus* complementar)

Os dêiticos discursivos prospectivos em **negrito** organizam o conteúdo de toda a citação que virá, preparando o leitor para tanto, mas conformam-se à mesma descrição dos rótulos retrospectivos, porque:

- não se referem a nenhum grupo nominal específico;
- contêm um nome genérico (“quadro”, “palavras”);
- são anteceditos de um dêitico;
- e encapsulam um pedaço amplo do discurso.

Ademais, não são somente os prospectivos que contribuem com novos conteúdos para a construção do significado; nada obsta a que os retrospectivos procedam de modo idêntico. Assim, em (160), embora “estas palavras pelo menos ambíguas” sugiram ao receptor como a unidade discursiva deve ser entendida, esse rótulo poderia muito bem ser empregado em posição de retomada retrospectiva, sem nenhum demérito a sua tarefa de persuasão.

O que a autora toma como critério “principal” se torna, então, irrelevante para a decisão entre as duas espécies de rótulo. Típica dos prospectivos é, na verdade, a função de **pronunciar** como algumas informações estarão arrançadas no momento subsequente da enunciação. Cremos que esse traço simplesmente se adita às mesmas propriedades dos retrospectivos. Sob este prisma, podemos afirmar que os prospectivos constituem formas marcadas.

Convém ainda lembrar que anunciar conteúdos não é uma função exclusiva dos SNs rotuladores, isto é, dos dêiticos discursivos nominais, de vez que pode ser encontrada nos pronominais, e até em anafóricos nominais, como:

(161) “então *PIDGIN* seria o quê?... você teria **DUAS comunidades** (...) vamo/ dizer que fossem duas... uma comunidade A e B... certo?... essa comunidade A e B logicamente teve as suas línguas nativas...” (EF-138 - aula - PORCUFORT)

(162) “Ali se curte o amor, e quem nisso não quer investir? Exceção para os que, bem ou mal, cedo se comprometeram. Acontece que existe **outra força**: os separados. E começa aí nova história.” (E257 - seção opinião de jornal - NELFE),

Dessa maneira, vamos propor que a remissão catafórica (projetiva) seja uma característica autônoma, suscetível de acomodar-se a qualquer das duas expressões indiciais. E, se abstrairmos o sentido (ou direcionamento) da remissão e a peculiaridade de **ordenar** pedaços do

discurso, os demais traços descritivos poderão valer para todos os rótulos, dando-nos o perfil do grupo de dêiticos discursivos nominais, em oposição aos que se manifestam como pronomes substantivos.

Repare-se, oportunamente, que o sentido do movimento remissivo pode não se limitar à dicotomia para trás ou para frente. Há casos em que as expressões indiciais, anafóricas ou dêitico-discursivas, nominais ou pronominais, efetuam uma ação bidirecional concomitante. Um dêitico discursivo reconhecidamente prospectivo pode, por exemplo, recuperar, simultaneamente, um referente já apresentado antes no discurso; ver exemplos abaixo:

(163) “Achei um barato sua carta, sabia? você deve ter um humor ótimo; eu também sou assim. É muito difícil eu não estar rindo; não fico chateado por qualquer coisa. Aliás, carioca em geral é **assim**: com super bom humor, sempre descontraído.” (E002 - carta pessoal - NELFE)

(164) “porque se uma pessoa dessa estuDAsse... viu?...estuDAsse...se aperfeiçoasse como... por exemplo o Nonato LuÍs:: ou... um Marcos FaÇA::nha... UM:: José MeNEzes... ave-Maria nós tínhamos... u/ uma PLÊlade de de bons de bons... músicos bons maEstros coisa e tal... ma/ MAS nós temos **essa característica** aqui aqui em Fortaleza pelo meno né?... gente que aprende uma coiSlnha... aprende um violãozinho aprende um {cavaquinho então... aí pronto” ((F) D2-48 - conversa espontânea - PORCUFORT)

Os itens em destaque recuperam uma idéia difundida no segmento discursivo precedente, mas também antecipam, pelo pronome ou pelo rótulo, uma explanação mais detalhada da tese em exposição.

Por vezes, esse tipo de remissão “bidirecional” ao contexto tem caráter não apenas resumidor, senão também argumentativo (ou resumidor porque argumentativo). Assim verificamos em “essa característica”, que, além de sintetizar a descrição precedente, ainda promove uma categorização, ao considerar, num raciocínio falacioso⁷², a atitude de poucos como sendo o comportamento geral dos nativos de Fortaleza.

Esta espécie de rotulação, resultante do que Koch (1977:32) chama de “estratégia de reformulação retórica”, aparece o mais das vezes nas remissões simples (ou só retrospectiva, ou só prospectiva), reforçando a tese em construção.

Antes de descer às considerações sobre subtipos de nomes rotuladores, é preciso ainda indagar se os rótulos só são possíveis em dêiticos discursivos, ou se existem expressões definidas anafóricas de comportamento semelhante. Apothéloz e Chanet comprovam que a

⁷² Trata-se de um tipo de falácia que Copi (1917) classifica como “generalização apressada”.

segunda alternativa é bastante viável, como no exemplo abaixo, perfeitamente intercambiável com o sintagma com demonstrativo:

(165) " 'Foi graças à herança do jazz que o homem-macaco se tornou o homem-ajuizado'. O **preceito**, que faz comunicar uma geração de *rappers* em busca de boas vibrações, começa a fazer data." (Apothéloz; Chanet, 1997:164)

Pode-se aceitar pacificamente, como se nota, a substituição do artigo definido pelo pronome demonstrativo, em "o preceito". Os autores declaram que há uma nítida propensão para a assinalação **demonstrativa** nas nominações, mas que é necessário pesquisar os fatores que orientam a seleção de um ou de outro determinante. Não aprofundaremos este aspecto da análise porque isso requeria, ainda, uma subinvestigação dos contextos em que tais formas são intersubstituíveis ou não, o que nos desviaria de nossa meta.

A seleção do demonstrativo, consoante Apothéloz; Chanet (1997), poderia estar atrelada às seguintes condições:

- a) **(re)categorização do referente**: quando o substantivo comporta uma conotação de valor, requalificando o objeto discursivo de maneira pouco predizível, por acrescentar um ponto de vista do falante. Exemplo:

(166) "Sempre que a economia vai bem, as coletividades se comportam como novos ricos: queimam seus recursos até o último tostão, e até mais. **Esta imprevidência** tem dois efeitos negativos maiores." (Apothéloz; Chanet, 1997:167)

Equiparamos este caso ao tipo de (re)categorização em que a expressão indicial adiciona um novo atributo ao referente. Mais duas outras condições estabelecidas pelos autores poderiam estar aqui subagrupadas:

- quando se emprega uma denominação "produzida (inventada)";
- e quando o nome recebe um modificador não-determinativo (isto é, com propósitos não exatamente identificadores).

Os exemplos abaixo ilustram cada uma, respectivamente:

(167) "A grande família (a Comédia Francesa) deverá modificar seus hábitos. A sala Richelieu fechará para trabalhos até meados de dezembro, os espetáculos se darão no Mogador e na Ópera Cômica.

Simultaneamente a esta ‘deslocalização’, a tropa será renovada, aumentada.” (Apothéloz; Chanet, 1997:167)

(168) “Microsoft e Motorola anunciam que a partilha do sistema de exploração do Windows NT para a arquitetura do Power PC está em curso. **Este anúncio muito importante** dá ainda mais credibilidade e ‘peso’ ao padrão Power PC.” (Apothéloz; Chanet, 1997:168)

Sublinham os autores que o demonstrativo geralmente não tem função primordialmente determinativa, o que se ajusta às afirmações de Ducrot (1977) comentadas em 4.1. Quem instaura o universo de discurso é o próprio nome (o demonstrativo somente salienta o referente no campo mostrado, para identificá-lo ou não). A função nomeadora do substantivo, que pressupõe indicações de existência e unicidade em cada uso, continua no definido. O artigo, ao contrário do demonstrativo, torna **referencialmente** relevantes todas as informações que figuram no sintagma nominal. O demonstrativo, não tendo, assim, o papel de instituir o universo discursivo junto com o nome, pode, então, ser “liberado” para outra função discursiva: a de orientar o foco de atenção dos interlocutores no processamento do texto, ou seja, a de efetivar o procedimento dêitico (Ehlich, 1982). É também esse procedimento que explica o próximo tipo de condicionamento elencado pelos autores.

- b) **marcação de tópico**: os demonstrativos aumentam a acessibilidade ou a saliência dos referentes, por isso são freqüentemente utilizados na abertura de tópicos e subtópicos, demarcando sintagmas importantes para certos pontos do desenvolvimento textual, e tornando-os perceptualmente proeminentes. Confira-se o exemplo seguinte:

(169) “O fogo destruiu duas linhas de transmissão, localizadas a seis quilômetros da sede do município de Milagres, provocando o desarme automático do sistema e a falta de luz às 16h41min. Fortaleza foi uma das regiões mais atingidas, ficando 20 minutos sem energia. Outros pontos bastante afetados abrangem as regiões de Russas (23 minutos), Banabuiú (18 minutos) e Icó (50 minutos). **Essa versão** foi dada pelo gerente regional da Companhia Hidroelétrica do São Francisco (Chesf), Roberto Pires.” ((E) reportagem - artigo de jornal popular - *corpus* complementar)

Em (169), o dêitico discursivo “esta versão” inaugura um novo subtópico e chama a atenção do leitor para tanto. Como bem observa Antunes:

A delimitação tópica do texto, uma das condições de sua unidade global, funciona, assim, como um critério de seleção das unidades lexicais que o constituem. Se se admite que um texto centraliza-se num tópico global

e se se admite, igualmente, que os textos são formados de palavras, parece natural prever-se, também, que tais palavras devam interligar-se de maneira a promoverem e a sinalizarem aquela unidade. (Antunes, 1996: 60)

Pelo nome rotulador “versão”, o segmento discursivo anterior não apenas é sintetizado, mas também introduz como subtópico (coerente com um tópico global) um comentário modalizador, pelo qual o jornal se isenta de apresentar como verdadeira a justificativa divulgada pela companhia responsável. O mero emprego do definido, ainda que sinalizasse para a unidade retomada, não faria surtir o mesmo efeito salientador na condução argumentativa.

É curioso como, no estudo de Apothéloz; Chanet (1997), a escolha do demonstrativo tem, em geral, explicações de natureza discursiva, enquanto que a seleção do definido se prende mais a justificativas estruturalmente semânticas. Dizem os autores que o artigo é preferencialmente empregado:

- a) quando um substantivo processual deriva de um verbo (como nas nominalizações) ou se infere a partir de uma ação verbal, como em: *a publicação, a minha leitura, a narração*⁷³ etc. Quando a ele fosse acrescido um modificador, o demonstrativo passaria a ser encarado como pleonástico; algo como: *esta publicação desta obra, esta leitura do parágrafo seguinte, esta narração do locutor* etc., e por isso seria preterido. Daí a opção pelo artigo em usos como:

(170) “Ninni Hagsten, uma sueca de 84 anos, se torna domingo a mulher mais idosa a saltar de pára-quedas. A velha dama, que é cega, tem realizado este salto audacioso ligada a um pára-quedista experimentado enquanto um helicóptero sobrevoa Estocolmo. (...) **O salto da avó** foi filmado pela televisão sueca e difundido em vários países.” (Apothéloz; Chanet, 1997:175);

- b) quando o substantivo é um hiperônimo e está na posição de sujeito, como em (171):

(171) “Neste baile, ele fez dançar unicamente a mulher do professor porque ela estava mais habilitada que os outros: **a coisa** não passou despercebida.” (Apothéloz; Chanet, 1997:179)

Mas ressaltam os autores que, se o hiperônimo constituir a nominação de vários processos, então o demonstrativo é selecionado, como no exemplo (172):

⁷³ Dá-se neste caso, segundo os autores, uma espécie de interpretação metonímica, em que o actante é reabsorvido.

(172) “A emoção mais forte e a mais antiga da humanidade é o medo, e o medo mais antigo e mais forte é o do desconhecido. Raros são os psicólogos que contestaram **estes fatos** (...)” (Apothéloz; Chanet, 1997:179)

c) quando o substantivo designa um atributo da enunciação, como em: *a frase*, *o anúncio*, *a questão* etc. Todavia, os próprios autores admitem a alta frequência de demonstrativos em contextos assim. Veja-se que, mais uma vez, a restrição é de ordem discursiva.

Esses comentários suscitam uma questão bastante intrigante, que ainda precisa ser definida: a de reconhecer ou não como dêiticos discursivos rótulos dessa natureza manifestados por artigo definido.

Havendo constatado que rótulos definidos e demonstrativos são permutáveis em certos contextos, devemos, agora, explicar o que exatamente favorece a possibilidade de intersubstituição e o que a inibe. A justificativa parece ser a mesma que fornecemos para interpretar a alternância de *este/esse* nas remissões contextuais: o baixo grau de deiticidade. No momento em que se neutraliza o traço primariamente dêitico de proximidade/distância do referente em relação ao ponto zero do falante, o contexto se torna favorável ao emprego de formas que prescindem dessa característica.

Isso põe em xeque a decisão de utilizar como critério distintivo único das expressões indiciais apenas a abrangência do processo de referenciação, pois, assim agindo, seríamos obrigados a admitir, entre os dêiticos discursivos, todas as nominações com artigo definido.

Todavia, é preciso lembrar que, embora contenha um componente dêitico, o artigo definido despreza exatamente o referencial de distância do enunciador, o que lhe confere baixíssimo grau de deiticidade. Além disso, o definido é uma forma apropriada à efetivação do procedimento anafórico no discurso, não do procedimento dêitico. Portanto, a ele não estão atrelados os mesmos critérios de subjetividade dos dêiticos em estudo. Como seria de profunda incoerência designar de “dêitico” discursivo um sintagma que não porta esses traços dêiticos, diremos, então, que um dêitico discursivo, além de instituir como referente um conteúdo proposicional, exerce o procedimento dêitico de monitorar a atenção comum dos interlocutores para pontos específicos do texto. Esses dois aspectos devem ser considerados **em conjunto**, pois sabemos que os anafóricos indiciais também realizam no discurso a função refocalizadora.

Segundo Apothéloz (1995), os sintagmas nominais demonstrativos funcionam no discurso de uma maneira particularmente complexa, porque podem operar, ao mesmo tempo, em mais de um nível. O autor mostra que até referentes de baixa saliência local podem tornar-se muito salientes, em termos cognitivos, quando assim codificados.

O que se costuma chamar de *saliência local* está ligado à estrutura sequencial do texto. Um objeto discursivo localmente saliente é aquele que foi ativado mais recentemente, ou seja, é o que foi mencionado por último na disposição dos elementos no texto e, por isso, tem a ver com evidências perceptivas.

A *saliência cognitiva*, por outro lado, se baseia em conhecimentos e representações mentais. Um referente é cognitivamente saliente quando, em meio a outros objetos do universo discursivo, tem mais pertinência do que eles, quer dizer, é mais central, tendo, por isso, forte efeito organizador.

Com base nisso, Apothéloz afirma que os sintagmas nominais demonstrativos são dotados de uma capacidade operativa própria, de vez que orientam dinamicamente os *flashes* de atenção do destinatário, e exigem que o referente tenha *saliência local ou cognitiva*.

É, portanto, para o procedimento dêitico que convergem as noções de *saliência* e *atenção*. Como diz Ehlich, as expressões dêiticas representam um dos principais meios de focalizar a atenção do destinatário, pois “o falante traz o ouvinte para o foco de algum elemento específico, diretamente acessível, fazendo uso do espaço do ato discursivo” (Ehlich, 1982:325).

Em termos de processamento cognitivo, as expressões definidas, assim como qualquer anafórico não-indicial, mantêm a continuidade de foco. Desse modo, o demonstrativo negrito no exemplo abaixo até poderia ser trocado pelo artigo, cumprindo a mesma retomada proposicional, mas passaria a desempenhar um procedimento anafórico de manutenção do foco de atenção sobre o referente, o que repercutiria na arquitetura argumentativa construída pelo falante:

(173) “ • *Quer dizer que houve excesso de confiança na sua capacidade de administrar sozinha ?*

ERUNDINA : Quer dizer que houve erro de interpretação. Quando comecei meu governo, achei que o PT, por ser honesto, limpo, íntegro, teria o apoio incondicional de todo mundo. Pode chamar **esta atitude** de ingênua, se quiser.” (E128 - entrevista de jornal - NELFE)

Passemos, agora, à subclassificação dos rótulos apresentada por Francis (1994), a fim de obter mais instrumentos para a diferenciação de dêiticos discursivos e anafóricos.

5.3 Rótulos metalingüísticos nos dêiticos discursivos

Francis denomina de “rótulos metalingüísticos” os que fazem a nominação de uma extensão discursiva como sendo um tipo particular de linguagem, ou seja, eles “instruem o leitor a interpretar de modo específico o status lingüístico de uma proposição” (Francis, 1994:89).

A autora os dispõe em quatro categorias, mas admite a possibilidade de sobreposição; são elas: os nomes de “ato ilocucionário”, de “atividade lingüística”, de “processo mental” e de “texto”. Os exemplos a seguir atestam como muitos dos dêiticos discursivos se aplicam, com efeito, a esta classificação:

- **Nomes de ato ilocucionário:** são nominalizações de processos verbais, tipicamente representados por cognatos de verbos ilocucionários. Exemplos:

(174) “**essa recomendação** será repassada” (E007 - ata de condomínio - NELFE);

(175) “**tal afirmativa** não merece discussão” (E009 - carta ao editor de jornal - NELFE);

(176) “a proferir a **seguinte decisão**” (E062 - ata de audiência - NELFE);

(177) “quem faz **esta confissão de culpa**” (E128 - entrevista de jornal - NELFE);

(178) “não há como alguém duvidar **dessas explicações**” (E299 - texto humorístico em revista - NELFE)

- **Nomes de atividade lingüística:** aproximam-se muito dos ilocucionários, mas, segundo Francis, ao contrário destes, não correspondem a verbos cognatos. Foram identificados, na amostra, contudo, certos rótulos também derivados de formas verbais com o mesmo radical, que, no entanto, apresentavam uma descrição semântica particular, pois eram nomes mais estativos, enquanto que os ilocucionários eram processuais. Tudo leva a crer que os de atividade lingüística dão idéia de resultado de um processo e se empregam no discurso como ações já acabadas, enquanto que os

ilocucionários se comportam como verdadeiros performativos⁷⁴, no sentido de Austin (1962). Sua enunciação consegue realizar um ato do falante, e é como se esta ação verbal fizesse parte do próprio significado do nome. Reconhecemos, porém, a sutileza da separação entre os dois grupos, por isso não vale a pena alongar a discussão, em vista de nossos interesses. Exemplos:

(179) “Bom, **essa pequena introdução** eu tinha que fazer logo” (E137 - carta pessoal - NELFE);

(180) “e observe as **seguinte instruções**” ((E) E218 - instruções de uso - NELFE);

(181) “ele vai dando **essas descrições**”, “**esse Tipo de definição**” ((F) EF-138 - aula - PORCUFORT);

(182) “estabelecer a **seguinte relação**” ((E) artigo de lingüística - artigo científico - *corpus* complementar)

■ **Nomes de processo mental:** muitos desses nomes designam aspectos de estados (ou resultados de processos) cognitivos obtidos pelo processamento de experiências e concepções. Exemplos:

(183) “que você acha **dessa visão carioca geral**” ((F) diálogo - conversa on-line - *corpus* complementar);

(184) “pois **esta noção de anáfora** é restrita” ((E) artigo de lingüística - artigo científico - *corpus* complementar);

(185) “contribuíram **para essa impressão**” ((E) ensaio - artigo científico - *corpus* complementar);

(186) “se **esta posição** nos trazer a pecha de puristas” (E040 - relatório técnico - NELFE);

Os nomes de processo mental tendem a resvalar para uma classificação não propriamente “metalingüística”, na medida em que incluem modificadores que viabilizam categorizações diversas. Várias ocorrências estão contidas neste subcaso.

■ **Nomes de texto:** simbolizam partes da estrutura textual; rotulam pedaços estruturados do discurso precedente. Exemplos:

⁷⁴ Austin (1962) denomina de “performativos” os enunciados que descrevem certa ação do enunciador.

(187) “e:: disse **essa FRase**” ((F) D2-48 - conversa espontânea - PORCUFORT);

(188) “que **essas palavras** fiquem inseridas”; “estou te escrevendo **esta cartinha**” (E004 - carta pessoal - NELFE);

(189) “como se observa nas **passagens seguintes**” ((E) ensaio – artigo científico - *corpus* complementar);

(190) “**nesta entrevista exclusiva**” (E015 - entrevista em revista - NELFE);

(191) “observe-se **o texto abaixo**”, “é interessante notar **neste exemplo**” ((E) artigo de lingüística - artigo científico – *corpus* complementar)

Com base na descrição acima, porém não entrando numa especificação detalhada, propomos a existência de três subvariedades fundamentais de dêiticos discursivos, no que toca à rotulação:

- a) a dos **nomes gerais** (não-metalingüísticos), que foram, antes, identificados por Halliday; Hasan (1973) como pro-formas que partilham das características da coesão lexical e da coesão gramatical;
- b) a de nomes metalingüísticos, englobando os quatro grupos identificados por Francis (1994);
- c) e a de nomes nem muito genéricos, nem estritamente metalingüísticos, que realizam outras categorizações *ad hoc*, e que, por isso, se tornam fronteiriços em relação aos dois casos anteriores. Referimo-nos a usos como: *por este motivo, esta situação, dessa natureza, nessa circunstância* etc., que não apresentam valor tão generalizante a ponto de merecerem compor o conjunto dos nomes gerais, e também não dão nome ao status propriamente lingüístico de uma proposição, estando, portanto, mais próximos dos não-metalingüísticos.

Dois critérios orientam o discernimento desses grupos: a metalinguagem utilizada (ou não) pelo rótulo; e o grau de generalidade. Dadas as especificidades dos diversos contextos de uso, com diferentes propósitos discursivos, que ora acentuam, ora abrandam estes dois aspectos, será mais adequado falar em *continuum* do que em categorias estanques. O quadro abaixo

sugere grosseiramente a realidade deste fenômeno (o pontilhado expressa a fragilidade da separação):

QUADRO 5:

Dêiticos discursivos com nomes rotuladores

	nomes gerais	rótulos metalingüísticos	rótulos não estritamente metalingüísticos
Genericidade	alta	baixa	média
Metalinguagem	nula	alta	nula ou baixa

Os dêiticos discursivos que figuram como nomes gerais se opõem inteiramente, como se pode notar, aos que se realizam por rótulos metalingüísticos. Mas a terceira categoria acusa um mundo de possibilidades, ainda pouco caracterizadas, que, a rigor, pertenceriam em parte a um, em parte a outro.

É importante lembrar que nem todo dêitico discursivo realiza, necessariamente, uma categorização, pois as formas pronominais, ao empreenderem a nominação, “saltam” esta etapa e representam diretamente o conteúdo proposicional com pro-formas. Além disso, dentre as formas nominais, os nomes gerais e os menos genéricos não-metalingüísticos, como *no caso aqui, dessa maneira, por esse lado, neste aspecto* etc. fazem uma categorização tão ampla que mais semelhariam pro-formas.

Os rótulos comportam, assim, diferentes graus de genericidade, que variam conforme os interesses do ponto de vista defendido. Quanto mais genéricos, de modo a encerrar um conteúdo mais extenso, mais esses hiperônimos⁷⁵ que reiteram um segmento anterior se aproximam das pro-formas, e mais limitam seu poder de persuasão. Exemplo:

(192) “Escolheram uma mesinha de fundo, pediram doses de uísque. Alguns homens, tímidos, tomados de surpresa e tão fiéis aos seus deveres conjugais, limitaram-se a perguntar uns aos outros: ‘De onde elas vieram?’ Na minha mesa, um estimado amigo, que conhece bem **essas coisas**, fez uma avaliação de bom gosto sobre

⁷⁵ Segundo Antunes: “Admitem-se, para as palavras hiperônimas, **níveis distintos de generalidade**. Estes refletem a disposição hierárquica em que se organiza o léxico das línguas, o qual, por sua vez, reenvia para a ordenação dos indivíduos em classes de indivíduos no mundo da existência. Daí que seja legítimo admitir palavras mais ou menos gerais, assim como é legítimo admitir a existência de classes e de subclasses de indivíduos. É possível, ainda, admitir-se a existência de palavras hiperonímicas cuja aplicação seja mais ou menos rigidamente estabelecida.” (Antunes, 1996:97)

as ilustres visitantes” (E257 - seção de opinião de jornal - NELFE)

O significado lexical de “essas coisas”, em (192), parece ceder espaço ao valor gramatical de demonstrativos como *isto/isso*. Os menos gerais também pouco somam aos argumentos da tese, como em:

(193) “gosto **desta idéia** de você gravar o samba dos blocos”
((F) diálogo - conversa on-line - *corpus* complementar);

(194) “O apóstolo dos gentios, que foi o apóstolo Paulo, em uma das suas cartas, dizia: Tudo posso naquele que me fortalece. Ele se referia a Jesus. Acredito que seja sempre o nosso ideal também. Ok? Para sermos ajudados por Deus, se faz necessário tão somente que reconheçamos **esta necessidade**.” (E048 - carta de aluno para professor - NELFE)

Os dados revelaram que os rótulos metalingüísticos predominam em relação ao emprego de nomes gerais, o que evidencia sua importância na tessitura dos pontos de vista. Se incluirmos neles os menos gerais não-metalingüísticos, obteremos um resultado de 151 contra apenas 62 nomes gerais, o que corresponde aos percentuais de 70,9% e 29,1%, respectivamente. Os rótulos, ou dêiticos discursivos nominais, constituem um poderoso expediente de conexão e organização do discurso.

O item seguinte esclarecerá, ainda, como esse recurso coesivo e argumentativo se relaciona com a manutenção de referentes velhos e com a introdução de objetos novos no texto.

5.4 Status informacional dos dêiticos discursivos

Já asseveramos que todas as expressões investigadas neste trabalho são **definidas**. Mas tratar de definitude exige a apreciação das duas facetas deste conceito: é possível assumi-lo ou como uma propriedade formal dos sintagmas nominais, ou como um traço conceitual das entidades discursivas.

A definitude formal – diz Prince (1992) – é, teoricamente, marcada pelo artigo definido, pelos pronomes de valor demonstrativo e possessivo, pelos pronomes pessoais e até mesmo por pronomes de valor numeral. Já os sintagmas nominais indefinidos podem ser assinalados por artigos indefinidos, pelo artigo zero e por outros numerais.

Sabe-se, contudo, que essa correspondência não é perfeita, pois é possível que um sintagma formalmente definido expresse uma informação inteiramente nova, dando à entidade um caráter de “indefinitude informacional”, plagiando Prince (1992).

Sob uma perspectiva conceitual, portanto, um conteúdo definido vale como “dado, conhecido, velho”, em oposição ao “novo”. As noções de velho e novo representam, assim, o **status informacional** de uma informação (de um referente) e, segundo sugere Prince, devem ser avaliadas de acordo com dois parâmetros:

- a) as crenças do falante sobre o *background* do ouvinte;
- b) o modelo discursivo construído durante o processamento do discurso.

Tendo em vista a proposta da autora, o restante deste capítulo analisa em que medida o status informacional dos conteúdos transmitidos pelas expressões indiciais tem relevância na caracterização dos dêiticos discursivos, em contraste com os anafóricos correspondentes.

5.4.1 *Perspectiva do ouvinte*

Quando o falante acredita que a informação transmitida faz parte do conhecimento compartilhado pelos participantes, ele tende a apresentá-la como velha, codificando-a tipicamente como um sintagma de forma definida. Nesse caso, consoante Prince (1992), o referente é “velho para a cabeça do ouvinte”. Exemplo:

(195) “A água também mereceu um investimento em uma nova estação de tratamento com capacidade de reciclar 92% do que é consumido pela fábrica em Betim. E olha que a Fiat utiliza 1,5 bilhão de litros por mês, o equivalente ao gasto de uma cidade de 300.000 habitantes. Se **essas iniciativas de preservação ambiental** deixaram você muito bem impressionado, não se surpreenda. É **assim** que a Fiat trabalha.” ((E) propaganda Fiat - texto publicitário - *corpus* complementar)

Note-se que os dêiticos discursivos, em (195), representam um referente identificável pelos interlocutores, e por isso recebem a roupagem de definido, nominal e pronominal, respectivamente.

Por vezes, contudo, ainda que o destinatário não tenha conhecimento suficiente da informação veiculada pela expressão referencial, o falante, assim mesmo, a empacota como velha, como em:

(196) “F1 e por isso o senhor pediu a a condenação dele

F2 exato... veja bem... o que nós queremos hoje aqui no plenário... foi mostrar ao conselho de sentença... aquilo que seria considerada a participação dele no homicídio... evidentemente... que isso com base em **tudo aquilo que foi apurado**... eu não quero... dizer aqui... que... não havia indícios...”
(F040 - programa policial - NELFE)

O locução pronominal de valor demonstrativo “tudo aquilo” sinaliza exatamente para todos os indícios investigados, dos quais o interlocutor nem precisa ter tanta ciência e, no entanto, o falante apresenta o fato como velho. Mesmo sendo, pois, um caso de dêitico discursivo da memória, em que se esperaria que o referente constituísse um conhecimento compartilhado, exige-se do destinatário simplesmente que ele saiba que muito já foi apurado. Comportamento semelhante apresenta o anafórico da memória em (197):

(197) “esse / taria reservado a uma futura vida muito parecida com a com a da Terra... certo?... é um filme muito bonito quem puder pegar numa locadora e assistir assista... É um teorista que defende que Júpiter vai ser uma estrela... assim como **aqueles que defendem que já foi...**” ((F) EF-53 - aula - PORCUFORT)

A escolha de um pronome de terceira pessoa atribui-se ao fato de o enunciador julgar que a informação do todo está presente na memória cultural do ouvinte, ainda que parte dela possa até ser nova para ele. É como se o demonstrativo simbolizasse muito mais um **modo de apresentar** o referente como velho do que um meio de assegurar o compartilhamento. Assim Apothéloz explica a intenção do falante ao se valer desses usos:

... de tal sorte que será mais justo dizer, por exemplo, que o codificador apresenta, ou simula apresentar, certos referentes como dados ou, ao contrário, como novos. Tal formulação tem a vantagem de mostrar que o **compartilhamento das informações e dos estados de atenção é coisa manipulável**, e que a escolha das expressões referenciais é justamente um dos lugares onde esta manipulação se faz possível e visível, por sua vez.
(Apothéloz, 1995: 46 – grifo nosso)

O status de velho para o ouvinte é um vizinho muito próximo da noção de “identificabilidade”, definida por Chafe (1994). Para o autor, um referente é identificável pelo destinatário sempre que ele o considera como:

- já partilhado, direta ou indiretamente, pelo destinatário;
- verbalizado de modo suficiente;
- contextualmente saliente.

Julgamos que a segunda característica seja, porém, decorrente da primeira, pois, com mais frequência, o falante “verbaliza de modo suficiente” o que supõe conhecido pelo destinatário. Du Bois; Thompson (1991) expressam muito bem a proposta de Chafe pela seguinte metáfora computacional: quando o falante supõe que o ouvinte seja capaz de identificar o referente, ele encara o conteúdo como estando “armazenado em seu disco rígido”.

Admitir o objeto de discurso como compartilhado direta ou indiretamente⁷⁶ pelo destinatário é crucial para que o falante decida entre o que deve ou não ser apresentado como identificável, e a definitude formal do sintagma empregado (sua “verbalização” como dada) resulta, portanto, como a expressão desse pressuposto.

Um referente também é identificável quando contextualmente saliente, isto é, quando “se destaca” mais que os outros que devem ser categorizados de modo idêntico. A noção - já se vê - é pouco precisa. Segundo Chafe (1994), o próprio discurso poderia estabelecer a saliência, e aqui entra a idéia de menção mais recente ou mais remota. Também o espaço situacional, ou o grupo social a que pertencem os participantes, ou mesmo a experiência comum⁷⁷ podem tornar saliente uma determinada entidade. Mas não fica de todo claro por que parâmetros deve se guiar o lingüista para deliberar entre o que tem mais ou menos saliência contextual.

Dizer que um referente velho está “suficientemente verbalizado” é afirmar que sua forma de expressão é bastante, dentro de um contexto de uso específico, o que consente a escolha de tipos variados de realização⁷⁸. Podem ser selecionados pronomes pessoais, pronomes demonstrativos, nomes próprios, nomes comuns com artigo definido, sintagmas nominais modificados por adjetivos, sintagmas preposicionais e orações relativas.

O uso de uma ou de outra estrutura muda, evidentemente, na dependência dos projetos discursivos. Os pronomes demonstrativos *este/esse* se prestam tipicamente à manifestação de informações dadas, pelo que se pode, então, sustentar que os dêiticos discursivos do contexto, constituindo-se deles, veiculam, em geral, conteúdos velhos para o ouvinte. De resto, porém, é o

⁷⁶ A idéia de compartilhamento indireto é assim explicada por Chafe (1994): “Alguns exemplos sugerem que a identificabilidade não é necessariamente dependente do conhecimento partilhado do referente em si, mas que ele pode ser derivado de uma associação com o conhecimento já partilhado. Em exemplos como: ‘Ele manteve a buzina gritando’, não há nenhuma razão para o falante acreditar que a idéia desta buzina particular já fizesse parte do conhecimento do destinatário. Esperava-se, porém, que ele soubesse que um volkswagen tivesse uma buzina, e é neste sentido que podemos considerar este referente como associado com um conhecimento já partilhado.”

⁷⁷ Chafe (1994) argumenta que os referentes que estão presentes no ambiente imediato são mais salientes do que os que estão mais distantes e que, dentro de todo grupo social, existem certos referentes que são mais salientes para os membros de um grupo, mas não para outros.

⁷⁸ Chafe acrescenta que, às vezes, a identidade particular de certos referentes não é de nenhum interesse para o que se intenta dizer. E exemplifica com *o telefone, a caderneta de telefone, a farmácia, o correio* etc., que, em dados contextos, são semelhantes a quaisquer outros, para os propósitos comuns. “É como se os vários referentes categorizados (...) fossem todos equivalentes, de modo que verbalizar a categoria é suficiente para criar

mesmo que se pode declarar de todas as expressões indiciais aqui estudadas, de maneira que o status informacional do ponto de vista do ouvinte não colabora em nada para o contraste entre as expressões indiciais remissivas ao contexto.

Pode-se manter somente que é muito próprio dos dêiticos discursivos retomar conteúdos não pontualmente identificáveis, de uma indeterminação pactuada pelos interlocutores, os quais se conformam, às vezes, com uma indicação mínima de definitude, como no emprego dos neutros *isto/isso* resumindo segmentos difusos. O reconhecimento pleno é irrelevante para avaliar o conteúdo retomado pelo dêitico discursivo como velho, pois a informação vaga satisfaz aos participantes da comunicação.

Tenha-se, pois, em conta que o referente velho para o ouvinte das anáforas do contexto não é recuperado pelo mesmo processo de identificabilidade que o referente instituído pelos dêiticos discursivos correspondentes, cuja imprecisão se inscreve no próprio modo de defini-los.

Embora os referentes velhos para o ouvinte sejam quase sempre codificados como definidos, a recíproca pode não ser verdadeira algumas vezes: um sintagma com definitude formal não porta, necessariamente, informação velha⁷⁹. Daí por que os objetos de discurso da amostra (todos formalmente definidos) contêm alguns referentes novos sob o aspecto conceitual. Na amostra examinada, as únicas ocorrências de objetos novos para o ouvinte são referidos pelas catáforas, todas de motivação físico-textual, como ilustram os seguintes exemplos:

(198) "Se você quiser comunicar-se
comigo telefone para **este número**: 251 4998" (E025 -
bilhete - NELFE)

(199) "com base **nas seguintes linhas**:" (F018 - entrevista
pessoal - NELFE)

Em (198), temos um anafórico físico-textual; em (199), um dêitico textual. Ambos anunciam uma informação que o falante supõe nova para o destinatário.

identificabilidade." (1994:102). Para muitos referentes genéricos, a distinção de identificável/não-identificável é irrelevante. Nestes casos, é suficiente referir-se à instância típica de uma categoria.

⁷⁹ De maneira análoga, SNs indefinidos nem sempre representam referentes novos para o ouvinte; alguns nomes genéricos mostram isso muito bem, como no exemplo: "Os outros dois haviam fugido. Em seguida, dezenas de pessoas começaram a dar socos e pontapés no assaltante ferido. **Policiais militares** iam passando pelo local num carro e pararam quando viram a confusão." (E180 - NELFE). Prince explica o que se passa nestas situações: "Se o falante pensa que o ouvinte conhece o significado de algum nome, e se este nome denota uma entidade-tipo, então o falante deve assumir que o ouvinte já sabe que existe uma classe de tais entidades-tipo; assim, os genéricos são velhos para o ouvinte." (Prince, 1992:303).

Como se verá a seguir, o que é velho ou novo para o ponto de vista do ouvinte pode não ter um status informacional correspondente no modelo discursivo que vem sendo construído.

5.4.2 *Perspectiva do discurso*

Uma entidade velha para o discurso, ou seja, já introduzida, pode ser exemplificada com:

(200) "R. M., porquê você não veio no dia 28? Raniele disse que você está devendo **essa** a ele." (E026 - bilhete - NELFE)

Por sua vez, o referente novo para o discurso⁸⁰, aparece em ocorrências como:

(201) "Neste momento, interessa explorar em especial as estratégias que se situam entre ⑤ e ⑨, que apresentam, entre outras, **estas características**:" ((E) artigo de lingüística - artigo científico - *corpus* complementar)

Os dois planos do status informacional não correspondem obrigatoriamente, e os exemplos (200) e (201) são a prova disso: ambas as ocorrências são velhas para o ouvinte, entretanto só a primeira é, ao mesmo tempo, velha para o discurso. A segunda é "empacotada" pelo falante como dada, embora apareça no discurso pela primeira vez, realizando uma remissão prospectiva. Caso semelhante ocorre com as anáforas da memória, como em:

⁸⁰ Fora as duas categorias novas e velhas para o ouvinte e para o discurso, Prince (1992) sugere uma terceira - a de status "inferível", que poderia perfeitamente enquadrar-se nas anáforas associativas lexicalmente restritas. Cremos que o inferível se define, na realidade, a partir dos dois critérios de novo e velho, por isso rompe a simetria com os outros dois. Um exemplo seria: "Ele passou pela Bastilha e **a porta** estava pintada de roxo." (Prince, 1992:305). A autora explica: "Entidades inferíveis são, portanto, como entidades velhas para o ouvinte na medida em que se apóiam em certas hipóteses sobre o que o ouvinte realmente conhece. Ao mesmo tempo, **são também entidades velhas para o discurso, na medida em que se apóiam no fato de já ter havido no modelo discursivo alguma entidade para engatilhar a inferência**, como *a Bastilha*, (...). Mas, ao mesmo tempo, ainda, as entidades inferíveis são como novas para o ouvinte (e, assim sendo, novas para o discurso), já que o ouvinte não espera já ter em sua mente a entidade em questão. (Prince, 1992:305 - grifo nosso). Note-se que os critérios terminam por se confundir nesta terceira classe. A justificativa de que é novo porque "o ouvinte não espera ter o referente em mente" nos parece contraditória com a descrição de velha "porque se apóia em certas hipóteses do ouvinte". Por essa razão os inferíveis, bem como o subtipo de "inferíveis contidos" ("*Containing Inferrables*"), foram excluídos desta análise. O status de inferível se aproxima, a nosso ver, do estatuto da anáfora associativa: um elemento novo para o discurso é introduzido, mas foi engatilhado por um SN diferente anterior, sendo, por isso, pela relação semântica que mantém com ele, uma informação **dada para o ouvinte**."

(202) “Well!!! Já passa da meia-noite e amanhã cedo tenho que trabalhar. Vou dar uma aula particular, vou p/ UFPE e à tarde ao médico. Sim!!! Tirei **aquele sinal da perna**, lembra?” (E055 - carta pessoal - NELFE)

Nesta situação, o referente é considerado velho para o ouvinte, porque pertence ao saber comum dos interlocutores, mas, como se nota, a informação é inteiramente nova para o discurso. Assim acontece em (203):

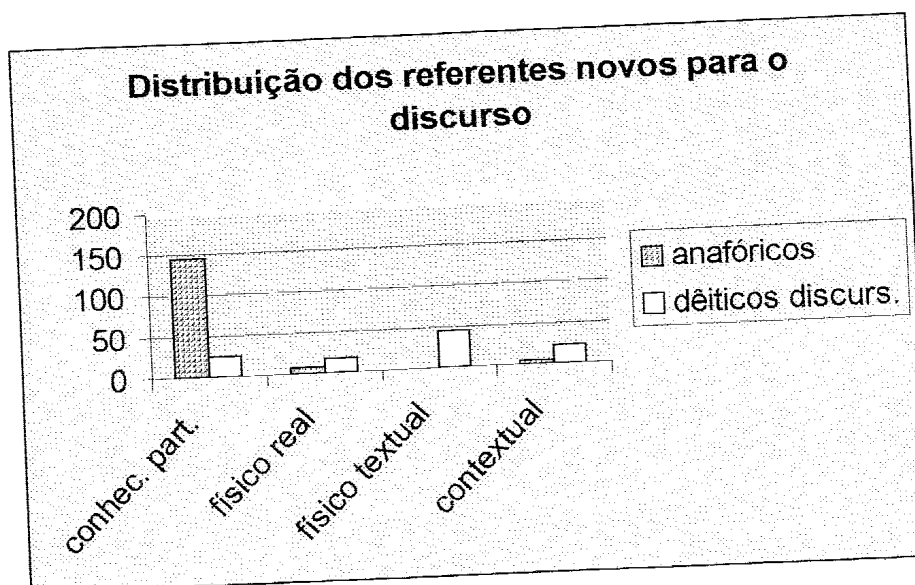
(203) “quem mais trabalha Aí são esses operários... porque passam o dia TOdin/ neste sol... desde sete horas da manhã aTÉ à noite... até cinco seis horas... são Eles ali... éh:: tirando **aquela areia** é verdade que tem aquele:: **aquela pá mecânica**... mas eles estão LÁ empuRRANdo soCANdo... E... olha aí comé que eles come? (...) então:: eXISte um trabalho mental sim... ele sabe QUAL... QUAL... é a hora de colocar **aquelas estacas de FERro**...” ((F) D2-39 - conversa espontânea - PORCUFORT),

Quando o enunciador utiliza a expressão referencial “esses operários”, ele aciona, automaticamente, o *frame* “operários em construção” e aposta na habilidade do ouvinte para inferir a existência discursiva das outras entidades. A retomada se dá por associação (por isso afirmamos, anteriormente, que este configura um caso de anáfora associativa): são elementos novos no discurso, mas já conhecidos, pois culturalmente presentes (o papel do demonstrativo não é promover a retomada de um elemento do contexto, senão apenas sinalizar para o espaço dêitico da memória comum, onde o referente deve ser encontrado). O emissor presume que o destinatário tenha, então, as informações necessárias para saturar a interpretação referencial, e é a partir dessa crença, e da própria relação com a fonte desencadeadora “esses operários”, que os sintagmas em grifo conseguem sua definitude formal.

Os referentes novos para o discurso são bem mais freqüentes entre os anafóricos e predominam nas expressões motivadas pelo conhecimento compartilhado. Via de regra, os anafóricos da memória, conforme já dito, recuperam apenas um aspecto do objeto discursivo mencionado previamente. Seu referente é construído a partir de indícios anteriores, por isso é natural que surjam novas entidades nessas situações.

Entre os dêiticos discursivos, no entanto, os números caem drasticamente, em virtude de sua natureza resumidora. Aqui, prevalecem os casos de motivação físico-textual, consoante o Gráfico 9:

Gráfico 9:



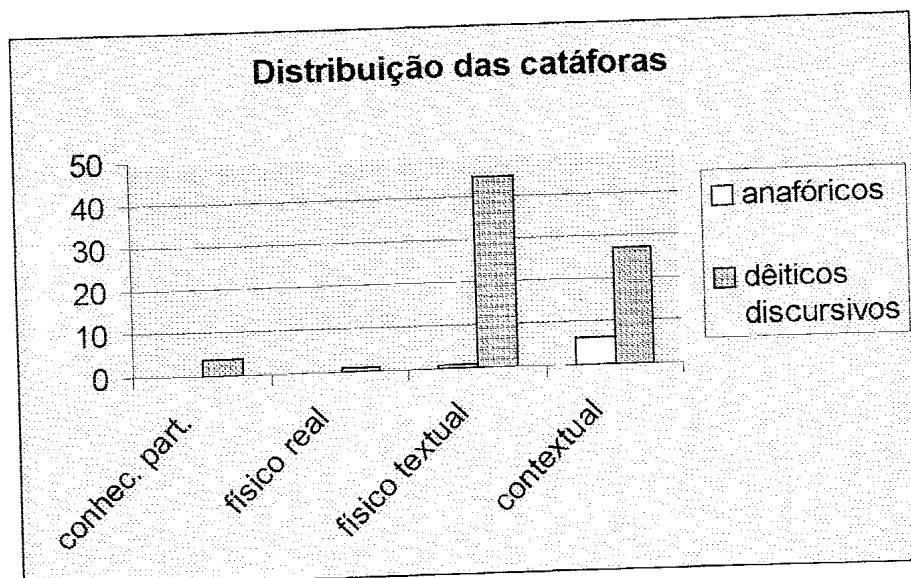
As raras ocorrências de determinação física são, na maioria, dêiticos discursivos, como: “nesta reunião”, “a presente ata”, “nesta entrevista exclusiva”, “deste programa”, “neste trabalho” etc.

É, de fato, nas expressões que remetem ao espaço físico do texto, e ao contexto, que os novos para o discurso se destacam entre os dêiticos discursivos. Não somente pela maior quantidade nos dêiticos textuais, mas, principalmente, pela concentração de usos catafóricos, pouco comuns entre as anáforas correspondentes. Por isso dedicamos o item seguinte a uma série de reflexões sobre as catáforas.

5.5 Remissões catafóricas e sua relação com o status informacional

Os elementos catafóricos figuram em número muito reduzido: totalizam 84 ocorrências, com participação em apenas 4,2% na amostra. Se a frequência é insignificante em termos de conjunto, não o é no interior deste pequeno grupo: aparecem meramente 7 anafóricos contra 77 dêiticos discursivos. O Gráfico 10 apresenta os condicionamentos das expressões indiciais em que os empregos catafóricos costumam acontecer:

GRÁFICO 10:



Como demonstra o gráfico, os dêiticos textuais (ou seja, os de motivação físico-textual) e os dêiticos discursivos contextuais representam o contexto mais favorável ao uso catafórico. Sua forma de manifestação difere bastante das estruturas normalmente empregadas nos demais condicionamentos. Já vimos que são fórmulas estereotipadas como: *o X seguinte*, *o X abaixo*, *o X a seguir* etc., de capacidade localizadora mais precisa e de alto poder preditivo, como neste emprego:

(204) “Instalada a audiência e relatado o processo, a Sra. Juíza-Presidente propôs solução ao litígio, colheu os votos dos Srs. Juizes Classistas, passando, a Junta, a proferir **a seguinte DECISÃO:**” (E062 - ata de audiência - NELFE)

Além destas expressões, verificam-se alguns casos de utilização de formas substantivas ou adjetivas de valor numeral, como:

(205) “Bem! Vamos ao que interessa! Estou te escrevendo esta cartinha **por dois motivos**: primeiro pra te pedir desculpas; e, segundo, pra te agradecer.” (E004 - carta pessoal - NELFE)

Não apenas o cardinal “dois”, como também os ordinais “primeiro” e “segundo” da entidade discursiva referida reforçam a atividade organizadora do rótulo prospectivo.

É instigante pensar no que realmente caracteriza uma forma como catafórica. Por que, na amostra examinada, os numerais só indicaram remissões para frente, se podem também apontar para trás? O que deve conter a expressão de valor numeral para designar o direcionamento prospectivo?

Se observados com cuidado, os numerais que determinam expressões referenciais retrospectivas costumam acompanhar-se de outros elementos que assinalem o movimento para trás. Note-se o exemplo:

(206) “Na edição especial HOME PC GAMES não foi mencionado nenhum jogo para o computador Amiga, da Commodore. Eles são muitos e de altíssima qualidade. Jogos como World Circuit e Lemmings foram lançados primeiro para o Amiga e depois adaptados para o PC e Mac. A revista cita apenas versões para **essas duas últimas plataformas**, o que não é verdade.”
(E276 - seção de cartas em revista - NELFE)

Para indicar que o antecedente se encontra atrás, o falante seleciona, em (206), além do pronome de segunda pessoa, o nome adjetivo “últimas”, com o intuito de evitar a imprecisão.

Tomada isoladamente, e sem adjetivo, a expressão “essas duas plataformas” teria plenas condições de realizar o procedimento catafórico, desde que apresentasse a pontuação adequada (comumente, dois-pontos e, mais raramente, travessão). Entretanto, quando se emprega o pronome numeral em função substantiva, ou quando ele constitui o único determinante do nome, tal estrutura indica, convencionalmente, uma referenciação catafórica. Vejamos:

(207) “gostaria de te perguntar **duas coisas**” ((F) diálogo - conversa on-line - *corpus* complementar)

(208) “por **dois motivos**” (E004 - carta pessoal - NELFE)

(209) “**três linhagens do barroco brasileiro**” (E040 - relatório técnico - NELFE)

(210) “nós temos **dois caminhos** pela frente” (E129 - pronunciamento político - NELFE);

(211) “nós temo/ **duas soluções**” ((F) EF-152 - aula - PORCUFORT);

(212) “estão em ação **dois processos cognitivos**” ((E) artigo de lingüística - artigo científico - *corpus* complementar).

A escrita marca a catáfora, na grande maioria dos casos, com dois-pontos ou travessão, assinalando o que, na fala, é expresso por uma pausa e uma entonação específicas, as quais geram no destinatário a expectativa do novo para o discurso. A questão é se, na ausência das formulações tipicamente catafóricas, esses recursos gráficos e prosódicos não bastam para a caracterização de uma remissão prospectiva. Em algumas situações, parece que sim, como em:

(213) “Esse pioneirismo é mais um motivo de orgulho para mim, e reforça **minha tese**: “moqueca de peixe, somente capixaba. o resto é simplesmente peixada”. (E275 - seção de cartas em revista - NELFE)

(214) “No mês passado, ele levou **um baita susto de deixar o queixo caído**: a conta era mais de R\$3mil. (...) Eles anotaram **tudo que Luiz tinha em casa**: três computadores, um frigobar, um ventilador, quatro televisores, uma geladeira, dois vídeos, um som, um ferro de passar e 38 luzes.” ((E) reportagem - artigo de jornal popular - *corpus* complementar)

Mesmo no caso abaixo, em que a expressão catafórica vem implícita, o receptor reconhece a presença de uma pro-forma do tipo “isto/este”, ou “o seguinte”, predizendo um conteúdo proposicional:

(215) “Em respeito ao povo de Sergipe e ao alto conceito da revista ISTOÉ em todo o Brasil, especialmente em nosso Estado, venho esclarecer Ø.” ((E) carta ao editor - seção de cartas em revista - *corpus* complementar)

A remissão para frente não exige nem mesmo, como se nota, uma forma manifesta. Como classificar esses tipos de ocorrência? Com efeito, o caráter prospectivo não deve provir das expressões em si (salvo nas estruturas cuja descrição semântica já denota um movimento projetivo, como “o seguinte, a seguir, o seguinte X” etc.), mas do próprio desenvolvimento discursivo, do jogo de informações velhas e novas, e, principalmente, da pausa, da entonação (e/ou da pontuação que a designa). E não é este mesmo um dos empregos dos dois-pontos: marcar a melodia, a entonação, destacando o que se vai dizer em seguida? Não é isso mesmo que autoriza o uso popular a construir, em tom de galhofa, enunciados como “o que eu quero dizer é o seguinte dois-pontos...”?

Por isso, é mais conveniente declarar que há mais de um recurso para empreender uma remissão prospectiva, que não somente o de expressões invariavelmente catafóricas. Também certos advérbios circunstanciais, por seus traços semânticos de tempo e de lugar, só permitem

um uso catafórico, uma vez que conduzem a um ponto posterior na ordenação do discurso. Trata-se de *abaixo*, *aqui* e *agora*, exemplificados a seguir:

(216) “como o do exemplo (3) **abaixo**”;
 “trazemos **abaixo** um modelo que...”;
 “observe-se **o texto abaixo**” ((E) artigo de lingüística -
 artigo científico - *corpus* complementar)

Note-se que *abaixo* se opõe a *acima*, e os dois apontam, respectivamente, para trás e para frente. O que separa os pares *antes/depois* e *acima/abaixo* é só uma questão de perspectiva, de ângulo pelo qual o falante dispõe mentalmente os espaços textuais: de um ponto de vista horizontal, ou de um prisma vertical.

Quanto ao locativo *aqui* e ao temporal *agora*, que, por definição, deveriam assinalar o ponto zero do falante, podem apresentar um emprego nitidamente prospectivo no discurso, como se percebe em:

(217) “**agora** vem o processo civil”; “analiso **agora** o problema da...” (F033 - conferência - NELFE)

(218) “**Aqui** vai o capítulo I” (E044 - carta de aluno para professor - NELFE);

Não se deve desprezar o fato de que a natureza catafórica desses pronomes adverbiais também não se limita à própria forma - existe ainda o amparo do tempo verbal, expresso pelo presente do indicativo com valor de futuro próximo⁸¹.

Por outro lado, há certos pronomes adverbiais, como *aí* e *assim*, que exercem uma atividade semelhante, entretanto não são exclusivos do emprego catafórico. Às vezes, o tempo dêitico, manifesto nas flexões verbais, é que decide, por eles, o sentido do movimento; veja-se:

(219) “**aí** vem mais lenha na fogueira” ((E) reportagem -
 artigo de jornal popular - *corpus* complementar)

A orientação prospectiva fica diluída no conjunto “*aí* vem”, por isso encontramos contextos que deslocam a indicação para o sentido retrospectivo, como estes:

⁸¹ De acordo com Travaglia (1985): “o presente do indicativo em si marca os aspectos indeterminado, habitual, não-acabado, cursivo e imperfectivo.” Mas, em alguns casos, “não atualiza nenhum aspecto. Isto ocorre por exemplo em: a) **quando o presente do indicativo é usado com valor de futuro**”. E cita exemplos como “Amanhã **compro** o livro para você/ O ônibus **chega** daqui a meia hora” (cf. p.151 – grifo nosso).

(220) “Por aí você tira a importância” (E002 - carta pessoal - NELFE);

(221) “Já houve aí uma etapa de superação” (E015 - entrevista em revista - NELFE);

(222) “partindo-se então daí para...”;
 “é por aí que se chega a definir...”;
 “por aí, buscar-se-á a criação”;
 “considerando o que aí fica dito” (E040 - relatório técnico - NELFE) etc.

Nem sempre, contudo, as pistas sintáticas ajudam muito a decidir sobre o direcionamento.

Observem-se as ocorrências do *assim* catafórico:

(223) “as pessoas dizem **assim** ah:: é ah terceira idade hoje fala-se demais na:: terceira idade” ((F) D2-39 - conversa espontânea - PORCUFORT)

(224) “funciona: sempre **assim** é::... o dia inteiro né S.? sessão corrida é ... então” (F034 - conversa espontânea - NELFE)

Compare-se, agora, com a seguinte estrutura que remete para trás:

(225) “aí fiCAva ajudando o padre no leilão organizando aí terminava... aí:: sobrava aqueles FRANGo né?... bolo em fim de festa aquela história... aí depois tinha um litro de rum com Coca-Cola a gente ficava aTÉ:: meia-noite lá... fazia a festa nossa né? que era o fim do...do leilão né? que eu na realidade nunca ajudei padre não eu sempre atrapahei padre eu num participava de {Nada de...de igreja nunca participei a gente ajudava muito **assim** a Igreja” ((F) D2-45 - conversa espontânea - PORCUFORT)

Como se deduz, nem a presença de verbos *dicendi* (classicamente definidos como aqueles que **antecedem**, mediata ou imediatamente, uma declaração, ou uma pergunta), nem mesmo a ordem em que os elementos estão dispostos na sentença determinam o sentido da remissão do pronome adverbial *assim*. O fato de expressar circunstância de modo, ou seja, de se descrever de maneira neutra em relação ao espaço ou ao tempo dêitico, explica, em parte, a dupla possibilidade de uso.

Esta conclusão é relevante porque converge para o mesmo fato que justifica a alternância entre *este* e *esse* nas expressões indiciais contextualmente motivadas: o **baixo grau de deiticidade**, dada a neutralização do referencial de distância do falante.

O grupo das catáforas representa, assim, mais um aspecto sob o qual os dêiticos discursivos e os anafóricos, sobretudo os de motivação contextual, diferenciam-se no discurso. Além de as catáforas acontecerem esporadicamente entre os anafóricos, sua estrutura é muito pouco diversificada: restringem-se a expressões de valor numeral e a construções com *este*. Já os dêiticos discursivos usam de outros recursos estruturais preditivos, que localizam, com mais precisão, no texto, os conteúdos difusos e, por isso, são importantes instrumentos de introdução do novo para o discurso.

Com o objetivo principal de acrescentar outros parâmetros para a distinção das expressões indiciais que mais se confundem, este capítulo demonstrou, em termos amplos, que nenhum dêitico discursivo é correferencial ou co-significativo e que seu modo de designar entidades discursivas se distancia das recategorizações anafóricas por exercerem uma atividade de nominação de conteúdos proposicionais, categorizando referentes.

Verificamos, ainda, que os dêiticos discursivos contextuais se valem amplamente de pronomes ou de SNs de alta genericidade, mais resumidores e representativos, que nem recategorizam nem co-significam. Por outro lado, quando se realizam por sintagmas nominais, utilizam-se de expressões rotuladoras, que se descrevem ou por nomes gerais, não-metalingüísticos, ou por nomes menos gerais e menos metalingüísticos, ou por nomes metalingüísticos de baixa genericidade.

No que respeita ao status informacional, quase todas as expressões indiciais são velhas para o ponto de vista do ouvinte, de modo que somente pela perspectiva do discurso foi possível extrair alguma conclusão relevante para os propósitos do trabalho. Mostramos que o status de novo para o discurso é bem mais freqüente nas anáforas da memória do que em qualquer outro tipo de expressão indicial. Mas existe uma relação importante entre status informacional, motivação do elemento dêitico, direcionamento remissivo e forma de manifestação no subgrupo dos dêiticos textuais e dos dêiticos discursivos contextuais.

Por esses parâmetros, chegamos à comprovação de que os dêiticos discursivos contextuais, bem como os dêiticos textuais, representam os contextos mais propícios à introdução de informações novas para o discurso, que ocorrem em expressões catafóricas de estruturação típica.

A última etapa desta investigação analisará se a distribuição das expressões indiciais nas modalidades de discurso falado e escrito acrescenta alguma característica importante para os objetivos da pesquisa.

CAPÍTULO 6 - EXPRESSÕES INDICIAIS NA FALA E NA ESCRITA

O contínuo lingüístico verificado entre a fala e a escrita também tem seu correlato no contínuo dos gêneros textuais. (Marcuschi)

Sob a hipótese de que existem diferenças significativas na distribuição de anafóricos indiciais e dêiticos discursivos **na fala e na escrita**, e em **graus distintos de espontaneidade**, separamos e classificamos todas as expressões indiciais de acordo com esses dois parâmetros. Admitimos, contudo, a impossibilidade de isolar classes de texto quando entram em conjunção três aspectos, que, na verdade, variam num *continuum* – modalidade do discurso, grau de espontaneidade e gênero de texto segundo princípios funcionais.

Os gêneros comunicativos⁸², longe de serem construtos teóricos, são formas reconhecidas empiricamente, que observam suas condições de produção e de participação, bem como os recursos através dos quais a informação é organizada. Dentro de um modelo multidimensional⁸³, Marcuschi (1999a) sugere que uma tipologia de textos deve distribuir-se num *continuum* de situações textuais, isto é, numa gradação de realizações. Os variados pontos nesta escala de gêneros comunicativos se interseccionam com outros do *continuum* fala-escrita. Enquanto há situações textuais só manifestáveis na escrita, e outras tipicamente faladas, há inúmeras intermediárias que estabelecem uma relação tipológica entre essas duas modalidades de discurso.

Se, numa extremidade, se encontram discursos prototipicamente orais, como as conversas espontâneas (e ainda conversações públicas, telefônicas etc.), em outra, situam-se textos

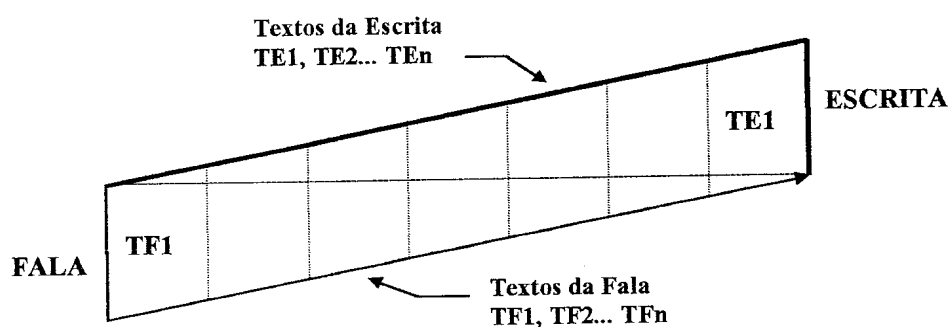
⁸² Fundamentando-se numa perspectiva teórica que considera o texto como fruto de várias atividades de negociação, pelas quais se constroem os significados, Marcuschi propõe que se acolha, um dia a expressão “**gêneros comunicativos**” em substituição a tipos textuais. “Textos são artefatos ou fenômenos que exorbitam suas estruturas e só têm efeito se se situarem em algum contexto comunicativo. Assim, o termo **comunicativo** ao lado da expressão **gênero** daria a qualificação mais adequada.” (Marcuschi, 1999a: 31).

⁸³ Marcuschi toma por referencial um modelo de Heinemann/Viehweger (1991), em que as representações prototípicas são consideradas em mais de uma dimensão. Afirma o autor: “Essa proposta em níveis ou módulos leva em conta:

1. funcionalidade
2. situacionalidade
3. comunicatividade
4. estruturação

dos eventos. E com isto contempla precisamente os critérios mais importantes sugeridos pela maioria dos autores, mas agora dentro de um conjunto de postulados para sua interpretação que torna a teoria razoável e aplicável.” (Marcuschi, 1999a:34)

tipicamente escritos, como os artigos científicos, os documentos oficiais, os relatórios técnicos etc. Porém, mesmo os gêneros mais representativos de uma modalidade podem partilhar certos traços com algum gênero da outra. As conversas espontâneas, por exemplo, são comparáveis, em alguns aspectos, às cartas pessoais e aos bilhetes; assim como os artigos científicos guardam estreitas relações com as conferências e as exposições acadêmicas. Essa constatação relativiza qualquer distinção pretensamente absoluta entre fala e escrita e nos dá a exata medida da complexidade do fenômeno, que pode ser avaliada na análise da seguinte figura idealizada pelo autor:



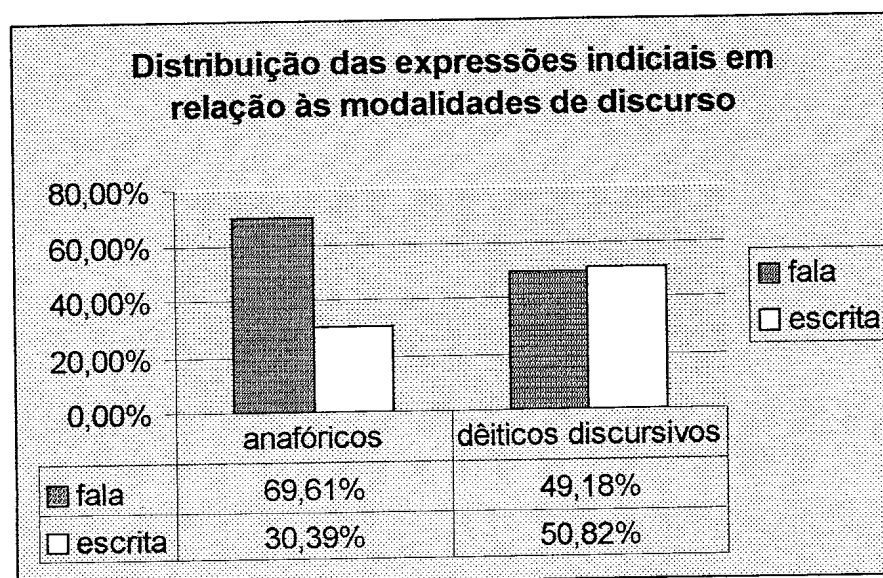
Neste gráfico, observa-se que tanto a fala como a escrita se dão em dois continua:

- (a) na linha dos diversos tipos de texto (TF1, TF2...TFn e TE1, TE2...TEn)
 - (b) na linha das características específicas de cada modalidade.
- (Marcuschi, 1999a:47)

Quanto mais longe dos extremos, isto é, das situações de maior ou menor espontaneidade, mais características, em dimensões diferentes, são compartilhadas pelos gêneros comunicativos falados e escritos. As reportagens ao vivo, por exemplo, são muito semelhantes às notícias de um jornal popular, assim como as piadas contadas oralmente estão próximas às crônicas etc.

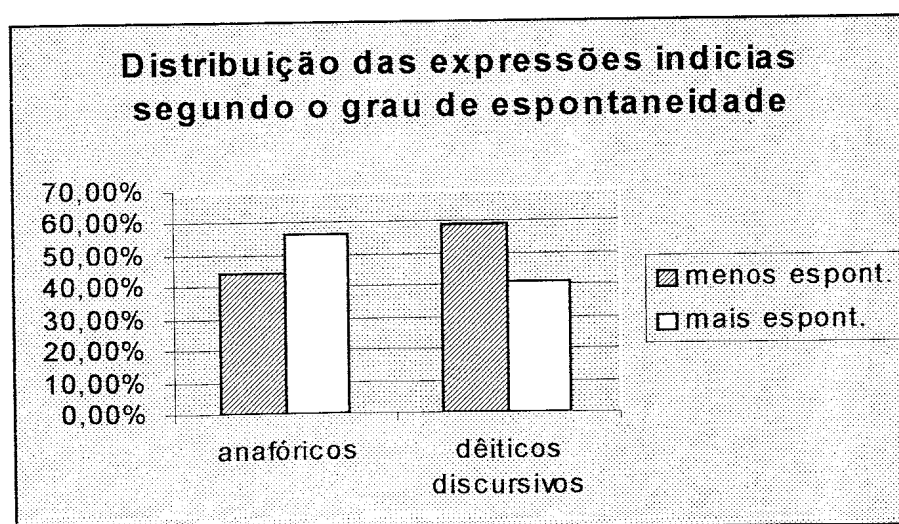
Tal inter-relação se reflete, naturalmente, nas escolhas lexicais, nas estruturas sintáticas e nos demais recursos lingüísticos, dentre os quais a seleção de diferentes tipos de anafóricos e dêiticos discursivos. Por isso a investigação da frequência de expressões indiciais no *continuum* fala/escrita, mais espontâneo/menos espontâneo nos pareceu pertinente.

Em torno de 60% das ocorrências da amostra pertencem a discursos falados. O Gráfico 11 exhibe, agora, como dêiticos discursivos e anafóricos aparecem em cada uma das modalidades discursivas:

GRÁFICO 11:

Pelos percentuais encontrados, este parâmetro, sozinho, pouco acrescenta à caracterização dos dêiticos discursivos em si, que apresentam a mesma frequência na fala e na escrita. Mas é útil para demonstrar que os anafóricos indiciais são predominam na fala.

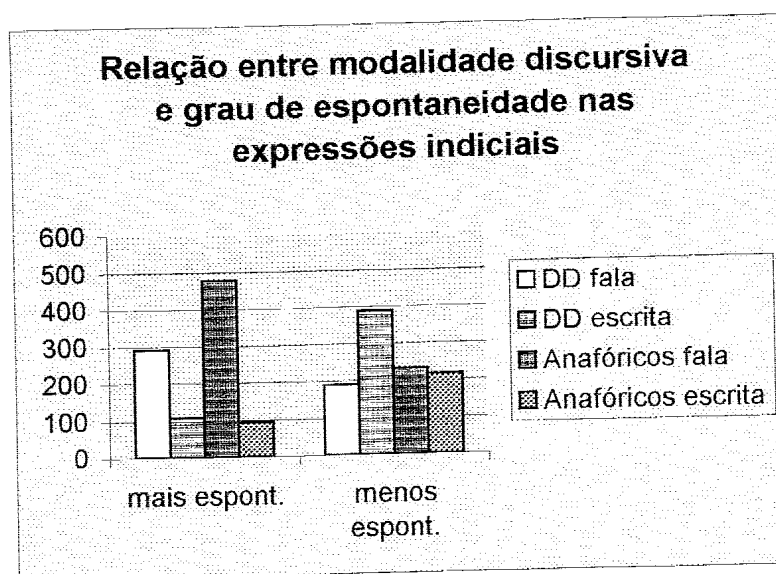
Por outro aspecto, quando pesquisamos o grau de espontaneidade, percebemos que ele, de fato, interfere na escolha de diferentes expressões indiciais. Observe-se o Gráfico 12:

GRÁFICO 12:

Os dados mostram que os anafóricos prevalecem em discursos mais espontâneos, ao passo que os dêiticos discursivos têm maior frequência nos menos espontâneos.

Se cruzarmos os dois parâmetros de análise, poderemos inferir que, juntos, os contextos menos espontâneos na modalidade escrita são **os mais favoráveis** à ocorrência de dêiticos discursivos, conforme está exposto no Gráfico 13:

Gráfico 13:



Os resultados acima refutam uma das hipóteses deste trabalho: de que os dêiticos discursivos teriam preponderância em gêneros comunicativos muito espontâneos, devido à recorrência de pro-formas como *isto/isso*. Com efeito, esses pronomes, embora muito presentes na fala, não devem estar condicionados exatamente à espécie de modalidade discursiva, e sim, ao grau de espontaneidade.

Esboçam-se, desse modo, os dois contextos mais propícios ao aparecimento, ou à predominância, de expressões indiciais:

- a) anafóricos indiciais: em discursos falados e nas situações de maior espontaneidade;
- b) dêiticos discursivos: nas situações de menor espontaneidade, que incluem os discursos escritos.

Estas considerações podem nos conduzir a uma matriz de comportamento dos dêiticos discursivos em contextos característicos. Poderemos estabelecer, por exemplo, com base nos dados, que os dêiticos discursivos:

- são mais recorrentes em textos menos espontâneos, onde se manifestam, em grande medida, como pronomes em função substantiva ou adverbial;
- quando se realizam como SNs, são categorizadores quase sempre marcados por rótulos metalingüísticos, ora menos, ora mais genéricos. Portam geralmente elementos de valor demonstrativo, que remetem ao contexto;
- por vezes, assinalam, por meio de pronomes adverbiais ou formulações com adjetivos demonstrativos, o local físico do texto em que a fonte deve ser identificada;
- apresentam, mais do que os anafóricos, expressões tipicamente catafóricas, responsáveis pela indicação de informações novas para o discurso.

Compete-nos frisar que, embora não apresentem percentuais representativos, os dêiticos discursivos nas modalidades faladas mais espontâneas merecem consideração especial por sua descrição singular:

- são muito mais freqüentemente empacotados como pronomes substantivos, muitas vezes neutros (*isto/isso*, inclusive com formas vazias);
- os poucos sintagmas nominais categorizadores se constituem quase sempre de rótulos amplamente genéricos (como os nomes gerais e os menos metalingüísticos de grande generalidade), que, em certos aspectos, se assemelham a pro-formas;
- sua remissão é predominantemente contextual.

CONCLUSÕES

Em busca de uma descrição da dêixis discursiva, chegamos à compreensão de que os tipos de dêixis não se dispõem num mesmo nível dentro de uma escala de subjetividade. De um lado, separamos os dêiticos pessoais, representados pelo par *eu-tu*, que estabelecem a própria correlação de pessoalidade. O *eu* se propõe como sujeito e presume algum interlocutor, tendo, portanto, transcendência sobre ele. Os demais dêiticos se opõem aos pessoais por se incluírem na categoria da não-pessoa, e por apresentarem uma propriedade mais representativa do que intrinsecamente subjetiva.

De outro lado, fora da correlação de pessoalidade, concluímos que a dêixis de lugar se eleva além do nível das outras espécies porque supõe o traço ostensivo primário de qualquer dêitico de delimitar o **espaço** em que se localiza o objeto de discurso instituído pelo nome. A metáfora de localização no tempo exprime bem a indissociabilidade das noções espacial e temporal, mas também deixa patente a preponderância da idéia de situar e demarcar o referente no universo mostrado - uma visão que reconhece nos lugares, ou campos, dêiticos seu principal ponto de apoio.

No último grau da escala de subjetividade, colocamos a dêixis discursiva, ou as espécies distintas que ela abriga sob esse título. Apontando, às vezes, para posições no texto fixadas sem ambigüidades pelo falante, a dêixis discursiva se aplica a um entorno espaço-temporal metaforizado, embora não represente uma mera transferência da situação comunicativa real para a disposição dos conteúdos no texto. Nesse sentido, mostramos que ela é subjetiva de um outro modo, ou por um outro meio.

Os dêiticos discursivos contextuais, porém, que constituem a grande maioria, desconsideram o ponto zero de referência do falante e deixam de mensurar a distância física em que se localiza o objeto. Por esse aspecto, deveriam ter grau zero de subjetividade. Entretanto, tendo em vista o procedimento dêitico, que permite ao falante refocalizar objetos discursivos, direcionando para eles a atenção do destinatário, decidimos que os dêiticos discursivos contextuais também viabilizam o processo intersubjetivo da dêixis, só que de outra maneira. Por isso pleiteamos que a dêixis discursiva pertence ao quadro da dêixis em geral e, por essa razão, não pode ser encampada pela noção de anáfora.

Pela função fórica de retomar entidades no universo do discurso, os dêiticos em geral partilham com os anafóricos uma indicação de referencialidade. Mas, enquanto os outros dêiticos referem dentro do espaço extralingüístico, os discursivos, assim como os anafóricos, fazem-no dentro do contexto, e se identificam nessa habilidade. Distingue-os, contudo, o escopo da referencialidade, pois, enquanto a anáfora retoma referentes pontuais, a dêixis discursiva se refere a informações difusas.

Demonstramos, porém, que a abrangência referencial é insuficiente, como critério único, para discriminar os dois fenômenos, de vez que existem certos dêiticos textuais que, num processo metalingüístico, recuperam somente a forma de uma expressão, de maneira pontual. E existem certas expressões definidas, ou seja, anafóricas não-indiciais, que atuam como genuínos rótulos de conteúdos textuais, bem à semelhança de um dêitico discursivo. Por outro lado, nem o parâmetro da subjetividade e o procedimento dêitico são capazes de distinguir, por si sós, anafóricos indiciais e dêiticos discursivos.

Por isso, investigamos um conjunto de aspectos morfológicos, sintáticos, semânticos e pragmático-discursivos que nos forneceram elementos adicionais para uma descrição das expressões em estudo. Comprovamos que, ao contrário dos anafóricos, os dêiticos discursivos não são correferenciais, nem co-significativos. Não recategorizam objetos introduzidos no universo discursivo, mas estabelecem-nos como referentes, ou seja, categorizam-nos. Os dêiticos textuais assinalados por pronomes circunstanciais como *acima*, *a seguir* etc parecem igualmente nomear conteúdos proposicionais, instituindo-os como objetos de discurso, apesar de serem selecionados para indicar lugares no texto. Este grupo particular exige, contudo, ainda, uma análise mais acurada.

Por seu poder resumidor e, por vezes, rotulador, os dêiticos discursivos constituem poderosos recursos de coesão e podem dispor de grande força argumentativa. Embora veiculem normalmente informação velha para o ouvinte (com exclusão dos catafóricos), seu processo de identificabilidade, diversamente do que se dá com os anafóricos, caracteriza-se pela imprecisão das informações recuperadas.

Reunindo todos os critérios de análise, identificamos quatro tipos de dêiticos discursivos e quatro anafóricos indiciais correspondentes, classificados de acordo com a motivação do elemento indicial. De modo conciso, descrevem-se da seguinte maneira:

1) Os **anafóricos dêiticos** e os **dêiticos discursivos “dêiticos”**:

- Os elementos indiciais remetem ao campo dêitico real, apontando diretamente a localização espaço-temporal do falante. Tal pressuposição de subjetividade situa os anafóricos dêiticos no ponto mais alto da escala de deiticidade.
- Sua forma de expressão preferencial são os pronomes adverbiais circunstanciais, porque sua descrição semântica transmite com exatidão as noções de tempo e lugar.
- Pelo procedimento dêitico, orientam a atenção do destinatário não para posições no texto, mas para o posicionamento real do enunciador.
- Uma vez que os dêiticos discursivos “dêiticos” fazem coincidir o ponto zero do falante com o do próprio texto como uma entidade próxima do enunciador, eles apresentam um grau mais baixo de deiticidade.

2) Os **anafóricos físico-textuais** e os **dêiticos textuais**:

- Pelo procedimento dêitico, dirigem os *flashes* de atenção do destinatário para o lugar do texto onde a fonte foi mencionada.
- Os anafóricos físico-textuais manifestam-se em geral pelos pronomes de valor demonstrativo *este/aquela*, que remetem, respectivamente, à última e à primeira menção, tomando o tempo de formulação como referencial. Algumas vezes, recorrem a nomes de valor numeral, ou a nomes adjetivos de significado aproximado.
- Têm uso muito restrito e limitam-se à perspectiva horizontal de ordenação gráfica do texto.
- Os empregos mais legítimos de motivação físico-textual são representados pelos dêiticos textuais, por sua função verdadeiramente organizadora dos segmentos discursivos. Para assinalar a posição dos trechos referidos, sob o ângulo horizontal ou vertical de ordenação, recorrem a pronomes adverbiais circunstanciais ou a SNs de valor demonstrativo, com formulações tipicamente catafóricas, responsáveis pela introdução de novos referentes no discurso.

3) Os **anafóricos e dêiticos discursivos da memória**:

- Seu procedimento dêitico guia o olhar do destinatário para entidades cuja referência só se completa no conhecimento compartilhado pelos interlocutores. Em vista disso, valem-se quase sempre de SNs plenos, ou de estruturas mais elaboradas, como nomes ou pronomes modificados por orações ou sintagmas preposicionais.

- Em consequência do acréscimo de novos conteúdos informativos, os anafóricos da memória constituem o mais importante expediente de introdução de referentes novos para o discurso.
- É comum às duas espécies, porém, realizarem-se principalmente por pronomes de valor demonstrativo. Quando se expressam por pronomes de segunda pessoa, reduzem o grau de deiticidade, por perderem de vista o referencial de distância do enunciador. Quando ocorrem como pronomes de terceira pessoa, tornam-se mais altamente dêiticos, por pressuporem o campo dêitico real.

4) Os anafóricos e dêiticos discursivos do contexto:

- Destoam de todos os tipos anteriores por neutralizarem o traço de distância em relação ao falante, razão por que apresentam o menor grau de deiticidade.
- Além disso, diferentemente dos outros, a remissão de seus elementos indiciais coincide com a da expressão referencial inteira.
- Pelo procedimento dêitico, orientam o foco de atenção do destinatário para a própria expressão indicial.
- São representados pelos pronomes demonstrativos *este/esse* e só remetem retrospectivamente.
- Uma vez que todo esse comportamento é comum a dêiticos discursivos e anafóricos, o único traço que os distingue é a abrangência referencial.

Verificamos, finalmente, que os contextos menos espontâneos, conjugados com a modalidade escrita, são mais propícios ao aparecimento de dêiticos discursivos. Contudo, na fala mais espontânea, eles apresentam uma formalização típica: são, em maioria, as pro-formas *isto/isso* (manifestas ou omissas) e, em menor proporção, os nomes gerais ou nomes menos metalingüísticos.

Ao longo das conclusões, sugerimos a comparação das expressões definidas com os dêiticos discursivos, a fim de aprofundar as reflexões sobre os fatores que condicionam a escolha ora de um, ora de outro. É necessário pesquisar em que contextos, essas duas expressões referenciais são mutuamente excludentes e em quais outros são intersubstituíveis; e se a substituição, ainda que estruturalmente viável, provoca certas alterações discursivas. Por outro lado, também é preciso averiguar se os anafóricos indiciais não são igualmente intercambiáveis com as expressões definidas, e o que justificaria a alternância.

As contribuições deste trabalho podem, ainda, ser bastante úteis para a análise do comportamento discursivo das expressões indiciais como elos coesivos, como instrumentos de organização de segmentos textuais, consoante o propósito argumentativo do enunciador. Dentro de um estudo dessa natureza, cabe inquirir se, de fato, a função de mudança de tópico (mudança de ponto de vista sobre uma seqüência de eventos, passagem de uma descrição a uma narração etc.) pode ser atribuída a certos usos de pronomes demonstrativos, e se as transições só acontecem em sintagmas rotuladores.

Embora os resultados tenham apontado para a prevalência de dêiticos discursivos em situações de uso menos espontâneas, muitas vezes, em modalidade escrita, delineou-se um grupo de representação geralmente pronominal, motivado pelo contexto, que parece ocorrer com mais frequência em discursos mais espontâneos. Cumpre investigar a hipótese de que tais pronomes, de valor demonstrativo, comumente neutros, são realmente característicos de gêneros falados e menos cuidados. Sugerimos, ainda, que se pesquise a possibilidade de os dêiticos discursivos contextuais serem empregados mais regularmente em certos gêneros comunicativos do que em outros.

As constatações alusivas aos dêiticos discursivos não-manifestos no texto também ampliam os horizontes dos estudos sobre complementos verbais omissos, pois evidenciam que sua função discursiva está relacionada aos objetivos argumentativos do falante. Interessa ao enunciador valer-se de formas neutras de natureza demonstrativa para resumir conteúdos anteriores, sem despendar esforços para rotulá-los. Se o procedimento dêítico dirige a atenção do destinatário para pontos do texto, dando-lhes saliência, é natural que o falante recorra às formas omissas para desfocar o que julga discursivamente irrelevante. Convém agregar as características do procedimento discursivo das omissões às restrições sintático-semânticas responsáveis pela facultatividade de complementos verbais, para descobrir que variáveis são, com efeito, determinantes deste fenômeno.

Deixamos de considerar, nesta pesquisa, todos os outros anafóricos que introduzem referentes novos para o discurso. Suas formas de realização mereceriam, no entanto, ser colocadas em confronto com as expressões que promovem a manutenção referencial, a fim de examinar o tipo de motivação dos elementos indiciais.

Dentre esses elementos de introdução referencial, precisam ser discutidas, mais criteriosamente, as anáforas associativas e os traços que as definem. Argumentamos que o simples fato de as expressões associativas apresentarem um demonstrativo não justifica que sejam expurgadas do grupo das anáforas associativas. Os estudos sobre o assunto não despertaram, ainda, para a circunstância de que os dêiticos das expressões indiciais efetivam

uma remissão nem sempre coincidente com a do sintagma que os contém. Não se pode sustentar, portanto, que um demonstrativo aponte, necessariamente, para o contexto, assegurando um relação de correferencialidade.

Por expressarem subjetividade, as expressões indiciais oferecerem ao discurso literário um espaço múltiplo de recriações, que permanece ainda imperscrutado. No texto literário, a construção da referência se processa dinamicamente sobre ambigüidades contextuais e sobre a coabitação de diferentes campos enunciativos. Em meio a esse entrelaçamento, o escritor constrói a referência dentro de seu próprio mundo criado, e o leitor a reconstrói, relativizando-a em dupla proporção. Estudar as expressões indiciais no discurso literário requer do lingüista uma sensibilidade adicional para captar a essência de tantos significados.

As normas prescritas para a utilização dos pronomes dêiticos estão longe de contemplar as diversas possibilidades de uso dessas formas em situações cotidianas. Compete à escola dar aos alunos a consciência metalingüística dos variados empregos, explorando as nuances de sentido em contextos específicos.

A descrição aqui proposta suscita, assim, outras apreciações da dêixis discursiva e instiga à descoberta de novos traços que a legitimem como fenômeno dêítico.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBANO, Eleonora C. (1990). *Da fala à linguagem tocando de ouvido*. São Paulo: Martins Fontes.
- ANTUNES, Irandé C. M. (1996). *Aspectos da coesão do texto: uma análise em editoriais jornalísticos*. Recife: Ed. Universitária da UFPE.
- APOTHÉLOZ, Denis. (1995). *Rôle et fonctionnement de l'anaphore dans la dynamique textuelle*. Tese (Doutorado) - Université de Neuchâtel.
- APOTHÉLOZ, D.; REICHLER-BÉGUELIN, Marie-José. (1995). Construction de la référence et stratégies de désignation. In: BERRENDONNER, A.; REICHLER-BÉGUELIN, M-J. (eds.). *Du syntagme nominal aux objets-de-discours: SN complexes, nominalizations, anaphores*. Neuchâtel: Institute de linguistique de l'université de Neuchâtel . p. 227-71.
- APOTHÉLOZ, D.; CHANET, C. (1997). Défini et démonstratif dans les nominalisations. In: MULDER, W. de; RYCK, L.T.; VETTERS, C. (eds.). *Relations anaphoriques et (in)cohérence*. Amsterdam: Rodopi. p. 159-86.
- AUSTIN, J.L. (1962). *How to do things with words*. Oxford: Clarendon Press.
- BAKHTIN, Mikhail. (1986). *Marxismo e filosofia da linguagem*. 3. ed. Tradução de Michel Lahud e Yara F. Vieira. São Paulo: HUCITEC. Título original: *Marksizm i filossófia iaziká*.
- BECHARA, Evanildo. (1978). *Moderna gramática portuguesa: cursos de 1. e 2. graus*. 23. ed. São Paulo: Editora Nacional.
- BENVENISTE, Émile. (1988). *Problemas de lingüística geral*. 2. ed. Tradução de Maria G. Novak; Maria L. Neri; revisão do Prof. Isaac Nicolau Salum. Campinas: Pontes. 2v. Título original: *Problèmes de linguistique générale*.

- BLÜHDORN, Hardarik. (1999). *A codificação de informação espacial no alemão e no português do Brasil: adposições e advérbios como meios para especificar relações estáticas*. Tese (Livre-Docência) – Universidade de São Paulo (USP).
- BUENO, Francisco S. (1988). *Grande dicionário etimológico-prosódico da língua portuguesa*. São Paulo: Editora LISA. v. 1 e v. 9.
- BÜHLER, Karl. (1982). The deictic field of language and deictic words. In: JARVELLA, R.J.; KLEIN, W. (eds.) *Speech, place and action: studies in deixis and related topics*. New York: John Wiley and Sons. p. 9-30.
- CAVALCANTE, Mônica M. (1996). *A omissão de complementos verbais no português do Brasil: uma justificativa pragmática, semântica e sintática*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Ceará (UFC).
- _____. (1997a). *A indeterminação como referência genérica*. Maceió: Universidade Federal de Alagoas (UFAL). /Monografia apresentada no Seminário da disciplina Tópicos em Sintaxe Funcional, promovida pela ABRALIN./
- _____. (1997b). Facultatividade e omissão de complementos verbais. *Revista de Letras*, Fortaleza, Edições UFC, v. 19, n. 1/2.. /No prelo./
- _____. (1997c). A omissão de complementos verbais. *Revista Língua e Literatura*, São Paulo, USP, Ed. Humanitas, n. 23. p.171-215.
- CERVONI, Jean. (1989). *A enunciação*. Tradução de L. Garcia dos Santos; revisão do Prof. Valter Kehdi. São Paulo: Ática. Título original: *L'énonciation*.
- CHAFE, Wallace L. (1994). *Discourse, consciousness, and time: the flow and displacement of conscious experience in speaking and writing*. Chicago: The University of Chicago Press.
- COPI, Irving M. (1917). *Introdução à lógica*. Tradução de Álvaro Cabral. 2. ed.. São Paulo: Mestre Jou, 1978. Título original: *Introduction to logic*.

- CORBLIN, Francis. (1985). Remarques sur la notion d'anaphore. *Revue québécoise de linguistique*, Montreal, Université du Québec à Montreal, v. 15, n. 1. p.173-95.
- CUNHA, Celso F. da. (1977). *Gramática da língua portuguesa*. 4. ed. Rio de Janeiro: FENAME.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley F. (1985). *Nova gramática do português contemporâneo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- DUBOIS, Jean *et alii*. (1993). *Dicionário de lingüística*. São Paulo: Cultrix.
- DU BOIS, J.W.; THOMPSON, S.A. (1991). *Dimensões de uma teoria do fluxo informacional*. Califórnia: University of California. /Xerocopiado/
- DUCROT, Oswald.; TODOROV, Tzvetan. (1988). *Dicionário enciclopédico das ciências da linguagem*. 2. ed. rev. aum. São Paulo: Editora Perspectiva.
- DUCROT, Oswald. (1977). *Princípios de semântica lingüística – dizer e não dizer*. Tradução de Carlos Vogt; Rodolfo Ilari; Rosa A. Figueira. São Paulo: Cultrix. Título original: *Dire et ne pas dire: principes de sémantique linguistique*.
- EHLICH, Konrad. (1982). Anaphora and deixis: same, similar, or different? In: JARVELLA, R.J.; KLEIN, W. (eds.) *Speech, place and action: studies in deixis and related topics*. New York: John Wiley and Sons. p.315-38.
- FÁVERO, Leonor L.; KOCH, Ingedore G.V. (1983). *Lingüística textual: uma introdução*. São Paulo: Cortez.
- FERREIRA, Aurélio B. de H. *et alii*. (1986). *Novo dicionário da língua portuguesa*. 2. ed. rev. aum. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- FILLMORE, Charles. (1971). *Lectures on deixis*. Berkeley: University of California.

- _____. (1982). Towards a descriptive framework for spatial deixis. In: JARVELLA, R.J.; KLEIN, W. (eds.) *Speech, place and action: studies in deixis and related topics*. New York: John Wiley and Sons. p. 31-59.
- _____. (1997). *Lectures on deixis*. California: CSLI Publications.
- FIORIN, José Luiz. (1996). *As astúcias da emunciação – as categorias de pessoa, espaço e tempo*. São Paulo: Ática.
- FONSECA, Fernanda I. (1992). *Dêixis, tempo e narração*. Porto: Fundação Engenheiro António de Almeida.
- FRANCIS, Gill. (1994). *Advances in written analysis*. London/New York: Ed. Routledge.
- GIVÓN, Talmy. (1990). The grammar of referential coherence: a cognitive reinterpretation. _____. *Syntax: a functional-typological introduction*. Amsterdam/Philadelphia: J. Benjamins. v. 2. p 893-944.
- GRICE, Paul (1975). Logic and conversation. In: COLE, P.; MORGAN, J. L. (orgs.). *Syntax and semantics*. New York: Academic Press. v. 2. p.
- HALLIDAY, M. A . K.; HASAN, R. (1973). *Cohesion in spoken and written english*. Londres: Longman.
- HEINEMMAN, Wolfgang; Dieter VIEHWEGER. (1991). *Textlinguistik. Eine Einführung*. Tübingen: Niemeyer.
- ILARI, R. (1993). Sobre os advérbios aspectuais. In: ILARI, Rodolfo (org.). *Gramática do português falado: níveis de análise linguística*. 2. ed. Campinas: Editora da UNICAMP. v. 2. p. 151-92.
- JAKOBSON, Roman. (1963). Les embrayeurs, les catégories verbales et le verbe russe. In: *Essais de linguistique générale*. Paris: Les Éditions de Minuit. p. 176-96.

- JESPERSEN, O. (1922). *Language: its nature, development and origin*. 12. ed. London: George Allen e Unwin, 1964.
- KLEIBER, G. *et alii* (1991). L'anaphore associative: aspects linguistiques. In: SCHNEDECKER, C. *et alii*. *L'anaphore associative* (aspects linguistiques, psycholinguistiques et automatiques). Paris: Faculté des Lettres et Sciences Humaines. p. 5-64.
- KOCH, Ingedore G.V. (1997). *O texto e a construção dos sentidos*. São Paulo: Contexto.
- LAHUD, Michel. (1979). *A propósito da noção de dêixis*. São Paulo: Ática.
- LEVINSON, Stephen C. (1983). *Pragmatics*. Cambridge: Cambridge University Press.
- LIMA, Carlos H. da R. (1982). *Gramática normativa da língua portuguesa*. 22. ed. Rio de Janeiro: José Olympio.
- LYONS, John. (1979). *Introdução à lingüística teórica*. Tradução de Rosa Virgínia M. Silva e H. Pimentel. São Paulo: Ed. Nacional/EDUSP. Título original: *Introduction to theoretical linguistics*.
- _____. (1977). *Semantics*. London: Cambridge University Press. 2v.
- _____. (1982). Deixis and subjectivity: loquor, ergo sum? In: JARVELLA, R.J.; KLEIN, W. (eds.) *Speech, place and action: studies in deixis and related topics*. New York: John Wiley and Sons. p. 101-23.
- MAINGUENEAU, Dominique. (1995). *O contexto da obra literária*. Tradução de Marina Appenzeller. São Paulo: Martins Fontes.
- _____. (1981). *Approche de l'énonciation en linguistique française*. Paris: Hachette.
- MARCUSCHI, Luiz Antônio. (1986). *Análise da conversação*. São Paulo: Ática.

- _____. (1997). A dêixis discursiva como estratégia de monitoração cognitiva. In: KOCH, Ingedore G.V.; BARROS, Kazuê S.M. (orgs.). *Tópicos em lingüística de texto e análise da conversação*. Natal: EDUFRN. p. 156-171.
- _____. (1995). *Fala e escrita: relações vistas num continuum tipológico com especial atenção para os dêiticos discursivos*. Maceió: Universidade Federal de Alagoas (UFAL). /Texto apresentado em mesa-redonda no II ENCONTRO NACIONAL SOBRE FALA E ESCRITA. Xerocopiado./
- _____. (1998). *Aspectos da progressão referencial na fala e na escrita no português*. Berlim. /Trabalho apresentado no Colóquio Internacional de Língua Portuguesa. Xerocopiado./
- _____. (1999a). *Por uma proposta para a classificação dos gêneros textuais*. Recife: UFPE. /Versão provisória. Xerocopiado./
- _____. (1999b). *A questão metodológica na análise da interação verbal: os aspectos qualitativo e quantitativo*. Brasília: UNB. /Trabalho apresentado no IV Encontro Nacional de Interação em Linguagem Verbal e Não-verbal: metodologias qualitativas. Xerocopiado./
- MARCUSCHI, Luiz A.; KOCH, Ingedore G.V. (1998). *Estratégias de referenciação e progressão referencial na língua falada*. Recife: UFPE. /Xerocopiado./
- MATEUS, Maria H. M. *et alii*. (1989). *Gramática da língua portuguesa*. 2. ed rev. aum. Lisboa: Caminho.
- MATRAS, Yaron. (1998) Deixis and deictic oppositions in discourse: evidence from romani. *Journal of Pragmatics*, n. 29. p. 393-428.
- MILNER, J-C. (1982). *Ordres et raisons de la langue*. Paris: Seuil.
- MONDADA, Lorenza e DUBOIS, Danièle. (1995). Construção dos objetos do discurso e categorização: uma abordagem dos processos de referenciação. *TRANEL* (Travaux neuchâtelois de linguistique), n. 23. p. 273-302.

- MONDADA, Lorenza. (1994). *Verbalisation de l'espace et fabrication du savoir: approche linguistique de la construction des objets de discours*. Tese (Doutorado) - Université de Lausanne.
- MONTEIRO, José L. (1991). *Os pronomes pessoais no português do Brasil*. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).
- _____. (1986). *Morfologia portuguesa*. Fortaleza: Edições UFC.
- _____. (1978). Caráter pronominal do artigo em português. *Revista de Letras*, Fortaleza, v. 1, n. 2. p. 44-60.
- NEVES, Maria H.M. (1993). Os advérbios circunstanciais de lugar e tempo. In: ILARI, Rodolfo (org.). *Gramática do português falado: níveis de análise lingüística*. 2. ed. Campinas: Editora da UNICAMP. v. 2. p. 261-96.
- ORLANDI, Eni P. (1993). *Discurso e leitura*. 2. ed. São Paulo: Cortez.
- _____. (1987). *A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso*. 2. ed. rev. aum. Campinas: Pontes.
- PÊCHEUX, Michel. (1995). *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Tradução de Eni P. Orlandi *et alii*. 2 ed. Campinas: Editora da UNICAMP. Título original: *Les vérités de la palice*.
- PIAGET, Jean; CHOMSKY, Noam *et alii*. (s/d). *Teorias da linguagem, teorias da aprendizagem*. Lisboa: Edições 70.
- PONTES, Eunice S. L. (1992). *Espaço e tempo na língua portuguesa*. Campinas: Pontes.
- PRETI, Dino; URBANO, Hudinilson (orgs.). (1997). *A linguagem falada culta na cidade de São Paulo*. São Paulo: T.A. Queiroz/Fapesp. v. 4.

- PRINCE, Ellen F. (1981). *Towards a taxonomy of given-new information*. In: COLE, P. (ed.). *Radical Pragmatics*. New York: Academic Press. p. 223-55.
- _____. (1992). The ZPG Letter: subjects, definiteness, and information-status. In: MANN, W.C.; THOMPSON, S.A. (eds.) *Discourse description: diverse linguistic analyses of a fund-raising text*. Amsterdam/Philadelph: J. Benjamins. p. 295-325.
- TESNIÈRE, K. (1959). *Éléments de syntaxe structurale*. Paris: Klincksieck.
- TRAVAGLIA, Luiz C. (1985). *O aspecto verbal no português - a categoria e sua expressão*. Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia.
- VYGOTSKY, Lev S. (1993). *Pensamento e linguagem*. Tradução de Jeferson Luiz Camargo; revisão técnica de José Cipolla Neto. São Paulo: Martins Fontes. Título original: *Thought and language*.

ANEXO 1

NORMAS DE TRANSCRIÇÃO DO NURC/PORCUFORT

O acervo do PORCUFORT segue completamente as normas de transcrição utilizadas pelo projeto NURC. Reproduzo, abaixo, um quadro elaborado por Preti e Urbano (1997), com algumas adaptações e omissões, em que as convenções se acham resumidamente dispostas e exemplificadas:

OCORRÊNCIAS	SINAIS	EXEMPLIFICAÇÃO
Incompreensão de segmentos (<i>dificuldades na transcrição</i>)	()	do nível de renda ¼ ()
Hipótese do que se ouviu	(hipótese)	(estou) meio preocupado
Truncamento (<i>cortes sintáticos bruscos</i>)	/	e comé/ e reinicia
Entonação enfática	MAIÚSCULA	porque as pessoas reTÊM moedas
Prolongamento de vogal e consoante	:: ::::	ao emprestarem éh:::... dinheiro
Silabação	-	por motivo tran-sa-ção
Interrogação	?	e o Banco... Central... certo?
Qualquer pausa	...	São três motivos...ou três razões...
Comentários descritivos do transcritor	((minúscula))	((tosse))
Superposição (<i>fala simultânea</i>)	{ (No NURC) (No NELFE)	A. na {casa de sua irmã B. {sexta-feira?

Observação: Não se indicam outros sinais de pontuação da escrita, além da interrogação.

ANEXO 2

NORMAS DE TRANSCRIÇÃO DO NELFE

SISTEMA MÍNIMO DE NOTAÇÕES REELABORADO PARA AS TRANSCRIÇÕES DO PROJETO SOBRE FALA E ESCRITA - NELFE - UFPE

1. Indicação dos falantes :

Diferentemente de como se procede no NURC, em que se utilizam as marcas DOC (documentador), Inf. (informante) etc., os falantes são indicados em linha vertical, com letras (primeira letra do nome) ou alguma sigla estabelecida para isso.

2) Marcação de pausas :

Uma micropausa se dá como um ponto . , uma pausa média de 0,5 a 1. seg pode vir entre parêntese com o tempo, p.ex. (0.8) e uma pausa maior (1.) ou (2.5) etc., com a indicação da duração medida no relógio em segundos.

3) Marcação de ênfase:

O segmento produzido em tom enfático, um tom mais alto, vem marcado com escrita em MAIÚSCULA. No caso de tom alto em apenas uma parte da palavra (o que é bastante comum), é conveniente que se marque em maiúscula a sílaba e não apenas uma letra.

4) Marcação de alongamento de vogais:

O sinal usado para marcar os alongamentos são os dois pontos após a sílaba alongada , ou seja, : para alongamento breve, e :: para alongamentos médios, ou ::: para longos. Esta marcação é feita logo após a sílaba ou vogal alongada, mesmo que ocorra no interior da palavra.

5) Marcação de sobreposição de vozes:

Uma sobreposição breve e que representa a entrada de alguém no turno de outro é indicada com um colchete.

6) Marcação da entoação:

Enquanto o NURC adota apenas o ponto de interrogação ? para entoação e nenhuma outra notação para as demais, o Núcleo de Estudos Lingüísticos de Fala e Escrita acrescenta algumas

informações de natureza prosódica, que foram ignoradas por não terem utilidade para os fins aqui propostos.

7) *Sugestão para grafia de hesitações, exclamações e dúvidas:*

Os casos mais freqüentes são: **áh ou áh:: ; éh ou éh:: ; ih ou ih:: ; óh ou óh:: ; uhm; uhum; ahn; ahahn; ôxe; vi:xe; i:xe.**

8) *Marcação de cortes sintáticos bruscos:*

Marca-se o corte brusco com uma barra. Uma condição para isso é que não haja pausa entre o corte e o novo início. Quando houver pausa, esta já marcará o fenômeno do corte. A barra só é usada para indicar que a mudança de plano sintático foi abrupta.

9) *Marcação de silabação ou escansão de palavra:*

Quando o falante produz um segmento discursivo, geralmente uma palavra, silabadamente (como se estivesse escandindo-a), usa-se o hífen para marcar o fato.

10) *Marcação de comentários ao segmento transcrito:*

Quando se quer fazer algum comentário, usam-se parênteses duplos (()) com o comentário no meio. A colocação do comentário vem antes ou depois do segmento a que se refere.

11) *Marcação de dificuldades na transcrição:*

Em geral, marca-se com um espaço vazio o segmento não-compreendido ou ininteligível, pondo parênteses simples (), sem nada no meio, ou então, informa-se: (ininteligível). As suposições só são explicitadas em situações especiais, para sugerir um possível sentido; nestes casos, põe-se o segmento entre parênteses para indicar que a produção não foi claramente ouvida.

12) *Letras maiúsculas:*

Só se usa maiúscula para indicar ênfase, ou então em nomes próprios. Os números devem também aparecer sempre escritos por extenso.

13) *Marcação da fala simultânea:*

O mais comum é que isso aconteça quando há mais de dois falantes no evento interativo. Para essa marcação usam-se colchetes duplos.

14) *Grafia de palavras em situação de pronúncia não-padrão:*

A transcrição é ortográfica, e as variações mínimas seguem alguns critérios, como:

a) reduções morfológicas estereotipadas: tá (está), tô (estou), tive (estive), né (não é), comé (como é) e outras deste tipo.

b) variações de caráter sociolingüístico: fumo (fomos), tamo (estamos), semo (somos) e todas as que se acharem nesta linha.

c) correções e truncamentos: "é um assassi é um assassinato"; "nós qui queríamos"; "ele pi prometeu ir", etc.

Obs: As produções-padrão obedecem sempre à norma da língua, como a conjunção *e*, que se pronuncia "i", ou os finais *o* (com som de *u*) ou as eliminações de morfemas de formas infinitivas.

ANEXO 3

LISTA DE TEXTOS DA AMOSTRA

MENOS ESPONTÂNEOS

Escritos

1. Cartas ao editor - Revista ISTOÉ	<i>corpus</i> complementar
2. Cartas ao editor - Jornal do Brasil	<i>corpus</i> complementar
3. E009 - Cartas do leitor - Jornal do Comércio (Recife, Pe.)	NELFE
4. E226 - Cartas do leitor - Revista AnaMaria	NELFE
5. E275 - Cartas do leitor - revista de carros	NELFE
6. E276 - Cartas do leitor - revista de informática	NELFE
7. Crônica (de Carlos Alexandrino) - Jornal da Orla	<i>corpus</i> complementar
8. Crônica (de Danuza Leão) - Jornal do Brasil	<i>corpus</i> complementar
9. Crônica (de J. Ubaldo Ribeiro) - Jornal do Brasil	<i>corpus</i> complementar
10. Crônica (de L.A. Veríssimo) - Jornal do Brasil	<i>corpus</i> complementar
11. E017 - Artigo de revista de notícias	NELFE
12. E040 - Projeto Cultural da Sec. de Cultura de Pernambuco	NELFE
13. E044 - Carta de aluno para professor	NELFE
14. E048 - Carta de aluno para professor	NELFE
15. E062 - Ata de Julgamento	NELFE
16. E007 - Ata de Condomínio	NELFE
17. E127 - Pronunciamento Político	NELFE
18. E128 - Entrevista para jornal (O Globo)	NELFE
19. Entrevista para revista (ISTOÉ)	<i>corpus</i> complementar
20. E015 - Entrevista para revista	NELFE
21. E165 - Texto Humorístico de revista	NELFE

22. E175 – Coluna Esportiva sobre futebol (em jornal)	NELFE
23. Coluna Esportiva sobre Fórmula 1 (em jornal)	<i>corpus</i> complementar
24. Coluna Esportiva sobre futebol (em jornal)	<i>corpus</i> complementar
25. E180 – Notícia de jornal – Jornal do Comércio	NELFE
26. E218 – Instruções para uso de equipamento	NELFE
27. E257 – Coluna de Opinião em jornal	NELFE
28. Seção de Opinião (de Barbosa L. Sobrinho) em revista	NELFE
29. Coluna (notícias da cidade) – Jornal do Brasil	<i>corpus</i> complementar
30. Texto Publicitário – laboratório farmacêutico	<i>corpus</i> complementar
31. Texto Publicitário – fábrica de automóveis	<i>corpus</i> complementar
32. Artigo científico – ensaio para revista literária	<i>corpus</i> complementar
33. Artigo científico – para revista de Linguística	<i>corpus</i> complementar
34. Conto – Clarice Lispector	<i>corpus</i> complementar
35. Conto – Moreira Campos	<i>corpus</i> complementar

Falados

1. EF-138 – Aula (Seminário de Sociolinguística)	PORCUFORT
2. EF-152 – Aula sobre encanamento	PORCUFORT
3. EF-53 – Aula sobre Geografia Astronômica	PORCUFORT
4. EF-52 – Aula sobre Métodos da Geografia	PORCUFORT
5. F033 – Conferência Jurídica	NELFE
6. F036 – Reportagem de Rádio sobre futebol	NELFE
7. F040 – Programa de Rádio (notícias, reportagem)	NELFE
8. F037 – Entrevista para TV sobre ensino de português	NELFE
9. F041 – Programa de TV (telejornal da Globo)	NELFE

Falados

1. D2-39 – Conversa espontânea entre duas senhoras (religião)	PORCUFORT
2. D2-45 – Conversa espontânea entre colegas (trens, atualidade)	PORCUFORT
3. D2-48 – Conversa espontânea entre profs. (música, ensino)	PORCUFORT
4. F001 – Conversa telefônica (entre amigas – gravação oculta)	NELFE
5. F021 – Conversa natural (gravação oculta)	NELFE
6. F027 – Conversa natural (gravação oculta)	NELFE
7. F029 – Conversa natural (gravação oculta)	NELFE
8. F034 – Conversa natural (gravação oculta)	NELFE
9. F018 – Entrevista espontânea (entre amigos)	NELFE
10. F035 – Entrevista espontânea (entre amigos)	NELFE

MAIS ESPONTÂNEOS

Escritos

1. Conversa on-line (com Beth Carvalho e fãs)	<i>corpus</i> complementar
2. E002 – Carta pessoal (amigo para amiga)	NELFE
3. E003 – Carta pessoal (amiga para amiga)	NELFE
4. E004 – Carta pessoal (primo para prima)	NELFE
5. E055 – Carta pessoal (amiga para amigo,a)	NELFE
6. E100 – Carta pessoal (mãe para filha)	NELFE
7. E136 – Carta pessoal (amiga para amiga)	NELFE
8. E137 – Carta pessoal (amiga para amiga)	NELFE
9. E138 – Carta pessoal (amiga para amiga)	NELFE
10. E144 – Carta pessoal (amiga para amiga)	NELFE
11. Carta pessoal (prima para primo)	<i>corpus</i> complementar
12. Carta pessoal (primo para prima)	<i>corpus</i> complementar
13. E025-E031 – Bilhetes (entre amigos)	NELFE
14. E167 – Texto humorístico para revista	NELFE
15. E299 – Texto humorístico para revista	NELFE
16. E300 – Texto humorístico para revista	NELFE
17. Notícia de jornal popular sobre a COELCE	<i>corpus</i> complementar
18. Notícia de jornal popular sobre criminalidade	<i>corpus</i> complementar
19. Notícia de jornal popular sobre homicídio	<i>corpus</i> complementar

www.ufpe.br/pgletras